

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

**"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"**

**FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

**CAMPUS DE FRANCA**

**NAINÔRA MARIA BARBOSA DE FREITAS**

**A CRIAÇÃO DA DIOCESE DE RIBEIRÃO PRETO E O**

**GOVERNO DO PRIMEIRO BISPO:**

**D. ALBERTO JOSÉ GONÇALVES**

**FRANCA-SP**

**2006**

**NAINÔRA MARIA BARBOSA DE FREITAS**

**A CRIAÇÃO DA DIOCESE DE RIBEIRÃO PRETO E O  
GOVERNO DO PRIMEIRO BISPO:  
D. ALBERTO JOSÉ GONÇALVES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista – “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do grau de Doutor em História.

**Área de concentração:** História e Cultura Social

**Orientador:** Prof. Dr. Ivan Aparecido Manoel.

**FRANCA-SP**

**2006**

Freitas, Nainôra Maria Barbosa de

A criação da diocese de Ribeirão Preto e o governo do primeiro Bispo : D. Alberto José Gonçalves / Nainôra Maria Barbosa de Freitas. –Franca : UNESP, 2006

Tese – Doutorado – História – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP.

1. Diocese de Ribeirão Preto (SP) – História eclesiástica.
2. Igreja Católica – História – Brasil. 3. Província Eclesiástica

**NAINÔRA MARIA BARBOSA DE FREITAS**

**A CRIAÇÃO DA DIOCESE DE RIBEIRÃO PRETO E O  
GOVERNO DO PRIMEIRO BISPO:  
D. ALBERTO JOSÉ GONÇALVES**

Tese para obtenção do grau de doutor em História.

**BANCA EXAMINADORA**

**PRESIDENTE:** \_\_\_\_\_

**PROF. DR. IVAN APARECIDO MANOEL**

**1º EXAMINADOR:** \_\_\_\_\_

**2º EXAMINADOR:** \_\_\_\_\_

**3º EXAMINADOR:** \_\_\_\_\_

**4º EXAMINADOR:** \_\_\_\_\_

*FRANCA, \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2006.*

**FRANCA-SP**

**2006**

*DEDICATÓRIA*

Em memória de meus pais:

José e Romilda

## *AGRADECIMENTOS*

Esta pesquisa contou com a ajuda inestimável de inúmeras pessoas, que contribuíram de forma direta ou indireta, a elas meu agradecimento, apesar de saber que corro riscos de esquecer nomes na lista a seguir.

Ao prof. dr. Ivan Aparecido Manoel, que, mais do que orientador revelou-se um amigo, minha eterna gratidão pela paciência com que ao longo desses anos me orientou e animou nos momentos mais difíceis.

Sem citar nomes, agradeço aos funcionários da Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto, da Cúria Metropolitana de São Paulo, Cúria Metropolitana de Curitiba, Cúria Diocesana de Franca, Catedral de Ribeirão Preto, do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, Arquivo da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, Arquivo Público Municipal de São Carlos, Arquivo do Jornal “A Cidade”, Arquivo Secreto do Vaticano, Arquivo Histórico do Vaticano, Arquivos das Paróquias da diocese de Ribeirão Preto, Museu de Arte Sacra de São João da Boa Vista, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Arquivo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição – Palmeira PR, Biblioteca Pública do Estado do Paraná, pela ajuda inestimável na garimpagem dos documentos e livros.

Um agradecimento especial se faz indispensável às funcionárias do Centro de Estudos da Arquidiocese de Ribeirão Preto: Ivone, Lisandra e Fabiana.

Aos funcionários da biblioteca da Unesp, obrigada pela ajuda e compreensão das minhas dificuldades.

Aos funcionários da pós-graduação da Unesp de Franca, obrigada pelas orientações.

Aos colegas do Centro de Estudos da Arquidiocese de Ribeirão Preto, do Centro Universitário Barão de Mauá e do Centro Universitário Claretiano, pela força nos momentos difíceis. Meu agradecimento a essas instituições pela compreensão em minhas ausências.

Aos professores dr. Ubaldo Silveira e dra. Teresa Malatian, pelas críticas e sugestões no exame de qualificação.

A Adveniat, cuja bolsa possibilitou a visita aos Arquivos do Vaticano.

A Claudete e Célia, amigas que abandonei no meio de um projeto, obrigada pelo carinho.

Aos meus leitores Belmira e Osmair, sem vocês não sei o que teria sido de mim, obrigada pelos apontamentos, críticas e sugestões.

Célia, João e Belinha, obrigada pelas traduções que fizeram em diferentes momentos

Aos meus alunos que me animaram, cobraram e ajudaram com suas indagações, nas pessoas de Edgar, Márcio, Círio e Maciel, que diretamente contribuíram em algum momento para a pesquisa.

Ao cônego Arnaldo Álvaro Padovani, pela gentileza com que “me contou” a história da diocese.

Ao padre Francisco de Assis Correia, obrigada pelas informações e material sobre a história da arquidiocese.

A d. Diógenes Silva Matthes, bispo de Franca, obrigada pelas indicações.

A d. Pedro Fedalto, arcebispo emérito de Curitiba, minha gratidão pela acolhida em sua casa, por partilhar seu conhecimento sobre d Alberto, d. Manuel e a história eclesiástica.

Aos amigos Claretianos de Curitiba, obrigada pela hospedagem.

Às Irmãs da Divina Providenza, obrigada pelo carinho com que me receberam em Roma.

A d. Arnaldo Ribeiro, arcebispo emérito de Ribeirão Preto, obrigada pela disponibilidade com que me acolheu ao longo desses anos, partilhando seu conhecimento e facilitando minha vida durante a pesquisa com cartas de apresentação.

À profa. Clarisse, a Raimundo e Daniel, obrigada pelas correções e acertos finais do texto.

Aos colegas Hedmar e Marco, obrigada pelo apoio, sugestões e pela partilha de conhecimento em diferentes momentos do curso.

Aos amigos: Regina, Afonso, Rita, Marilisa, Leonice, Renato, José Dias, Luis Carlos, Maria Helena, Olívia, Flávio, Lílian, Márcia, Valmira, Sara, obrigada pela paciência com que “me aturaram” nas horas difíceis e nas alegres, vocês contribuíram para uma outra história.

Por fim, agradeço à minha família: Maria Cecília, Fernando, Mariana, Ana Célia, Flavinha, vocês foram meu sol em dias de chuva. Obrigada é pouco.

## RESUMO

Esta tese aborda a criação da diocese de Ribeirão Preto e o governo de seu primeiro bispo.

Em junho de 1908, foi criada a diocese de Ribeirão Preto junto com outras cinco dioceses que passaram a fazer parte da Província Eclesiástica de São Paulo, projeto de D. Duarte Leopoldo e Silva teve por objetivo aumentar e consolidar a presença da Igreja no interior de São Paulo. O bispo eleito para Ribeirão Preto foi D. Alberto José Gonçalves, um padre político que exerceu os cargos de deputado e senador da República pelo Paraná e que veio com a incumbência arregimentar os católicos para o seio da Igreja e diminuir as forças da modernidade anticlerical e de outras crenças na região. O governo de D. Alberto estendeu-se de fevereiro de 1909 quando tomou posse até seu falecimento em maio de 1945. Ao longo dos 36 anos que esteve à frente da diocese de Ribeirão Preto, organizou o patrimônio, construiu e embelezou a catedral, incentivou os padres a construírem e reformarem suas matrizes. A obra pastoral de D. Alberto teve início com as visitas pastorais em sua diocese pregando, administrando os sacramentos e orientando padres e fieis. O incentivo para que os padres chamassem os leigos para participar das atividades da Igreja, a preocupação com a entrada de outras crenças cristãs e não cristãs marcou o governo de D. Alberto. Distante da política partidária e dos cargos eletivos, o Bispo de Ribeirão Preto preocupou-se em implantar o ensino religioso nas escolas públicas, a Ação Católica nas paróquias e, realizou um Congresso Eucarístico Diocesano. As diretrizes do Vaticano foram acolhidas e seguidas por D. Alberto e pelo bispo auxiliar que chegou em 1940 D. Manoel da Silveira D'Elboux.

Palavras-chave: Igreja Católica, Diocese de Ribeirão Preto, D. Alberto José Gonçalves, Província Eclesiástica de São Paulo.

## ABSTRACT

This thesis focuses on the establishment of the diocese of Ribeirão Preto and the government of its first bishop.

In June of 1908 the diocese of Ribeirão Preto was created along with five other dioceses which became part of the Ecclesiastical province of São Paulo, a project developed by D. Duarte Leopoldo e Silva with the intent of increasing and consolidating the presence of the Church in the interior of the state of São Paulo. The bishop elected for Ribeirão Preto was D. Alberto José Gonçalves, a priest and politician who had held office as congressman and senator for the Republic from the state of Paraná, and who came with the incumbency to recruit all Catholics in the task of weakening the forces of anticlerical modernism and of other beliefs in the region. D. Alberto's term in government extended from February 1909, when he took office, until his death in May of 1945. During the 36 years in which he was at the head of the diocese of Ribeirão Preto he organized the assets, constructed and embellished the cathedral, and encouraged his priests to build and renovate their parishes. D. Alberto's pastoral works began as pastoral visits in his diocese, preaching, administering the sacraments and orientating priests and lay people. His incentive to his priests to call upon the participation of lay people in church activities, as well as his preoccupation with the expansion of other faiths, both Christian and non-Christian, were important issues of D. Alberto's government. Maintaining a distance from political parties and from any elected office, the Bishop of Ribeirão Preto set about implanting religious teaching in the public schools, setting up the "Ação Católica" (Catholic Action) in the parishes and holding a Diocesan Eucharistic Congress. All of the directives of the Vatican were accepted and followed by D. Alberto and by his auxiliary bishop, D. Manoel da Silveira D'Élboux, who arrived in 1940.

Key Words – Catholic Church, Archdiocese Ribeirão Preto, Bishop Alberto José Gonçalves, Ecclesiastical Province of São Paulo.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACMRP-SP - Arquivo da Câmara Municipal de Ribeirão Preto

ACDF-SP - Arquivo da Cúria Diocesana de Franca-SP

ACMC - Arquivo da Cúria Metropolitana de Curitiba

ACMRP-SP - Arquivo da Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto-SP

ACMSP - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo

ACRP-SP - Arquivo da Catedral de Ribeirão Preto-SP

MASSJBV - Museu de Arte Sacra de São João da Boa Vista-SP

APHRP-FJPM-SP - Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto-SP, Fundo José Pedro de Miranda.

APNSAS-SP - Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Aparecida - Sertãozinho-SP

APSBJCVB-SP - Arquivo da Paróquia do Senhor Bom Jesus da Cana Verde – Batatais-SP

APSRSPQ-SP - Arquivo da Paróquia de Santa Rita - Santa Rita do Passa Quatro-SP

APSSM-SP - Arquivo da Paróquia de São Sebastião - Mococa-SP

ASgV-NAB - Archivio Segreto do Vaticano- Nunziatura Apostólica in Brasiliae

ASV - Archivio Storico do Vaticano

BD - Boletim Diocesano



## *SUMÁRIO*

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>1. A FORMAÇÃO DA PROVÍNCIA ECLESIASTICA DE SÃO PAULO.27</b>	
1.1 A ESCOLHA DOS BISPOS.....	31
1.2 O BISPADO DE RIBEIRÃO PRETO.....	34
1.3 EM BUSCA DAS CONDIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DO BISPADO DE RIBEIRÃO PRETO .....	38
1.4 CONSTRUÇÃO DA CATEDRAL E A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO .....	47
1.5 O ELEITO: D. ALBERTO JOSÉ GONÇALVES .....	54
1.6 SAGRAÇÃO E POSSE DE D. ALBERTO JOSÉ GONÇALVES .....	65
<b>2. A DIOCESE DE RIBEIRÃO PRETO E O GOVERNO DE D. ALBERTO JOSÉ GONÇALVES.....</b>	<b>74</b>
2.1 A OBRA INICIAL DE D. ALBERTO: AS VISITAS PASTORAIS.....	75
2.2 CLERO E O SEMINÁRIO .....	83
2.2.1 O CASO DO PADRE EUCLIDES GOMES CARNEIRO.....	87
2.2.2 FORMAÇÃO DO CLERO: A CONSTRUÇÃO DO SEMINÁRIO .....	93
2.3 OBRA FINANCEIRA DA DIOCESE .....	98
2.3.1 ORGANIZAÇÃO DAS FÁBRICAS DAS MATRIZES.....	100
2.3.2 OS DESVIOS ENVOLVENDO OS FABRIQUEIROS .....	108
2.4 VISITA AD LIMINA .....	117
2.5 O CULTO E AS ASSOCIAÇÕES LEIGAS .....	119
2.5.1 AS FESTAS SAGRADAS .....	120
2.5.2 A CATEQUESE .....	129
2.5.3 ASSOCIAÇÕES LEIGAS .....	130
<b>3. RIBEIRÃO PRETO: O ALINHAMENTO AO PROJETO DO VATICANO .....</b>	<b>150</b>
3.1 A IGREJA DE RIBEIRÃO PRETO E A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932 .....	151
3.2 BODAS DE OURO DE D. ALBERTO .....	157
3.3 IGREJA E POLÍTICA – A LIGA ELEITORAL CATÓLICA, LEC.....	161
3.4 A LEC EM RIBEIRÃO PRETO.....	167
3.5 O ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS CATÓLICAS E PÚBLICAS.....	171
3.5.1 ESCOLAS CATÓLICAS EM RIBEIRÃO PRETO .....	171
3.5.2 O ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS PÚBLICAS .....	173
3.6 AÇÃO CATÓLICA .....	179
3.6.1 O PROJETO DO RÁDIO .....	184
3.7 FORÇAS INIMIGAS DO CATOLICISMO NO SEIO DA DIOCESE.....	191

	14
3.7.1 ESPIRITISMO.....	192
3.7.2 PROTESTANTES .....	198
3.7.3 MACUMBEIROS E CURANDEIROS .....	202
3.7.4 COMUNISTAS.....	203
3.8 A CHEGADA DO BISPO AUXILIAR: D. MANUEL DA SILVEIRA D'ELBOUX E O FIM DO GOVERNO DE D. ALBERTO – 1940-1945 .....	205
3.8.1 CONGRESSOS EUCARÍSTICOS .....	211
3.8.2 PASTORAL DE D. MANOEL .....	215
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>223</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>235</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>248</b>

## INTRODUÇÃO

A História das Religiões, nas últimas décadas, ganhou espaço nos meios acadêmicos, fora e dentro do Brasil. Em meio às abordagens a respeito das religiões, os estudos sobre a Igreja católica cresceram entre os pesquisadores nas universidades brasileiras. Durante séculos, escrever sobre a Igreja católica era quase um monopólio de padres e religiosos. No século XX, superando aquelas interpretações teóricas que reduziavam as crenças e as Igrejas, a católica em particular, à condição de ópio do povo e aparelho ideológico do Estado, as novas abordagens no campo da História permitiram um outro olhar a respeito das instituições religiosas e as manifestações de fé.

Ao estudarmos a Igreja Católica Apostólica Romana optamos pelo termo Igreja. O conceito de Igreja usado por Ivan Manoel foi o adotado para delinear este estudo. Igreja entendida como “[...] uma *Eklesia*, uma reunião de fiéis, a assembléia dos cristãos, o povo de Deus [...]”<sup>1</sup>

O conceito *Eklesia* deve ser compreendido com toda a hierarquia da Igreja (papa, bispos e padres) em sintonia com os fiéis que seguem as diretrizes emanadas dessa hierarquia. As diferentes manifestações da prática religiosa dos fiéis são estudadas como o lugar do movimento de Jesus. Essas manifestações ao longo dos dois mil anos de história do cristianismo, têm revelado a compreensão de realidades que apontaram caminhos percorridos, ora dirigidos pela hierarquia, ora dissociados dela.

As correntes de interpretação historiográfica das manifestações da fé católica e da Igreja, aqui entendida dentro do conceito especificado anteriormente, revelam que o estudo da história do cristianismo mudou de foco no século XX. Diminuíram os estudos a respeito da instituição, vista a partir dos grandes papas e bispos, crescendo em outra perspectiva, com os estudiosos dedicando-se pobre, ao outro, nos rumos apontados pela nova história<sup>2</sup>, das interpretações de gênero, da história das mentalidades; entre outras abordagens, buscando uma trajetória em que a instituição passou a ser vista com outro olhar.

---

<sup>1</sup> MANOEL, Ivan A. **O Pêndulo da História**. Tempo e eternidade no pensamento católico. (1850-1960). Maringá: UEM, 2004, p. 9-10.

<sup>2</sup> BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da História**. Novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Edunesp, 1992.

No conjunto da história eclesiástica, pesquisadores delinearão conceitos que contribuíram para nortear a temática em que está inserida esta pesquisa.<sup>3</sup> A história eclesiástica ganhou as academias e, com isso, um novo tratamento historiográfico.<sup>4</sup> Essa historiografia explica os caminhos percorridos pela Igreja na passagem do século XIX para o XX, quando ficou estabelecido o modelo de Igreja situado no contexto de tempo e espaço para este trabalho ou seja, estudar a instituição a partir das diretrizes do projeto do Vaticano, aqui entendido como *romanização*. A *romanização* é explicada pelo direcionamento dos papas e da Secretaria de Estado do Vaticano, por meio do episcopado e do clero, aplicando as diretrizes da Igreja diante do mundo moderno.

Para entender a Igreja e a romanização na sua vertente institucional, usamos o conceito de Ivan Manoel:

[...] em um momento histórico, onde o Papa [entenda-se a hierarquia eclesiástica] define um conceito de Igreja, estabelece suas tarefas e estratégias de ação e reordena sua política interna em função de seu projeto político e pastoral externo, e essa nova forma de autoentendimento permanecerá em vigência até ser substituída por outra, gerada nas suas próprias contradições internas e externas.<sup>5</sup>

No Brasil, o projeto pastoral da Igreja, ao longo do período colonial e, depois, Imperial, esteve atrelado ao Estado por meio do regime do *Padroado Régio*. O Estado dirigia os negócios eclesiásticos no Brasil, dentre eles, a criação de dioceses, indicação dos bispos e padres, administração dos dízimos, etc.<sup>6</sup> Com esse modelo de Igreja, os católicos praticavam um catolicismo em que recebiam o sacramento do batismo e freqüentavam a igreja em determinadas festas sacras, contratavam padres para celebrar em suas irmandades e

<sup>3</sup> WEILER, Anton. História Eclesiástica e autocompreensão da Igreja. *Concilium* (67): 806-810, 1971; POULAT, Emile. Compreensão histórica da Igreja e compreensão eclesiástica da História. *Concilium* (67): 811-824, 1971.

<sup>4</sup> A obra de Augustin Wernet representa um marco para os estudos mais pontais sobre a Igreja no Estado de São Paulo. WERNET, Augustin. **A Igreja Paulista no século XIX**. São Paulo: Ática, 1987. O CEHILA (Centro de Estudos da História da Igreja na América Latina e Caribe) e o CEPEHIB (Centro de Estudos de pesquisa de História da Igreja no Brasil) contribuíram para aumentar o número de pesquisadores e obras publicadas sobre a história da Igreja no Brasil em diferentes momentos. Grupos de estudos nas grandes universidades brasileiras foram organizados com a temática Igreja ou ainda história das religiões. A ABHR (Associação Brasileira de História das Religiões) tem publicado a Coleção Estudos da ABHR trazendo reflexões sobre a temática da História das Religiões. GUERRIERO, Silas (Org.). **O estudo das Religiões**. Desafios Contemporâneos. São Paulo: Paulinas, 2003; SIEPIERSKI, Paulo D. & GIL, B. M. **Religiões no Brasil**. Enfoques, dinâmicas e abordagens. São Paulo: Paulinas, 2003; MANOEL, Ivan A. & FREITAS, Nainôra M. B. de. **História das Religiões**. Desafios, Problemas e Avanços Teóricos, Metodológicos e Historiográficos. São Paulo: Paulinas, 2003.

<sup>5</sup> MANOEL, 2004, p. 10.

<sup>6</sup> HOONAERT, E. (Coord.). **História da Igreja no Brasil**. tomo II/1. Petrópolis: Vozes, 1977, p.33. et seq.

confrarias; eram mais independentes da instituição em suas manifestações e a instituição possuía pouca presença para aplicar suas diretrizes.

No século XIX, com as rápidas transformações pelas quais passava a sociedade, com a modernização, o advento de novas teorias, muitas delas anticlericais, o aumento da secularização e da laicização, a resposta da Igreja foi dura e incisiva. A palavra de ordem na cúria romana era o antimodernismo. Com o *Syllabus* de 1864, do papa Pio IX<sup>7</sup>, houve um repúdio e uma condenação à sociedade moderna.<sup>8</sup> Nas décadas seguintes a Igreja posicionou-se com um novo direcionamento pastoral. Esse posicionamento procedente da cúria romana, conhecido pelo nome de *romanização*, chegou ao Brasil na segunda metade do século XIX, encontrando a Igreja atrelada ao regime do *Padroado Régio*. Durante o pontificado do papa Pio IX (1846-1878), a situação da Igreja no Brasil revelou indícios de mudanças nas atitudes dos bispos e padres, que assumiram uma postura mais alinhada com a política da cúria romana.<sup>9</sup>

Para Bruneau<sup>10</sup>, o episcopado escolhido por d. Pedro II era culto e refinado, o que contribuiu para que fossem mais sensíveis às mudanças propostas pelo Vaticano. Alguns bispos eleitos na segunda metade do século XIX, fizeram seus estudos em Roma<sup>11</sup>, o que, certamente, favoreceu a aproximação com a linha de conduta conhecida como *romanização*.

Uma outra situação preocupante para alguns bispos eram os padres. O bispo de São Paulo d. Antonio Joaquim de Melo<sup>12</sup> tentou melhorar a situação de seu clero, uma vez que este não primava por bons costumes, possuía uma formação precária, o que justificava as suas tentativas de investir na formação dos futuros sacerdotes, criando o Seminário de São Paulo, seguindo as normas de conduta que tinham em vista o modelo de Roma.

A postura de bispos brasileiros contra membros da maçonaria, instituição condenada pelo Vaticano, provocou um choque entre a elite política local, as atitudes do imperador d. Pedro II e a Igreja. O episódio ficou conhecido como Questão Religiosa, e os bispos d. Vital e, depois, d. Macedo Costa levantaram um interdito contra os maçons que

---

<sup>7</sup> MARTINA, Giacomo. **História da Igreja**. De Lutero a nossos dias. III - A era do Liberalismo. São Paulo: Loyola, 1997, p. 235-253. O capítulo analisa o *Syllabus* de Pio IX.

<sup>8</sup> AZZI, R. **A Neocristandade**. Um projeto restaurador. São Paulo: Paulus, 1994, p. 23.

<sup>9</sup> BRUNEAU, T. C. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974, p. 57.

<sup>10</sup> BRUNEAU, T. 1974, p. 59.

<sup>11</sup> MICELI, S. **A Elite Eclesiástica Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1988. Miceli apresenta um quadro dos Bispos, com a formação escolar e clerical.

<sup>12</sup> WERNET, Augustin. **A Igreja Paulista no século XIX**. São Paulo: Ática, 1987. O capítulo III. A reforma do clero paulista de D. Antonio Joaquim de Melo, retrata estas mudanças.

freqüentavam as antigas irmandades.<sup>13</sup> Os bispos, alinhados com o Vaticano, foram presos, julgados e condenados a quatro anos de prisão com trabalhos forçados.<sup>14</sup>

O episódio da prisão dos bispos revelou que chegara ao Brasil uma situação corrente na Europa: o choque de um Estado e seus líderes com a Igreja que buscava conservar seu domínio e poder. Esse momento é caracterizado pela tentativa da Igreja de implementar reformas, realizar uma clericalização trazendo propostas de mudanças na fisionomia da vida eclesial, litúrgica e pastoral e na espiritualidade.<sup>15</sup>

No Brasil, na segunda metade do século XIX, o desconhecimento religioso, a entrada de grande número de imigrantes europeus com outros ideais e crenças, a presença cada vez maior da maçonaria e de Igrejas cristãs e não cristãs, no seio da sociedade, acentuavam a carência e a precariedade em que encontrava a prática religiosa, em cidades em franco desenvolvimento.

As práticas de religiosidade do povo brasileiro, tais como o batizado, o ensino das rezas às crianças, as manifestações de fé e piedade nas festas dos santos padroeiros, a recitação coletiva dos terços nas casas, constituíam as diferentes formas em que os católicos do país expressavam sua fé. Era um catolicismo exteriorizado, herdado do período colonial.

De Roma chegavam novas devoções trazidas pelos padres, como o culto ao *Imaculado Coração de Maria*, que aumentou depois da proclamação do *Dogma da Imaculada Conceição*, de 1854. Outra devoção, a do *Sagrado Coração de Jesus*, veio acompanhada com a consagração das igrejas, cidades, casas e famílias ao seu culto. A associação do Apostolado da Oração, substituindo as antigas irmandades, introduziu um elemento-chave: promover os interesses do *Sagrado Coração de Jesus* por meio da orientação dos padres e diretores espirituais, que dirigiam as ações dos associados com o intuito fazer de florescer o espírito cristão pela freqüência aos sacramentos e outras práticas de piedade, adotando o binômio confissão-comunhão nas primeiras sextas-feiras do mês, em que era obrigatória a presença do padre, uma vez que antes não era necessário, como maneira de expressar a devoção ao *Sagrado Coração de Jesus*.<sup>16</sup> A expansão dessa devoção nas paróquias brasileiras ocorreu no fim do século XIX e na primeira metade do século XX.

---

<sup>13</sup> FRAGOSO, Hugo. A Igreja na formação do Estado liberal. In: BEOZZO, J. O. (Org.). **História da Igreja no Brasil**. Tomo II /2. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 186-192.

<sup>14</sup> FRAGOSO, 1980, p. 188.

<sup>15</sup> HOONAERT, E. A Igreja no Brasil. In: DUSSEL, E. **História Liberationes**. 500 anos de História da igreja na América Latina. Trad. Rezende Costa. São Paulo: Paulinas, 1992, p. 311.

<sup>16</sup> BEOZZO, J. O. A Igreja frente aos Estados Liberais: 1880-1930. In: DUSSEL, E. **História Liberationis**. Op. cit, p. 214. O papa Pio IX, deu impulso para que todos os cristãos celebrassem a festa do Sagrado Coração “[...] oficializou em 1856, para toda a Igreja, a festa do Sagrado Coração de Jesus. Leão XIII consagrou o mundo ao

Essas associações, dirigidas e controladas pelo clero, deixaram para trás aquelas controladas por leigos, comuns no Brasil entre o século XVI e a primeira metade do século XIX.<sup>17</sup>

No Brasil, a partir de 1889, com a proclamação da República e o fim do *Padroado Régio*, a Igreja passou a caminhar com base em novas diretrizes, buscando um alinhamento com o Vaticano.<sup>18</sup>

Com esse contexto de Igreja, inúmeras questões surgiram e levaram ao estudo do projeto da instalação e desenvolvimento da diocese de Ribeirão Preto. A tarefa a que nos propomos é discutir a criação da diocese de Ribeirão Preto, ou Rivi Nigri<sup>19</sup>, e o governo do seu primeiro bispo, d. Alberto José Gonçalves.

O recorte temporal tem início nos primeiros anos do século XX, quando em 1907, a cidade de Ribeirão Preto foi escolhida para ser a sede de uma diocese no interior de São Paulo. A pesquisa finaliza com a morte do primeiro bispo de Ribeirão Preto em 1945.

Para o período delineado, existe uma carência de estudos a respeito da história da Igreja católica em Ribeirão Preto. Os mais específicos estão limitados às obras de monsenhor dr. João Lauriano e do padre Francisco de Assis Correia. O livro do padre Francisco de Assis Correia<sup>20</sup>, *História da Arquidiocese de Ribeirão Preto*, em sua versão inicial de 1983, edição comemorativa do jubileu de diamante da diocese e jubileu de prata da arquidiocese, traça um panorama geral da história da arquidiocese. O livro foi reeditado em 1998, para comemorar os 90 anos da criação da diocese e 40 anos da arquidiocese.

Mons. dr. João Lauriano, exerceu o cargo de vigário-geral do bispado de Ribeirão Preto de 1927 a 1973, dedicou os últimos anos da vida a escrever a história da diocese. Seu primeiro livro<sup>21</sup>, *Subsídios para a história religiosa de Ribeirão Preto (1845-1905)*, analisa os primórdios da fundação da capela e depois matriz de São Sebastião.

Sagrado Coração em 1º de janeiro de 1900". ZAGHENI, G. **A Idade Contemporânea**. Curso de História da Igreja. São Paulo: Paulus, 1999, p. 64 et seq.

<sup>17</sup> BOSCHI, C. C. **Os Leigos e o Poder**. Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986; FREITAS, N. M. B. de **O Rosário de Mariana e suas irmandades Segunda metade do século XVIII**. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca-SP, 1991.

<sup>18</sup> MANOEL, 2004, p. 21.

<sup>19</sup> A documentação oficial do Vaticano usa o termo latino Rivi Nigri para a diocese de Ribeirão Preto.

<sup>20</sup> CORREIA, Padre Francisco de Assis. **História da Arquidiocese de Ribeirão Preto**. Franca: Santa Rita, 1983.

<sup>21</sup> LAURIANO, Monsenhor dr. João. **Subsídios para a História Religiosa de Ribeirão Preto (1845-1905)**. Ribeirão Preto: Cúria Metropolitana, 1973; \_\_\_\_\_. **Fundação e Instalação do Bispado de Ribeirão Preto 1906-1909**. Ribeirão Preto: Cúria Metropolitana, s/d. \_\_\_\_\_. **Bispos e Arcebispos de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto, s/d.

No livro *Fundação e instalação do Bispado de Ribeirão Preto 1906-1909*, o autor escreve a respeito das circunstâncias da criação da Província Eclesiástica de São Paulo e a diocese de Ribeirão Preto, transcrevendo trechos dos principais documentos.

Em *Bispos e Arcebispos de Ribeirão Preto*, traça um perfil dos bispos de d. Alberto a d. frei Felício. O livro traz ainda a transcrição de alguns discursos, saudações e outras reportagens a respeito dos bispos e suas obras na diocese.

As obras citadas deixaram sem respostas várias questões, dentre elas, o fato de que a cidade de Batatais se planejara para ser a sede de uma diocese e disputara com a cidade de Campinas essa preferência. O que aconteceu com a candidatura de Batatais para ser sede de diocese? Por que a cidade escolhida pela hierarquia da Igreja foi Ribeirão Preto? Estes e outros questionamentos representavam uma incógnita. Outra dúvida era: qual o papel desempenhado pelos produtores de café para a criação do bispado em Ribeirão Preto? Afinal, a região era considerada uma das mais ricas do país no fim do século XIX e início do XX. E o primeiro bispo? Quem era o eleito que exercera cargo público de senador e que assumira a diocese de Ribeirão Preto?

Diante dessas indagações, teve início a contextualização em que as transformações na Igreja dentro e fora do Brasil permitiram a criação de uma Província Eclesiástica em São Paulo. Os acontecimentos políticos, econômicos, culturais, sociais e religiosos dos anos seguintes levaram à escolha de Ribeirão Preto, por parte da hierarquia da Igreja, para ser a sede de uma diocese, criada em 1908 e instalada em 1909. O primeiro bispo eleito foi o padre Alberto José Gonçalves, ex-senador e antigo pároco da catedral Nossa Senhora da Luz, em Curitiba.

A formação da Província Eclesiástica de São Paulo, bem como da diocese de Ribeirão Preto, segue os eventos que acompanharam a proclamação da República. Depois disso, a Igreja católica iniciou um período de reorganização, devido à separação do Estado com a Igreja e ao decreto 119A de 7 de Janeiro de 1890<sup>22</sup>, e muitos bispos viram nessa circunstância a oportunidade de uma renovação para a Igreja católica no Brasil.

A Igreja precisava dar uma resposta diante da nova realidade e, assim, foi elaborado o documento conhecido como: *Carta Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro*,

---

<sup>22</sup> PIVA, Frei Elói. Transição republicana: desafio e chance para a Igreja (I). **REB** 49, fasc. 195, 1989, p. 620-639 e **REB** 50, fasc 198, 1990, p. 415-432.

de 1890<sup>23</sup>, sob a liderança de d. Macedo Costa à frente do episcopado brasileiro, mostrando um despertar católico.<sup>24</sup>

A situação, cada vez mais clara, da modernização do país propiciou uma renovação administrativa nos quadros da Igreja, para fazer frente à liberdade de culto e ao pluralismo religioso que a República instituía. Por meio de seus prelados, a Igreja criou novas dioceses e paróquias e buscou instruir o clero para melhor atender seu rebanho.<sup>25</sup>

Um dos principais representantes teóricos da Igreja no fim do século XIX e início do XX, padre Júlio Maria, desenvolveu nas suas reflexões duas principais linhas de abordagem: tornar o Brasil católico e unir a Igreja ao povo. Para concretizar essas idéias, ele pregou, escreveu e evangelizou, tendo sempre em mente esse binômio. Para o padre Júlio Maria, a Igreja precisava tomar uma atitude e mobilizar os fiéis. Livre das amarras do Estado, ele acreditava que a Igreja poderia crescer e atingir o povo por meio de uma evangelização.

Em 1899, os bispos da América Latina reuniram-se em Roma para o *Concílio Plenário Latino-Americano*, sob a direção do papa Leão XIII. O resultado do encontro, sob a forma de *Carta Pastoral*, veio completar os documentos que dirigiram a vida da Igreja nas décadas seguintes e permitiu que os bispos se alinhassem, fortalecendo os laços da centralização com a cúria romana e o papa.

A situação descrita possibilitou a criação da Província Eclesiástica de São Paulo, pelo papa Pio X, em 7 de junho de 1908. Junto com a Província, foram criadas as dioceses de Botucatu, Campinas, São Carlos do Pinhal, Taubaté e Ribeirão Preto, do território desmembrado da diocese de São Paulo. A escolha da cidade de Ribeirão Preto para sede de diocese e o governo do primeiro bispo constituem o objeto de estudo desta pesquisa.

A cidade de Ribeirão Preto, por volta de 1913, contava com 17 associações privadas, dentre elas clubes musicais e sociais, 22 indústrias de alimentos, bebidas e outras pequenas fábricas.

---

<sup>23</sup> A *Carta Pastoral Coletiva de 1890* representou um dos documentos mais importantes para dirigir os rumos que a Igreja tomou após a separação do Estado, trazendo as diretrizes e normas a serem seguidas pelos padres e fiéis.

<sup>24</sup> MANOEL, I. A D. Antonio Macedo Costa e Rui Barbosa: a Igreja Católica na Ordem Republicana Brasileira. *Revista Pós-História*. Assis-SP, v. 5, p. 67-81, 1997.

<sup>25</sup> LUSTOSA, Oscar de F. *A Igreja Católica no Brasil República*. Cem anos de compromisso. (1889-1989). São Paulo: Paulinas, 1991.

O censo de 1912, poucos anos depois da criação da diocese, indicava uma população de 58.220 habitantes<sup>26</sup>, sendo a população urbana em torno de 18.732 pessoas, boa parte dela (cerca de 40%) formada por estrangeiros, provenientes principalmente da Itália, Espanha e Portugal.

Todo esse crescimento econômico girava em torno do café, que estimulou um grande desenvolvimento para o interior de São Paulo, com desdobramentos sócio-culturais ainda não vistos em períodos anteriores.

Junto com o café, chegou, em 1883, à região de Ribeirão Preto a ferrovia Mogiana. Esta e seus ramais, que se estendiam para Franca e Igarapava, chegando a Uberaba (Minas Gerais), ajudaram a concretizar um fecundo povoamento da região nordeste do estado de São Paulo.<sup>27</sup> Próximo de Ribeirão Preto, a Paulista, outra grande ferrovia, disputava o espaço de domínio e poder com a Mogiana. Chegara em 1880 a Porto Ferreira, às margens do rio Mogi-Guaçu.<sup>28</sup>

O impacto da ferrovia foi muito grande no interior. Do tronco principal da Mogiana e de sua concorrente saíam ramais, que eram chamados de *verdadeiras estradas cata café*. Através destes ramais, os grandes proprietários escoavam sua produção cafeeira de dentro de suas fazendas até o litoral, de onde era exportado. O pai de Alberto Santos Dumont, o sr. Henrique Dumont, grande proprietário, possuía um desses ramais, com cerca de 60 km dentro de suas propriedades agrícolas.<sup>29</sup>

A ferrovia permitiu a introdução de novos elementos que passaram a compor o cenário da modernidade, diminuindo distâncias, alterando as feições do rural-urbano, introduzindo não só uma melhora na qualidade dos transportes, mas uma relação diferenciada com as comunidades por onde ela passava. A ferrovia com mais facilidade favoreceu a vinda de imigrantes e, com eles, a chegada de novas idéias, de outras crenças, como as protestantes, de membros e simpatizantes do comunismo, anarquismo, dos livres-pensadores, etc. A ferrovia facilitava a comunicação entre as cidades interioranas, mas contribuía para a difusão de idéias contrárias à doutrina católica. Esse motivo tornava urgente uma presença firme da Igreja na terra de malvados, assim considerada pelos membros da Secretaria de Estado do Vaticano e só a presença de um bispo podia disciplinar as gentes.

---

<sup>26</sup> WALKER, T. & BARBOSA, A de S. **Dos coronéis a Metrópole**; fios e tramas da sociedade e da política e da política em Ribeirão Preto no século XX. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000, p. 40-47.

<sup>27</sup> MATOS, Odilon N. de. **Café e Ferrovias**. São Paulo: Alfa Omega, 1974, p. 71-77.

<sup>28</sup> MATOS, 1974, p. 66-68

<sup>29</sup> MATOS, 1974, p. 84.

A época do café em Ribeirão Preto coincidiu com a República Velha, período em que os grandes coronéis e barões de café dominaram o cenário político, contexto no qual Ribeirão Preto e as cidades vizinhas estavam inseridas.

Nas primeiras décadas do século XX, a política de Ribeirão Preto esteve nas mãos do chefe político coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, conhecido como “Quinzinho Junqueira”, que disputava com Francisco Schmidt o poder local.<sup>30</sup> Era ele que dominava o cenário político no momento da criação do bispado.

Ambos fizeram parte da Comissão organizada inicialmente para a construção da matriz em agosto de 1900; Francisco Schmidt era o presidente, e Quinzinho Junqueira, membro da mesa. Por ocasião da visita, em 1907, do bispo de São Paulo, d. Duarte Leopoldo e Silva, a Ribeirão Preto, foi organizada uma nova comissão, liderada por monsenhor Joaquim Antonio de Siqueira<sup>31</sup>, vigário da matriz de São Sebastião de Ribeirão Preto, para levantar o patrimônio da diocese a pedido do Bispo de São Paulo. Novamente Francisco Schmidt e Quinzinho Junqueira estavam juntos.

Da região de Ribeirão Preto, participavam do cenário político no momento da criação da diocese nomes como Washington Luís e Altino Arantes, entre outros. Ambos possuíam suas bases em Batatais e encontraram apoio em Ribeirão Preto. Como políticos influentes na região, que papel exerceram na criação da diocese? Altino Arantes assinou a lista pedindo a criação do bispado de Batatais, por que vamos encontrá-lo fazendo o discurso de recepção de d. Alberto em Ribeirão Preto?

Quais eram as intenções da cúria romana para considerar que o cenário político, econômico e social vigente em Ribeirão Preto era favorável à criação de uma diocese? Até que ponto os membros da Secretaria de Estado do Vaticano conheciam a região para chamá-la de terra de malvados? Ou o termo foi atribuído porque a população se recusou a contribuir para formar o patrimônio?

Buscar respostas para essas questões era mais do que apenas traçar o caminho da criação do bispado. Eram outras as vertentes que fomos procurar a partir da criação da diocese e da chegada de d. Alberto. Quem era esse político que chegou com poderes de bispo para cuidar de uma região cuja população foi chamada pelos membros da Secretaria de Estado do Vaticano de “malvados”? Conseguiria ele traçar o caminho da evangelização que o Vaticano

---

<sup>30</sup> WALKER, T. & BARBOSA, 2000, p. 43

<sup>31</sup> Joaquim Antonio de Siqueira foi ordenado sacerdote em 15 de abril de 1872, no Seminário Episcopal de São Paulo por d. Frei Vital de Oliveira, bispo de Olinda. O cônego Joaquim Antonio de Siqueira foi agraciado com o título de monsenhor por ocasião da criação da Província Eclesiástica de São Paulo. No decorrer do trabalho optamos por usar o título de monsenhor.

exigia naquele momento? Seu longo governo de 36 anos conseguiu atender aos objetivos a que o próprio bispo se propôs ao assumir a diocese? Como conciliar as diretrizes romanas com a situação de uma diocese extensa no interior de São Paulo com poucos padres? E as mudanças por que a Igreja passou ao longo destes 36 anos?

Estava delimitado o tempo, aliás, um longo tempo, de 1907, quando d. Duarte escolhe a cidade de Ribeirão Preto junto com outras cidades que viriam a compor a Província Eclesiástica de São Paulo, até a morte de d. Alberto José Gonçalves, primeiro bispo de Ribeirão Preto, em 1945.

A especialidade também revelou outra questão importante. Ficar com o estudo centrado na sede da diocese, ou seja, na cidade de Ribeirão Preto, era deixar de lado nuances que permitiriam durante a pesquisa, vislumbrar a tentativa de implantação do projeto da Igreja na região. Optamos por estudar de maneira geral a diocese, que contava com 36 paróquias quando foi criada, sabendo dos riscos da abrangência da pesquisa.

Entre as razões que levaram a Santa Sé a escolher a cidade de Ribeirão Preto para sediar um dos bispados no interior encontra-se o fato de que, a partir da metade do século XIX, a região de Ribeirão Preto cresceu rapidamente em torno da cultura do café num salto significativo. A freguesia fora criada pela Lei n. 51 de 2 de julho de 1870, passando a vila em 12 de abril de 1871 e a cidade, em 1º de abril de 1889. A criação da paróquia de São Sebastião do Ribeirão Preto ocorreu em 16 de julho de 1870.

Com esse rápido crescimento, a construção do projeto de evangelização e ocupação sistemática da Igreja católica na região tornou-se primordial.

A busca de respostas para as questões levantadas teve início nos arquivos da cidade de Ribeirão Preto: catedral de São Sebastião, cúria metropolitana e Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

A documentação foi aos poucos mostrando como a história da diocese estava inserida num contexto de Igreja nacional e situada no período em que a cúria romana buscava uniformizar sua ação pastoral. Alguns documentos citados pelos autores, padre Francisco e monsenhor Lauriano, não foram encontrados no arquivo da cúria de Ribeirão Preto, cuja documentação é pequena para o período estudado. Os *Livros de Registros de Provisões* e as caixas que pertenceram a monsenhor João Lauriano compõem o grupo principal.

Como a antiga paróquia de São Sebastião do Ribeirão Preto pertencia ao bispado de São Paulo, o Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo tornou-se outro referencial para a pesquisa. As *Pastas de Ribeirão Preto*, do arcebispo d. Duarte, do cardeal d. Joaquim Arcoverde, contêm os documentos relativos à criação da diocese. Outros documentos foram

consultados no Arquivo da Cúria em São Paulo, como a *Pasta d. Alberto*, que traz a correspondência do bispo com os arcebispos de São Paulo. Essa troca de correspondências abriu caminho para delinear alguns temas que preocupavam o bispo e seus superiores.

A pesquisa realizada nos arquivos da Igreja foi completada com uma documentação que faz parte do Fundo José Pedro de Miranda, do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. São caixas com documentos avulsos, como cartas, artigos de jornais, documentos oficiais da cúria diocesana, da catedral de São Sebastião, entre outros que contribuíram para mapear a história da diocese de Ribeirão Preto.

Nos arquivos paroquiais, a consulta foi feita aos Livros de Tombo e aos livros das associações laicas. A escolha de algumas paróquias está relacionada com a leitura de documentos que remetiam a situações em que era necessário buscar outras informações mais pontuais nas paróquias.

A coleção do jornal *Diário de Notícias*, que pertence à Biblioteca do CEARP (Centro de Estudos da Arquidiocese de Ribeirão Preto), ao lado da consulta ao jornal *A Cidade*, permitiu um outro olhar além da documentação oficial da Igreja.

Faltava saber do projeto de Batatais, pois, nos arquivos pesquisados, somente notícias esparsas de que a cidade desejava sediar uma diocese. Em Batatais, no arquivo da paróquia de Bom Jesus da Cana Verde, nenhum documento fez alusão direta ao então suposto projeto de criação de diocese naquela cidade. Restava uma busca no Arquivo Secreto do Vaticano (ASV/NAB).

No Arquivo Secreto do Vaticano encontramos a documentação referente à criação da Província Eclesiástica de São Paulo e o Projeto de Criação de Diocese de Batatais, que faz parte do Fundo da Nunciatura Apostólica do Brasil (ASgV/NAB) e do Arquivo Degli Affari, conhecido como Histórico (ASV).

Os documentos pesquisados no Vaticano trouxeram uma contribuição para se compreender a criação da Província Eclesiástica de São Paulo e a escolha de Ribeirão Preto para ser a sede de diocese. Com essa documentação dos Arquivos do Vaticano, encerrava-se um período que faz parte da formação da Província Eclesiástica de São Paulo e que consta do primeiro capítulo.

O resultado da pesquisa está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo *A Província Eclesiástica de São Paulo e o Bispado de Ribeirão Preto*, analisamos o projeto de d. Duarte para a criação da Província Eclesiástica de São Paulo. Nele, a cidade de Batatais foi preterida por Ribeirão Preto. Abordo as dificuldades de formação do patrimônio para a diocese de Ribeirão Preto e a escolha do primeiro bispo.

No segundo capítulo *A diocese de Ribeirão Preto e o governo de d. Alberto*, a abordagem tem início com as visitas pastorais que fizeram parte da obra pastoral do bispo. Em seguida, por meio do clero, das associações religiosas e da organização da diocese do ponto de vista administrativo e pastoral, buscamos visualizar o momento histórico da Igreja no Brasil e a aplicação das diretrizes da Igreja no governo de d. Alberto.

No terceiro capítulo *Ribeirão Preto: o alinhamento ao projeto do Vaticano*, destacamos, nas décadas de 1930 e 1940, o último período do governo de d. Alberto e como a Igreja em Ribeirão Preto buscou estar alinhada aos projetos da hierarquia, buscando implantar o ensino religioso nas escolas, a entrada da Ação Católica na diocese, entre outras medidas, tendo em vista o repúdio à modernidade e a outras crenças. A doença, a velhice de d. Alberto, a chegada do bispo auxiliar, d. Manuel da Silveira D'Elboux e os últimos cinco anos do governo de d. Alberto também fazem parte deste capítulo.

A morte de d. Alberto, em 1945, fecha este estudo porque se encerra um período para a história da Igreja em Ribeirão Preto.

A escolha do referencial teórico teve início com a leitura do texto de livre docência do pesquisador Augustin Wernet<sup>32</sup>, que abriu caminho para o estudo da Igreja romanizada e posteriormente de Ivan Manoel<sup>33</sup>, ao analisar o pensamento católico entre a segunda metade do século XIX e a década de 1960.

A Igreja se esforçava para implantar um domínio da autoridade espiritual sobre a temporal. A criação da Província Eclesiástica situada décadas depois do marco de tempo do estudo de Wernet seria a concretização do projeto de uma Igreja romanizada?

Eis os objetivos principais deste estudo: Demonstrar a importância de Ribeirão Preto e região no contexto cafeeicultor da República, o que a levou a ser escolhida para sediar uma das novas dioceses criadas na subdivisão da diocese de São Paulo.

Entender quais os mecanismos sociais, políticos e econômicos empregados para a realização do projeto de criação do bispado de Ribeirão Preto. Demonstrar os trâmites políticos internos da Igreja, que conduziram a elevação de Ribeirão Preto à condição de bispado.

Uma vez criado o bispado, uma análise do governo do primeiro bispo, a importância de suas cartas pastorais e a organização da diocese. Demonstrar as ações da Igreja em Ribeirão Preto, a partir da chegada de d. Manuel, em 1940, bispo auxiliar de d. Alberto.

---

<sup>32</sup> WERNET, 1987.

<sup>33</sup> MANOEL, 2004.

## CAPÍTULO I

### 1. A FORMAÇÃO DA PROVÍNCIA ECLESIAÍSTICA DE SÃO PAULO

No início do século XX, a disputa pela divisão do bispado de São Paulo em várias dioceses foi grande. O rápido desenvolvimento econômico, demográfico, social da região contribuiu para aumentar as necessidades pastorais. A ausência do bispo, que, em razão do tamanho da diocese, não conseguia cumprir suas obrigações de pastor visitando assiduamente as paróquias do interior, incentivava que as cidades buscassem ser a sede de um bispado.

O começo deste movimento em prol da criação de uma diocese no interior do Estado teve início no governo da diocese de São Paulo de d. Joaquim Arcoverde, mas foi com d. José de Camargo Barros, por volta de 1903, que as cidades de Campinas e Batatais enviaram seus pedidos ao Vaticano.<sup>34</sup> D. José, que a princípio foi contrário à divisão da diocese alegando os parcos rendimentos para sustentar o bispo, acabou concordando.

Campinas e Batatais enviaram projetos à Secretaria de Estado do Vaticano e ao papa Pio X, iniciando uma disputa entre as duas, cada uma ressaltando seus aspectos positivos para receber a benesse de ser a sede de uma nova diocese no interior de São Paulo.

O projeto de Batatais tinha à frente o pároco José Lafayette de Godoy, e o de Campinas, que, no início, teve o padre Francisco Campos Barreto, ganhou uma adesão de peso com d. João Batista Nery, um campineiro que era bispo de Pouso Alegre.<sup>35</sup>

Durante a reunião dos bispos da Província Meridional em 1904, no Santuário de Aparecida, a cidade de Botucatu foi a escolhida por eles para ser a sede de uma nova diocese no interior de São Paulo. Os bispos enviaram uma carta ao núncio comunicando a decisão do

---

<sup>34</sup> GODOY, Padre Lafayette de. Correspondência ao núncio apostólico mons. Giúlio Tonti, 6/maio/1903, **Arquivo Storico do Vaticano (ASV)**, n. 101, fasc. 500. Acompanha a carta do padre Lafayette um: "Progetto di Diocese in Batataes". De Campinas: "Duas palavras sobre o Bispado do oeste de São Paulo", obra **do Arquivo Storico do Vaticano**, fasc. 116 (s/ página).

<sup>35</sup> D. João Batista Nery, nasceu em Campinas em 1863 e faleceu em 1920. Foi bispo de Vitória no Espírito Santo de 1897 a 1901, quando foi nomeado para a diocese de Pouso Alegre, local em que permaneceu até 1908. Em 1908, assumiu a diocese de Campinas. BENCOSTA, Marcus L. Albino. **Igreja e Poder em São Paulo: D. João Batista Correa Nery e a romanização do catolicismo brasileiro. (1908-2000)**. 1999. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 1999.

grupo.<sup>36</sup> No entanto, Campinas e Batatais continuaram sua campanha para ser sede de diocese.

D. José de Camargo Barros, bispo de São Paulo, encaminhou-se para Roma para apresentar as propostas das candidatas a diocese: Campinas, Botucatu e Batatais. A Santa Sé exigia um patrimônio para cada cidade, a fim de garantir uma existência digna para o bispo. A Secretaria de Estado do Vaticano deu um parecer favorável para os preparativos de divisão do território de São Paulo em três dioceses: Campinas, Batatais e Botucatu. No retorno de Roma, com os pedidos das cidades, d. José faleceu no naufrágio do navio Sírrio.<sup>37</sup> Sua morte repentina levou muitas pessoas a pensar no final do sonho das novas dioceses, pois o Vaticano ainda não havia concretizado o projeto.

Após a morte de d. José, a Santa Sé elegeu, para o governo da diocese de São Paulo, d. Duarte Leopoldo e Silva, então bispo de Curitiba, que chegou a São Paulo em 1906.<sup>38</sup>

Entre a morte de d. José e a posse de d. Duarte, a discussão sobre a criação de novas dioceses continuou a ser feita nos bastidores da Igreja, bem como os procedimentos institucionais da criação de novos bispados que tinham em vista recuperar o espaço restrito a que a Igreja ficara nos tempos do *Padroado*.

A disputa entre as cidades foi grande. Somente quando d. Duarte assumiu o governo da diocese, em 1907<sup>39</sup>, é que toda esta situação foi resolvida. Ele deu início aos trabalhos para a elaboração de um amplo projeto que resultou na criação da Província Eclesiástica de São Paulo, tendo por base o projeto de d. José de Camargo Barros, que fora seu bispo. No projeto de d. Duarte o nome de Batatais desapareceu totalmente e surgiu o nome da futura escolhida: Ribeirão Preto.

A discussão do projeto da Província Eclesiástica de São Paulo, no Vaticano, encontrou oposição na divisão da diocese entre os cardeais membros da Secretaria de Estado do Vaticano. No seu diário, d. Duarte escreveu que o cardeal Gasparri<sup>40</sup> representava a única

---

<sup>36</sup> CARTA dos Bispos ao núncio Giulio Tonti, 7/set./1904, ASV. fasc. 116.

<sup>37</sup> D. José de Camargo Barros, natural de Indaiatuba, São Paulo, foi nomeado bispo de Curitiba em 1903 e assumiu a diocese de São Paulo em 1904, faleceu no naufrágio do navio Sírrio quando retornava de Roma em 4 de agosto de 1906.

<sup>38</sup> D. Duarte Leopoldo e Silva, antigo cônego da Sé de São Paulo, auxiliar de d. José, fazia apenas dois anos que havia sido sagrado bispo de Curitiba, quando tomou posse na diocese de São Paulo. Natural de Taubaté, incluiu sua cidade natal no projeto de criação da Província Eclesiástica de São Paulo.

<sup>39</sup> VASCONCELOS, V. S. **História da Província Eclesiástica de São Paulo**. São Paulo: Saraiva, 1957, p. 100. D. Duarte Leopoldo e Silva é transferido de Curitiba para São Paulo em 18/12/1906 e tomou posse em 14/4/1907.

<sup>40</sup> Cardeal Pedro Gasparri (1852-1934) foi um dos mais influentes cardeais da Secretaria de Estado do Vaticano. Foi um dos responsáveis pela redação da obra Código de Direito Canônico, iniciada no pontificado de Pio X e

oposição à criação da Província<sup>41</sup> e que, em audiência com o cardeal Gasparri, este mostrou-se disposto a aceitar a execução do projeto. O cardeal Gasparri<sup>42</sup> deu um parecer contrário a Ribeirão Preto e sugeriu que ficasse sob a guarda de Campinas até conseguir o patrimônio. A posição contrária do cardeal é explicada porque Ribeirão Preto não conseguiu formar o patrimônio exigido conforme vamos ver adiante.

Um dos entraves para a divisão do território da diocese de São Paulo estava concentrado na questão econômica. D. Duarte fez o projeto de divisão para a criação de cinco dioceses, mantendo sob sua guarda o Santuário de Aparecida, uma importante fonte de renda para a diocese de São Paulo.

Como o Santuário estava no território da futura diocese de Taubaté, d. Duarte encontrou oposição dentro e fora do Brasil. Uma adesão importante a d. Duarte foi o cardeal Arcoverde, que endossou a proposta do bispo de São Paulo.<sup>43</sup> Um dos membros da Secretaria de Estado, o cardeal Rampolla<sup>44</sup>, deu parecer contrário ao Santuário continuar nas mãos da diocese de São Paulo.

O cardeal Arcoverde, para solucionar o problema e não prejudicar o bispo D. Duarte e o bispado de São Paulo, chegou a sugerir ao núncio que a diocese de Campinas fosse implantada mais tarde.<sup>45</sup>

D. Duarte recebeu outra adesão importante ao seu projeto, a do núncio d. Giulio Tonti, que encaminhou seu parecer para o secretário de Estado do Vaticano: “[...] supplico a dignarsi approvare il proposto progetto [...]”<sup>46</sup>, dando total apoio e pedindo para que fosse aprovado sem modificações.

A proposta de d. Duarte foi implantada em 1908 com algumas modificações. O Santuário de Aparecida ficou pertencendo à diocese de São Paulo depois de muita discussão e disputa com a diocese de Taubaté. As rendas do Santuário de Aparecida, mesmo em declínio, eram bastante atrativas para serem desprezadas, e os membros da Secretaria de Estado do Vaticano deram parecer favorável para d. Duarte como governante da futura arquidiocese,

promulgada por Bento XV. Exerceu o cargo de Secretário de Estado de 1914 a 1930. FLICHE, A & MARTIN, V. **História de La Iglesia**. El mundo secularizado. Valencia: Edicep, 1991, p. 259. v. XXV (2).

<sup>41</sup> SILVA, D. Duarte Leopoldo e Silva. Cópia do Diário de D. Duarte Leopoldo e Silva, p. 82. **Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo (ACMSP)**, São Paulo. (Pasta D. Duarte).

<sup>42</sup> PARECER da Secretaria de Estado do Vaticano, 15/março/1908, **ASV**. v. 6.

<sup>43</sup> ARCOVERDE, D. Joaquim. Correspondência ao Bispo de São Paulo D. Duarte Leopoldo e Silva, 26/jun./1907. **ACMSP**. (Pasta Cardeal Arcoverde).

<sup>44</sup> PARECER da Secretaria de Estado, 15/3/1908, **ASV**. v. 6.

<sup>45</sup> ARCOVERDE, D. Joaquim. Correspondência ao núncio Giulio Tonti, Rio de Janeiro, 3/maio/1906, **Archivio Segreto do Vaticano (ASgV)**. (Congregazione Concistoriale, Relat. Dioc. n. 687).

<sup>46</sup> BAVONA, Alessandro. Correspondência ao Secretário de Estado do Vaticano Raffaella Merry Du Val, Petrópolis, 21 gennaio 1908, **ASV**. fasc. 141.

apontando que São Paulo não poderia ficar desguarnecido de suas rendas principais para a manutenção do bispo, do seminário e do culto.

Em 26 de fevereiro de 1908, d. Duarte, em audiência com o Papa Pio X, apresentou o projeto de formação da Província Eclesiástica de São Paulo. O projeto foi bem recebido e abençoado por Pio X.

Duarte pediu ao Papa Pio X a faculdade de conferir a láurea de filosofia aos seus seminaristas, o que prontamente lhe foi concedido, estando assim constituída a Faculdade de Filosofia de São Paulo. O cardeal d. Arcoverde<sup>47</sup> confessou em uma carta para d. Duarte que gostaria de transformar o Seminário Central de São Paulo em uma universidade, nos moldes de Lovaina, na Bélgica, considerada como um modelo para o prelado.

A Faculdade de Filosofia passou a funcionar tendo como chanceler: o arcebispo d. Duarte Leopoldo e Silva; vice- chanceler: d. Miguel Kruse O.S.B. abade do mosteiro de São Bento; reitor: mons. dr. Maximiano da Silva Leite; secretário: padre dr. João Baptista de Siqueira; lente catedrático: padre dr. Sebastião Leme da Silveira Cintra.

Os triunfos de d. Duarte no Vaticano devem ser atribuídos aos seus esforços e de seus colaboradores, que prontamente prepararam os relatórios enviados a Sé Romana, para despachos internos.

Enquanto d. Duarte estava na missão especial em Roma, no Brasil, especialmente no Estado de São Paulo, novenas foram realizadas, os alunos do Seminário Central de São Paulo fizeram um tríduo a São José, missas foram celebradas em diferentes cidades e capelas para que a viagem de d. Duarte não fosse infrutífera. Era de interesse de muitas pessoas a divisão da diocese e por isso vemos essas manifestações por parte dos fiéis. O projeto de d. Duarte contou com o aval do cardeal d. Arcoverde e do núncio d. Giulio Tonti, o que representou um grande passo para a sua concretização.

Em 7 de junho de 1908, o Papa Pio X criava a Província Eclesiástica de São Paulo pelo decreto da Bula “*Diocesium Nimiam Amplitudinem.*” Na ocasião d. Duarte recebeu o título de arcebispo da Província de São Paulo que passou a arquidiocese com cinco dioceses sufragâneas: Taubaté, Campinas, Botucatu, São Carlos e Ribeirão Preto.

A criação das novas dioceses em 1908 e a posse dos cinco bispos da Província de São Paulo marcaram uma nova etapa para a Igreja paulista, que tinha à frente o dinâmico d. Duarte Leopoldo e Silva.

---

<sup>47</sup> ARCOVERDE, D. Joaquim. Correspondência a D. Duarte Leopoldo e Silva, 1907. ACMSP. (Pasta Cardeal Arcoverde).

### 1.1 A escolha dos Bispos

Enquanto tramitavam os procedimentos para a criação das novas dioceses, surgia o novo problema, a escolha dos Bispos que ocupariam os cargos. Estava iniciada a “caça” ao poder, pois não é sempre que se instalam cinco dioceses.

D. Nery conseguiu seu intento<sup>48</sup> e foi eleito para bispo de Campinas. Este episódio foi apenas um dentre tantos para a formação da Província Eclesiástica de São Paulo.

A situação de *status* de bispo era privilegiada na sociedade dos séculos passados e por isso a cobiça pelo cargo ficou expressa na correspondência entre a Secretaria do Estado no Vaticano e o núncio apostólico no Brasil.

Do ponto de vista eclesiástico, um bispo recebe a missão de santificar, ensinar e governar o povo de Deus. Na prática, o papel do bispo ia além de dirigir apenas os negócios eclesiásticos da região sob seu domínio. Compreendia, também, dirigir a ação cotidiana daqueles que estão sob os cuidados do Pastor em muitos aspectos, principalmente na questão moral. Ser o Pastor de uma sociedade exigia também um envolvimento nas questões mais cotidianas ligadas à política, sugerir os candidatos políticos mais adequados, exercer e incentivar a criação de obras de caridade para os pobres, atuar nas questões morais, etc...

Era realizada uma ampla pesquisa por meio de uma extensa rede de informações sobre o candidato e sua conduta moral e religiosa, cartas eram escritas pedindo informações a padres, bispos e leigos sobre os prováveis candidatos. As cartas de recomendação dos bispos e reitores de seminários tinham peso garantido em muitos casos de indicação. Por outro lado, denúncias de situação de vida que não condizia com as exigências morais eram sérios impedimentos para o exercício do cargo de bispo.

Essa correspondência faz parte do fundo da Nunciatura Apostólica dos Arquivos do Vaticano. No caso de d. João Nery, o procedimento era mais simples, bastava uma nomeação para o novo bispado, uma vez que ele já exercia o cargo de bispo de Pouso Alegre.

Em relação aos candidatos, estes requeriam não apenas a tutela de outros prelados, como também de pessoas influentes.

Entre as correspondências identificadas no Arquivo do Vaticano e endereçadas ao Núncio Giúlio Tonti, uma nos chamou a atenção: a carta do Sr. Augusto Mariano de Freitas<sup>49</sup>,

<sup>48</sup> D. Nery enviou uma carta ao Papa Pio X, pedindo para ser nomeado Bispo de Campinas: “[...] que humildemente fosse nomeado [...]”. NERY, d. João B. C. Correspondência ao Papa Pio X, Pouso Alegre 15/1/1904. **ASV**. Fasc. 116.

<sup>49</sup> FREITAS, Augusto Mariano. Correspondência ao Núncio Giulio Tonti, s/d., **ASgV-Nunziatura Apostólica in Brasile (ASgV-NAB)**. n. 100, fasc. 493. Não tenho referência sobre o Sr. Augusto Mariano de Freitas.

que faz um longo relato sobre os prelados. A respeito de d. Joaquim Arcoverde, escreve que na época em que governou a diocese de São Paulo tornou-se odioso de todos pelos descabros da administração, o que é mais humano do que divino. D. Duarte Leopoldo e Silva, um dos Bispos mais elogiados do início do século XX, foi considerado louco e doente pelo autor. A carta, num tom de fofoca, discorria sobre outros padres e dizia que era preciso nomear para bispo alguém que não comprometesse o núncio e que o antigo bispo d. Antonio Alvarenga, antes de morrer, havia indicado o mons. Manuel Vicente da Silva.<sup>50</sup> Mas tudo ficou esquecido, e a carta indicando mons. Manuel talvez não tenha chegado a Roma. O mesmo sr. Augusto Mariano acusa de alcoólatra o padre portador da carta para o Vaticano.

Quando d. Antonio Alvarenga faleceu, foi nomeado d. José de Camargo e Barros, para substituir o bispo de São Paulo. Anos mais tarde, com a criação da Província, mons. Manuel Vicente foi novamente preterido na escolha para chefiar um dos novos bispados, criados em São Paulo, em 1908. Indicações de amigos ressaltando qualidades e denegrindo os inimigos eram comuns entre a correspondência encontrada nos Arquivos do Vaticano.

O núncio, em carta dirigida ao Secretário de Estado do Vaticano<sup>51</sup>, afirmou que nem ele, nem a Secretaria de Estado e nem mesmo o Vaticano conheciam a verdadeira realidade do interior do Brasil a não ser superficialmente e que, salvo exceções, os bispos do Norte estavam na mesma posição sem poder opinar sobre a criação ou não de bispados no interior de São Paulo. Mas eram evidentes a todos o aumento da população, a chegada de imigrantes protestantes e católicos e o crescimento das cidades na região cafeeira, o que impunha uma situação urgente que exigia da Igreja uma resposta rápida.

As mudanças no quadro político e econômico refletiam-se na disputa de poder na esfera da Igreja, e cartas indicando os padres para ocupar cargos e denegrindo a imagem de outros, mesmo bispos, constituíam situações corriqueiras entre os prelados, fossem de alto ou baixo escalão. As fontes consultadas e arroladas nesta pesquisa revelam o quanto muitos prelados estavam mais interessados em questões mundanas do que preocupados com melhorias para suas comunidades, discutindo problemas de evangelização. Por isso, nos planos do Vaticano, os candidatos para as novas dioceses deveriam apresentar alguns pré-requisitos tais como serem arrojados, instruídos nos moldes da romanização, capazes de

---

<sup>50</sup> Mons. Manuel Vicente da Silva nasceu em 8/3/1851, estudou no seminário de São Paulo, local em que foi professor, considerado grande orador, filósofo polemista. Exerceu cargo de vigário-geral com D. Alvarenga e depois vigário capitular. **A Igreja nos quatro séculos de São Paulo**. 1554-1954. São Paulo: Documentários Nacionais, 1955, p. 106.

<sup>51</sup> TONTI, Giulio. Correspondência ao Secretário de Estado do Vaticano Rafael Merry Du Val, Petrópolis 15/set./1905. **ASV**. fasc. 129

enfrentar a situação de reorganização que a Igreja estava às voltas com a Proclamação da República, portanto, situação de adversidade.

O núncio era pressionado pelas indicações de todos os lados: do cardeal no Rio de Janeiro, dos bispos, de outros prelados e até por fiéis leigos. Os pareceres de um núncio tinham grande poder de veto sobre os nomes dos eleitos.

Os candidatos passavam por uma sabatina em que, por meio de diferentes pessoas consultadas, suas vidas eram esquadrihadas, como um processo de Gêneres<sup>52</sup> que os habilitava para serem sacerdotes. Reitores de seminários, leigos, amigos, eram convidados a dar seu parecer.

Os Bispos que assumiram na Província Eclesiástica de São Paulo: Campinas – d. João Batista Correa Nery, e Ribeirão Preto – d. Alberto José Gonçalves, estudaram no Seminário de São Paulo; o de Botucatu - d. Lúcio Antunes de Sousa, e o de Taubaté – d. Epaminondas Nunes de Ávila e Silva, são frutos do Seminário de Diamantina, e somente d. José Marcondes Homem de Melo, bispo de São Carlos, era procedente do colégio Caraça, em Minas Gerais. Como se vê, nenhum deles realizou estudos no exterior. A formação destes novos prelados esteve marcada pelos atritos que a Igreja viveu no fim do Império. No seminário, a vida destes jovens já era indício de quem seriam seus padrinhos e da suposta carreira que poderiam desenvolver no seio da Igreja.<sup>53</sup>

Escolhidos pela Santa Sé, possuíam vínculos com a elite eclesiástica e civil do país e, organizaram suas dioceses com novas paróquias, associações de leigos, construíram Igrejas, criaram jornais ou boletins informativos, realizaram visitas pastorais, deram regulamento às fábricas das matrizes, construíram palácios, novas catedrais, colocaram em prática um plano de empreendimentos para a organização de suas dioceses.

Os bispos das dioceses paulistas, assim como outros bispos do Brasil, enfrentaram também o crescimento do espiritismo, da maçonaria e dos avanços da sociedade laica no campo do ensino, nas tentativas de instituir o divórcio, pondo fim ao casamento tal como o concebia a Igreja. Estes, e outros males, foram relacionados na obra do padre Desidério Deschand<sup>54</sup>, que traça uma análise dos problemas da Igreja no Brasil no início do século XX.

A criação da Província Eclesiástica contribuiu para uma atuação mais fecunda dos bispos e do clero em geral. Ao longo das décadas que se seguiram, os maiores beneficiários foram os leigos que tiveram um bispo mais próximo de suas cidades. Claro que os bispos não

---

<sup>52</sup> Processo de Gêneres - documento preparado pela Igreja em que a vida do candidato ao sacerdócio era considerada apta ou não a receber o sacramento da ordem.

<sup>53</sup> MICELI, S. *A Elite Eclesiástica Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p. 109-122.

<sup>54</sup> DESCHAND, D. *A situação actual da religião no Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1910.

impediram em suas comunidades a crescente secularização da Igreja, mas auxiliaram a desenvolver uma atuação maior da Igreja em muitos aspectos da sociedade.

D. Duarte, como prêmio pelo êxito da execução do projeto da criação da arquidiocese, foi nomeado primeiro arcebispo de São Paulo.

Em seu *Diário*<sup>55</sup>, afirmou que isso era secundário, o importante mesmo estava em cumprir a missão a que fora destinado: dividir a ampla diocese para melhorar a fé cristã. D. Duarte tentou dar a impressão de que ser nomeado arcebispo pouco significava, quando na realidade sabemos que o alto título acabou lhe conferindo um destaque muito maior entre a elite eclesiástica. No início do século XX, o papel desempenhado por um arcebispo diante da província eclesiástica era mais consistente, todos os novos bispos se reportavam ao arcebispo nas mais variadas instâncias e esperavam dele uma pronta resposta.

### 1.2 O Bispado de Ribeirão Preto

“Convirá fazer em Ribeirão Preto, a sede da futura diocese, que se pensava collocar em Batatais, que não tem elementos próprios.”<sup>56</sup> A frase do cardeal Arcoverde, em carta para o bispo de São Paulo, d. Duarte, explicava os argumentos da escolha da cidade de Ribeirão Preto, para sede de bispado, em detrimento da cidade de Batatais, por parte da hierarquia da Igreja católica.

A instalação do bispado em Ribeirão Preto ocorreu num contexto de grande desenvolvimento político, social e crescimento econômico produzido pela expansão cafeeira no “oeste paulista.”<sup>57</sup>

A freguesia de Ribeirão Preto foi criada pela Lei n. 51, de 2 de julho de 1870, passando a Vila em menos de um ano, a 12 de abril de 1871, a cidade, em 1º. de abril de 1889. Com o crescimento, a cidade de Ribeirão Preto ganhou ares de metrópole e passou a ser conhecida como “Capital do Eldorado Paulista”, “Capital do Café”, “Capital do Ouro Verde.”

Contemporânea ao momento político, a vida eclesiástica começou a organizar-se depois da criação da paróquia de São Sebastião do Ribeirão Preto. Em 16 de julho de 1870,

<sup>55</sup> ACMSP, São Paulo (Pasta D. Duarte).

<sup>56</sup> ARCOVERDE, D. Joaquim. Correspondência ao Bispo de São Paulo D. Duarte Leopoldo e Silva, 10/abril/1907. ACMSP, São Paulo. (Pasta D. Arcoverde).

<sup>57</sup> WALKER, Thomas W. & BARBOSA, Agnaldo de S. **Dos Coronéis à Metrópole**. Fios e tramas da sociedade e política em Ribeirão Preto no século XX. Trad. Mariana C. Magri. Ribeirão Preto-SP: Palavra Mágica, 2000; LOPES, L. S. A formação do Município de Ribeirão Preto e o surgimento do comércio e da indústria. In: **1904-2004 Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto**. Um espelho de cem anos. Ribeirão Preto-SP: São Francisco, 2004. Os autores de ambas as obras trabalham o crescimento econômico da cidade de Ribeirão Preto no momento da criação do bispado.

em provisão passada em São Paulo, o arcediogo da catedral, dr. Joaquim Manoel G. D'Andrade, instituiu canonicamente a paróquia de São Sebastião do Ribeirão Preto, que teve como primeiro pároco padre Ângelo Philidory Torres.<sup>58</sup> A criação da paróquia tinha a finalidade de organizar o culto e tornar o padre mais presente dirigindo as atividades religiosas, tais como batizados e casamentos e incentivando as práticas de piedade dos seus fiéis, como uma maior participação nas celebrações eucarísticas, oficializando matrimônios, administrando outros sacramentos, celebrando novenas, procissões e terços.

Na segunda metade do século XIX, a Igreja no Brasil começava a vivenciar novas formas de práticas de piedade e devoção.

As diretrizes emanadas por Roma e a fundação do Colégio Pio Latino Americano em Roma, no ano de 1853, efetivaram algumas mudanças ao contribuírem para a transformação no perfil do clero. “Do Pio Latino sairá boa parte da nova hierarquia, já sem traços de galicanismo e de projetos de Igrejas ‘nacionais’, afinada com as diretrizes da Santa Sé e reticente, quando não abertamente hostil, as políticas religiosas dos Estados nacionais.”<sup>59</sup>

O clero formado na Europa chegava ao Brasil imbuído de uma visão clerical em que o poder estava centrado nas mãos dos padres. A criação de paróquias depois da Proclamação da República, também a criação de bispados, além das questões políticas, veio resolver a demanda ocasionada pela expansão da fronteira agrícola paulista. O aumento populacional que gerou imensos espaços não ocupados sistematicamente pela Igreja católica, transformados em objetos de disputas com outras religiões, cristãs ou não.

A cidade de Ribeirão Preto que cresceu a partir da segunda metade do século XIX, no início do século XX, era considerada como pólo regional. As atividades comerciais, industriais, culturais começaram a despontar, trazendo consigo uma rápida urbanização e expansão populacional ocasionada pela vinda de milhares de imigrantes.<sup>60</sup> A vida cultural e os entretenimentos contavam com as festas sacras, mas, a partir do século XX, uma intensa vida noturna<sup>61</sup> foi-se fazendo presente em Ribeirão Preto, disputando a primazia com as festas sacras.

<sup>58</sup> CORREIA, F. de A. **História da Arquidiocese de Ribeirão Preto**. Franca-SP: Santa Rita, 1983.

<sup>59</sup> BEOZZO, José Oscar. A Igreja frente aos Estados Liberais 1880-1930. In: DUSSEL, E. (Org.). **Historia Liberationes: 500 anos de História da Igreja na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1992, p. 195.

<sup>60</sup> GUIÃO, J. R. (Org.). **O Município e a Cidade de Ribeirão Preto na comemoração do 1º Centenário da Independência Nacional (1822-1922)**. Ribeirão Preto: Câmara Municipal, 1923; BORGES, M. E. **A pintura na capital do café**. Franca: Unesp, 1999. (entre outras obras sugeridas na bibliografia citada e consultada.)

<sup>61</sup> SILVA, B. L. **O Rei da Noite na Eldorado Paulista: François Cassoulet e os entretenimentos noturnos em Ribeirão Preto 1880-1930**. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca-SP, 2000; TUON, L. I. **O cotidiano cultural em Ribeirão Preto 1880-1920**. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca-SP, 1997.

Trazida pela necessidade de escoamento da produção cafeeira com mais rapidez, destinada à exportação, em 1883, chegou à região de Ribeirão Preto a ferrovia *Mogiana*. Esta e seus ramais, que se estendiam para Franca e Igarapava, alcançando até mesmo Uberaba, no Estado de Minas Gerais, ajudaram a concretizar o fecundo povoamento e ocupação da região nordeste do Estado de São Paulo.<sup>62</sup> A ferrovia favoreceu a circulação mais rápida de mercadorias, pessoas e idéias.

Estávamos na 1<sup>a</sup>. República e os grandes cafeicultores dominavam o cenário político da região de Ribeirão Preto. Nas primeiras décadas do século XX, o poder político na região manteve-se solidamente nas mãos do chefe político local, coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, mais conhecido como “Quinzinho Junqueira.” Era ele quem dominava o cenário político no momento da criação do bispado, apesar dos esforços de seu oponente, Francisco Schmidt.<sup>63</sup> Significativamente ambos fizeram parte da Comissão organizada para a construção da matriz, em agosto de 1900. Na comissão, Francisco Schmidt foi o presidente, e Quinzinho Junqueira, membro da mesa.

Em 1907, durante a visita de d. Duarte Leopoldo e Silva a Ribeirão Preto, foi organizada uma nova Comissão, liderada por monsenhor Joaquim Antônio de Siqueira, para angariar um patrimônio para a futura diocese, mais uma vez Schmidt e Quinzinho Junqueira estiveram juntos, apesar de adversários, ou por isso mesmo.

É significativo ressaltar que, no momento da criação da diocese, na região existissem políticos como Altino Arantes e Washington Luís. Ambos tinham suas bases políticas em Batatais e, sem dúvida, participavam também das articulações políticas na cidade vizinha de Ribeirão Preto. Altino Arantes esteve presente na posse do bispo em 1909, representando o povo no discurso de acolhida ao bispo d. Alberto, exatamente cinco anos depois de ter participado de um abaixo-assinado, pedindo a criação da diocese na cidade de Batatais.<sup>64</sup>

O alto episcopado católico no Brasil estava de acordo, em 1907, em que Ribeirão Preto constituía a cidade mais indicada para abrigar a sede do novo bispado na região.

Apesar de Batatais ter reunido alguns dos elementos que até então eram considerados necessários para a instalação de um bispado, ou seja, possuía Igreja matriz e patrimônio, não foi a cidade escolhida. O núncio d. Giulio Tonti, o cardeal Arcoverde e d. Duarte apresentaram à Secretaria de Estado do Vaticano e ao papa Pio X a cidade de Ribeirão

---

<sup>62</sup> MATOS, O N. de. *Café e ferrovias*. São Paulo: Alfa Omega, 1974, p. 77.

<sup>63</sup> WALKER, T. & BARBOSA, A de S. *Dos coronéis à metrópole*; fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000, p. 43.

<sup>64</sup> MEMORIAL a Sua santidade Papa Pio X. ASV. fasc. 111.

Preto como a mais adequada para sediar um bispado na região. Sede distrital federal e estadual, ela reunia também dois dos principais políticos da região naquela ocasião: Quinzinho Junqueira e Francisco Schmidt, ambos influentes, inimigos, mas ambos católicos.<sup>65</sup>

Apesar de Ribeirão Preto não possuir patrimônio, catedral e residência adequada para o bispo, não representou um empecilho para d. Duarte e a Santa Sé na escolha da nova diocese. Os “elementos próprios” que Ribeirão Preto possuía, segundo o cardeal Arcoverde, estavam concentrados principalmente no crescimento urbano, na riqueza gerada pela cafeicultura e na centralização geográfica, como pólo regional que cada vez mais se destacava. Para a Secretaria de Estado do Vaticano, a região de Ribeirão era considerada rica, industriosa e, portanto, o bispo nomeado não teria problemas para organizar o patrimônio, que estava aos olhos da Secretaria em segundo plano. A execução do projeto de criação e instalação da diocese não esteve vinculada à riqueza cafeeira cobiçada por quase todos aqueles que se dirigiram para a região. A Igreja precisava de dinheiro, mas o bispado foi feito sem obter os fundos considerados necessários e obrigatórios conforme recomenda a tradição. Com toda essa condição, uma questão torna-se fundamental: porque a região considerada rica não contribuiu para a formação do patrimônio?

Os donos do poder político na região, em sua maioria, também o eram do econômico. Um exemplo era o coronel Quinzinho Junqueira, de família tradicional na região, grande proprietário de terras e produtor de café, chefe do Partido Republicano de Ribeirão Preto durante toda a República Velha até 1930, quando renunciou, e ainda assim continuou à frente do poder político. Como chefe político, participou na escolha dos candidatos locais e regionais aos cargos de prefeitos, vereadores, deputados, senadores e apoiando candidatos a presidência, indicando nomes para ocupar cargos no governo, etc... Considerado como um político conservador, era chamado de *chefão*. Os pesquisadores Walker e Barbosa<sup>66</sup> resumem, em uma palavra, Quinzinho Junqueira: *prestígio*. Católico, como a grande maioria da população naquele momento, participou das comissões formadas para a instalação do bispado, mas não encontramos em sua correspondência dados de que ele houvesse se empenhado pessoalmente para a sua criação.<sup>67</sup>

O outro chefe político local, Francisco Schmidt, de origem humilde, imigrante alemão, veio para o Brasil com os pais, aos seis anos de idade. Chegou a Ribeirão Preto no fim do século XIX e, em pouco tempo, tornou-se dono de uma fortuna considerável, que ficou

---

<sup>65</sup> SOUZA, Wlaumir. **Democracia bandeirante**. Distritos eleitorais do Império à Primeira República. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara-SP, 2003.

<sup>66</sup> WALKER, T. & BARBOSA, A de S., 2000, p. 63.

<sup>67</sup> **Arquivo Público do Estado de São Paulo**. Arquivo Privado do Cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira.

conhecido como o “rei do café”. Seus amigos o consideravam um homem cheio de compaixão e humanidade.<sup>68</sup>

Francisco Schmidt também fez parte das comissões locais para auxiliar na instalação do Bispado. Recebeu e hospedou, em 1907, o bispo de São Paulo, d. Duarte, em seu palacete, durante sua estada em Ribeirão Preto, oferecendo um banquete de cinquenta talheres, no dia 21 de maio de 1907, à elite local. Dois anos depois, foi a vez de d. Alberto José Gonçalves ser recebido no mesmo palacete, quando chegou a Ribeirão Preto, para tomar posse do bispado.

### *1.3 Em busca das condições para a formação do bispado de Ribeirão Preto*

Quando visitou Ribeirão Preto e outras cidades do Estado, d. Duarte, estava colocando em prática a tese que havia esboçado ao assumir a diocese de São Paulo, de dividir para governar, que ele acreditava ser o lema dos fortes. A idéia da divisão pertencia a seus antecessores, mas a concretização do projeto ocorreu no governo de d. Duarte. Sua tese caminhava ao encontro da política estabelecida pelo Papa Pio X, restaurar o reinado de Cristo na terra.

Para fundar uma nova diocese, era necessário obter alguns requisitos, entre eles, um patrimônio para sustentá-la. A formação do patrimônio da diocese de Ribeirão Preto não foi tarefa fácil, sendo dividida em duas etapas: a preparação inicial antes da criação da diocese, em Ribeirão Preto, e a segunda etapa com a chegada do bispo nomeado.

Na primeira etapa, d. Duarte Leopoldo e Silva, bispo de São Paulo, e o vigário de Ribeirão Preto, mons. Joaquim Antonio de Siqueira, foram os grandes protagonistas. Depois de 1909, o bispo d. Alberto se encarregou de organizar o patrimônio da diocese.

Em maio de 1907, durante a visita de d. Duarte a Ribeirão Preto, preparando a criação do bispado, foram feitas algumas sugestões, apresentadas pelo dr. Enéas da Silva, um dos vereadores da cidade. O cônego Ezequias Fontoura<sup>69</sup>, que acompanhava d. Duarte, combateu a idéia do dr. Enéas e sugeriu que a comissão formada em Ribeirão Preto tivesse poderes sobre as comissões paroquiais. A idéia do cônego Ezequias partia do princípio de que uma comissão central tinha poderes para coordenar atividades em prol do tema: angariar os fundos necessários. Uma vez que não houvesse uma centralização na coordenação, as

---

<sup>68</sup> WALKER, T. & BARBOSA, A de S., 2000, p. 62.

<sup>69</sup> Cônego Ezequias Galvão da Fontoura nasceu na cidade paulista de Itu, em 23 de novembro de 1842, recebeu o presbiterato em 1864, exercendo vários cargos na hierarquia da Igreja, dentre eles, professor do seminário central e o de vigário capitular.

comissões atuariam independentes, o que poderia não ser produtivo. Prevaleceu a idéia do cônego Ezequias Fontoura, certamente endossada por d. Duarte. A partir desta reunião, com alguns acertos e sugestões, criou-se uma Comissão Central em Ribeirão Preto e coube a ela nomear e coordenar as comissões paroquiais.<sup>70</sup> Para presidente da comissão central designou-se o mons. Joaquim Siqueira, para o cargo de secretário, o padre Euclides Gomes Carneiro, e como tesoureiro, o coronel Antonio Vicente Ferraz de Sampaio, seguida de vários homens proeminentes da sociedade. Dois dos cargos principais ficavam nas mãos do clero local, indicando que as diretrizes eram em sua maioria tomadas pelos representantes da Igreja.

Integravam a comissão em Ribeirão Preto, organizada por d. Duarte, além dos citados: Cel. Francisco M. Junqueira, Cel. J. Alves da Costa Junior, Tte. Cel. Durval V. de Souza, Com. José Manuel Mendes, Dr. Afonso Geribello, Álvaro Motta, Teodomiro Uchoa, Cap. Antonio P. da Silva Junior, J. A de Almeida Macuco, Dr. Afonso Gama, Antonio G. de Freitas, Dr. Antonio R. Guião, Osório de Siqueira, Tte. Cel. Saturnino de Carvalho, Dr. Floriano L. Ribeiro, Cel. Francisco Schmidt, Cel. Joaquim da Cunha Junqueira, Victal Antonio de Paiva, Dr. Augusto Loyolla, Cel. Domingos V. de Andrade, Cel. Eliseu C. Pinto, Cel. Manoel Maximiano, Cel. J. Firmino de A. Junqueira, Cel. J. Bueno, José V. Martins e Luis Baptista, que representavam a elite política e econômica da cidade de Ribeirão Preto. As comissões principais eram compostas pelos homens, e as auxiliares, pelas mulheres.<sup>71</sup>

A elite ribeirã pretana que integrava as comissões pouco ou quase nada fez em conjunto para angariar os fundos necessários junto à municipalidade. Os relatórios da Secretaria de Estado do Vaticano e de monsenhor Siqueira levam a concluir que a única forma de contribuição efetiva da comissão foi feita de maneira individual.

O vigário de Ribeirão Preto, mons. Siqueira, não havia medido esforços para a concretização do projeto. Ele fez um levantamento a pedido do bispo sobre as condições das paróquias e capelas do futuro bispado, para mapear e organizar a formação do fundo patrimonial para a constituição da “fábrica do bispado.”<sup>72</sup>

Em carta publicada no jornal “*A Cidade*”, datada de 26 de junho de 1907, ficou claro como d. Duarte delegou amplas faculdades para que Monsenhor Siqueira trabalhasse em

<sup>70</sup> LAURIANO, J. **Fundação e Instalação do Bispado de Ribeirão Preto**. (1906-1909) Ribeirão Preto: Cúria Metropolitana, [s/d], p. 27-28.

<sup>71</sup> As mulheres formaram Comissões Auxiliares, subordinadas à masculina, concessão de d. Duarte para aquelas que administravam seus bens. Essa submissão segue a tônica da sociedade do início do século XX em que a condição da mulher tinha por base uma ampla submissão ao homem: pai, marido, irmãos, tios. A Comissão Auxiliar feminina de Ribeirão Preto era chefiada pelas sras. D. Iria Junqueira e D. Francisca do Val. As duas senhoras, proprietárias de terras, representavam a elite feminina local.

<sup>72</sup> Fábrica: termo técnico que se refere ao patrimônio cuja renda permitiria a existência e independência financeira de uma diocese.

prol da obra da formação do patrimônio da diocese: “Satisfazendo ao pedido de V. Revma., envio-lhe a lista das paróquias pertencentes à nova diocese, dando-lhe amplas faculdades para fazer o que lhe aconselhar o seu bom espírito em favor de tão boa causa.”<sup>73</sup>

A carta que d. Duarte enviou a mons. Siqueira teve uma boa repercussão na região, conforme mensagem do padre Evaristo de Moraes, de Cravinhos, que enalteceu o trabalho de d. Duarte e de monsenhor Siqueira, ressaltando que as paróquias deveriam e poderiam contribuir para formar o patrimônio da diocese. Para o padre Evaristo “[...] um Bispado é um verdadeiro progresso, é um grande passo para a civilização e engrandecimento de uma cidade”<sup>74</sup>, enfatizando que a presença de um bispo poderia ser benéfica e trazer progressos para a cidade.

Mons. Siqueira era apenas o vigário da matriz de São Sebastião do Ribeirão Preto e não exercia influência e poder sobre as outras matrizes e seus párocos. Por isso, a delegação de poderes para liderar a comissão foi fundamental.

O bispo de São Paulo precisava de pessoas que trabalhassem para ele no interior, organizando o patrimônio para viabilizar a execução do projeto de criação da Província Eclesiástica. No caso de Ribeirão Preto, a opção de d. Duarte foi escolher o pároco da matriz, mons. Joaquim Antonio de Siqueira, para estar à frente do projeto.

D. Duarte declarou que se responsabilizou perante a Santa Sé, empenhando sua palavra para garantir a criação do bispado de Ribeirão Preto e o patrimônio necessário e que “[...] não admito sequer a hipótese de me ver collocado numa situação desagradável [...]”<sup>75</sup> O que d. Duarte não admitiu era que, depois de todo seu trabalho perante a Nunciatura Apostólica e da Secretaria de Estado do Vaticano, necessitasse voltar atrás por causa da ausência de um patrimônio para a instalação da diocese, justamente na cidade considerada uma das mais promissoras do Estado de São Paulo.

No entanto, a confiança dos líderes da Igreja no êxito do trabalho de base de monsenhor Siqueira para angariar os fundos, na realidade, não era plena. d. Joaquim Arcoverde, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, escreveu a d. Duarte sobre os problemas enfrentados na criação dos cinco novos bispados e, sobre Ribeirão Preto, afirma:

Não vi porém, cousa que inspirasse confiança em Ribeirão Preto. Há notável diferença entre o modo como se houve o passo em outras cidades e o

<sup>73</sup> O BISPADO. Carta de São Paulo de d. Duarte a mons. Siqueira. **A Cidade**, Ribeirão Preto-SP, 29/jun./1907.

<sup>74</sup> CARTA DO Pe. EVARISTO MORAES a mons. Siqueira. **A Cidade**, Ribeirão Preto-SP, 30/jun./1907.

<sup>75</sup> SILVA, D. Duarte Leopoldo e. Correspondência a monsenhor Joaquim Siqueira, 26/jun./1907. Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto-SP, Fundo José Pedro de Miranda (APHRP-FJPM), Ribeirão Preto-SP.

seguido em Ribeirão Preto. Convém contudo crear alli uma diocese, si não aquillo se perde. V. Excia. mesmo reconheceu essa necessidade. O vigário de Ribeirão Preto é um santo, mas não infunde entusiasmo.<sup>76</sup>

As dificuldades enfrentadas, o descaso encontrado e os relatórios deixaram claro: o mons. Siqueira não foi capaz de realizar a contento a tarefa que d. Duarte o encarregou. É possível que o conteúdo da correspondência entre o cardeal d. Arcoverde e o bispo d. Duarte, a respeito da incapacidade de mons. Siqueira, jamais tenha chegado ao seu conhecimento.

O que não se pode negar é o empenho de mons. Siqueira. Em tempos de poucas ou quase nenhuma estrada, “a Mogiana”, melhor meio de transporte da época, não chegava a todas as localidades; mas ele visitou pessoalmente vinte e duas das trinta e cinco paróquias que integrariam a diocese, formando comissões locais, tentando agilizar o patrimônio. O esforço do padre não teve resultados satisfatórios aos olhos da cúria em São Paulo, porque não rendeu o dinheiro necessário à formação do patrimônio. Nem mesmo na cidade em que ele era o pároco, e que abrigaria a sede do bispado, mons. Siqueira convenceu os membros da Câmara Municipal para contribuir na formação do patrimônio da diocese, conforme vamos ver adiante.

Monsenhor Lauriano, em seu estudo sobre a criação da diocese transcreveu integralmente a lista das paróquias com as comissões que foram formadas por Monsenhor Siqueira em 1907:

1- No dia 12 de Julho de 1907, realizou-se uma reunião na matriz do Bom Jesus da Cana Verde de Batatais, na qual foi nomeada a Comissão pró-patrimônio, composta do seguinte modo: Presidente: Padre José Lafayette de Godoy. Membros: Cel. Manuel Theodolino do Carmo, Cap. Ovídio de Lima, Cap. Francisco Moreira.

2- No dia 18 de Julho, em reunião semelhante foi constituída a Comissão da paróquia de Rifaina, assim organizada: Presidente: Vigário Padre Canuto Amarante. Membros: José Pedro de Carvalho Guimarães, Nicolau Miranda, Adolfo Quirino Borges.

---

<sup>76</sup>ARCOVERDE, D. Joaquim. Correspondência a D. Duarte Leopoldo e Silva, 26/maio/1907. ACMSP, São Paulo. (Pasta Cardeal Joaquim Arcoverde).

3- No dia 21 de Julho, igual providência foi tomada com relação à paróquia do Patrocínio do Sapucaí, resultando a Comissão seguinte: Presidente: Vigário Padre Heriberto Goethers. Membros: João Villela dos Reis, José Candido de Figueiredo, Antonio Goulart d'Andrade. Comissão feminina: Dna. Balbina Lacerda Monteiro, Maria Lunfonsina dos Reis, Maria Cândida Rosa, Maria José de Freitas.

4- No dia 24 de Julho é a vez de Franca, em cuja paróquia ficou constituída a seguinte Comissão: Presidente: Vigário Padre Alonso Ferreira de Carvalho. Membros: Major João Caetano Alves, Cel. Antonio Jacintho da Silva, Tte. Cel. J. Pedro de Faria.

5- São José da Bela Vista teve a sua Comissão constituída no dia 25 de Julho, com a seguinte composição: Presidente: Vigário Padre Modesto da Costa Mont-Serrat. Membros: Cel. Joaquim Antonio Garcia, Joaquim Garcia Lopes da Silva Junior, Cel. Anselmo da Silva Lopes Diniz.

6- No dia 28 de Julho de 1907 organizou-se a Comissão da paróquia de Brodowski, assim constituída: Presidente: Comendador Manoel Bueno da Rocha Soares, Reinaldo Salles Oliveira, Antonio Leite de Oliveira, Joaquim de Souza Neves.<sup>77</sup>

Em relação às outras paróquias da futura diocese, mons. Lauriano informou que nada encontrou no arquivo da cúria. A ausência de outras informações sobre essas comissões nos levou a refletir sobre a sua verdadeira atuação, se é que tiveram.

Os relatórios enviados por mons. Siqueira ao bispo d. Duarte não esclareceram se, e com quanto, cada uma das comissões paroquiais contribuiu. Podemos afirmar, ao analisar os nomes dos membros, que as comissões estavam formadas pelas elites locais. Não conseguimos esclarecer mais sobre o assunto com a documentação consultada no Brasil e nos Arquivos do Vaticano. A contribuição pecuniária das comissões permaneceu até agora uma incógnita. Mas, levando em consideração que o bispado foi instituído sem o patrimônio formado, o papel delas foi praticamente nulo, uma vez que não conseguiram formar o patrimônio conforme as exigências do Vaticano.

---

<sup>77</sup> LAURIANO, J. **Fundação e Instalação do Bispado de Ribeirão Preto (1906-1909)**, p. 38-39.

No entanto, vale a pena comentar algumas comissões: a de Patrocínio Paulista foi a segunda paróquia identificada depois de Ribeirão Preto, na lista arrolada por Monsenhor Lauriano, que contou com uma comissão feminina. No livro de Tombo<sup>78</sup> da Paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio, não há nenhuma referência sobre as comissões masculina ou feminina. As mulheres de outras paróquias podiam e deveriam também ter contribuído de alguma maneira, mas a ausência de fontes impede de afirmar. A participação das mulheres era algo bastante inédito para a época, principalmente em se tratando de uma cidade pequena como era a Patrocínio do Sapucahy, em 1907.

Na comissão de Batatais estavam os representantes que fizeram parte do abaixo-assinado em 1903, enviado ao Vaticano<sup>79</sup>, com o projeto de criação da diocese de Batatais: padre Lafayette de Godoy (vigário paroquial), Cel. Manoel Theodolino do Carmo (capitalista), Cap. Ovídio de Lima (1º. tabelião), Cap. Francisco Moreira (escrivão da coletoria). Estaria a comissão de Batatais verdadeiramente interessada em angariar fundos para constituir o patrimônio para Ribeirão Preto? Em 1903, os mesmos senhores, junto com outros, haviam assinado um pedido e enviado à Secretaria de Estado do Vaticano, para que a cidade de Batatais fosse sede de bispado e adiantaram ao núncio d. Giúlio Tonti que o patrimônio não constituía problema para ser formado. O padre Lafayette de Godoy, da matriz de Batatais, afirmou que garantia a quantia exigida pela Santa Sé, de cem contos de réis<sup>80</sup> para o patrimônio.

Quando monsenhor Siqueira alegou que quase não teve retorno das cidades, não especificava quais, mas Batatais certamente era uma das candidatas a boicotar uma ajuda financeira para o patrimônio de Ribeirão Preto. Que motivos teriam Batatais e o pároco Lafayette de Godoy para contribuir com Ribeirão Preto? Diante das circunstâncias, nenhum, uma vez que se chegou a anunciar que a cidade fora escolhida para sediar o bispado. A morte do bispo d. José, em 14 de agosto de 1906, contribuiu para impedir que Batatais, fosse elevada à categoria de bispado. Nos bastidores do Vaticano, a cidade estava indicada para abrigar a sede do bispado junto com Campinas, Taubaté e Botucatu, de acordo com os relatórios da Secretaria de Estado do Vaticano.<sup>81</sup>

E quanto às outras paróquias, que vantagens poderiam ter com uma sede do bispado mais próxima? A presença mais constante de um bispo poderia deixar os párocos

---

<sup>78</sup> LIVRO de Tombo n. 1 Matriz de Nossa Senhora do Patrocínio. **Arquivo da Cúria Diocesana de Franca (ACDFr-SP)**, Franca-SP.

<sup>79</sup> ASV. fasc. 111.

<sup>80</sup> PROGETTO di Diocesi in Batataes. **ASgV-NAB**. n. 101, fasc. 500.

<sup>81</sup> Cf: Indice delle sezioni – Brasile. **ASV**. v. 62.

mais vigiados, o que não soava muito interessante para alguns vigários, cuja distância do bispo favorecia um exercício de poder quase ilimitado. Por outro aspecto, é possível apontar algumas facilidades, tais como a presença mais próxima do bispo para resolver problemas que às vezes se arrastavam em razão das grandes distâncias. As visitas dos bispos poderiam ser realizadas mais frequentemente, como de fato o foram, depois da chegada de d. Alberto ao bispado de Ribeirão Preto.

Analisando a suposta facilidade com a presença do bispo, isso não significava que as cidades estivessem dispostas a contribuir com dinheiro para o patrimônio. Os relatórios de mons. Siqueira deixaram claro que havia uma crise econômica na região, conseqüentemente, escassez de recursos, necessitando manter ajuda nas paróquias, manter o culto em suas matrizes e ou capelas; algumas estavam velhas, eram pequenas e precisavam de reformas, ou de construir um novo templo. Um novo empreendimento gerava gastos e caberia aos fiéis arcar com mais um custo, o que nem sempre era tarefa fácil, visto que muitos não viam com bons olhos aumentar o patrimônio da Igreja católica.

Os resultados das visitas de mons. Siqueira às paróquias foram transformados em relatórios enviados a d. Duarte. Esses relatórios fizeram parte da documentação enviada ao Vaticano junto com o pedido de criação das dioceses.<sup>82</sup> Em um deles, monsenhor Siqueira esclareceu que enviou cartas aos párocos, pedindo uma ajuda pecuniária para a formação do patrimônio e que fracassou na missão, pois as respostas não trouxeram bons resultados, pois somente oito vigários responderam o que o levou a considerar algumas cartas desanimadoras. Ele alegou o fracasso da missão enumerando alguns fatores: não se considerava a pessoa indicada para tal empreendimento, explicou que havia uma crise agrícola que se abatera na região, que devia ser considerada como uma das principais causas também a falta de sentimento religioso por parte da população. O retrato que fez das pessoas da região, formada com muitos forasteiros, era de aventureiros que queriam apenas o enriquecimento fácil.

---

<sup>82</sup> SIQUEIRA, Mons. Joaquim Antonio de. Correspondência ao bispo d. Duarte, 12/jan.1908. ACMSP, São Paulo. (Pasta Ribeirão Preto).

O último ponto descrito por mons. Siqueira era considerado preocupante pela Igreja, por isso exigia prontamente a criação da nova diocese para que fossem evangelizadas as gentes, disciplinando-as na fé cristã, antes mesmo que outras crenças conseguissem alcançar essas pessoas, arregimentando-as para si. O medo de perder espaço numa sociedade em que as forças estranhas ao catolicismo ganharam terreno com o advento da República, em que as novas crenças estavam livres para se estabelecer em qualquer lugar, significou uma reviravolta nos planos iniciais para a criação de um ou dois bispados no Estado de São Paulo. Era preciso marcar a presença da Igreja com a criação das dioceses, para que os bispos, junto com os padres, barrassem a conjuntura adversa. Como a região parecia terra de bravos, era hora de agir para impor a lei católica.

O projeto que a cidade de Batatais havia enviado à Secretaria de Estado do Vaticano usou o recenseamento de 1897, fazendo referências a uma população de 834.690 habitantes, para a área delimitada no projeto para a diocese a ser criada com sede em Batatais. Dessa população o relatório informou:

**Quadro da população da região delimitada no projeto para criação da diocese de  
Batatais**

População por nacionalidades	Quantidade de habitantes
Brazileiros	667.752
Italianos	122.922
Portuguezes	20.922
Hespanhoes	13.005
Allemaes	3.331
Austríacos	2.537
Francezes	449
Outras nacionalidades	3.771
<b>Total</b>	<b>834.689</b>

**Fonte:** Vaticano, Archivio Storico, Segreteria Di Stato, Fasc 111.

Quando d. Duarte enviou seu projeto, uma década depois do censo de 1897, os dados referentes à população estavam modificados. O crescimento demográfico foi rápido em toda a região, que necessitava de braços para as lavouras, permitindo a entrada de um maior número de imigrantes.

Para a hierarquia da Igreja, a região conhecida como “oeste paulista” ou “sertão desconhecido” necessitava conhecer a evangelização católica apostólica romana, antes que outros irmãos de fé cristã chegassem. A presença dos maçons, protestantes, anarquistas e seguidores do espiritismo era preocupação identificada pela Igreja que contribuiu para a Santa Sé aceitar integralmente o projeto de d. Duarte.<sup>83</sup> A explosão do crescimento rápido da cidade de Ribeirão Preto era evidente no grande número de imigrantes que chegava para trabalhar nas lavouras e nas diferentes atividades comerciais, proporcionando uma nova configuração social e econômica.<sup>84</sup>

A divisão da grande diocese de São Paulo atenderia às necessidades de dar impulso ao movimento religioso no interior do Estado. Esse ponto era considerado por d. Duarte como inquestionável. O aumento da população, o surgimento de novas vilas e cidades, em razão da expansão agrícola e comercial, trouxeram outra realidade e preocupação por parte das autoridades religiosas, que estavam cientes de que, nas condições em que a situação da Igreja no interior se encontrava, não poderiam atender à demanda. O número de imigrantes aumentava, e a competição com a chegada e instalação de outras crenças no interior do país era uma ameaça constante aos planos da Igreja, que recebia ataques dos anticlericais, dos livres-pensadores, dos maçons e outros grupos contrários à Igreja católica.

O mapa apresentado por Batatais à Secretaria de Estado do Vaticano, em 1903, mostrava parte do território do Estado de São Paulo como sertão desconhecido. A abertura da fronteira agrícola, no início do século XX, permitiu que a expansão da Igreja acompanhasse de certa forma o avanço econômico e político. Os desafios eram constantes e a Igreja estava ciente de que seria seu papel evangelizar as gentes na moderna sociedade que a contestava. Para a elite eclesiástica, um bispado representava uma arma segura na tentativa de fazer valer seus planos de controle mais assíduo da sociedade. Essa tentativa seria efetivada pela presença do bispo, incentivando o clero a formar e dirigir as associações leigas, fundando os colégios católicos, que, ao serem instalados, contribuiriam para compor outra parcela de presença da Igreja junto à sociedade.

Ao apresentar no Vaticano, em 26 de fevereiro de 1908, em audiência com o papa Pio X, o projeto de constituição da Província Eclesiástica de São Paulo, d. Duarte foi bem

---

<sup>83</sup> BAVONA, Alessandro. Correspondência ao Secretário de Estado Rafael Merry D. Val, Petrópolis 7/maio/1908. *ASV*. Fasc. 143

<sup>84</sup> LOPES, Luciana S. A formação do município de Ribeirão Preto e o surgimento do comércio e da indústria. In: **Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto. 1904-2004**. Um espelho de 100 anos. Ribeirão Preto: São Francisco, 2004, p. 167-177.

recebido, e seu projeto, aceito e abençoado, até mesmo com a permanência do Santuário de Aparecida sob a jurisdição de São Paulo, e não do bispado de Taubaté.

Os problemas destacados por mons. Siqueira, ao descrever a população da região de Ribeirão Preto, constituíam parte comum da vida cotidiana no Brasil daquele momento, especificamente de São Paulo. Uma nova situação urbana estava despontando e, com ela, a Igreja mantinha seus olhos vigilantes na nova sociedade que se organizava, muitas vezes distante da influência da Igreja. O papel da mulher sob o manto da modernidade e do casamento indissolúvel no seio da família representava garantia certa para a Igreja de que a sociedade estaria santificada, conforme os desígnios católicos.

A hierarquia da Igreja considerava que a presença de padres, e mais ainda de um bispo, constituía elemento seguro para tentar combater as idéias nefastas e, conseqüentemente, tentar intensificar a evangelização e santificação da sociedade. Entende-se que uma sociedade, em sua maioria analfabeta e que vivia de práticas de religiosidade, pouco sabia sobre a Igreja institucionalizada e as ações de seu governo. Outros grupos tornavam-se cada vez mais indiferentes a essa institucionalização e aos valores pregados pela Igreja. Desde o início do século XIX, a hierarquia da instituição instigava os bispos e padres a que eles pregassem o reinado de Cristo na terra, sobrepondo os valores das outras crenças e doutrinas, considerados como a ruína dos homens.

#### *1.4 Construção da Catedral e a formação do patrimônio*

Enquanto algumas cidades, como Batatais, sonhavam em sediar um bispado e tudo faziam em prol de tal sonho, outras não consideravam isso como relevante e pouca importância atribuíam a ser a sede de uma diocese. Em Ribeirão Preto, não temos indícios para afirmar que houve uma grande mobilização para formar o patrimônio que permitisse que a cidade recebesse o bispado. Cidades como Taubaté, São Carlos, Campinas, Botucatu, que foram escolhidas ou que queriam sediar um bispado, estavam com o patrimônio praticamente formado, em 1908, enquanto Ribeirão Preto teve problemas e não angariou os duzentos contos de réis exigidos pela Santa Sé.

A situação era complexa e não reportava só à questão do dinheiro; era também necessário construir uma casa para ser a residência do bispo e uma catedral.

O problema da casa ficou provisoriamente acertado com a doação da residência de mons. Siqueira, mas continuava o problema da catedral. A matriz, ainda em construção,

precisava rapidamente ser transformada em catedral, e nessa tarefa mons. Siqueira teve grande ajuda do padre Euclides Gomes Carneiro.

No início do século XX, a antiga matriz de Ribeirão Preto, velha e decadente, necessitava ser substituída por outra maior e mais condizente com os serviços religiosos em uma cidade com rápido crescimento. A Igreja, pequena, não comportava mais a população, que crescia com a vinda dos imigrantes. Um outro fator, apontado pela pesquisadora Valadão<sup>85</sup>, era que o antigo templo, construído em adobe, estava em ruínas. Em janeiro de 1901, o vigário mons. Siqueira reuniu uma comissão disposta a enfrentar a construção da nova matriz, que, mais tarde, se tornou a catedral.

As negociações para a construção envolveram a cúria metropolitana de São Paulo e a Municipalidade para derrubar a igreja velha dentro dos tramites exigidos pela Santa Sé, uma vez que o local, espaço de reurbanização, abrigaria uma praça maior.

Após a publicação de edital em jornais da cidade e da capital, foram recebidas as plantas de trinta e três projetos que ficaram expostas no Teatro Carlos Gomes. Formaram-se duas Comissões, uma técnica para a escolha dos projetos, e outra, chamada de construtora. Finalizando o relatório de 26 de janeiro de 1901, consta a assinatura dos membros da comissão técnica, Dr. Theodomiro Mendonça Uchoa, Dr. Rufino A. de Almeida, Dr. Aniceto Mazzoni, João Caetano Álvares, Dr. Afonso Geribello.

A comissão técnica considerou as bases oferecidas pelo edital de concorrência muito defeituosas<sup>86</sup>, pois julgavam ser impossível organizar um projeto para a construção da matriz que fosse ao mesmo tempo digno da religião católica e do futuro da cidade de Ribeirão Preto. Dentro das condições que ficaram estabelecidas, o projeto deveria apresentar 27 metros de largura por 67 metros de comprimento, com 1.809 m. de área coberta. O orçamento era muito apertado, limitando o custo entre 400 e 500 contos de réis, ou 260 mil réis por m<sup>2</sup> no máximo, excluindo o feitiço do altar-mor.

Depois da triagem inicial, a comissão reuniu-se novamente e começou a examinar atentamente os projetos e, no Relatório para Parecer da Comissão Técnica, justificou-se para cada projeto sua recusa em razão de fatores de exigências fixadas no edital, como dimensões do prédio, descrição do orçamento, orçamento acima do previsto, estética do edifício, ou ainda pelas condições climáticas de Ribeirão Preto.

---

<sup>85</sup> VALADÃO, Valeria. **Memória Arquitetônica em Ribeirão Preto**; Planejamento Urbano e Política de Preservação. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca-SP, 1997, p. 64.

<sup>86</sup> RELATÓRIO da Comissão de Engenheiros para a Comissão construtora da Matriz, Ribeirão Preto, 26/jan./1901, p. 3. Arquivo da Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto-SP (ACMRP-SP). (Documentos Avulsos).

A comissão técnica, inicialmente, separou nove projetos que depois acabou recusando, pois não encontrou um único que reunisse as condições exigidas pelo edital. Dentre os nove escolhidos, o projeto do arquiteto Victor Dubugrás foi aprovado por voto unânime, considerado pela comissão como superior a todos os outros, pela imponência arquitetônica, pela beleza e por todo o conjunto da obra proposta. Mas a comissão reconheceu que não podia indicá-lo e expôs as razões fundamentadas no orçamento, acreditando que ele iria exceder em 50% o edital. Não levaram adiante o projeto que gostariam.

A comissão fez uma nova triagem nos projetos que haviam sido rejeitados inicialmente e que mais uma vez foram rejeitados. O parecer da comissão apontava que os projetos melhores estavam muito acima do orçamento pedido no edital. O relatório sugeriu que alguns projetos melhores fossem selecionados e chamados seus arquitetos para refazê-los, mas reservando-se o direito de realizar uma nova concorrência.<sup>87</sup>

Convidaram o Dr. Carlos Eckman<sup>88</sup>, (1866-1940) de São Paulo, por ser a planta que mais se aproximava dos requisitos exigidos pelo edital, para vir a Ribeirão Preto conhecer o local e apresentar um projeto mais modesto, de acordo com as condições da população, e receber o prêmio estabelecido em dois contos de réis.

Do arquiteto escolhido, Carlos Eckman, a comissão, inicialmente, expôs que o projeto:

[...] deixa muito a desejar, principalmente pela manifesta desproporção entre a torre central e o corpo do edifício, a ponto d'este quase desaparecer diante d'aquella, não propõem a sua escolha, salvo melhor juízo. É preciso declarar que o comprimento do edifício é apenas de 61 metros e não de 67, como pede o edital.<sup>89</sup>

O arquiteto refez seu projeto para adequá-lo às condições, e a construção da matriz levou anos para terminar.<sup>90</sup> Em 1904, já com os alicerces prontos, mons. Siqueira enviou pedido de licença à cúria em São Paulo para “[...] celebrar missa campal no local da nova matriz, como uma forma de incentivar os fiéis a fazer novos donativos para a construção

<sup>87</sup> RELATÓRIO da Comissão de Engenheiros para a Comissão Construtora da Matriz, Ribeirão Preto, 26/jan./1901, p. 19 a 23. **ACMRP-SP**. (Documentos Avulsos).

<sup>88</sup> Carlos Eckman, arquiteto sueco, chegou ao Brasil no final do século XIX.

<sup>89</sup> RELATÓRIO Engenheiros para a Comissão Construtora da Matriz, Ribeirão Preto, 26/jan./1901, p. 19 a 23. **ACMRP-SP**. (Documentos Avulsos).

<sup>89</sup> *idem*.

<sup>89</sup> RELATÓRIO da Comissão de Engenheiros para a Comissão Construtora da Matriz, Ribeirão Preto, 26/jan./1901. **ACMRP-SP**. (Documentos Avulsos).

<sup>90</sup> Em relação ao concurso para escolha dos projetos, nada encontramos na documentação que fizesse referência de que a matriz viria a ser a catedral do bispado ou mesmo que a cidade fosse escolhida para sede de um bispado. A vizinha cidade de Batatais estava tentando alcançar essa condição.

da mesma.”<sup>91</sup> A missa foi celebrada em 3 de maio de 1905, com a participação de grande número de pessoas. A missa campal representava um incentivo a mais para que os fiéis contribuíssem para a causa, mobilizando a população numa grande manifestação pública.

Na data citada, encontramos também pedidos de padre Euclides Gomes Carneiro sobre o mesmo tema: “[...] celebrar missa na cadeia e em oratórios particulares, e esmolar nestes locais para a construção da nova matriz.”<sup>92</sup>

Ao que consta, a condição de construção da nova matriz passou por inúmeros percalços. O velho templo foi desapropriado em 1905, para a construção da Praça Quinze, conforme Ata da Câmara de 7/3/1905.<sup>93</sup>

A Municipalidade comprometeu-se a pagar cinqüenta contos de réis, em vinte e cinco parcelas de dois contos, como indenização do terreno da velha matriz, e mais seis contos de réis para adaptar o salão que passou a abrigar o culto até o término da nova matriz.

Em 2 de julho de 1905, efetivou-se a entrega do prédio da matriz para a municipalidade. A cerimônia da última missa foi bastante concorrida, boa parte da população da cidade possuía algum tipo de vínculo com o templo: foi batizado, casou-se; além disso, o espaço sagrado representava grande importância no imaginário coletivo da população, pois lá era o local em que faziam suas preces a Deus.<sup>94</sup> O largo de uma matriz representava também ponto de encontro, local para a realização de negócios, encontro de casais, troca de notícias sobre assuntos variados. As festas religiosas, como a do santo padroeiro, contribuía, no início do século XX, com uma parcela do entretenimento da população.

O culto funcionou num salão improvisado na Rua Álvares Cabral, benzido em 4 de setembro de 1905 pelo vigário mons. Siqueira. A visita de d. Duarte, em 1907, e, dois anos depois, a posse do primeiro bispo d. Alberto, tiveram suas cerimônias realizadas na capela de São José, dos padres Agostinianos.

Inicialmente, o trabalho de construção das obras da matriz ficou a cargo do padre Euclides Gomes Carneiro, coadjutor da Paróquia de São Sebastião do Ribeirão Preto. Monsenhor Siqueira elogiou o trabalho do padre Euclides “[...] dotado de uma têmpera de ferro e força extraordinária, conseguiu levantar e cobrir o corpo da Igreja [...]”<sup>95</sup>

<sup>91</sup> LIVRO de Tombo n. 2, p. 149. Arquivo da Catedral de Ribeirão Preto-SP (ACRP-SP). Ribeirão Preto-SP.

<sup>92</sup> LIVRO de Tombo n. 2 p. 149. ACRP-SP. Ribeirão Preto-SP.

<sup>93</sup> LIVRO de Atas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, n. 8, (1903-1907). p. 99-100. **Arquivo da Câmara Municipal de Ribeirão Preto (ACaMRP-SP)**. Ribeirão Preto-SP.

<sup>94</sup> LAURIANO, Monsenhor Dr. João. **Apontamentos sobre a Fundação de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Cúria Metropolitana. s/d. p. 47.

<sup>95</sup> LAURIANO, Monsenhor Dr. J. **Fundação e Instalação do Bispado de Ribeirão Preto 1906-1909**. Ribeirão Preto: Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto-SP, s/d. p. 33.

No relatório de d. Duarte para a Nunciatura Apostólica, ao se descreverem os problemas de cada uma das novas dioceses a serem criadas, a ausência de um templo para servir de catedral não era empecilho, mais importante era a criação da diocese em Ribeirão Preto a todo custo:

[...] a de Ribeirão Preto, que será também um vasto e bello templo, está ainda em construcção. Nem por isso me parece conveniente retardar a criação desta última Diocese; sendo a sua primeira necessidade a presença de um Bispo que possa impulsionar o movimento religioso, em uma zona que, por seu afastamento, exige maior fiscalização e vigilancia. Demais, é certo que o futuro Bispo, entre outros optimos serviços, poderá concorrer vantajosamente para a conclusão da cathedral.<sup>96</sup>

Para d. Duarte, a bênção do papa estendida a Ribeirão Preto, mesmo sem o patrimônio, fechava com êxito seu projeto. As tentativas de esforço por parte do mons. Siqueira de conseguir da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, por meio de um ofício, uma verba para a formação do patrimônio da fábrica do bispado não surtiram efeito; a Câmara<sup>97</sup> deu parecer negativo, conforme ata de 16/11/1907.<sup>98</sup> Monsenhor Siqueira considerava o pedido de verba à Câmara como de natureza sacratíssima, e o fato de ela ter dado um parecer negativo, a despeito de seus esforços, foi para ele uma derrota. O parecer dos membros da municipalidade de Ribeirão Preto deixou clara a posição firme adotada de não ajudar financeiramente na formação do patrimônio de uma instituição religiosa. Os vereadores foram enfáticos, alegando que tal contribuição não fazia parte das atribuições da Câmara e que não poderiam ajudar. A proposta fora encampada e encaminhada pelo vereador Dr. Augusto Ribeiro de Loyolla, com o pedido de incluir no orçamento da Câmara uma verba de quarenta contos (40,000\$000) para a formação do patrimônio. Num patrimônio orçado em duzentos contos de réis para o bispado, esta quantia representava uma grande ajuda para a rápida aquisição do montante estimado. A resposta da Câmara<sup>99</sup>, datada de 16/11/1907, sob a presidência de Manoel Maximiano Junqueira, revelou que durante a reunião os vereadores acataram a fala de um dos membros da comissão de finanças, Antonio Vicente Ferraz de

---

<sup>96</sup> RELATÓRIO do Bispo de São Paulo à Nunciatura Apostólica sobre a criação de cinco novas dioceses. **ACMSP**. (Pasta d. Duarte).

<sup>97</sup> LIVRO de Atas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, n. 9, p. 21 et seq., 16/nov./1907. **ACaMRP-SP**, Ribeirão Preto-SP.

<sup>98</sup> LIVRO de Atas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, n. 9, p. 21 et seq., 16/nov./1907. **ACaMRP-SP**, Ribeirão Preto-SP.

<sup>99</sup> LIVRO de Atas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, n. 9, p. 21 et seq., 16/nov./1907. **ACaMRP-SP**, Ribeirão Preto-SP.

Sampaio. No entendimento desse vereador, a Câmara não poderia dar um parecer favorável, uma vez que, segundo a Constituição, não fazia parte das atribuições de uma Câmara Municipal votar projetos que envolvessem apenas uma camada da população ou contemplassem uma única crença, visto que no país vigoravam a liberdade e a igualdade dos cultos.

A sessão de Finanças da Câmara Municipal não chegou a um acordo que fosse satisfatório para a Igreja católica, na sessão de 30/10/1907. No dia 31/10/1907, a proposta de subvenção de 40 contos de réis foi votada, obtendo votos favoráveis dos seguintes vereadores: Dr. Loyola, Cel. Joaquim Alves e Cel. Eliseu Pinto. Votaram desfavoravelmente Cel. Antonio de Sampaio, Cel. Joaquim Vieira e Cap. Renato Jardim.

O desempate coube ao Cel. Antonio de Sampaio que declarou não poder como vereador, prestar o seu concurso à idéia da subvenção; todavia, como homem e como católico, se havia de empenhar quanto estivesse nas suas forças para a constituição do bispado de Ribeirão Preto.<sup>100</sup>

Diferente de Ribeirão Preto, na cidade de São Carlos do Pinhal, a formação do patrimônio da diocese, criada na mesma época que Ribeirão, recebeu uma ajuda importante da Câmara Municipal. Pela Lei n. 135, foi incluída no orçamento a subvenção de 30 contos de réis para o patrimônio do bispado de São Carlos: “Fica o Intendente (Major Manuel Antonio de Matos) autorizado a incluir no futuro orçamento, a subvenção de 30 contos de réis ao bispado de São Carlos do Pinhal.”<sup>101</sup>

A Lei de 3 de julho de 1907, da Câmara de São Carlos, coincidiu com o período em que d. Duarte estava visitando as cidades, formando comissões para angariar fundos para os novos bispados. Na região de Ribeirão Preto, mons. Siqueira também visitava cidades tentando conseguir o dinheiro para formar o patrimônio, o que antecedeu a votação na Câmara de Ribeirão Preto. Os vereadores da Câmara de São Carlos, diferentemente de Ribeirão Preto, sequer levaram em consideração a Constituição brasileira e a liberdade de culto, votaram a subvenção sem se importar com aumentar ou não o patrimônio da Igreja católica.

---

<sup>100</sup> LAURIANO, Monsenhor Dr. João. **Fundação e Instalação do Bispado**, p. 41.

<sup>101</sup> ATAS das Sessões Extraordinárias 1900-1913, p. 177-178. **Arquivo Público Municipal de São Carlos**, São Carlos-SP.

Em Ribeirão Preto, como havia interesses políticos em jogo, durante a visita de d. Duarte em 1907, a Câmara contribuiu, entre outras coisas, com \$500,000 (quinhentos mil réis) e ornamentos para a recepção. Para a criação do bispado, certamente ocorreu a adesão de seus membros, ou de parte deles, com alguma ajuda individual, facilitando na medida de seus interesses políticos e religiosos, mas não houve um envolvimento do legislativo municipal.

Depois da recusa dos membros da Câmara em ajudar para a formação do patrimônio, Monsenhor Siqueira pediu uma isenção de impostos para uma casa na Rua São Sebastião, então residência paroquial, e de dois terrenos; um na Rua Tibiriçá e outro na Rua Lafayette, que integrariam o patrimônio do bispado. A isenção de impostos foi dada, conforme Atas da Câmara de 15/12/1908, mas com a condição de que as casas deveriam ser ocupadas em função do bispado e não para outros fins lucrativos. A prática de alugueis era comum, e os imóveis da Igreja não escaparam a esse costume.

Oficialmente, as comunicações entre monsenhor Siqueira e a Câmara Municipal ocorreram em diferentes momentos, e quase sempre referentes a pedidos de auxílio, exceto quando mons. Siqueira enviou convite ao legislativo para participar dos festejos da recepção de d. Duarte, por ocasião de sua visita pastoral já citada.

No início do século XX, Ribeirão Preto estava constituída por grande número de imigrantes, mas, na órbita política, uma parcela significativa do poder estava nas mãos dos grandes senhores produtores de café. O envolvimento da população brasileira na vida política era mínimo, e o voto estava restrito durante a República Velha a 6% da população.<sup>102</sup>

Nem sempre a mentalidade expressa pelos representantes do povo revelava os anseios da população, considerando-se que este era, em sua maioria, analfabeto e vivia muitas vezes alheio às disputas políticas entre as elites. A Igreja, por sua vez, estava muito afastada de uma eficaz e enraizada evangelização e, com a separação efetuada na República, ela buscava ampliar seu espaço junto ao povo.

A posição expressa pela Câmara de Ribeirão Preto em sua resposta coletiva a Monsenhor Siqueira, mostrou a presença e a força de vereadores pertencentes ou sensíveis aos vários grupos anticlericais atuantes na época (maçons, positivistas, liberais) ou ligados a confissões cristãs não católicas, cujas idéias seriam logicamente contrárias à contribuição, por parte da Câmara, de tal soma de dinheiro, para a constituição de um patrimônio que enriqueceria a Igreja católica. A negação de alguns vereadores da Câmara de Ribeirão Preto em auxiliar a Igreja é um indício seguro da presença das idéias liberais, que advogavam a

---

<sup>102</sup> LOVE, Joseph L. A República Brasileira: Federalismo e Regionalismo (1889-1937) In: MOTA, C. G. (Org.). **Viagem Incompleta**. A Experiência Brasileira 1500-2000. A grande transação. São Paulo: Senac, 2000, p. 130.

causa da separação total entre o Estado e a Igreja. Para os políticos, uma coisa era a contribuição pessoal para a causa; esta, deveria ser distinguida da contribuição patrimonial da cidade para uma crença. Financiar o projeto dos católicos seria abrir um precedente forte capaz de provocar nos inimigos da Igreja católica uma crítica à municipalidade e suas ações.

O argumento da constitucionalidade não era apenas uma novidade, mas uma realidade com a qual os católicos precisavam se habituar.

A formação inicial do patrimônio da diocese contou, então, com a ajuda das doações dos católicos em diferentes paróquias, principalmente na cidade de Ribeirão Preto, e parte da contribuição foi direcionada para a construção da catedral. Um impulso maior foi dado com a casa doada por mons. Siqueira, com a isenção dos impostos para os terrenos da Igreja que a Câmara liberou, mas somente quando d. Alberto chegou é que começou uma organização mais efetiva da arrecadação para o patrimônio.

A Câmara Municipal não contribuiu para a formação do patrimônio, mas, por indicação da Comissão de Finanças, em Ata de 5/3/1909<sup>103</sup>, aprovou uma ajuda de um conto de réis para os festejos da recepção do primeiro bispo, quantia significativa na época.

A ajuda pecuniária à recepção era muito diferente da formação do patrimônio da Igreja. Formar patrimônio significava adquirir recursos; por isso os membros da Câmara não aceitaram ajudar, mas receber o bispo era estabelecer um canal de ligação com a mais alta autoridade eclesiástica da região, e certamente a Câmara e seus representantes não queriam deixar passar a ocasião em branco sem manifestar seu apoio; sem contar que esta específica autoridade eclesiástica circulava nos meios políticos com grande desenvoltura e possuía seus canais de influência, mesmo depois de ter oficialmente deixado a política partidária.

### *1.5 O eleito: d. Alberto José Gonçalves*

Como vimos, a região de Ribeirão Preto contribuía com uma grande parcela da lucratividade econômica do país no início do século XX, bem como contava com alguns dos grandes líderes políticos regionais que controlavam a política paulista. Esse fato pode ter pesado diante da Santa Sé, na escolha do eleito para o governo da diocese.

Líderes da Igreja foram consultados a respeito das indicações para ocupar os cargos das novas dioceses criadas na Província Eclesiástica de São Paulo. Destas indicações,

---

<sup>103</sup> LIVRO de Atas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, n. 9, p. 72. ACaMRP, Ribeirão Preto-SP.

acredito que as palavras do núncio, do cardeal do Rio de Janeiro e de d. Duarte Leopoldo e Silva, bispo de São Paulo, funcionaram como decisivas para Roma.

O jornal “*A Cidade*”, de Ribeirão Preto, publicou uma notícia<sup>104</sup> declarando que monsenhor dr. Benedicto Paulo Alves de Souza<sup>105</sup> fora o escolhido para bispo de Ribeirão Preto, ao lado de outros prelados nomeados para outros bispados. A notícia errônea circulou na mídia, mas o eleito para ocupar a diocese não estava sequer entre os nomes da lista do jornal. Encontrava-se em Curitiba e era o antigo vigário da catedral de Curitiba, no Estado do Paraná.

O padre Alberto José Gonçalves, futuro bispo de Ribeirão Preto, tivera ampla participação política, atuando primeiramente como deputado<sup>106</sup>, em seu Estado natal e, depois, como senador. Nasceu na cidade de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de julho de 1859. Filho de Francisco José Gonçalves, natural da freguesia de São Thiago Nogueira, arquidiocese de Braga, Portugal, e de d. Constança Francisca de Paula, natural de Curitiba. Seus avós maternos eram incógnitos, conforme consta no registro de batismo, da paróquia de Nossa Senhora da Conceição<sup>107</sup>, da cidade de Palmeira e do Processo de Gêneres<sup>108</sup>, fato este não muito comum entre os escolhidos para os altos cargos. Passou parte de sua infância na cidade de Curitiba, onde realizou seus estudos até julho de 1874, quando foi estudar no Seminário Episcopal de São Paulo, local em que terminou seus estudos preparatórios. Em dezembro de 1879, terminado o curso superior, prestou exames de ciências teológicas e eclesiásticas. Em 4 de agosto de 1878 recebeu a tonsura e as ordens menores. Em 4 de agosto de 1882, o subdiaconato; dois dias depois, o diaconato, e no dia 17 de setembro de 1882, o presbiterato. Estava iniciada a carreira eclesiástica do padre Alberto. Durante os anos de 1878 a 1888, lecionou disciplinas como Aritmética, Latim e Geometria no Seminário de São Paulo, ocupando também o cargo de Secretário do Seminário.<sup>109</sup>

<sup>104</sup> BISPADO de Ribeirão Preto. *A Cidade*, out. de 1907.

<sup>105</sup> Monsenhor Bendicto Paulo Alves de Souza nasceu em São Paulo em 25 de janeiro de 1873, ordenado sacerdote em 29 de fevereiro de 1896, por D. Joaquim Arcoverde, seguiu para Roma para estudar Direito Canônico, atuou no Concílio Plenário Latino Americano como um dos notários. De volta ao Brasil, atuou no Rio de Janeiro, trabalhando junto com o arcebispo e depois em São Paulo, exercendo vários cargos como membro do cabido Diocesano, assistente eclesiástico da Liga da Boa Imprensa, etc. **POLYANTHEA**. Álbum Comemorativo do 1º. Quinquagenário da Fundação do Seminário Episcopal de São Paulo. 1906, p. 66-67.

<sup>106</sup> A dissertação de mestrado de Marco Antonio Baldin: “Pacificador Beligerante: Alberto José Gonçalves – um Padre na Política Paranaense na 1ª República (1892-1896)”, estuda a atuação política do Padre Alberto José Gonçalves, como deputado, em Curitiba.

<sup>107</sup> LIVRO de Batismo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, n. 5, p. 58, 1855. **Arquivo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição (APNSCP)**, Palmeira-PR

<sup>108</sup> PROCESSO de Gêneres de Alberto José Gonçalves, 5/março/1888, **ACMC (Arquivo da Cúria Metropolitana de Curitiba)**, Curitiba. (Documentos Diversos).

<sup>109</sup> Várias obras trazem a biografia de Alberto José Gonçalves. Dentre elas: GAMA, Affonso D. **Esboço biográfico de Dom Alberto J. Gonçalves**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1911; PINHÃO,

Seu retorno a Curitiba ocorreu quando foi nomeado vigário da Paróquia Nossa Senhora da Luz de Curitiba, tomando posse em 8 de setembro de 1888.<sup>110</sup> Em Curitiba, passou a dedicar-se a atividades espirituais inerentes a um pároco, além de realizar outras obras, como o término da construção da nova matriz, que veio a ser a catedral de Curitiba. Foi nomeado Vigário Geral Forense do Estado do Paraná em 15 de dezembro de 1890, cargo que exerceu até a instalação da diocese em 30 de setembro 1894. Em 23 de agosto de 1897, foi nomeado Protonatário Apostólico<sup>111</sup>, tendo sido agraciado com a *Cruz – Pro Ecclesia et Pontífice*, pelo Papa Leão XIII.

Exerceu o cargo de Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, local que reformou e aumentou para melhor atender a população. Fundou o Hospício de Nossa Senhora da Luz, para alienados e indigentes. Atuou como Diretor-Geral da Instrução Pública e Comissário dos Exames de Preparatórios por parte do Governo Federal.

Em 1923, foi aclamado Membro da Academia de Letras do Paraná. O discurso de recepção de d. Alberto foi feito por Alcidez Munhoz, que fora aluno de d. Alberto no Seminário Episcopal de São Paulo, contando que havia estudado na gramática latina de autoria do então padre Alberto. No discurso de Munhoz, uma frase resume quem foi d. Alberto: “D. Alberto tem sido um homem social e homem religioso.”<sup>112</sup> Munhoz explica que d. Alberto social era o homem que exerceu cargos políticos e, como político, defendeu a Igreja, citando como exemplo a luta no Senado contra o divórcio.

D. Alberto recebeu outras distinções, como a nomeação de Comendador da Coroa da Itália por Decreto Real de 15 de abril de 1926, Conde, Assistente ao Sólido Pontifício pelo Breve de 12 de setembro de 1932, quando completou 50 anos de ordenação sacerdotal.

Sua vida pública no campo político teve início na transição do Brasil Monárquico para o Brasil Republicano. Eleito Deputado pelo Partido Conservador à Assembléia Provincial do Paraná, em 1889, não tomou posse, uma vez que a Assembléia fora dissolvida, com a mudança política do país.

Tavares. **Vultos Eminentes do Clero Brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1943, p. 59 a 89; LAURIANO, Mons. João. **Bispos e Arcebispos de Ribeirão Preto**. (1909-1972). Ribeirão Preto-SP: Cúria Metropolitana. s/d.; CORREIA, Francisco de Assis. **História da Arquidiocese de Ribeirão Preto**. Franca-SP: Santa Rita, 1983; BALDIN, Marco Antonio. **Pacificador Beligerante: Alberto José Gonçalves – Um Padre na Política Paranaense da 1ª República (1892-1896)**. Franca-SP, 2006.

<sup>110</sup> POLYANTHEA. Álbum comemorativo do 1º Quinquagênio da Fundação do Seminário Episcopal de São Paulo, 1906, p. 101.

<sup>111</sup> POLYANTHEA. 1906, p. 101.

<sup>112</sup> MUNHOZ, Alcides. **Discurso pronunciado na Academia de Letras do Paraná por ocasião da recepção do Acadêmico, Bispo, D. Alberto José Gonçalves**. Curitiba: Typ. I. G. & Cia, 1924, p. 4.

A proclamação da República veio acompanhada da separação Estado e Igreja, que se transformou em uma realidade através do decreto 119-A, em que o Estado, extinguindo o direito de *Padroado*, abria espaço para a liberdade de culto, secularizava os cemitérios, instituía o ensino laico e impunha a obrigatoriedade do casamento civil, entre outras medidas. A Igreja precisou acostumar-se com a nova realidade. Os primeiros tempos foram, sem dúvida, de adaptação. A reação do povo veio de diversas maneiras, as medidas adotadas pelo novo regime deixaram a secular relação Estado Igreja de cabeça para baixo.

Um novo tempo abriu-se para as relações Estado e Igreja. A pastoral Coletiva de 1890 tornou-se uma “[...] plataforma das posições teóricas da Igreja [...]”<sup>113</sup>, que se encontrava dividida em grupos. Uns queriam aproveitar a situação para ficar livres da tutela do Estado, outros defendiam a união entre ambos, e outros, ainda, almejavam uma harmonia entre os dois poderes. A presença marcante da Igreja nos quatro séculos de catolicismo romano no Brasil ficou explícita na voz do padre Júlio Maria quando afirmou que “[...] é impossível que o Estado, órgão de interesses múltiplos, finja ignorar que há na sociedade crenças, princípios, idéias religiosas.”<sup>114</sup> Para o Padre Júlio Maria o Estado podia separar, mas não podia ignorar a presença da Igreja no seio da sociedade.

A Pastoral Coletiva de 1890 representou um dos primeiros esforços da Igreja brasileira de reorganização depois de quase quatro séculos de regime do Padroado.

O jogo de interesses da Igreja colocado em prática a partir da política da romanização, desde 1849, com o papa Pio IX<sup>115</sup>, mostrava o direcionamento da Igreja e sua postura em relação ao episcopado, clero e aos fiéis. Um clero mais alinhado com Roma surgiu a partir da segunda metade do século XIX no Brasil, seguindo as tendências do momento, e a chamada romanização era a palavra de ordem. O esforço dos poucos bispos do Brasil e do clero em colocar em prática as ordens emanadas de Roma alimentava as mudanças pelas quais a Igreja passava, assolada pelas rápidas transformações em que perdia cada vez mais o monopólio do sagrado para outras crenças cristãs e não cristãs, bem como para as inovações da modernidade.

Após a proclamação da República, padre Alberto José Gonçalves, monarquista, passou a integrar as fileiras do Partido Republicano. A adesão ao republicanismo, para padre

<sup>113</sup> LUSTOSA, Oscar de F. **A Igreja Católica no Brasil República**. São Paulo: Paulinas, 1991, p. 21.

<sup>114</sup> MARIA, Padre Júlio. A verdadeira idéia da teoria da separação. In: LUSTOSA, Oscar de F. (Org.) **A Igreja Católica no Brasil e o Regime Republicano**. Um aprendizado de liberdade. São Paulo: Loyola/CEPEHIB, 1990, p. 97 a 101.

<sup>115</sup> MANOEL, I. A. Ação Católica Brasileira: marco na periodização da Igreja Católica no Brasil (um projeto de pesquisa). In: COUTINHO, S. R. (Org.) **Religiosidades, Misticismo e História no Brasil Central**. Brasília: CEHILA, 2001.

Alberto, estava marcada por um trabalho em que pretendia estar a serviço da Pátria, mas sob inspiração divina. Era importante que a Igreja tivesse seus representantes dentro dos quadros da política. A luta do padre Alberto e de outros sacerdotes estava centrada em conseguir abrir para a Igreja católica alguns espaços oficiais, especialmente por meio da legislação. Atacada pelos positivistas, liberais, maçons e livres pensadores, a Igreja era acusada de não seguir as normas do novo regime, de incitar os fiéis a não realizarem o casamento civil, etc...

Foi nos espaços oficiais da Assembléia Estadual e depois do Senado Federal que padre Alberto lutou para fazer prevalecer o projeto católico. Em 1892, foi eleito para a Assembléia Constituinte do Estado do Paraná e reeleito por mais três legislaturas. Ocupou os cargos de vice-presidente e Presidente da Comissão Executiva, participou da Comissão de Instrução, Catequese e Civilização dos Índios e Comissão de Estatística no biênio 1892/1893.<sup>116</sup>

Reeleito no biênio 1894/1895, exerceu o cargo de 1º. Presidente da Comissão Executiva, participou da Comissão de Instrução, Catequese e Civilização dos Índios e da Comissão de Redação.

Em 15 de novembro de 1895, foi eleito para o Senado da República, passando a residir entre a capital federal, Rio de Janeiro, e Curitiba; seis meses por ano ele ficava em cada cidade. Exerceu o cargo de Presidente da Comissão Executiva, de Secretário, durante mandatos sucessivos, para os quais foi reeleito durante dez anos. O cargo de Senador permitiu ao padre Alberto formar um círculo de amigos e também de inimigos, mas acima de tudo o colocou na mídia da época. Tudo o que o padre fazia ou pensava era comentado, publicado e discutido, fosse a seu favor ou contra. Participou ativamente dos debates a respeito da divisão territorial entre o Paraná e Santa Catarina, entre outros.

Como sacerdote católico, legislou ao que ele chamava a serviço da Pátria. Num de seus discursos no Senado afirmou “[...] nunca fui republicano; os meus companheiros de representação sabem que eu militava em outro partido político; que fiz oposição, não violenta mas em todo caso formal, ao partido Republicano do Paraná [...]”<sup>117</sup> Em outra parte do mesmo discurso afirmava que “[...] testemunho, meu sangue e minha vida, afianço ao Senado e ao Paiz, estão ao serviço da República, que estou certo fará a felicidade de minha Pátria.”<sup>118</sup>

<sup>116</sup> BALDIN, Marco Antonio. 2006. A dissertação de mestrado de Marco Antonio Baldin retrata o Padre deputado na legislatura de 1892 a 1896.

<sup>117</sup> ARANTES, A. D. Alberto Político. In: LAURIANO, Mons. J. (Org.). **A diocese de Ribeirão Preto em homenagem grata e festiva a seu amado Bispo D. Alberto José Gonçalves na feliz ocorrência das datas jubilares de seu sacerdócio e Episcopado**. Ribeirão Preto-SP, [s.n.], 1934, p. 30.

<sup>118</sup> ARANTES, 1934, p 31.

Padre Alberto estava entre aqueles que, como sacerdote católico, precisavam defender a comunidade católica, e assim o fez ao advogar contra a instituição do divórcio no Brasil. Os discursos do padre Alberto durante os trabalhos da Assembléia Constituinte contra o divórcio e a favor da família estavam embasados na defesa da doutrina da Igreja católica contra o mundo moderno e suas invenções, que perturbavam a ordem por ela estabelecida. Pe. Alberto alegava em seu discurso a Assembléia que “[...] si não foi a lei civil que formou os laços de família e do casamento, claro é que não pode arrogar-se o direito de dissolvê-los.”<sup>119</sup>

Nos jornais de Curitiba, padre Alberto expressou sua opinião e mostrou a seus adversários que, uma vez separado o Estado da Igreja, a Constituição separou o temporal da parte espiritual. Para ministrar um dos sacramentos, os ministros da Igreja não precisavam requerer do Estado uma licença. Os católicos tinham em grande apreço o matrimônio, que era considerado um sacramento e, como tal, quem não o praticasse estaria vivendo na mancebia e no concubinato. O casamento na Igreja não tinha validade para o Estado. O Estado republicano, liberal, que pregava a liberdade de culto, também não possuía interesses no casamento oficializado por uma crença. O argumento do padre era simples: a Igreja jamais estimulou seus fiéis a ir contra as leis; mesmo porque a hierarquia da Igreja, por meio de Cartas Pastorais, instruíu os párocos a “[...] tomar precaução de insinuar e aconselhar aos fiéis que se submetam às novas prescrições da lei civil [...]”<sup>120</sup> A Igreja lutou contra algumas destas mudanças inovadoras que lhe retiravam o caráter de fé pública, que a limitavam em dirigir algumas ações. Padre Alberto tentou impedir que pessoas não católicas fossem candidatas a cargos políticos, a validade do casamento religioso perante o Estado, o fim do ensino religioso nas escolas e que os cemitérios saíssem de sua alçada para cair nos domínios do Estado.

O momento era delicado e a defesa da religião, dos valores morais, pregados por ela, formavam o pano de fundo de alguns dos discursos do padre Alberto e outros membros mais politizados do clero.

O casamento, considerado como sacramento, foi defendido ao longo de sua vida política e clerical, da qual ele sempre disse que “não tenho uma consciência como sacerdote e outra como homem público.”<sup>121</sup> Mesmo depois de sagrado bispo, dirigiu a seus fiéis, em diferentes cartas pastorais, sua preocupação para com a família e o sacramento do matrimônio.

---

<sup>119</sup> ARANTES, 1934, p. 33.

<sup>120</sup> GONÇALVES, Alberto José. Casamento Civil III. **A Estrela**, Curitiba, 29/Jan./1905, p.1.

<sup>121</sup> ARANTES, 1934, p. 32.

A Igreja precisava manter a coesão e a unidade “[...] o povo é a alma informe para ser modelada e encaminhada à luz dos ensinamentos e práticas cristãs, e todo aquele que se afastar desta obra, não pertence à unidade católica, visto que a sua dinâmica vital ameaça a coesão dos demais.”<sup>122</sup> Esta fala assinala a maneira incisiva pela qual o discurso da Igreja buscava estabelecer normas para que os fiéis, tendo à frente seus pastores, devessem assumir uma postura unicamente a serviço da Igreja e falando a mesma linguagem que o clero.

Para o padre Alberto, que rejeitou veementemente o projeto de divórcio, apresentado pelo Senador Coelho Rodrigues, a honra da família estava acima do Estado, uma vez que este chegou muito tempo depois de a família já estar instituída e, portanto, cabia ao Estado apenas protegê-la e não suprimir os laços antigos que a formavam na história, com uma legitimidade inquestionável.

Padre Alberto defendeu suas idéias e, principalmente, o direito de ter a liberdade de expressão. Atacou por meio da imprensa seus adversários e conclamava-os a refletir sobre seus argumentos.

O aumento do número de maçons e espíritas preocupava principalmente a alta hierarquia da Igreja, que por parte de muitos de seus membros não estava preparada para enfrentar este rápido crescimento. A condenação foi a forma encontrada pela Igreja para reagir aos ataques da maçonaria e outras associações que pudessem fazer frente a ela. Essas proibições acentuaram-se durante o século XIX, principalmente após a publicação do documento “*Syllabus*”, publicado pelo papa Pio IX.

A maçonaria e o espiritismo eram considerados pela Igreja como seitas, e os que se inscreviam nos seus quadros incorriam em grave ofensa, sob pena de excomunhão. Os padres eram proibidos de realizar quaisquer ofícios fúnebres em favor dos maçons, tampouco permitir a presença deles no culto, muito menos celebrar missas a pedido dos maçons, nem admitir maçons como agremiados nas associações da Igreja. As proibições por parte da hierarquia da Igreja eram constantes, e os padres eram admoestados a seguir as regras. Os católicos eram convidados a não comparecer às festas ou solenidades promovidas pelos maçons. O lema era que um católico não podia ser maçom e, se fosse maçom, não era católico. Da mesma forma que se combatia a maçonaria, os espíritas eram condenados como seita das trevas.

Nos discursos de um dos representantes da Igreja, contemporâneo de d. Alberto, o padre Júlio Maria afirmava que “[...] a maçonaria é filha do protestantismo, o espiritismo seu

---

<sup>122</sup> BALHANA, Carlos Alberto de Freitas. **Idéias em confronto**. Curitiba: Grafipar, 1981, p. 28.

netinho.”<sup>123</sup> O espiritismo não era considerado pela Igreja como religião, mas como uma moléstia grave, equiparado como herege, visto como antibíblico, anticristão, anticatólico, anticlerical e antimoral, conseqüentemente representava a ruína de tudo o que era considerado pelo clero como o mais sagrado. Assim pregava a Igreja por meio da hierarquia e pretendendo, com esse discurso, chegar até os fiéis.

Uma vasta literatura católica começou a circular em maior escala no fim do século XIX e início do XX, fazendo contraponto com os que combatiam a presença da Igreja católica no seio da sociedade brasileira.

Revistas como *O Olho da Rua* e *A Rolha*, de Curitiba, anticlericais, atacavam sem piedade o clero e a Igreja, considerada inimiga da modernidade e da liberdade de expressão. O padre Alberto, figura pública, membro do alto clero e político, foi um dos principais alvos desses ataques. As charges em que seu nome apareceu como monsenhor Trinca, ligando-o a todo o tipo de questões torpes, satirizando-o: “[...] como raro modelo de virtudes, piedoso e bom como um santo, vivendo unicamente para Deus e para a Santa Igreja [...]”<sup>124</sup>, o atormentaram até mesmo depois de eleito bispo de Ribeirão Preto.

No fim do século XIX e início do XX, padre Alberto e seu amigo padre Desidério Deschand não eram os únicos a serem publicamente achincalhados nos jornais e revistas pelos inimigos da Igreja; na realidade era a Igreja católica que estava sendo atacada. É curiosa a ligação entre o padre Alberto, que foi contemporâneo e amigo do lazarista francês, Desidério Deschand, que chegou em Curitiba em 1896, encarregado de fundar o Seminário São José, exercendo o cargo de professor e reitor do Seminário de Curitiba. Padre Deschand escreveu o livro “A situação actual da Igreja no Brazil”, publicado em 1910<sup>125</sup>, em que defendia a entrada da Igreja na política e, conseqüentemente, queria ver os católicos mais atuantes no campo político, defendendo a força do ensino religioso nas escolas, para minar as forças da modernidade que entranhava no seio das famílias. A descristianização da sociedade e o combate aos entraves da modernização como a defesa da família contra o divórcio os uniam.

O padre Alberto e o padre Deschand animaram a vida cultural de Curitiba, participando de eventos, escrevendo crônicas e artigos para os jornais locais. Padre Alberto, durante muito tempo, concentrou em suas mãos o poder religioso, como pároco da matriz de Nossa Senhora da Luz e Vigário-Geral Forense antes da criação do bispado, e o poder

<sup>123</sup> MARIA, Pe. Júlio. **Commentario moral. Do evangelho Dominical, para Homilias, Sermões e Conferências**. Manhumirim: O Lutador, 1939, p. 398 a 404.

<sup>124</sup> ENGROSSAMENTOS. *A Rolha*, Curitiba, 21/maio/1908.

<sup>125</sup> DESCHAND, D. *A situação actual da Igreja no Brazil*. Rio de Janeiro: Guarnier, 1910.

LUSTOSA, O. de F. *A Igreja Católica no Brasil República*. São Paulo: Paulinas, 1991, p. 29, 39 e 40.

político, como deputado e senador. Padre Desidério Deschand, reitor do seminário, exerceu suas funções no Paraná, animando a vida dos estudantes e realizando no Seminário São José uma verdadeira cruzada para disciplinar os alunos que ele considerava “[...] meninos e moços acostumados à vida livre e insubordinada dos externos da capital [...]”<sup>126</sup>, tentando enraizar os fundamentos da boa moral cristã entre os jovens que passaram por aquele seminário.

O padre Desidério Deschand, expressava com seus argumentos que “[...] os cathólicos estão esquecendo com amedrontadora rapidez, os mais comesinhos princípios morais e religiosos [...]”<sup>127</sup>, necessidade sentida por parte de alguns membros do clero de que era preciso estar atento para que as novas forças aglutinadoras da sociedade impostas pela Constituição não deturpassem os valores morais vigentes e pregados até então pela Igreja católica.

Encontramos os dois amigos, padre Alberto J. Gonçalves e padre Desidério Deschand<sup>128</sup>, juntos em diferentes ocasiões públicas. Padre Desidério, em sua obra “A situação actual da Igreja no Brazil”, defendia a participação da Igreja e seus membros na política nacional, e seu amigo, o padre Alberto, efetivamente participou da vida política por meio de seus mandatos públicos na Assembléia e no Senado.

Em 1900, a opção pela carreira política o fez afastar-se do cargo de vigário da catedral Nossa Senhora da Luz, a pedido oficial do bispo de Curitiba, d. José de Camargo Barros. Padre Alberto manifestara o desejo de deixar a paróquia, uma vez que ficava no Rio de Janeiro por volta de seis meses por ano. O bispo d. José escreveu uma carta deixando claro que ele devia tomar uma atitude: ou a paróquia ou a política.

[...] Você não quer deixar a política, e eu em sã consciência não posso deixar por mais tempo os descabros em que fica a catedral durante a sua ausência apesar de toda a energia e boa vontade dos padres que o substituem. Vou lhe falar com toda a franqueza. Tirada a causa supra mencionada não tenho motivos para lhe aconselhar a deixar a paróquia, mas se esta causa não se pode já remover então lhe aconselho que deixe, embora com pesar.<sup>129</sup>

<sup>126</sup> MONOGRAFIA do Seminário de Curitiba. p. 2-31, 1895-1906. **ACMC**, Curitiba.

<sup>127</sup> DESCHAND, p. 4, 1910.

<sup>128</sup> Os padres Desidério e Alberto foram atacados pelos livres-pensadores do Paraná, em tom de sarcasmo e ironia nos diferentes folhetos, jornais e revistas do fim do século XIX e início do XX. A abordagem anticlerical classificou-os de beatos, carolas, mentirosos, inimigos do povo. Um dos principais expoentes desse ataque era o jovem Dario Vellozo, que dirigiu e foi um dos principais colaboradores do periódico *Ramo de Acácia*, órgão da maçonaria de Curitiba.

<sup>129</sup> BARROS, D. José de Camargo. Correspondência ao Padre Alberto José Gonçalves, 12/ago./1900, **ACMC**, Curitiba. Livro Copiador n. 4, 1899-1903.

D. José revelou que havia a licença da Santa Sé para que o padre exercesse as duas funções, mas que quem ficava interinamente na paróquia não tomava a sério as suas obrigações e funções, e seis meses eram inconvenientes, seis anos mais ainda. A situação era delicada porque o padre, era uma figura pública reconhecida e precisava concordar em perder um dos altos cargos que exercia. A atitude do bispo d. José o colocou na corda bamba, precisando tomar uma atitude. Ele acabou renunciando à catedral de Nossa Senhora da Luz, depois de anos a sua frente. O bispo de Curitiba, quando enviou a carta ao padre Alberto, já havia escolhido um substituto, que imediatamente aceitou o cargo. Quem assumiu a catedral Nossa Senhora da Luz, com a renúncia do padre Alberto, foi o cônego Celso Iberê da Cunha, que permaneceu no cargo de 1901 a 1930.

Sem a catedral, o padre continuou com outros ofícios na capital paranaense, a cultivar inimigos políticos, a escrever para os jornais locais, bem como passava meses no Rio de Janeiro, exercendo seu mandato político.

Pouco antes de ser eleito oficialmente bispo, padre Alberto, foi zombado em inúmeras charges, entre elas, uma com data de fevereiro de 1908<sup>130</sup>, de que agora ele não tinha mais a paróquia, a senatoria e nem bispado e que, portanto, vivia de rezar umas missinhas aqui e acolá. No momento em que a publicação apareceu no Paraná, na cidade do Vaticano o nome do padre Alberto era indiscutivelmente aceito para ser o bispo da diocese de Ribeirão Preto, que estava sendo criada junto com a Província Eclesiástica de São Paulo.

Nesse período, numa carta dirigida a d. Duarte<sup>131</sup>, padre Alberto pediu que, se durante a visita do bispo ao papa, apresentando o projeto da Província Eclesiástica, seu nome fosse confirmado para o bispado, que ele providenciasse a compra, em Roma, de uma capa com o arminho, o báculo, o cânon para o serviço diário e um cerimonial bem explicado, alegando que lá os preços eram muito mais acessíveis e que a economia seria grande.

Com a oficialização do processo da formação da Província de São Paulo, o nome do padre Alberto foi confirmado como eleito para bispo de Ribeirão Preto. Na ocasião, em Curitiba, na revista “O Olho da Rua”<sup>132</sup>, em Carta Aberta, assinada pelo pseudônimo Zip, um de seus adversários, escreveu sobre a admiração que o consagrava no momento e sugeriu como ele deveria se portar como bispo. Elogiou o fato de que padre Alberto, quando governou o bispado do Paraná, se saíra bem e que deveria, mesmo tremendo nas bases, ficar à altura do

---

<sup>130</sup> **O OLHO DA RUA**, Curitiba, ano 2, n. 22, 29/2/1908.

<sup>131</sup> GONÇALVES, Padre Alberto José. Correspondência a D. Duarte Leopoldo e Silva, 2/mar./1908. **ACMSP**, São Paulo. (Pasta Ribeirão Preto, D. Alberto I e II).

<sup>132</sup> **O OLHO DA RUA**, Curitiba, ano 2, n. 37, 19/9/1908.

cargo e honrar o Paraná. Este artigo mostrou que até mesmo alguns de seus adversários políticos o reconheciam como um grande homem, apesar de satirizá-lo sempre.

As cartas de apresentação do padre Alberto que identificamos nos Arquivos do Vaticano eram todas de elogio; elas o descreveram como homem religioso, devoto de Maria e que, apesar de político, era capaz de passar pelos meandros da política e continuar sendo o padre justo, piedoso e mariano que a sociedade conhecia.

Para o eleito de Ribeirão Preto em 1908, identificamos no Arquivo Secreto do Vaticano<sup>133</sup> as seguintes cartas de apresentação: padre João Borges Quintão, reitor do seminário de Curitiba, padre Desidério Deschand, superior do Colégio São Vicente de Petrópolis (antigo reitor do Seminário de Curitiba), d. Duarte Leopoldo e Silva, bispo de São Paulo, fr. Lucinius Korbe Ofm, pároco de Paranaguá, d. Joaquim Arcoverde, cardeal do Rio de Janeiro. Os cinco nomes citados eram amigos de Alberto José Gonçalves e com ele trocavam correspondências periodicamente. O núncio alegou que o padre Alberto seria uma excelente aquisição para o episcopado. Com tantos elogios, a Secretaria de Estado do Vaticano não teve dúvidas em aprovar o nome do padre para a diocese de Ribeirão Preto. Era o ápice da carreira do prelado senador; a saagração a bispo representava um salto importante para adentrar na hierarquia da Igreja católica. Padre Alberto sabia que como bispo ele seria mais ouvido.

Padre Alberto reuniu os requisitos necessários para assumir a diocese de Ribeirão Preto: político, capaz de articular com os homens ricos do lugar, hábil, capaz de contribuir para enraizar o catolicismo na região. Padre Alberto foi o eleito entre tantos outros prelados por seu *curriculum*, por sua obra em favor da Igreja. A Igreja precisava de um homem forte para enviar a uma terra de “malvados”, um homem capaz de retardar e, quem sabe, impedir o avanço de outras crenças na região. Um homem político para negociar com os homens e as mulheres no local em que a presença da Igreja não era requisitada da forma com a qual ela estava acostumada.

A separação Estado e Igreja trouxe elementos novos para o período em que, para os bispos, o governo republicano havia transformado o regime em algo despojado de valor ético, e cabia à Igreja resgatar e articular os valores necessários para o bom andamento da ordem social. Tomando por base esse pensamento, o pesquisador Azzi declara: “[...] não apenas para os bispos a religião era o fundamento da nacionalidade brasileira, mas a República com o seu caráter leigo não a poderia substituir.”<sup>134</sup>

<sup>133</sup> Cf: ASgV-NAB. Fasc. 617, n. 125.

<sup>134</sup> AZZI, R. *O Estado Leigo e o Projeto Ultramontano*. São Paulo: Paulus, 1994, p. 21.

A ligação entre práticas religiosas e a situação cotidiana estavam entranhadas na sociedade brasileira. Da formação do caráter, passando por credices, o longo domínio de religião oficial e única que o catolicismo teve no Brasil deixou marcas profundas que não terminariam com um decreto na Constituição.

Nesse contexto, é criada em 7 de junho de 1908, pela Bula Pontifícia *Diocesium Nimiam Amplitudinem*, do Papa Pio X, a diocese de Ribeirão Preto e, logo em seguida, saía a nomeação de seu primeiro bispo. Padre Alberto, escolhido para exercer o alto posto hierárquico na Igreja, ele, que já havia recebido vários títulos da Igreja, abandona a política partidária para ser sagrado bispo.

Como bispo, sua atuação ficou limitada aos bastidores do cenário político, onde pode exercer seu papel como tal, interferindo nas candidaturas políticas que não fossem interessantes para a Igreja católica.

A carta do núncio apostólico d. Aversa<sup>135</sup>, de 20/4/1914, endereçada ao Secretário de Estado do Vaticano, cardeal Merry Du Val, por ocasião da primeira visita *Ad Limina* de d. Alberto, o elogiou e escreveu sobre os bons serviços prestados à Igreja e a República e de como atuou nos bastidores a pedido do arcebispo d. Duarte Leopoldo e Silva, impedindo a candidatura de Rodolfo Miranda ao governo de São Paulo, em contato com o senador Pinheiro Machado.

O governo de D. Alberto, ao longo de 36 anos, na diocese de Ribeirão Preto, constitui outra etapa na história da Província Eclesiástica de São Paulo.

### *1.6 Sagração e posse de d. Alberto José Gonçalves*

O novo bispo de Ribeirão Preto, Alberto José Gonçalves, foi nomeado oficialmente por um Breve do papa Pio X, em cinco de dezembro de 1908.<sup>136</sup> Antes da cerimônia de sagração, o eleito fez a profissão de fé católica e os juramentos estabelecidos, conforme as fórmulas usadas. Os juramentos de padre Alberto foram feitos em Petrópolis, diante do núncio apostólico d. Alessandro Bavona.

A sagração ocorreu na catedral Nossa Senhora da Luz, em Curitiba no dia 2 de fevereiro de 1909, por d. Duarte Leopoldo e Silva, tendo bispos consagrantes d. João Francisco Braga, bispo de Curitiba, e d. João Becker, bispo de Florianópolis. Os bispos foram

<sup>135</sup> AVERSA, D. G. Correspondência ao cardeal Secretário de Estado do Vaticano Raffaele Merry Du Val., 20/abril/1914. ASgV-NAB. n. 687.

<sup>136</sup> LAURIANO, Monsenhor João. **Fundação e Instalação do Bispado de Ribeirão Preto (1906-1909)**. Ribeirão Preto-SP: Cúria diocesana, s/d., p. 51.

convidados por padre Alberto. D. Duarte, escreveu ao cardeal Arcoverde, dizendo que “[...] S. Excia. deu-me a honra de convidar-me para sagrá-lo, honra que aceitei satisfeito por me deparar ocasião de rever meus primeiros diocesanos.”<sup>137</sup>

Às oito horas da manhã, entraram na catedral de Curitiba o arcebispo SAGRANTE, os bispos assistentes e o bispo sagrando, precedidos de cerca de quarenta sacerdotes e dos dois paraninfos: Cel. Dr. Ismael da Rocha (diretor do Serviço Sanitário do Exército) e Dr. Francisco de Assis Teixeira, ambos cunhados do padre Alberto. Guiando préstito pontifical estava o mestre de cerimônias, mons. Dr. Benedicto Paulo Alves de Souza, da arquidiocese de São Paulo, que havia sido indicado como o bispo de Ribeirão Preto pelos jornais dois anos antes da sagração de d. Alberto.<sup>138</sup>

A sagração de d. Alberto ganhou as páginas dos jornais de Ribeirão Preto que noticiaram todos os eventos realizados em Curitiba. De Ribeirão Preto, seguiu, para prestigiar o novo bispo, monsenhor Joaquim Antonio de Siqueira, fazendo uma saudação representando a diocese.

Enquanto d. Alberto era festejado em Curitiba e despedia-se da cidade onde trabalhara por várias décadas, em Ribeirão Preto uma comissão organizava os festejos da recepção e posse.

A comissão dos festejos, presidida por padre Euclides Gomes Carneiro, tinha como secretário Dr. Afonso Gama e tesoureiro Ten. Cel. Saturnino de Carvalho, que, reunindo-se na casa paroquial da matriz de São Sebastião, distribuíram as atividades da recepção a d. Alberto. Ficaram encarregados dos festejos e do embelezamento da rua: padre Euclides, Luiz Baptista, Antonio Diederichsen (Associação Comercial) e o Dr. Lúcio Miranda, representando a Legião Brasileira; para a recepção ficaram encarregados os senhores Dr. Eliseu Guilherme Christiano, Dr. Antonio Rodrigues Guião, Dr. Floriano Leite Ribeiro, Cel. Francisco Maximiano Junqueira, Cel. Antonio Vicente Ferraz de Sampaio e Cel. Antonio Caetano, todos membros da elite política e econômica da cidade.

Coube a essa comissão expedir os convites da posse, marcada para 28 de fevereiro de 1909, para as principais autoridades, tais como: presidente do Estado de São Paulo; secretários: de Estado (Justiça, Interior, Agricultura), presidente do Estado do Paraná, arcebispo de São Paulo, outros bispos e autoridades.

<sup>137</sup> CÓPIA do Diário de d. Duarte Leopoldo e Silva, 24/out./1908, **ACMSP**, São Paulo. (Pasta d. Duarte).

<sup>138</sup> Curiosamente, monsenhor Benedicto retirou-se para o interior na ocasião que d. Duarte chegou de Roma com as Bulas e as nomeações para os novos bispados da Província Eclesiástica de São Paulo. Aspirava monsenhor Benedicto ocupar um dos cargos? Não temos como aferir, mas, levando-se em conta as funções exercidas por ele e as notícias dos jornais de época, é possível que monsenhor Benedicto Paulo Alves de Souza tenha sonhado o episcopado.

No trajeto do bispo do Paraná até o interior de São Paulo, d. Alberto foi saudado, mas, quando entrou no território de sua diocese, as manifestações de júbilo aumentaram. Foram programadas várias paradas nas estações de trem das cidades da diocese por onde passou. Autoridades civis, fiéis e certamente curiosos acudiram à estação para saudar o bispo.

Em Ribeirão Preto, quando d. Alberto chegou à estação da Mogiana, esta estava repleta de fiéis e autoridades que foram saudar o bispo.

S. Excia foi recebido ao som festivo dos acordes das bandas de música, pelos membros da comissão dos festejos, os srs. Monsenhor Joaquim Antônio de Siqueira, Coronel Saturnino de Carvalho, (?) Antonio Rodrigues Guião e Afonso Gama e pelas autoridades civis e municipais da comarca e município, Drs. Eliseu G. Cristiano, Juiz de Direito, Mário Pires, Promotor Público, Cap. Luiz Batista Junior, prefeito interino, funcionários municipais e oficiais da Guarda Nacional, que lhe deram as saudações de boas vindas e formando-se o numeroso préstito fora da estação, entre alas de crianças, alunos e alunas das escolas desta cidade e irmandades católicas da Paróquia, seguiu-se pela rua General Osório, completamente repleta de povo, representado por todas as classes sociais, que acolheram, com significativas manifestações de simpatias e respeito o eminente prelado da diocese.<sup>139</sup>

As ruas centrais da cidade por onde o cortejo passava foram preparadas, enfeitadas, e o povo, convidado a saudá-lo de suas casas.

Uma saudação foi feita durante o cortejo em frente ao Hotel de Martino, pelo acadêmico de direito Luiz Gomes.

No palacete Schmidt, local em que d. Alberto ficou inicialmente hospedado, o Dr. Altino Arantes, deputado federal, foi convidado especialmente para ser o orador oficial encarregado de saudar o bispo em nome de todo o povo. Como vimos, em 1903 encontramos dr. Altino Arantes assinando o pedido de criação da diocese de Batatais, que fora enviado ao núncio apostólico e ao Vaticano.

A escolha de Altino Arantes, um político da região, de expressão nacional, para saudar um bispo que exercera cargos políticos, nos sugere que Estado e Igreja caminhavam juntos nos momentos de maior interesse público, como diante de toda uma comunidade na recepção de d. Alberto, mesmo que oficialmente pela Constituição estivessem separados. O

---

<sup>139</sup> LIVRO de Tombo n. 2, p. 53-54, 1890-1904. **ACRP-SP** Ribeirão Preto-SP.

discurso de Altino Arantes exaltou os méritos não só religiosos de d. Alberto como também civis e patrióticos, dos serviços prestados à Pátria como deputado e senador federal.

No discurso, Altino Arantes ressaltou que “[...] todos, sem distinção de crenças ou de partidos [...]”<sup>140</sup> estavam ali para receber com boas vindas a nova autoridade religiosa católica na região. Entre os fiéis católicos, participar de tão importante cerimônia consistia uma honra sem precedentes, mas entre os membros de outras Igrejas consideramos que seria exagerado afirmar que estavam contentes em participar de tal festa, principalmente porque Altino Arantes afirmou, em seguida, que o novo bispo era o representante do episcopado que tinha a função de disciplinar a heresia. Como poderia o bispo d. Alberto ser bem recebido entre outras crenças já que seu papel estava centrado em aumentar o número de adeptos do catolicismo e combater as doutrinas consideradas pela Igreja como heréticas? O papel que a Igreja exercia e as mudanças propostas no fim do século XIX ainda não atingiam o cerne de questões como o ecumenismo e uma maior inserção em todos os setores da sociedade. A Igreja rodeava importantes discussões como a família e o divórcio, nas quais não abria mão de seus princípios, por mais absurdos que eles pudessem parecer aos olhos da moderna sociedade urbanizada, que crescia cada vez mais. D. Alberto representava esse pensamento da Igreja.

D. Alberto, como representante do apóstolo Pedro, não tinha entre suas metas ser um homem ecumênico, mesmo porque o discurso da Igreja era de rejeição e não de diálogo com as outras crenças, inclusive para com os cristãos protestantes de quem a *Pastoral Coletiva dos Bispos*, de 1915, afirmava que do “[...] protestantismo, tiraram a sua origem todos os erros político-sociais que perturbam as nações modernas.”<sup>141</sup>

Em seguida ao discurso de Altino Arantes, cantou-se o Hino Nacional, mostrando-se mais uma vez como um acontecimento religioso pode estar associado a uma simbologia de ordem não sacra; o hino nacional representa um dos principais sinais de um Estado democrático.

O novo bispo, no palacete de Francisco Schmidt, recebeu os cumprimentos das autoridades presentes civis e eclesiásticas, enquanto uma grande multidão do lado de fora também tentava entrar para saudá-lo. Os relatos da posse descreveram o deslumbrante e espontâneo contentamento da multidão que acompanhou os festejos. As comissões das

---

<sup>140</sup> ARANTES, Altino. Saudações. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto**, 1908-1918. Ribeirão Preto: Typ. Guimarães, 1918, p. 41 a 46.

<sup>141</sup> EPISCOPADO Brasileiro. **Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Eclesiásticas**. Rio de Janeiro: Martins de Araújo, 1915, p. 20.

paróquias pertencentes ao bispado vieram para recepcionar o bispo. A Companhia Mogiana colocou trens especiais para atender à demanda da festa.

Como a catedral não estava concluída, a posse ocorreu na capela dos padres Agostinianos, conhecida como capela São José.

A 1 ½ da tarde, S. Excia partiu do palacete Schmidt para a Catedral, recebendo ali, depois das cerimônias respectivas, as suas vestes episcopais, sendo pela orchestra e coro, cantado o hino sagrado. Sua Excia saiu para a capela de São José debaixo do páblio, que era conduzido pelos seguintes srs. Dr. Aureliano Gusmão, pelo presidente do estado, Dr. Altino Arantes, José Lobo, Palmeira Ripper, Guilherme Oliveira, Macedo Bittencourt, Veiga Miranda, coronéis Félix Cintra e Estevão Marcolino.<sup>142</sup>

O bispo foi acompanhado pelas seguintes associações: Catecismo paroquial, Arquiconfraria de São José, Pia União das Filhas de Maria, Rosário Perpétuo, Coração de Jesus, todas com seus estandartes. Ao chegar a igreja de São José, foi cantado o *Te Deum*, sendo iniciado por monsenhor Siqueira. O canto chamado *Te Deum*, era usado somente em ocasiões solenes da Igreja.

Ao ler a Bula de nomeação, monsenhor Siqueira, que oficiou a cerimônia, anunciou os cinquenta dias de indulgências que o bispo concedia a todos os fiéis de sua diocese por ocasião da posse, significando as bênçãos estendidas através do pastor a seus fiéis.

O discurso gratulatório feito pelo padre Sebastião Leme da Silveira Cintra, então com 27 anos, professor do seminário arquiépiscopal de São Paulo, dizia “[...] sobre autoridade do Bispo e sua paternidade [...]”<sup>143</sup> O jovem padre Leme seria mais tarde nomeado cardeal, exercendo importante papel de liderança na Igreja no Brasil nos 1930.

Após as devidas cerimônias, o bispo D. Alberto fez seu discurso centrado na paz que desejava para os filhos de Ribeirão Preto.

O livro *Obras Notáveis da Residência de Ribeirão Preto*<sup>144</sup>, dos padres Agostinianos, local cuja capela abrigou a cerimônia, dedicou oito linhas para a posse de d. Alberto. A respeito da cerimônia de posse do bispo, citou apenas padre Euclides G. Carneiro

<sup>142</sup> LIVRO de Tombo n. 3, p. 55. Arquivo da Catedral de Ribeirão Preto (ACRP-SP), Ribeirão Preto.

<sup>143</sup> CORREIA, Padre Francisco de Assis. **História da Arquidiocese de Ribeirão Preto**. p. 112.

<sup>144</sup> OBRAS Notáveis da Residência de Ribeirão Preto, 1913. Arquivo da Paróquia São José (APSJ-RP), Ribeirão Preto-SP. O livro traz alguns apontamentos para a história da residência dos Padres Agostinianos em Ribeirão Preto.

que fez a alocação de entrada. Sobre o fato de monsenhor Siqueira ter presidido a cerimônia nenhuma alusão, bem como das autoridades presentes. No entanto, foi d. Alberto que ao longo das décadas seguintes, ordenou os padres Agostinianos em Ribeirão Preto e região.

O livro de Tombo da catedral traz uma descrição do brasão com as armas Episcopais escolhidas por d. Alberto:

Na parte superior estão o chapéu, a mitra, a cruz e o báculo; na primeira parte do escudo encontra-se, bem no centro, o monograma Ave Maria, ladeado pela lua e uma estrela lembrando a Virgem Maria. Na 2<sup>a</sup>. parte, a esquerda, vemos uma palmeira, imobilizando a cidade paranaense de igual nome, onde nasceu o sr. Bispo, iluminada pelo sol que vai nascendo para lá dos campos gerais do Paraná; à direita, estão o capacete e as lanças ou setas do mártir São Sebastião, padroeiro da Catedral da Diocese. Por último, a inscrição latina gravada na fita – Da mihi virtutem contra hostes tuos -? Que quer dizer em vernáculo: Dá-me forças contra teus inimigos.<sup>145</sup>

A frase escrita no brasão deixava claro que d. Alberto, um guerreiro, veio lutar contra os inimigos da Igreja católica. O papel que exerceu como deputado e senador na defesa da moral e dos valores da Igreja, agora faria a mais ainda como bispo, um verdadeiro pastor dentro da hierarquia da Igreja.

A preocupação da Igreja com as rápidas transformações da sociedade eram muito pertinentes. Ribeirão Preto, cidade que não havia enviado projeto para o Vaticano, buscando sediar um bispado, no entanto, foi a escolhida. No momento da criação da diocese, em 1908, existia uma loja maçônica: Loja Estrela D'Oeste, fundada em 1885. Tudo indica que a Maçonaria era atuante na região de Ribeirão Preto. O jornal *Lauro Sodré*, da cidade de Campinas, revela a respeito da militância dos maçons em Ribeirão Preto em 1907 e de um congresso da Maçonaria na cidade.

“Ainda a pouco em Ribeirão Preto, o congresso maçônico, que ali teve lugar discutiu com largueza de vistas o palpitante assunto e ficou deliberado que a maçonaria promoveria a fundação de cooperativas agrícolas e de produção.”<sup>146</sup> A notícia revela a presença dos maçons na cidade em número suficiente para realizar um congresso e da tentativa de incentivo para fundação de cooperativas agrícolas partindo dos maçons.

<sup>145</sup> LIVRO de Tombo, n. 3, verso p. 56, 1950. **ACRP-SP**, Ribeirão Preto-SP.

<sup>146</sup> COOPERATIVA Maçônica, **Lauro Sodré**, 10/abril/1907, ano 2, n. 11, p. 1, Campinas-SP. (Arquivo Público do Estado de São Paulo). O *Lauro Sodré*, intitulava-se um Semanário independente consagrado à propaganda e defesa dos ideais da Maçonaria.

Quanto às outras crenças, o ramo protestante, representado pelos Metodistas, chegou à cidade de Ribeirão Preto uma década antes da criação do bispado, em 1896, instalando um colégio.<sup>147</sup> Durante o governo de d. Alberto outras denominações foram se instalando em Ribeirão e região.<sup>148</sup>

A presença de um alto percentual de imigrantes europeus na população, dentre eles os italianos, permite afirmar que os anarquistas também veiculavam suas idéias na região, mesmo que de forma mais tímida no momento da criação do bispado, em 1908. Nas décadas seguintes, os comunistas apresentaram-se agremiados, formando um outro bloco capaz de fazer frente ao projeto de catolicizar a região. D. Alberto chegava a Ribeirão Preto para enfrentar essas forças opostas ao catolicismo.

Na escolha das Armas Episcopais, d. Alberto conseguiu juntar vários elementos desde sua cidade natal a São Sebastião, padroeiro da diocese que assumiu. As Armas Episcopais de um bispo mostravam, simbolicamente, o que para ele era importante, tais como lugares e devoções. Sem abandonar a comunidade anterior que fisicamente ficava para trás, d. Alberto trazia consigo as lembranças dela e, ao se referir a São Sebastião, mostrava o respeito pela comunidade que o acolhia. As inúmeras viagens que d. Alberto fez ao Paraná posteriormente, ao longo do seu episcopado, podiam ser facilmente entendidas quando vemos no seu brasão as alusões à terra natal.

D. Alberto era devoto da Virgem Maria; em uma das cartas de referência a ele, trazia a descrição de que escolheu a data de dois de fevereiro para sua sagração em razão da devoção à Virgem Maria: “[...] per la devozione Che il prelodato M. Gonçalves professa verso lê Virgine, desidera ricevera la cosegrazione episcopale il 2 de febraio [...]”<sup>149</sup>, o que ficava corroborado através de suas armas episcopais.

Nem tudo foi festa nos dias que antecederam a posse do novo bispo. Um artigo no jornal *Diário da Manhã* fez uma crítica muito dura a respeito da relação Estado e Igreja, dizendo que, apesar de separados pela Constituição Republicana de 1891, a ligação

---

<sup>147</sup> ALMEIDA, Vasni de. **Converter, ensinar e reformar**: a missão protestante em Ribeirão Preto (1896-1950). Franca: Unesp, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca-SP, 1997.

<sup>148</sup> PERBONI, Fábio. **A Água, o Fogo e o Sangue**: a Trindade da Salvação. Igreja da Assembléia de Deus em Ribeirão Preto (1987-1997). 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca-SP, 1999.

<sup>149</sup> BAVONA, Alessandro. Correspondência ao Secretario de Estado Rafaelle Merry D. Val, 31/out/1908, **ASV**. fasc. 143.

clandestina era da “peor espécie.”<sup>150</sup> O artigo afirmava que o Estado precisava intervir, para separar os bens da fábrica da matriz do patrimônio das Câmaras Municipais.

Muitas cidades do Brasil colonial e imperial estavam localizadas em terrenos pertencentes ao patrimônio da Igreja. Alguns deles foram doados para erguer uma capela ao santo de devoção do doador. O regime de *Padroado Régio*, isto é, os direitos exclusivos que o rei possuía de administrar os negócios eclesiásticos no Brasil contribuíram para que o Estado controlasse a vida da Igreja por séculos, desde 1500 até 1889. Separados pela Constituição republicana, vinha à tona o controle sobre os terrenos disputados entre as fábricas das matrizes e as municipalidades, conforme vamos ver no capítulo seguinte.

O autor do artigo considerava o assunto melindroso, mas recomendava que quanto mais cedo as municipalidades tomassem uma posição, melhor seria, uma vez que muitas cidades estavam em litígio com a Igreja. Os bens patrimoniais das Igrejas constituíram, ao longo dos séculos, um dos alvos de cobiça do Estado liberal ou de seus aliados anticlericais.

Ao assumir a diocese, d. Alberto sabia dos enfrentamentos que o esperavam para a organização da diocese em tentar barrar o avanço de outras denominações.

A diocese de Ribeirão Preto é apresentada no Relatório de d. Duarte para a Nunciatura Apostólica com as seguintes características:

Patrono: São Sebastião; superfície: 28.190 Km; 34 Igrejas paroquiais; 8 Igrejas filiais; 70 Oratórios Públicos; 37 Padres seculares; 3 Congregações religiosas masculinas com 3 casas e 12 sacerdotes e 9 irmãos leigos; 2 Congregações religiosas femininas com 2 casas e 28 irmãs; 2 colégios católicos e 5 escolas católicas; 79 associações católicas.<sup>151</sup>

No mesmo relatório d. Duarte apontava para o problema de formação do patrimônio da diocese de Ribeirão Preto, contando que duas outras cidades<sup>152</sup> da região pleitearam ser a sede de diocese e que seus habitantes não quiseram contribuir para a formação do patrimônio. O bispo alertava para os perigos da presença, em todas as novas dioceses, dos espíritas e dos protestantes, estes, com os missionários da América do Norte, que mantinham a sociedade bíblica semeando o que o bispo considerava como a descrença.

<sup>150</sup> FLÁVIO, Ruy. A Igreja e o Estado. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, 10/fev./1909. Ruy Flávio era o pseudônimo de João Rodrigues Guião, redator-chefe do jornal Diário da Manhã. CIONE, R. **História de Ribeirão Preto**: Legis Summa, 1996. v. 4, p. 115.

<sup>151</sup> RELAZIONE Da Presentarsi Alla Nunziatura Apostólica Del Brasile Riguardo Al Progetto Della Creazione Di Nuove Diocesi Nelle Stato Di San Paolo. p. 6-7, 14 Gennaio, 1908. **ACMSP**, São Paulo.

<sup>152</sup> Não foi possível identificar com a pesquisa uma outra cidade além de Batatais que aspirava ser a sede episcopal na região de Ribeirão Preto.

Para d. Duarte somente a presença de um bispo acompanhado de bons missionários, seria capaz de cuidar e administrar evitando a perda das almas.<sup>153</sup>

D. Alberto assumiu a diocese com 36 paróquias: Batatais, Brodowski, Caconde, Cascavel, Cajuru, Casa Branca, Cravinhos, Espírito Santo do Pinhal, Espírito Santo do Rio do Peixe (Divinolândia), Espírito Santo de Batatais (Nuporanga), Franca, Itobi, Ituverava, Jardinópolis, Mato Grosso de Batatais (Altinópolis), Mococa, Mogi-Guassú, Patrocínio do Sapucahy (Patrocínio Paulista), Ribeirão Preto, Rifaina, Santana dos Olhos D'água (Ipuã), Santo Antônio da Alegria, Santa Cruz da Estrela, Santa Cruz das Palmeiras, São João da Boa Vista, São José da Bela Vista, São José do Morro Agudo (Morro Agudo), São José do Rio Pardo, Santa Rita dos Coqueiros (Cássia dos Coqueiros), Santa Rita do Paraíso (Igarapava), Santa Rita do Passa Quatro, São Simão, Sertãozinho, Tambaú, Vargem Grande (Vargem Grande do Sul) e Vila Bonfim (Bonfim Paulista).

A divisão geográfica ficou estabelecida junto com as outras cinco dioceses do Estado:

Começa no Rio Eleutério, no ponto em que este rio divide os Bispados de São Paulo e Pouso Alegre, desce por este rio e pelo Mogy-Guassu e Rio Pardo até sua barra no Rio Grande, sobe por este último até o ponto em que começa a divisa do Bispado de Uberaba, daí pelas divisa actuaes desse Bispado e do de Pouso Alegre até o Rio Eleutério, onde teve princípio.<sup>154</sup>

O Boletim Eclesiástico de São Paulo de 1908 publicou a listagem de todas as paróquias por ordem de datas de fundação, com informações de população, santo padroeiro e o respectivo vigário naquele momento. A paróquia mais antiga do novo bispado era Mogi-Guassú, de 1773, criada ainda no período colonial; e a mais nova, de poucos anos antes da criação do bispado, era a de Brodowski, de 1905.

---

<sup>153</sup> RELAZIONE Da Presentarsi Allá Nunziatura Apostólica Del Brasile Riguardo Al Progetto Della Creazione Di Nuove Diocesi Nelle Stato Di San Paolo. 14 Gennaio, 1908, p. 8. **ACMSP**, São Paulo.

<sup>154</sup> SILVA, D. Duarte Leopoldo e. Relatório sobre a criação das novas dioceses. São Paulo, [s.d.]. **ACMSP-SP**.

## CAPÍTULO II

### 2. A DIOCESE DE RIBEIRÃO PRETO E O GOVERNO DE D. ALBERTO JOSÉ GONÇALVES

A escolha da cidade de Ribeirão Preto para sede de bispado e de d. Alberto José Gonçalves para bispo fez parte do projeto da hierarquia da Igreja para ocupar sistematicamente e evangelizar a região remota do estado de São Paulo, conhecida por sua riqueza.

O prelado eleito bispo, d. Alberto José Gonçalves, conforme vimos no capítulo anterior, reunia todos os pré-requisitos necessários exigidos pela Santa Sé, para dirigir a obra de evangelização, obter e administrar os bens patrimoniais a serem organizados após a instalação do bispado.

Para iniciar sua obra, d. Alberto enviou da cidade de Curitiba uma carta aos novos diocesanos, numa saudação que representava um primeiro passo para um engajamento com seus fiéis. Nessa carta pastoral o bispo anunciou um novo tempo missionário, pois cabia ao pastor “[...] proteger o rebanho invadido de todas as partes [...]” e, mais ainda, “[...] empregaremos nossos esforços para que não se perca nenhum d’aquelles que foram confiados a nossa guarda e vigilância.”<sup>155</sup>

Estava definida sua missão: consolidar a fé cristã entre os católicos e conquistar a população itinerante que estava na região de Ribeirão Preto, atraída por uma suposta riqueza fácil, e que foi chamada pelos membros da Secretaria de Estado do Vaticano de *malvados*.

A missão do bispo era pastoral, precisava cuidar do rebanho, inserindo-o no contexto da Igreja romanizada, cuidar das paróquias e dos padres, disciplinando-os de acordo com as normas eclesiais. O bispo possui jurisdição ordinária e autoridade plena e independente, prestando conta de seus atos somente ao papa. Ele tem poder para pregar a palavra, administrar os sacramentos e aplicar as leis que se referem à consciência e que regulam a disciplina. Era papel importante refrear aqueles que a Igreja considerava extraviados da fé católica.

---

<sup>155</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Primeira Carta Pastoral. In: **Archivo da Diocese do Ribeirão Preto 1908-1918**. Ribeirão Preto: Typ. Guimarães, 1918, p. 27.

Qual o caminho percorrido pelo bispo de Ribeirão Preto, d. Alberto José Gonçalves, para executar sua missão?

D. Alberto seguia o modelo oriundo de Roma. Um conjunto de medidas chegava para a Igreja na América após o *Concílio Plenário Latino Americano*, em 1899, realizado no Colégio Pio Latino-Americano em Roma. Padre Beozzo argumenta a respeito: “A intenção do Concílio não era penetrar na realidade latino americana, mas sim readequá-la ao novo perfil da Igreja, centrado inteiramente em Roma.”<sup>156</sup>

No Brasil, nas décadas seguintes à Carta Pastoral Collectiva dos Bispos, de 1890, as determinações do Concílio Plenário Latino Americano e, posteriormente, as Cartas Pastorais dos Bispos das Províncias Eclesiásticas Meridional e Setentrional, reafirmaram as diretrizes traçadas por Roma, expressas nos documentos do Concílio Plenário.<sup>157</sup> Os bispos e padres precisavam adequar-se ao modelo proposto pelos documentos e aplicar suas regras nas dioceses e paróquias. Realizar as visitas pastorais, organizar a cúria e a administração dos negócios eclesiais, bem como disciplinar e dirigir as associações laicas, constituíam parte do projeto de governo de d. Alberto.

## 2.1 A obra inicial de d. Alberto: as visitas pastorais

Tomadas as primeiras providências na sede da diocese, d. Alberto preparou a visita pastoral, disposto a percorrer a diocese para conhecer as cidades com suas matrizes, capelas e os fiéis que estavam sob seu governo. Apresentou-se como Pai e Pastor que estava visitando o rebanho, anunciando a palavra àqueles que não tinham como ir até a sede da diocese conhecer o bispo, suprema autoridade da Igreja na região.

O pesquisador Marcus Bencostta situa o início das visitas pastorais dos bispos no Concílio de Tarragona, no ano de 506.<sup>158</sup> No entanto, séculos depois, o modelo proposto pelo Concílio de Trento (1545-1563)<sup>159</sup> exigia que os bispos realizassem visitas pastorais e

<sup>156</sup> BEOZZO, José Oscar. A Igreja frente aos Estados Liberais 1880-1930. In: DUSSEL, Enrique. **História Liberationis. 500 anos de História da Igreja na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1992, p. 198.

<sup>157</sup> LUSTOSA, Oscar de F. (Org.). **A Igreja Católica no Brasil e o Regime Republicano**. São Paulo: Loyola, 1990.

<sup>158</sup> BENCOSTTA, M. L. **A Igreja e Poder em São Paulo: D. João Baptista Correa Nery e a Romanização do Catolicismo Brasileiro (1908-1920)**. 1999. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 1999, p. 53.

<sup>159</sup> A respeito do Concílio de Trento, sugerimos as obras que trazem boa indicação bibliográfica com comentários sobre a historiografia do Concílio. ALBERIGO, G. (Org.). **História dos Concílios Ecumênicos**. Trad. José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1995; MARTINA, G. **História da Igreja. De Lutero a nossos dias**. I O Período da reforma. Trad. Orlando Soares Moreira. São Paulo: Loyola, 1995 e ZAGHENI, G. **Curso de História da Igreja**. A idade Moderna. Trad. José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1999.

organizassem sínodos diocesanos em suas dioceses. O Concílio de Trento recomendava ainda que os bispos visitassem toda a diocese, ou a maior parte dela, uma vez ao ano.<sup>160</sup>

No século XIX, ainda vigente o concílio tridentino, os bispos, ao realizarem a visita pastoral percorrendo a diocese, tinham vários propósitos, dentre eles, verificar o cuidado material das igrejas, o zelo para com a moral do clero e do povo. No século XIX, na Igreja paulista, d. Antonio Joaquim de Melo como bispo, realizou as reformas necessárias para adequar o clero de São Paulo a um cuidado maior para com a Igreja e o culto<sup>161</sup>, tendo sido seguido por seus sucessores.

As visitas pastorais tinham vários propósitos, como: pregar a palavra de Deus, administrar os sacramentos aos fiéis devotos, entre eles, o crisma, e verificar a ação dos párocos, bem como o andamento das paróquias e dos bens patrimoniais. Ao visitar uma paróquia, o bispo estreitava os laços com o padre e a comunidade, anunciando a doutrina e verificando o seu cumprimento. Em resumo, as visitas serviam para implantar o catolicismo romanizado.

Esperava-se com esses eventos, despertar uma nova dimensão religiosa na vida espiritual dos fiéis. Ouvindo novamente a palavra de Deus sendo pregada por bispos e padres, os fiéis abandonariam as crenças supersticiosas e se recusariam a aderir às novas doutrinas que ganhavam espaço no Brasil.

A expectativa era de que a presença do bispo criaria um clima propício à consolidação do catolicismo no interior do estado de São Paulo, uma vez que nunca um bispo residira tão próximo de seus fiéis. Com a criação da Província Eclesiástica de São Paulo, dividiu-se o estado em regiões, e os bispos eleitos assumiram o papel de incrementar a fé. A hierarquia da Igreja acreditava que poderia combater a secularização se bispos e padres estreitassem laços com os fiéis, ensinando-lhes a doutrina da salvação, como pastores e sucessores dos apóstolos e velando sobre o povo.

As paróquias da região de Ribeirão Preto prepararam-se para receber a autoridade eclesiástica. Alguns lugares da diocese recebiam pela primeira vez a visita de um bispo, em outros havia décadas que um bispo havia passado pela paróquia. Havia igrejas sem padres ou com padres idosos, a assistência aos fiéis católicos era pequena.

---

<sup>160</sup> Mesmo após o Concílio Vaticano I, a Igreja do início do século XX, segue algumas diretrizes tridentinas como as indicadas para as visitas pastorais dos bispos.

<sup>161</sup> WERNET, A **A Igreja Paulista no século XIX**. São Paulo: Ática, 1987. A tese do prof. Augustin Wernet retrata as visitas de D. Antonio Joaquim de Melo na diocese de São Paulo. Para o período que estudamos, a tese de Marcus Bencostta aborda para a cidade de Campinas o programa de romanização de D. João B. Nery. BENCOSTTA, 1999.

Por meio de uma *Carta Pastoral*, d. Alberto anunciava sua peregrinação pela diocese e se apresentava como pastor, imitando o exemplo de Cristo. Era uma maneira de se contrapor à sociedade secularizada. Na diocese de Ribeirão Preto, d. Alberto cumpria “[...] a missão que o Espírito Santo e a Igreja lhe confiaram [...] chamar ao aprisco alguma ovelha tresmalhada, iludida pelas fallazes palavras de pseudo-pastores.”<sup>162</sup>

Nas palavras do bispo, nem se admitia que as pessoas professassem outra crença, mais ainda quando, partindo de uma formação católica, tivessem deixado de professar o catolicismo, iludidas por falsos pastores.<sup>163</sup>

Junto com a Carta Pastoral do anúncio da visita, o bispo enviava um *Mandamento*, orientando os vigários a preparar os livros da paróquia, da fábrica da matriz e das irmandades, para serem verificados na ocasião. Cabia ao bispo, observar como estava a aplicação da doutrina, isto é, dos dogmas e normas inerentes ao catolicismo e à sua prática cotidiana, bem como o ensino do catecismo, e também analisar as contas da fábrica da matriz e das capelas.

O itinerário das cidades contempladas nas visitas pastorais com as datas previstas era lançado no início do ano pela cúria, facilitando a organização nas paróquias.

As cartas de d. Alberto, com orientações para o bom andamento das visitas pastorais, eram enviadas com antecedência aos párocos. Os paroquianos deveriam ser instruídos a respeito dos sacramentos que iam receber, como o crisma e matrimônio, para tirar todos os papéis necessários antes da sua chegada.

No início do século XX, a presença de um bispo em uma cidade sempre resultava em acontecimento ímpar, pois sua personalidade se revestia de uma aura de santidade e poder. Os livros de Tombo das paróquias e os jornais das cidades da diocese de Ribeirão Preto revelam esse fato. Grande mobilização dos católicos da diocese se dirigia às estações de linhas de ferro ou à entrada das cidades para acolher o bispo.

O *Mandamento* sobre a visita especificava que a recepção começaria na entrada da cidade, com toda a comunidade católica saindo da Igreja, em procissão, levando à frente uma cruz. Uma banda musical deveria tocar os hinos, ou os fiéis poderiam entoá-los. Arcos triunfais cobertos de flores eram preparados, bandas executavam músicas sacras, hinos eram cantados pelos agremiados das associações. Os membros das irmandades religiosas laicas masculinas e femininas participavam de todas as cerimônias, paramentados com seus

<sup>162</sup> GONÇALVES, D. Alberto J. Carta anunciando a visita pastoral. 25 de abril de 1909. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Typ. Guimarães, 1918, p. 69-74.

<sup>163</sup> O combate da Igreja dirigia-se a tudo o que fosse contrário à doutrina católica, demonstrando desprezo a outras crenças. A idéia atual de Ecumenismo chegou mais tarde, só após o Concílio Vaticano II.

uniformes e fitas, que os distinguiam do restante da população. Representava um *status* no seio da comunidade pertencer a uma agremiação laica.

Como vimos, a visita pastoral contemplava analisar os livros paroquiais, administrar o sacramento do crisma, rezar pelos fiéis defuntos, reunir-se com as associações religiosas laicas, rezar e pregar para os demais fiéis, ou seja, um programa voltado para os assuntos internos da Igreja e do bom andamento da fé.

Apesar de contemplar assuntos da Igreja, as municipalidades facilitaram e contribuíram para abrilhantar a visita do bispo e, em muitas delas, contribuíram financeiramente para as festas e compareceram oficialmente a todas as cerimônias.

D. Alberto, na *Carta*, avisou que não queria gastos desnecessários para não onerar o povo e observou que não era preciso nomear comissões para recebê-lo. Escreveu que queria simplicidade, bem como passar o maior tempo possível na companhia do pároco. A visita apresentava-se como uma oportunidade de conhecer e estar mais próximo dos párocos, por esse motivo pediu para partilhar da mesa comum, hospedando-se com os padres. A leitura dos livros de Tombo revelou que nem sempre esses propósitos foram cumpridos.

Junto com o *Mandamento* anunciando a visita, expediu um documento chamado *Cerimonial para a recepção do Bispo e o serviço da Visita*<sup>164</sup>, em que se especificavam, com detalhes, todas as orientações para os diferentes momentos da presença do bispo. Apesar de pretender ser modesto e não ser motivo de gastos ele não dispensou o cerimonial.

Após algumas visitas, o bispo fez uma recomendação aos párocos no sentido de pedir às autoridades civis que tais visitas fossem desvinculadas de festas da cidade e não concedessem licença para as barracas nas praças das matrizes, uma vez que, de acordo com ele, comprometiam o resultado da visita, pois desviavam a concentração no objetivo maior, que era espiritual, mas grande o número de pessoas que circulavam nas cidades por essa ocasião atraía comerciantes com seus produtos.

Um ano depois de ter iniciado as visitas pastorais pela diocese, d. Alberto, escreveu os *Avisos Diocesanos*<sup>165</sup>, em que dispôs várias considerações a respeito de diversos temas. Entre outras coisas, recomendava a recitação obrigatória dos atos de fé, esperança e caridade e orações próprias, antes das missas; dispunha também sobre especificações de pedidos de dispensas canônicas matrimoniais, sobre a manutenção correta dos documentos emitidos pela hierarquia da Igreja e proibindo a celebração de missas em casas particulares.

---

<sup>164</sup> CERIMONIAL para a recepção do Bispo e o Serviço da Visita. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto: 1908-1918**. Ribeirão Preto: Typ. Guimarães, 1918, p. 77-89.

<sup>165</sup> GONÇALVES, D. Alberto J. Avisos Diocesanos. In: **Arquivo da diocese do Ribeirão Preto 1908-1918**, p. 93-94.

As recomendações de d. Alberto visavam admoestar os padres que não seguiam à risca as normas inerentes à condição do cargo.

Os bispos exortavam seus padres a seguir as regras, exigindo que adquirissem os livros contendo as *Pastorais Coletivas*, as *Atas e Decretos do Concílio* e os *Boletins Diocesanos*. D. Alberto acreditava que os padres poderiam conhecer os documentos para estruturar a administração da paróquia e sua ação evangelizadora. De acordo com a pesquisa, nem todos os párocos transcreviam os documentos que chegavam do Vaticano, nem deixavam a escrituração em dia. Além disso, o fato de transcrever os documentos não garantia que as diretrizes da Igreja estivessem sendo seguidas pelo clero na diocese.

Após a primeira visita geral, d. Alberto enviou uma *Carta Pastoral*<sup>166</sup> agradecendo a recepção que teve, ressaltando as demonstrações da multidão de fiéis que o acolheram em festa. Essas demonstrações revelavam que o catolicismo ainda estava presente nas comunidades interioranas.<sup>167</sup> A visita do bispo era uma festa que reunia as elites e os pobres, mesmo separados pelas distinções sociais; ao receberem os sacramentos, tornavam-se, por um breve momento, partícipes de um ritual secular, que os confirmava como membros de uma única comunidade cristã.

As visitas duravam em média dois dias ou um pouco mais. Apesar de a riqueza da região ter permitido que se construíssem estradas de ferro, como a Mogiana, a Paulista e seus ramais, muitas cidades só poderiam ser alcançadas por estradas precárias, sem pavimentação.

D. Alberto viajava sempre acompanhado de algum padre. Documentos atestam, nas primeiras décadas, a presença constante de padres Agostinianos auxiliando d. Alberto nas visitas. Além deles, outros religiosos, como missionários de São Carlos, Beneditinos Olivetanos, Claretianos, foram alguns dos quais, presentes na diocese, viajaram com d. Alberto.

Como resultado das visitas pastorais, milhares de pessoas foram crismadas, centenas receberam a primeira comunhão, outras se uniram pelo matrimônio, reforçando a imagem de que o catolicismo não precisava do Estado para demonstrar seu poder diante da

---

<sup>166</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Carta Pastoral do Bispo de Ribeirão Preto sobre a 1ª Visita Pastoral. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto. 1908-1918**, p.109-117

<sup>167</sup> Mas nem toda cidade da diocese recebeu o bispo com festas. Ao escrever sobre seu governo na década de 1930, d. Alberto relatou um episódio em que, no início de seu governo, foi recebido em uma cidade com um folheto denegrindo sua pessoa. A liberdade de optar por uma determinada crença, fenômeno próprio dos novos tempos republicanos, possibilitou que os grupos anticlericais ou de outras crenças se manifestassem contra a Igreja católica e seus membros.

sociedade laica, pois era a religião da grande maioria. Um exemplo claro disso foi que, em pouco tempo de governo na diocese, 68.228 fiéis receberam o sacramento do crisma.<sup>168</sup>

D. Alberto fez registros em que descreve as condições do patrimônio das paróquias: “[...] encontramos matrizes tão pobres, desprovidas de muitos objetos necessários ao culto divino, tão pequenas que não podiam conter os fiéis, despojadas algumas de seu patrimônio que lhes foram doadas [...]”<sup>169</sup> Era o desabafo de um bispo indignado com a situação de miserabilidade que encontrou nas matrizes e capelas do bispado. Nem todas eram pobres, algumas possuíam patrimônio suficiente até para ser sede de bispado, como foi o caso da matriz de Batatais. Em outras, os párocos é que possuíam bens, pois eram de famílias abastadas. Havia também aquelas que possuíam bens mal administrados.

Como solução, para as matrizes pobres, o bispo passou a incentivar os párocos a formar comissões para reformar ou construir novos templos mais adequados ao culto, bem como provê-los de alfaias. Os párocos usaram os métodos tradicionais para angariar recursos, tais como quermesses, leilões de prendas, listas de arrecadação, entre outros. Durante o governo de d. Alberto, várias cidades da diocese ganharam nova matriz. Houve ocasiões em que ele contribuiu diretamente com os párocos nas suas obras, conseguindo até o transporte gratuito de materiais pela Companhia Mogiana.<sup>170</sup>

D. Alberto compareceu a cerimônias de lançamento de pedra fundamental ou festas depois das reformas, ou pela inauguração de novos templos e mesmo de altares, como a capela do Santíssimo Sacramento, e até de altares laterais.

Uma visita do bispo a uma localidade justificava até mesmo o deslocamento das pessoas que moravam na zona rural, para as cidades. O catolicismo rural encontrava duas vertentes: uma, a do antigo catolicismo colonial, regido pelas devoções aos santos e a observância aos mandamentos<sup>171</sup>, e a outra, do fim do século XIX e início do XX, especialmente em regiões como a de Ribeirão Preto com seus inúmeros imigrantes. Estes estavam acostumados com uma presença mais constante dos padres e se sentiam abandonados

<sup>168</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Carta Pastoral do Bispo de Ribeirão Preto sobre a 1ª visita Pastoral. 2 de fevereiro de 1911. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto. 1908-1918**. Ribeirão Preto: Typ. Guimarães, 1918, p. 109-117.

<sup>169</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Carta Pastoral do Bispo de Ribeirão Preto sobre a 1ª visita Pastoral. 2 de fev. de 1911. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto. 1908-1918**. Ribeirão Preto: Typ. Guimarães, 1918. p.114.

<sup>170</sup> LIVRO de Tombo da Paróquia Nossa Senhora Aparecida, n. 1, p. 29. **APNSASe-SP** (Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora Aparecida de Sertãozinho), Sertãozinho-SP.

<sup>171</sup> HOONAERT, E. A Igreja no Brasil. In: DUSSEL, Enrique. (Org.). **História Liberationis**. 500 anos de História da Igreja na América Latina. São Paulo: Paulinas, 1992, p. 308.

pela ausência de uma assistência espiritual regular, uma vez que na Europa a presença de padres e bispos era muito maior do que no interior do Brasil.<sup>172</sup>

Os imigrantes que conheciam um catolicismo dirigido pelos padres contrastavam com a população rural que seguia os princípios de um catolicismo doméstico, popular, de beatos, beatas, de pregadores que percorriam o sertão, distante das vilas e cidades. No interior, a presença do clero era pequena e esporádica. Muitas casas, mesmo as mais humildes, possuíam oratórios ou imagens de santos de devoção da família, local em que se reuniam para a reza do terço ou outras orações. O catolicismo doméstico, familiar, passado de geração a geração, não necessitava da presença do sacerdote, que apenas em ocasiões específicas oficializava pelos sacramentos, a crença dos fiéis.<sup>173</sup>

A expressão da religiosidade dos brasileiros seguia o padrão colonial de exteriorização. Ao pesquisar a fé do português que chegou à região das Minas Gerais no século XVIII, José Ferreira Carrato afirmava que “[...] a procissão é a expressão mais fiel do religiosismo exteriorista português [...]”<sup>174</sup> Essa mesma fé continuava a ser praticada no início do século XX. A vida simples do homem do campo, distante da cidade e de uma participação mais intensa nos quadros das associações laicas, deixava-o alheio às mudanças.

A hierarquia da Igreja acreditava que uma maior assistência religiosa por parte dos sacerdotes e do bispo poderia alterar esse quadro, reforçando o poder dos sacerdotes e da instituição, suprimindo o caráter leigo do catolicismo colonial. Desde o século XIX, a Igreja enfrentava cada vez mais a secularização da sociedade e a ingerência do Estado em assuntos que ela considerava de foro interno. O matrimônio religioso representou um dos pontos em que a Igreja precisou lutar para fazer valer suas prerrogativas. D. Alberto, em uma *Carta sobre os Sufrágios*<sup>175</sup> abordou esse tema. Para ele, a sociedade aceitava as imposições do Estado em realizar o casamento civil, alegando estarem fora da lei o homem e a mulher que não se reuniam perante o Estado; entretanto, quando a Igreja impunha o sacramento do matrimônio para os seus fiéis, era considerada intolerante.

O tema do matrimônio, entre outros, revela como o embate foi duro, somado às novas idéias, e somente poderia ser enfrentado por pessoas preparadas para defender os dogmas e os valores da Igreja. Dessa forma, os sacerdotes apresentavam-se como os principais responsáveis para diretamente reverter a secularização da sociedade.

<sup>172</sup> SOUZA, Wlaumir D. de. **Anarquismo, Estado e pastoral imigrante**. Das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o caso Idalina. São Paulo: Editora Unesp, 2000, p. 65 et. seq.

<sup>173</sup> HOONAERT, E. (Org.). **História da Igreja no Brasil**. São Paulo: Paulinas/Vozes, 1983. tomo II/1.

<sup>174</sup> CARRATO, J. F. **Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais**. São Paulo: Nacional, 1968, p. 33.

<sup>175</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. “Carta sobre os Suffragios”. In: **Archivo da Diocese do Ribeirão Preto**. 1908-1918. Ribeirão Preto: Typ. Guimarães, 1918, p. 148-152.

Contribuindo com o trabalho das visitas pastorais do bispo, estavam outras atividades relacionadas com as associações religiosas laicas e as missões. O trabalho missionário sempre fez parte da história da Igreja católica e colaborou, junto com as diretrizes do papa Pio X e dos papas seguintes, para uma revitalização da vida interna da Igreja, a partir da eucaristia, da catequese e da renovação litúrgica. O trabalho missionário representava o caminho para a universalização da Igreja.

No fim do século XIX, a chegada de novas ordens religiosas que passaram a prestar serviço público e gratuito, empenhadas no ensino, na assistência social e na área da saúde, contribuiu para que os missionários atuassem pregando nas chamadas missões rurais e urbanas.<sup>176</sup>

As missões constituíam parte do projeto de cristianizar a sociedade. Durante sua permanência, existia um programa que os sacerdotes deveriam cumprir, com tríduo, sermão, missa cantada. As solenidades eram completadas com hora santa, bênção do Santíssimo, indulgência plenária aos que confessassem. A participação da imprensa católica, divulgando as obras da Propagação da Fé nos colégios e conventos era intensa; também era realizada uma coleta especial nas paróquias da diocese. O dinheiro arrecadado era enviado pelos bispos para as missões em diferentes partes do mundo. Essa prática ainda é usada nos dias atuais.

A presença de missionários ou dos párocos servia para exortar os fiéis às rogativas públicas. Essas rogativas eram orações especiais, como pedidos de chuva para a comunidade, de bênçãos em meio a epidemias, de preparação para as missões, pedidos de paz em tempos de guerra. As rogativas são descritas nos livros de Tombo das paróquias.

As missões rurais contribuíram para o avanço do catolicismo nas comunidades pouco visitadas pelos padres e permitiram vislumbrar a situação de carência em que se encontravam as regiões mais distantes das matrizes.

O relato de uma missão rural realizada na fazenda São Martinho, pertencente à paróquia Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Sertãozinho, deixou-nos uma versão bem clara da sua importância.

Às cinco horas da manhã abria-se todos os dias a Igreja, que logo ficava cheia de fiéis para receber os sacramentos e ouvir a palavra de Deus. Às seis horas celebrava-se todos os dias a Santa Missa e após ella fazia-se uma pequena instrucção ao povo. Ao meio dia reuniam-se todos os dias de 80 a

---

<sup>176</sup> MATOS, H.C. J. **Caminhando pela História da Igreja**: uma orientação para iniciantes, v. 3. Belo Horizonte: O Lutador, 1996, p. 79-83.

100 crianças para a aula do catecismo. Às seis e meia da tarde outra vez a capella ficava cheia do povo, rezávamos o santo terço, pregava um sermão sobre as verdades eternas e terminava tudo com a benção do Santíssimo Sacramento, entremeado tudo com cânticos piedosos, que tanto excitam o fervor do povo [...]<sup>177</sup>

Sobre a missão rural pregada pelo padre Leopoldo Ripa, missionário do Coração de Maria, de 19 de dezembro a 27 de dezembro de 1926, em Sertãozinho, encontramos informações sobre a ignorância religiosa do povo de acordo com a visão da Igreja católica, principalmente entre os jovens, de modo que alguns mal sabiam rezar a oração mais conhecida dos católicos, o Pai-Nosso.

O fato nada tem de extraordinário, uma vez que o conhecimento dos dogmas e fundamentos doutrinários estava apenas na superficialidade do povo católico. A declaração do missionário revela que, apesar dos esforços do bispo d. Alberto, das exortações para que os padres ensinassem o catecismo, o povo seguia na sua ignorância. As missões representavam uma pequena gota de alento, um momento em que mais intensamente alguns padres vislumbravam a realidade da ignorância do povo e o missionário contribuía para amenizar a situação.

Por toda a extensão da diocese, as missões urbanas e rurais atuavam como um lenitivo. O número de confissões e comunhões durante a realização das missões era sempre alto, o que significava que pelo menos naqueles dias a população vivia com mais intensidade o catolicismo, com um efeito semelhante ao das visitas pastorais dos bispos.

## **2.2 Clero e o seminário**

A empreitada de d. Alberto como bispo teve várias frentes de atuação, uma delas era considerada fundamental no processo de alargamento das fronteiras do catolicismo no século XX.

D. Alberto necessitava contar com o apoio dos padres seculares e regulares. Para tanto, fazia-se necessário que o clero estivesse alinhado com as diretrizes do Vaticano, a fim de consolidar a presença da Igreja no seio da sociedade por meio de sua hierarquia.

---

<sup>177</sup> LIVRO de Tombo da Paróquia Nossa Senhora Aparecida, n. 1, p. 100-101. APNSASe-SP (Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora Aparecida de Sertãozinho), Sertãozinho-SP.

A tarefa que se apresentava para os bispos da Província Eclesiástica de São Paulo não era fácil. Para d. Alberto, bispo de Ribeirão Preto, as dificuldades eram semelhantes. Disciplinar o clero e condicioná-lo dentro da proposta centralizadora do Vaticano era sua tarefa, e as visitas pastorais eram destinadas a observar o cumprimento das normas desse processo.

Um dos desafios encontrados por d. Alberto foi o clero que, em 1909, era pequeno, em geral, idoso e formado por muitos padres estrangeiros, conhecidos como padres volantes, pois trocavam de paróquias e dioceses constantemente. Quanto às ordens religiosas encontradas por d. Alberto, exerciam nas cidades da diocese diferentes atividades. Os Agostinianos Recoletos possuíam casa na sede da diocese e cuidavam de paróquias nas cidades da região. Os Salesianos, Irmãos Maristas, Filhas de Maria Auxiliadora e as Irmãs de São José dedicavam-se às escolas ou Casas de Misericórdia.<sup>178</sup>

Com o passar dos anos, d. Alberto atraiu outras ordens religiosas masculinas e femininas. Algumas paróquias e suas atividades foram entregues a religiosos, como os Missionários de São Carlos, Padres Claretianos, conhecidos como Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria, os Beneditinos Olivetanos, as Salesianas, Irmãs Ursulinas, Irmãs da Pia União de Jesus Maria e José, Irmãs Zeladoras do Coração de Jesus, Filhas de Sant'Ana, Irmãs do Calvário, Filhas de São José, Irmãs Missionárias Franciscanas do Egito, Irmãs Concepcionistas, entre outras.

A importância das ordens religiosas na evangelização pode ser atestada pela segunda paróquia instalada na sede do bispado, sob a responsabilidade dos padres do Imaculado Coração de Maria, os Claretianos, a paróquia de Nossa Senhora do Rosário, instalada em 12 de março de 1914, na Vila Tibério.

Os padres Agostinianos, que chegaram antes da instalação da diocese, construíram a capela São José, local em que o bispo tomou posse.<sup>179</sup> Instalaram obras de caridade na cidade de Ribeirão Preto, como a Oficina de Santa Rita, freqüentada por mulheres que atendiam com vestimentas a população carente.

A matriz de Santo Antônio, que pertence aos padres Beneditinos Olivetanos e está localizada no bairro dos Campos Elíseos, teve seu projeto inicial feito pelos padres

---

<sup>178</sup> LAURIANO, João. **Bispos e Arcebispos de Ribeirão Preto**. (1909-1972). Ribeirão Preto-SP: Cúria Metropolitana, s/d, p. 12.

<sup>179</sup> A capela São José ganhou *status* de paróquia somente em 19 de março de 1964 pelas mãos do arcebispo d. Agnello Rossi. BELMONT, Frei Agostinho. **100 anos da presença Agostinianos Recoletos no Brasil 1899-1999**. Rio de Janeiro: Gávea, 1999.

Scalabrinianos.<sup>180</sup> Os Beneditinos Olivetanos chegaram à sede da diocese em 1919; passaram a viajar com d. Alberto, auxiliando nas visitas pastorais, e assumiram a igreja de Santo Antonio e a irmandade de Santo Antonio.

Na sua primeira carta pastoral<sup>181</sup>, d. Alberto, dirigiu-se ao clero, convocando-o para estar unido por uma diretriz comum, chamando os padres de cooperadores da ordem, ressaltando que, em razão do cargo que havia exercido em Curitiba, compreendia-os em suas angústias. Era uma maneira de o bispo aproximar-se do clero, destacando o valor dos padres na missão de evangelização.

O clero necessitava estar em dia com as devidas licenças expedidas pela cúria para não incorrer em desobediência ao direito canônico. Dentre estas licenças, estavam as provisões para o bom andamento de uma paróquia. Os despachos eram variados, sendo considerado o mais importante a autorização para exercer a função de pároco ou vigário. Os outros se constituíam em autorizações, tais como: binar missas, benzer paramentos, cruces, instituir associações leigas, usar fórmulas breves para ocasiões especiais, benzer água para pia batismal, benzer escapulário, quadros de via-sacra, celebrar mais de uma missa de réquiem. Alguns desses despachos referiam-se à autorização para procissões sob a invocação de um santo ou da Virgem Maria, ou ainda do Cristo, com ou sem imagens. Para realizar a exposição do Santíssimo Sacramento em dias não previstos, era preciso um despacho especial. Cabia ao vigário-geral do bispado alertar os membros do clero para a renovação dessas licenças todos os anos. Os padres que não procedessem de acordo com as normas adotadas incorriam no erro e também no desagrado do bispo. Ao longo do governo de d. Alberto, muitos foram os padres que deixaram de realizar todas essas exigências.

Outra recomendação da hierarquia da Igreja e instituída por d. Alberto era a frequência obrigatória nos retiros anuais, visando disciplinar o clero, de acordo com as *Cartas Pastorais*. Inicialmente, os padres da diocese de Ribeirão Preto freqüentaram os retiros em São Paulo. O cuidado de d. Alberto com o clero teve por objetivo tentar integrá-lo a uma Igreja mais centralizadora e alinhada com o Vaticano, tarefa nada fácil. Inúmeros desvios

---

<sup>180</sup> Os Scalabrinianos permaneceram poucos anos na cidade de Ribeirão Preto. O texto de Felipe de Faria D. Leite “A construção de um templo na formação de um bairro: a história da Abadia de Santo Antonio em face da ocupação do bairro dos Campos Elíseos em Ribeirão Preto SP 1922-1956”, publicado na Revista Eletrônica da Unesp de Franca, explica a história da matriz de Santo Antônio.

<sup>181</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Carta Pastoral. In: **Arquivo da Diocese de Ribeirão Preto**. 1908-1918.

praticados pelo clero permitiram que a Igreja ficasse mais vulnerável e fosse atacada por seus inimigos.

Em Ribeirão Preto, d. Alberto enfrentou dissabores com seus padres. Um dos primeiros episódios enfrentados por ele ocorreu pouco tempo depois que chegou à diocese. O padre Jonas Lopes do Prado, da paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Mato Grosso de Batatais (hoje Altinópolis), deixou o ministério em 1912, para casar-se com Jóia Battella, uma presbiteriana. Aos olhos da Igreja, o pecado do padre era duplo, deixar o ministério e debandar para o lado dos inimigos.<sup>182</sup>

Desgostoso com a deserção, d. Alberto escreveu uma carta destinada aos diocesanos com o tema: “*Sobre apostasia de sacerdotes*”, em que esclareceu os fiéis sobre a situação de dois padres, sem identificá-los, considerados por ele como náufragos, infiéis ao sacramento da ordem. Na deserção dos padres, “[...] o casamento segue bem de perto o abandono da batina [...]”<sup>183</sup>, o casamento era uma das principais causas de os sacerdotes deixarem a Igreja. D. Alberto deixou explícita sua mágoa. Enquanto a Igreja combatia a secularização da sociedade e a entrada livre de novas crenças, o bispo viu sair de seu rebanho um prelado “[...] vítima de uma paixão violenta que o cegue, a qual não soube fugir ou resistir [...]”<sup>184</sup>

Apesar de recomendações da Igreja, de vigilância, regras e exortações, muitos padres não resistiam ao celibato e deixavam o ministério, debaixo de grandes escândalos, muitos deles publicados nos jornais. Foi possível apurar a respeito de um dos sacerdotes. A respeito do outro, nada sabemos e permaneceu incógnito, uma vez que o bispo ocultou nomes em sua *Carta*.

---

<sup>182</sup> Jonas Lopes do Prado casou-se com Jóia Battella, em quinze de abril de mil novecentos e quatorze, na mesma cidade em que exerceu seu paróquiato. Na certidão do casamento, consta que Jonas Lopes do Prado exercia o cargo de professor, conforme registro no Livro B- 003, folhas 122F, sob numero 17. Cartório de Registro Civil de Altinópolis. (registro localizado pelo pesquisador Oldemar Brondi de Figueiredo).

<sup>183</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Sobre Apostasia dos sacerdotes. In: **Archivo da Diocese do Ribeirão Preto** 1908-1918, p. 129.

<sup>184</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Sobre a Apostasia de Sacerdotes. In: **Archivo da Diocese do Ribeirão Preto** 1908-1918, p. 129.

D. Alberto dirigiu-se aos fiéis para que não deixassem sua fé ser abalada por essas situações de escândalos, afirmando que, desde os tempos de Cristo, deserções sempre existiram. O medo do Bispo justificava-se pelos escândalos que envolviam os prelados, os quais representavam motivo de júbilo e vitória para os liberais e todos os que se declaravam inimigos da Igreja, causando a deserção de pessoas que, diante deles, renegavam o catolicismo.<sup>185</sup>

A recomendação da hierarquia da Igreja era para que os bispos orientassem os padres e, junto com eles, freqüentassem os retiros, destinados a fortalecer a fé dos prelados. O retiro anual pregado para o clero foi uma das práticas introduzidas por D. Alberto, na tentativa de disciplinar os padres.

### ***2.2.1 O caso do Padre Euclides Gomes Carneiro***

Outro episódio que trouxe dissabores para o bispo de Ribeirão Preto e o colocou numa situação confusa diante da população foi o caso do padre Euclides Gomes Carneiro. Foi muito ruim o ataque da imprensa sofrido pelo bispo. Mas ser atacado pela imprensa representava uma situação conhecida por d. Alberto desde os tempos de Curitiba. O episódio começou com a chegada do bispo a Ribeirão Preto, encontrando padre Euclides dinâmico, à frente de inúmeros projetos assistenciais e religiosos.

Euclides Gomes Carneiro, natural de Itajubá, Minas Gerais, estudou no seminário de Mariana e, ordenado por d. Silvério Gomes Pimenta, chegou a Ribeirão Preto em 1902, a convite de monsenhor Joaquim Antonio de Siqueira, para ser o coadjutor da matriz de São Sebastião.

Com seu dinamismo, padre Euclides iniciou as obras de fundação da Sociedade dos Catequistas Voluntários, inaugurada em 7 de setembro de 1903, que adotou o nome pelo qual é conhecida até os dias atuais: Sociedade Legião Brasileira. A entidade<sup>186</sup> adotou uma linha cívica cultural, daí o nome, pois o termo catequista era usado para designar a catequese da Igreja católica. Em 1910, a Sociedade Legião Brasileira inaugurou um salão próprio para abrigar a biblioteca, salão de pinturas, movimentando a vida cultural com conferências mensais que abordavam temas variados.

Dentre os conferencistas, encontramos os nomes de vários padres, bispos, como d.

---

<sup>185</sup> Para o período de 1900 a 1923, consta nos Arquivos do Vaticano, na seção da Nunciatura Apostólica, cartas contendo denúncias de que bispos e padres eram motivos de escândalo ou estavam envolvidos em situação que denegria a imagem da Igreja.

<sup>186</sup> MIRANDA, José Pedro de. **Padre Euclides Gomes Carneiro.** (vida e obra). Edição comemorativa do centenário de seu nascimento. 1879-1979. [s.l./s.n.], 1979.

Alberto e d. Manuel, mas também de personagens que ficaram conhecidos na sociedade brasileira por seus trabalhos, como Menotti Del Picchia, Altino Arantes, Monteiro Lobato, entre outros. Em meio às atividades religiosas, padre Euclides dedicou-se às atividades culturais e assistenciais, como a reorganização da Santa Casa de Misericórdia e a construção do Asilo de Inválidos, hoje chamado Asilo Padre Euclides. A construção do asilo ocorreu no momento em que o padre morava fora de Ribeirão Preto.

Padre Euclides, como vigário da catedral, era um dos homens de confiança de d. Alberto. Quando o bispo fez a 1<sup>a</sup>. visita *Ad limina* em 1914 a Roma, o padre Euclides, ficou junto com o monsenhor Joaquim Antonio de Siqueira e padre Luis Góez de Conrado, responsáveis pela diocese.<sup>187</sup>

Em 1914, padre Euclides pediu a d. Alberto, diante de duas testemunhas, monsenhor Siqueira e sr. Fernando Fragoso, para ser transferido da cidade, alegando que estava numa situação insustentável; prontamente o bispo o removeu de Ribeirão Preto para São José do Rio Pardo. O significado da situação insustentável não foi apurado, mas, aos olhos da sociedade local, a notícia era de que o bispo d. Alberto havia mandado embora o padre Euclides. Cinco anos depois, explodiu o episódio que os jornais da cidade de São José do Rio Pardo estampavam em manchetes com o título *História de um Bispo arrogante e de um Padre bondoso*<sup>188</sup>, entre outros artigos, que são encontrados nos arquivos do Brasil e do Vaticano.

A troca de correspondências entre o padre Euclides e d. Alberto revelou um outro lado da questão, mostrou as mágoas do bispo diante da desobediência e ingratidão do padre. Em carta a padre Euclides, d. Alberto<sup>189</sup> reconheceu que os anos de paróquia em São José do Rio Pardo contribuíram para agravar a situação, a ponto de precisar mandar o padre embora da diocese.

Para o bispo e a hierarquia da Igreja, que acompanhou o caso, os erros canônicos cometidos pelo padre Euclides foram vários: fazer festa a Nossa Senhora do Bom Sucesso em São José do Rio Pardo, sem provisão eclesiástica, celebrar casamentos sem proclamas, não celebrar as missas devidas na capela da Santa Casa de Misericórdia, de binar<sup>190</sup> sem autorização, de celebrar na gruta de Lourdes, quando a Igreja recomendava para fazê-lo só na

<sup>187</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Correspondência a d. Giuseppe Aversa. 27/mar./1914. **ASgV-NAB**.

<sup>188</sup> **O ESPIÃO**, n. 21, 25/jun./1919, São José do Rio Pardo. Arquivo Público de Ribeirão Preto Ribeirão Preto (APRP-SP), Ribeirão Preto-SP.

<sup>189</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Correspondência ao padre Euclides Gomes Carneiro, 1/jun./1919. **ACMRP-SP** (Arquivo da Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto), Ribeirão Preto-SP. (Pasta monsenhor Lauriano).

<sup>190</sup> Para um sacerdote celebrar mais de uma missa por dia era preciso uma provisão especial concedida pelo bispo.

matriz. Padre Euclides, depois que deixou a catedral de Ribeirão Preto e assumiu como pároco de São José do Rio Pardo, foi proibido pelo bispo de fazer obras sem pedir autorização. No entanto, para piorar sua situação, esteve à frente da construção de um teatro público em São José do Rio Pardo, sem pedir permissão.

Outra acusação feita pelo bispo dizia respeito às visitas do padre Euclides à cidade de Ribeirão Preto, realizadas na ausência do bispo, visando angariar fundos para a construção de um asilo em Ribeirão Preto, que, hoje, ainda em funcionamento, leva seu nome e é o local em que ele está enterrado. D. Alberto tinha dificuldades para angariar fundos para a construção da catedral e, segundo ele, o padre agia em oposição a seu objetivo ao pedir ajuda às pessoas gradas para a construção de um asilo para abrigar idosos.

O bispo queixava-se dos quatro anos que passou sem visitar a paróquia do padre e que este, por sua vez, nunca havia estado na estação quando ele por lá passava de trem. O bispo acusou-o ainda de ter renegado sua própria mãe e sua família, pois, quando vinha a Ribeirão Preto, não a visitava e que havia se separado de sua mãe quando ainda residia na cidade. Para d. Alberto, essas atitudes eram indignas de um padre e dos bons princípios do cristianismo. Padre Euclides<sup>191</sup> justificava-se dizendo que nunca tivera intenção de ofender a d. Alberto nem a outras pessoas e que esperava que o bispo desse por encerrado o assunto.<sup>192</sup>

Inúmeras cartas foram trocadas entre o d. Alberto e padre Euclides. Numa delas, este dizia<sup>193</sup> que, saindo da paróquia de São José do Rio Pardo, pedira a população para obedecer o bispo. Mas, nesse momento, a imprensa de São José do Rio Pardo publicava notícias contra o bispo. As razões do bispo não foram veiculadas na imprensa, que ficou ao lado do padre.

A disputa entre d. Alberto e padre Euclides chegou ao arcebispo e ao governador do estado de São Paulo. O arcebispo recebeu queixas do advogado Jovino de Sylos, condenando as supostas atitudes de d. Alberto. Diante da circunstância, d. Duarte<sup>194</sup> pediu a d. Alberto que esclarecesse a situação. O arcebispo alegou que não queria interferir, mas que precisava saber dos fatos para poder dar uma resposta devida àqueles que a ele se reportavam.

Até o nuncio manifestou-se a d. Alberto, esperando que o incidente terminasse

---

<sup>191</sup> CARNEIRO, Euclides Gomes. Correspondência a d. Alberto José Gonçalves, 9/jun./1919. **ACMRP-SP**, Ribeirão Preto-SP. (caixa mons. Lauriano)

<sup>192</sup> CARNEIRO, Euclides Gomes. Correspondência a d. Alberto José Gonçalves, 29/jun./1919. **ACMRP-SP**, Ribeirão Preto-SP. (caixa mons. Lauriano)

<sup>193</sup> CARNEIRO, Euclides Gomes. Correspondência a d. Alberto José Gonçalves, 24/jul./1919. **ACMRP-SP**, Ribeirão Preto-SP. (caixa mons. Lauriano)

<sup>194</sup> SILVA, D. Duarte Leopoldo e. Correspondência a d. Alberto, 11/jun./1919. **ACMRP-SP**, Ribeirão Preto-SP. (Caixa monsenhor Lauriano).

respeitando a autoridade do prelado diocesano. d. Alberto respondeu ao nuncio Ângelo Scapardine, esclarecendo:

[...] Há outras razões que eu não publiquei. O Padre a que se refere o acto gozava aqui de grande estima porque é dos taes que querem ser populares, agradam o povo para atiralo contra o Bispo. Graças a Deus a imprensa, a opinião publica aqui, conhecendo os factos, esta toda ao lado da auctoridade eclesiástica. Da Parochia onde era vigário já estão me pedindo a nomeação de um novo vigário. Lá mesmo há partido a favor da autoridade. Garanto a V. Excia que foi um espinho que me gravava a consciência que eu tirei.<sup>195</sup>

Em relação à imprensa, a realidade não era a descrita pelo bispo. Uma parte dela apoiou d. Alberto, mas alguns artigos de jornais o atacaram livremente, e a população da cidade de São José do Rio Pardo só pediu um novo vigário quando tiveram certeza de que o bispo não voltaria atrás em sua decisão.

Em 14 de outubro de 1919, a cúria da diocese de Ribeirão Preto concedeu<sup>196</sup> que o padre Euclides residisse fora da diocese. Poucos dias depois, em 6 de novembro de 1919, foi expedida a carta de excardinação do padre Euclides Gomes Carneiro, da diocese de Ribeirão Preto, para a diocese de Campinas.

Interessante observar que se o episódio foi tratado longamente na mídia de São José do Rio Pardo e em Ribeirão Preto como questão grave e injuriosa, para a hierarquia da Igreja tudo não passou de mais um caso de desobediência de um padre para com seu bispo, pois foi dessa maneira que as notícias foram transmitidas do arcebispado e da nunciatura apostólica para o Vaticano.

O padre Euclides foi embora da diocese de Ribeirão Preto, a pedido do bispo d. Alberto. A obediência ao superior era condição básica para um candidato receber ordens. Era ao bispo que se fazia um juramento estendido a seus sucessores. Transgredir as regras da Igreja era motivo de expulsão. A pena do padre Euclides foi branda; d. Alberto permitiu sua saída para outra diocese e, embora distante, ele ainda manteve contato com os responsáveis do asilo por ele idealizado; visitou a cidade, recebeu homenagens e pediu que, quando morresse, fosse enterrado em Ribeirão Preto. O conflito entre o bispo e o padre revelou a disputa de espaço e gerou um clima propício para os ataques à Igreja, porque ordens emanadas de um

<sup>195</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Correspondência ao nuncio d. Ângelo Scapardine, 21/jan./1919. **ASgV-NAB**.

<sup>196</sup> LIVRO de Registros, n. 1, p. 209, 1909-1921. **ACMRP-SP**, Ribeirão Preto-SP.

superior não deveriam ser questionadas. A documentação pesquisada nos arquivos da Igreja, bem como as notícias publicadas nos jornais, revela dois lados da discussão, um interno, que não chegou à imprensa, e outro, o do noticiário que atacava a imagem de d. Alberto e santificava o padre Euclides.

Por parte da Igreja, mostra-se um padre desobediente às ordens do bispo e às diretrizes que deviam ser seguidas. O outro lado, o da imprensa, revela o desconhecimento das regras e diretrizes da Igreja, bem como tomaram partido do padre sem levar em conta a posição e os argumentos do bispo.

Manifestações a favor de d. Alberto e ato de desagravo que o bispo recebeu foram realizados nas cidades da diocese, como Franca<sup>197</sup> e Ribeirão Preto. O jornal de Ribeirão Preto *A Cidade*, partidário da Igreja, convidou e publicou<sup>198</sup> todos os eventos em favor do bispo, com os nomes das pessoas que aderiram: “Homenagem pela sociedade honesta de Ribeirão Preto, justamente indignada com a campanha infamante movida contra Excelência”, que constou de um banquete no Paço Municipal, com a participação das mulheres no salão nobre.

Encabeçava uma das listas de adesão, publicada no jornal *A Cidade* a assinatura do Ministro da Marinha, Dr. Veiga Miranda, também havia assinatura de políticos, como Cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, o prefeito João Rodrigues Guião, vereadores, professores, médicos, advogados, corretores, comerciantes, tabeliães, empresários, fazendeiros, funcionários públicos, diretores e inspetores de escolas, negociantes, bem como do povo de Ribeirão Preto que se mobilizou em prol da causa do desagravo à pessoa do bispo.

As mulheres, grandes aliadas da Igreja, puderam participar do evento no salão nobre. As inúmeras pessoas que acorreram ao almoço mostravam o prestígio e poder do bispo na sociedade de Ribeirão Preto, certamente algumas pessoas o respeitavam e participavam das homenagens em deferência à sua pessoa. Outras, por ser um ato social que envolveu a elite política e econômica, não queriam ficar excluídas.

Qual a importância de comparecer a um ato de desagravo ao bispo? Como líder espiritual, contava com o apoio dos fiéis, mas como explicar então a presença das autoridades civis? Seria apenas por serem católicos ou havia algo mais? A colaboração entre os dois poderes, Igreja e Estado, ao longo da história da República, era uma realidade papável. A

<sup>197</sup> VILHENA, José Carlos de. Correspondência a d. Alberto José Gonçalves. Ribeirão Preto, **Arquivo da Cúria metropolitana de Ribeirão Preto**. Caixa Monsenhor Lauriano. Acompanha a correspondência cópia da Ata da reunião da Conferência de São Vicente de Paula, de 29/06/1919 assinada pelos membros vicentinos, apoiando o bispo.

<sup>198</sup> Homenagem a D. Alberto Gonçalves . **A Cidade**. Ribeirão Preto, 11 janeiro 1922, p. 11

Igreja colaborou com as autoridades civis, por meio de sua hierarquia ou de seus padres. O tema era de foro íntimo da Igreja e, portanto, não feria os princípios liberais da República, daí ser mais fácil explicar a presença dos políticos no ato em prol do bispo.

Das cidades da diocese e de outras dioceses, chegaram telegramas e moções reafirmando a lealdade em favor de d. Alberto. De São Carlos, por exemplo, o jornal *São Carlos*, órgão da imprensa da diocese, deu a notícia tomando partido de d. Alberto.

Na década seguinte, d. Alberto escreveu uma carta testamento, em 18 de março de 1932, que teve por testemunha o sr. João Alves Meira Junior. Nela, expôs sua angústia e seus pesares, que, quando chegou a Ribeirão, era um homem público e, apesar dos reveses, ocupava um cargo de muita responsabilidade. Sua posição exigia uma reputação a ser zelada e por isso vinha a público para reabilitar sua imagem maculada com o que ele considerava calúnias. A carta testamento não esclareceu quem e o que foi falado a respeito do bispo. Mas a vida de d. Alberto, desde os tempos de Curitiba, foi acompanhada de perto pela imprensa.

Nem todo o clero representou uma dor de cabeça para o bispo, vários sacerdotes exerceram o Ministério seguindo as diretrizes da Igreja, emanadas pelo Vaticano. Em especial, na sede da diocese, destacamos a presença de monsenhor Lauriano.<sup>199</sup> Nas inúmeras viagens de d. Alberto, era monsenhor Lauriano que ficava responsável pela diocese e estava à frente dos negócios eclesiais, exercendo o cargo de vigário-geral, ficando incumbido de pagar as contas, responder às cartas dos padres, atender os leigos, representava o homem forte de d. Alberto. Foi até confundido com o bispo, recebendo correspondências que chegavam à cúria, endereçadas ao sr. bispo monsenhor Lauriano.

Outros preladados também se destacaram por seu trabalho, como monsenhor Joaquim Antonio de Siqueira (um dos organizadores para a criação do bispado), cônego Assis Barros (um dos organizadores do Congresso Eucarístico Diocesano de 1940), atuando junto ao bispo ou na diocese. Outros, silenciosamente, desenvolveram seu trabalho apostólico nas paróquias, seja como párocos ou vigários coadjutores.

Um dos padres da diocese veio a se destacar mais tarde por outro motivo, bem mais complexo, o de santidade: padre Donizetti Tavares de Lima, mais conhecido como padre Donizetti. O padre Donizetti assumiu como pároco da matriz de São José, na cidade de Tambaú, em 1926, e nas décadas seguintes começou a mobilizar multidões, que para lá se

---

<sup>199</sup> Monsenhor dr. João Lauriano nasceu na cidade de Mococa, em 13 de março de 1882, realizou os estudos primários na cidade natal e depois no Seminário Episcopal de São Paulo. Em 1904, matriculou-se no Colégio Pio Latino Americano de Roma, cursou a Universidade Gregoriana, local em que se doutorou em Teologia. De volta ao Brasil, em 1910, ocupou vários cargos até ser nomeado em 1927 vigário-geral do bispado, cargo que exerceu até o dia de sua morte, em 10 de outubro de 1973.

dirigiam para receber a bênção que muitos acreditavam milagrosa. O estudo de Reinaldo dos Santos aponta como o padre é venerado como santo e lhe atribuem inúmeros milagres.<sup>200</sup>

### **2.2.2 Formação do clero: a construção do seminário**

Como nem todos os padres primavam por esta aura tão especial, d. Alberto, desde que assumira a diocese, passou a preocupar-se com a formação dos seminaristas, um assunto importante dentro do esquema da Igreja. Em uma das primeiras cartas circulares, dirigida aos sacerdotes do bispado, em 10 de março de 1909, d. Alberto pediu:

É uma das nossas mais instantes preocupações a formação do futuro clero diocesano; pelo que, se não Nos faltarem os recursos que esperamos, elevaremos o número dos estudantes do Seminário; e para isso, pode V. Revdma. ir vendo, desde já, os meninos de sua Paróquia que mostrem vocação para o estado ecclesiastico, inteligentes, piedosos, de filiação legitima, faça com que Nos requeiram sua admissão à matricula, juntando os preciosos documentos, afim de serem opportunamente attendidos.<sup>201</sup>

D. Alberto reconheceu que era necessário investir na formação dos jovens candidatos ao sacerdócio para atender as inúmeras paróquias da diocese. Havia uma recomendação de que os bispos fundassem, em suas dioceses, seminários menores para que os candidatos “[...] aprendessem os rudimentos da gramática e humanidades.”<sup>202</sup> Havia paróquias sem sacerdotes, ou, com eles idosos, o que dificultava a assistência devida aos fiéis. Em 1909, os candidatos ao sacerdócio na região de Ribeirão Preto freqüentavam o Seminário de São Paulo e o Seminário de Pirapora.

Na carta de 2 de fevereiro de 1911, em que d. Alberto fez um balanço sobre a primeira vista pastoral nas paróquias da diocese, revelou o destino das esmolas da administração do crisma:

<sup>200</sup> SANTOS, Reinaldo. **Construindo uma santidade**: os caminhos da reputação santoral do Padre Donizetti Tavares de Lima (1926-1997). 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca-SP, 2000.

<sup>201</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Circular. 10 de março de 1909. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto**, p. 91/92.

<sup>202</sup> DECRETO de Constituição da Nova Província Eclesiástica de São Paulo. In: LAURIANO, Monsenhor João. **Fundação e Instalação** do Bispado do Ribeirão Preto (1906-1909). Ribeirão Preto: Cúria metropolitana, s/d, p. 76.

Desde a nossa chegada a Diocese até o dia 31 de dezembro último, recebemos de esmolas, por ocasião da administração do Sacramento da Confirmação, a quantia de 126:925\$000 e foi dispendida a de 9:729\$ [...]. Resultou, portanto, um saldo de 117:196\$000, que dividimos em três partes iguaes; uma que está sendo empregada na Cathedral, outra destinada ao Seminário e a educação dos candidatos ao sacerdócio e a ultima á compra do terreno e a construcção do Palácio Episcopal. Além do déficit que apresenta o Seminário, temos ainda que solver alguns compromissos assumidos por motivo da aquisição do edificio na Cidade de Batataes para o funcionamento d'aquelle estabelecimento que, esperamos, em breve será installado.<sup>203</sup>

Nos anexos que acompanhavam a carta, o bispo especificou as despesas com o Seminário desde 1909, até dezembro de 1911. As primeiras delas foram pagas ao Seminário de São Paulo e ao de Pirapora. O dinheiro arrecadado com os emolumentos do crisma foi usado para o seminário.

No começo do governo, d. Alberto escreveu ao cardeal Arcoverde pedindo sua aprovação para a construção do seminário. Desconhecemos a resposta do cardeal Arcoverde para d. Alberto. Mas o teor da carta que o cardeal escreveu para o arcebispo de São Paulo, d. Duarte, comentando a carta de d. Alberto e identificando todos os motivos pelos quais o bispo de Ribeirão Preto não deveria abrir um seminário, permite afirmar que ele se posicionou contra o projeto. Dentre os motivos identificados por d. Arcoverde, estava a dificuldade para encontrar professores qualificados para assumir as disciplinas. Um aspecto foi considerado pelo cardeal como mais abusivo por parte de d. Alberto, o de ir na contramão das sugestões de Roma, que mandara concentrar em seminários centrais e que a Província Eclesiástica de São Paulo já possuía um, que fora construído com grande empenho dos bispos de São Paulo e que estava à disposição dos bispos da Província. A carta do cardeal considerava um absurdo d. Alberto ter tamanha pretensão e que ainda alegava ter recebido a aprovação para o projeto do arcebispo e esperava recebê-la do cardeal. “[...] pois a minha, não a terá, terá sim uma sarivada de impropérios contra este acto [...]”<sup>204</sup> A lista de ações consideradas impossíveis de realizar pelo cardeal ressaltava que o bispo não falava em pequeno seminário, mas em seminário. O cardeal considerou um abuso por parte do bispo de Ribeirão Preto querer abrir

<sup>203</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. “Carta Pastoral do Bispo de Ribeirão Preto sobre a 1ª visita feita a Diocese”. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto**, p. 116.

<sup>204</sup> ARCOVERDE, D. Joaquim. Correspondência a d. Duarte Leopoldo e Silva. 22/4/1910. **ACMSP**, São Paulo. (Pasta Cardeal Arcoverde).

um seminário próprio, quando o arcebispo enfrentava dificuldades para manter o seminário central da arquidiocese.

Desde o início do século XX, a formação dos seminaristas era direcionada pelas *Pastorais Coletivas dos Bispos*, as quais incentivavam a que, nos Seminários, a disciplina fosse rigorosa, juntamente com uma sólida formação espiritual. Recomendava-se que fossem entregues a uma congregação religiosa capaz de cuidar com zelo e decoro da formação dos novos padres, prática comum em muitas dioceses.

Durante o período colonial e imperial, o número de seminários no Brasil foi inexpressivo e não atendeu às reais necessidades em número e qualidade para a formação de um bom clero. Na segunda metade do século XIX, os bispos passaram a enviar alguns padres para estudar no Colégio Pio Latino Americano em Roma, o que contribuiu para melhorar o grau de instrução. Com o advento da República, livre das amarras do Estado e do Padroado Régio, uma das preocupações da hierarquia da Igreja era sanar as deficiências na formação do clero.

Segundo Lima, “[...] a Igreja brasileira foi obrigada a esperar que terminasse a sua dependência do Estado para atualizar suas relações de dependência com a Igreja européia.”<sup>205</sup>

As *Cartas Pastorais* visavam assegurar o espaço da Igreja na vida cotidiana perante a sociedade e o Estado laico. A formação do clero adquiriu importância, pois cabia ao padre a liderança da comunidade e das inúmeras atividades inerentes à Igreja.

Uma das recomendações da *Pastoral Coletiva dos Bispos* de 1915 versava sobre a formação de Seminários Centrais (cânones 1.252 ao 1.268)<sup>206</sup>, levando-se em conta que nem todas as dioceses conseguiam formar um seminário com um corpo docente homogêneo e capacitado. O seminário de São Paulo estava enquadrado nesse formato, e as honras delegadas pelo papa Pio X contribuíram ainda mais para o elevá-lo à condição de superior diante da tentativa dos novos bispos da Província de abrir seu próprio seminário.

Analisando por outro ângulo, o que o cardeal Arcoverde alertava na carta para o arcebispo d. Duarte possuía fundamento. A criação da Faculdade de Filosofia de São Paulo, reconhecida por Roma, elevou as condições de d. Duarte, como arcebispo, de manter um

---

<sup>205</sup> LIMA, Luiz Gonzaga de S. **Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 17.

<sup>206</sup> EPISCOPADO Brasileiro. **Pastoral Collectiva** dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Eclesiásticas de São Sebastião do Rio de Janeiro, Marianna, S. Paulo, Cuyabá e Porto Alegre. Rio de Janeiro: Martins de Araújo, 1915, p.316-318.

Seminário Central<sup>207</sup>, com todos os candidatos ao sacerdócio das dioceses da Província Eclesiástica freqüentando a Faculdade de Filosofia mantida sob os cuidados do arcebispo.

Em 15 de julho de 1908 estava instalado o primeiro curso superior da Faculdade de Filosofia de São Paulo, tendo à frente o abade do mosteiro de São Bento, d. Miguel Kruse, e o arcebispo d. Duarte, bem como as bênçãos concedidas pelo papa Pio X para o funcionamento do curso.

Em outras dioceses os bispos esforçaram-se para abrir seminários. Na diocese de Campinas, instalada no mesmo momento que Ribeirão Preto, d. Nery iniciou a construção do seminário em 1913 e, em 1915, ocorreu a inauguração do Seminário Diocesano Santa Maria, de Campinas.<sup>208</sup>

Em Ribeirão Preto, d. Alberto insistiu em ter um seminário próprio. Na festa de encerramento do 1º. ano do seminário São José, de Curitiba, em 1896, que ele havia ajudado a fundar, ressaltou o papel do seminário: “[...] o jardim da Igreja, a esperança da religião, vós sois como o jardim do Bispo e mais tarde entre vós que ele irá colher essas árvores vigorosas que darão frutos as paróquias da diocese.”<sup>209</sup> Essa fala de d. Alberto é significativa para compreender seus esforços ao longo de décadas para abrir um seminário.

Contando com poucos padres e em número menor os devidamente capacitados para exercer as funções dentro de um seminário, ficou claro por que d. Alberto encontrou dificuldades para formar seminário e escola. Na cidade de Batatais, adquiriu a Escola Agrícola e transformou-a no Colégio Diocesano São José, reinaugurado em 3 de fevereiro de 1912, sob orientação dos padres do Verbo Divino.<sup>210</sup> A propaganda do colégio, em Batatais, estava nos anúncios de jornais como *A Cidade*, de Ribeirão Preto, com os dizeres de internato, semi-internato e externato, destinado a alunos com vocação religiosa ou não. Entre 1912 e 1925 os padres “alemães” cuidaram do colégio e, ao saírem da diocese, o bispo tomou providências para que outro grupo de religiosos assumisse o Colégio Diocesano.

Em 1925, d. Alberto fez um convite aos Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria, padres Claretianos, para assumir o Colégio, uma vez que os padres do Verbo Divino haviam deixado a diocese. A parceria resultou, no ano seguinte, com a venda do Colégio para os padres claretianos. Em 23 de novembro de 1926, o bispo d. Alberto

---

<sup>207</sup> Cf: **ASgV-NAB**, n. 124, fasc 615.

<sup>208</sup> BENCOSTTA, Marcos L. A . Cultura escolar e história eclesial: reflexões sobre a ação romanizadora pedagógica na formação de sacerdotes católicos e o Seminário Diocesano de Santa Maria. (1915-1919). Campinas, **Cadernos Cedex**, v. 20, n. 52, novembro 2000.

<sup>209</sup> Monografia do Seminário., **ACMC**. Curitiba.

<sup>210</sup> O Colégio São José de Batatais foi fundado em 1905, pelo padre Atílio Cosi, com o nome de Escola Agrícola São José.

consultou o Conselho Diocesano, para vender o prédio do Colégio em Batatais para os padres da Congregação dos Missionários do Coração de Maria e, com o dinheiro da venda (200 contos de réis), empregar na construção de um seminário diocesano em Ribeirão Preto. O conselho deu parecer favorável.<sup>211</sup> Tudo indica que era mais fácil manter os seminaristas estudando em um Colégio em que o bispo apenas pagasse as mensalidades ou outras despesas. O contrato entre o bispo e os padres Claretianos, assegurava que quinze seminaristas poderiam estudar gratuitamente, ficando às custas do prelado os livros, vestuário, medicina e outras despesas. Os seminaristas menores da diocese continuaram a estudar no Colégio de Batatais até 1931. De 1932 a 1944, os estudos foram realizados em Campinas.<sup>212</sup>

Os seminaristas que estudavam em Campinas ou Pirapora tinham dificuldades de contato com o bispo e assim permaneciam até chegar ao presbiterato. Para reverter esse quadro, d. Alberto lutou para fundar em Ribeirão Preto um seminário. O prédio ficou pronto em 1938, mas d. Alberto não conseguiu colocá-lo em funcionamento e cedeu-o aos padres Estigmatinos.<sup>213</sup>

Na *Carta Pastoral* sobre a administração da diocese, em abril de 1938, d. Alberto informa que ordenou mais de cem sacerdotes. Esse número parece excessivo, mas, lembrando seu trabalho por quase quatro décadas e considerando a extensão da diocese, o número de paróquias criadas e o fato de que muitos desses padres eram religiosos Agostinianos, Beneditinos Olivetanos e Claretianos, entre outros, que não permaneceram na diocese, o número fica razoável.

Com a chegada de d. Manoel, a obra do seminário, ganhou impulso, pois este ocupou os cargos de ministro de disciplina, vice-reitor e professor do Seminário Central de São Paulo, conhecendo de perto a importância da formação para o sacerdócio.

A luta de d. Alberto desde 1909 e, depois de 1940, de d. Manoel, para melhorar a formação do clero, teve alguns propósitos:

- a) alinhar os padres com a proposta da hierarquia da Igreja,
- b) levar o catolicismo para aqueles que desconheciam a mensagem do Cristo,
- c) retardar o avanço das outras crenças na região da diocese,

<sup>211</sup> LIVRO de Atas dos Consultores Diocesanos. p. Ribeirão Preto, **Arquivo da Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.**

<sup>212</sup> CORREIA, F. de A. **História do Seminário Arquidiocesano Maria Imaculada de Ribeirão Preto.** 2005, p.28 a 32.

<sup>213</sup> SEMINÁRIO Diocesano. **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto-SP, n. 97, fevereiro 1938, p. 1.

d) dar impulso ao culto e às associações religiosas leigas entre os fiéis católicos.

Os bispos d. Alberto e d. Manoel deram impulso, depois de 1940, à Obra das Vocações Sacerdotais. Em 1945, d. Alberto conseguiu realizar seu grande sonho, inaugurou o Seminário Maria Imaculada, no dia 19 de março, na rua Rui Barbosa, em Ribeirão Preto.<sup>214</sup>

Era a concretização de um sonho de décadas, necessário para atender à demanda das necessidades espirituais. O empenho de seu bispo auxiliar, d. Manuel, foi fundamental para a concretização do sonho. Mais de três décadas separam a carta de d. Alberto, enviada ao cardeal Arcoverde, pedindo apoio para a construção do seminário, até a concretização do projeto.

Para exercer o cargo de reitor, veio de São Paulo, cedido pelo arcebispo, o cônego Sílvio de Moraes Matos, do cabido metropolitano daquela cidade. Como ministro de disciplina, foi eleito o padre Arnaldo Álvaro Padovani. Em entrevista, o cônego Arnaldo Álvaro Padovani afirma que passou a se dedicar à obra das Vocações Sacerdotais, percorrendo em 1949 toda a diocese, pregando e buscando recursos.<sup>215</sup>

O clero pequeno, volante e, muitas vezes, com pouca instrução representou um dos entraves para que a obra missionária, seguindo as diretrizes da Igreja tivesse entraves no governo do primeiro bispo. Em 1945, estava inaugurado não apenas o seminário, mas uma nova etapa na Igreja de Ribeirão Preto, pois d. Alberto iria falecer em torno de dois meses depois da inauguração do seminário.

### **2.3 Obra financeira da diocese**

Na Igreja do Brasil, pouco ou quase nada se falava sobre o patrimônio, mesmo porque, até 1889, ela possuía a proteção e os subsídios do Estado. Com a separação do Estado e Igreja, ocorrida com a República, embora o patrimônio da Igreja fosse preservado legalmente, em muitas municipalidades, por diversos motivos, isso não ocorreu. Durante a formação da Província Eclesiástica de São Paulo, membros da Secretaria de Estado do Vaticano deram espaço à discussão sobre o patrimônio das novas dioceses e esse tema ocupou parte substancial de seus relatórios.

---

<sup>214</sup> CORREIA, Pe. Francisco A. *História do Seminário Arquidiocesano Maria Imaculada de Ribeirão Preto*. 2005, p. 37 (edição do autor.)

<sup>215</sup> Entrevista da autora em 20/março/2003. Entrevistado: Cônego Arnaldo Álvaro Padovani.

Para a criação de uma diocese, era necessário um bom patrimônio que assegurasse ao bispo vida decente e ao mesmo tempo o capital necessário para manter o culto com dignidade. Por esse motivo, o tema do patrimônio foi muito discutido nos relatórios da Secretaria de Estado do Vaticano.

A criação da diocese de Ribeirão Preto foi realizada sem que o patrimônio exigido pelo Vaticano estivesse formado. Os relatórios da Secretaria de Estado do Vaticano, sobre a questão financeira, revelaram que, para a Santa Sé, era mais importante a instalação da diocese na cidade escolhida pela hierarquia da Igreja, mesmo sem o patrimônio formado, do que permitir que a região continuasse sem um bispo, um pastor capaz de domar a terra dos “malvados”.

Os representantes da Santa Sé estavam informados das riquezas da região: “É certo poi Che molti dei parroci di quelle parti hanno delle rendite annuali molto superiori a quelle di parecchi vescovi brasiliani, non esclusi quelli di alcune diocesi da poco create.”<sup>216</sup>

Tudo indica que o Vaticano considerava que o bispo poderia obter o patrimônio necessário depois de instalada a diocese, uma vez que se tratava de uma região rica. Muitos párocos possuíam uma renda maior do que a dos bispos de algumas dioceses brasileiras. Em 1903, a cidade de Batatais, ao candidatar-se para ser sede de bispado, apresentou para a Secretaria de Estado do Vaticano um patrimônio suficiente para sustentar o bispo. Junto com seu projeto, enviou um relatório em que constavam as rendas das cidades da região.

Nesse relatório, a cidade de Ribeirão Preto constava com rendas superiores às outras cidades da região de Batatais. A escolha da Igreja visava atingir um bom patrimônio no futuro, pois a cidade possuía uma riqueza considerável, mas o projeto não obteve o êxito esperado. A análise da documentação indica que a elite de Ribeirão Preto não assumiu a causa da Igreja e não contribuiu para a formação do patrimônio, conforme as expectativas, fato que levou os membros da Secretaria de Estado a considerar a região dominada por “malvados”, que não quiseram contribuir para a obra de instalação do bispado.

A Ribeirão Preto i fatti non risposero alle speranze: quando alle sottoscrizione assicuravano un buon esito, i settari fecero sì. Che molti ritirassero la propria firma; ma in quelle remote regioni industriose e

---

<sup>216</sup> RAPPORTO di Mons. Nunzio Del Brasile all’Emo Cardinal Segretario di Stato. ASV. Fasc 141 Segreteria di Stato. Sacra Congregazione degli Affari Ecclesiastici Straordinari Brasile. 15 de marzo 1908 p. 22 “É certo, pois, que muitos dos párocos daquelas partes tem algumas rendas anuais muito superiores àquelas de alguns bispos brasileiros, não excluindo aqueles de algumas dioceses há pouco criadas.” Tradução Maria Felisbela Iannazzo Ferreti.

progressive, dominate daí malvagi, è piú Che mai necessaria la presenza Del Vescovo, al quale non riuscirá difficile avere ciò Che fa d'uopo.<sup>217</sup>

No entanto, para o Vaticano, era preciso dominar, tomar posse da região para implantar o catolicismo e para isso a presença do bispo era fundamental. Portanto, a execução do projeto de criação da diocese de Ribeirão Preto ocorreu sem a formação do patrimônio. Na documentação consultada, não consta que os líderes da elite cafeeira da região tivessem realizado alguma doação substancial. Concretamente, a diocese foi formada com o pequeno pecúlio, de vinte contos de réis, da residência doada por monsenhor Siqueira<sup>218</sup>, alguns terrenos e a catedral em construção. Alguns donativos avulsos de particulares ou de paróquias, cujo montante não foi possível verificar, foram acrescidos a esses bens, de acordo com os relatórios apresentados ao Vaticano.

Diante da situação descrita, foi natural que uma das providências do bispo fosse relativa à organização do patrimônio, que passou a constituir um ponto nevrálgico, num primeiro momento, logo após a instalação da diocese e a preparação para as visitas pastorais.

Um mês depois da posse, d. Alberto escreveu aos vigários abordando o aspecto financeiro da diocese e enumerou alguns itens como prioridade, tais como: manutenção do Bispo, manutenção dos alunos no seminário arquiépiscopal, construção da catedral, construção de um palácio episcopal, construção de uma casa para abrigar os padres idosos.

Os itens citados e a regulamentação dos bens patrimoniais, pertencentes às fábricas das matrizes, constituíram os primeiros cuidados da obra financeira de d. Alberto. Na tentativa de obter o dinheiro necessário para as obras, este consultara os padres da diocese sobre a possibilidade de contar com contribuições mensais ou por trimestre.<sup>219</sup> Na Igreja, o dinheiro arrecadado na administração do crisma destinava-se à manutenção do bispo e de suas obras, mas em Ribeirão Preto esse valor não seria suficiente, uma vez que d. Alberto precisava organizar o patrimônio da diocese. Não temos registros sobre o teor das respostas dos párocos, mas d. Alberto estava apenas iniciando seu trabalho.

### ***2.3.1 Organização das fábricas das matrizes***

<sup>217</sup> RAPPORTO di Mons. Nunzio Del Brasile all'Emo Cardinal Segretario di Stato. Petrópolis 21 Gennaio 1908, p. 16/17. ASV. Fasc 141. "Em Ribeirão Preto os fatos não responderam as esperanças: quando as assinaturas asseguravam um bom êxito, os partidários fizeram sim que muitos retirassem a própria assinatura, mas naquela remota região laboriosa e progressista, dominada por "malvados", é mais que nunca necessária a presença do bispo, ao qual não será difícil ter aquilo que precisa." Tradução Maria Felisbela Iannazzo Ferreti

<sup>218</sup> ASV. Sacra Congregazione degli Affari Ecclesiastici Straordinari. Brasile. 15 de marzo 1908.

<sup>219</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Correspondência aos vigários. 10/03/1909. São Paulo, **Arquivo da Cúria Metropolitana**.

Ao assumir, em 1909, o bispo certamente conhecia a situação da ausência de patrimônio, que não fora formado de acordo com as recomendações da Igreja. Era preciso inicialmente instalar e organizar a cúria diocesana. Os despachos, provisões, decretos e comunicados, bem como toda a comunicação entre o bispo e o clero, o bispo e os fiéis, eram realizados por meio da Cúria. O funcionamento ocorria por meio da nomeação de vários cargos, dentre eles o de vigário-geral, a quem caberia, na ausência do bispo, responder pela administração do bispado. Tudo indica que nos primeiros tempos da diocese não houve a escolha de um vigário-geral mas d. Alberto nomeou o padre Dr. Evaristo de Moraes para secretário e escrivão da Câmara Eclesiástica.<sup>220</sup>

Em Ribeirão Preto, oito meses após sua posse, em 22 de outubro de 1909, d. Alberto, lançou um documento intitulado *Regulamento sobre Fábricas e Patrimônio*.<sup>221</sup> Nele, o bispo deixou claro que era “[...] um dos mais graves deveres acautelar os sagrados interesses dos bens pertencentes às Igrejas [...]” e que, para tanto, expedia o documento. D. Alberto já estava a par de algumas das dificuldades para regularizar a situação dos bens patrimoniais da diocese, uma vez que estava visitando pastoralmente a diocese e conhecera de perto a situação das fábricas das matrizes.

O documento foi baseado naquele emitido pelo antigo bispo de São Paulo, d. Lino Deodato R. de Carvalho, de 1893. A regulamentação e a guarda dos bens patrimoniais não estavam mais sob a responsabilidade do governo republicano. O *Regulamento sobre as Fábricas* consistia em *Instruções sobre Fábricas* e estabelecia as atribuições da fábrica, do fabricante, da nomeação do fabricante, as disposições gerais, discriminando o papel a ser exercido pelo fabricante e a função da fábrica de uma matriz: “Fábrica é em geral uma parte dos bens eclesiais ou de seus rendimentos, destinada a conservação e reparos das Igrejas e às despesas do culto divino.”<sup>222</sup>

A fábrica era o centro financeiro da matriz. Elas estavam classificadas, de acordo com as rendas, em 1ª e 2ª categorias. As de 1ª categoria eram aquelas cujas rendas ultrapassavam a quantia de cinquenta mil réis mensais, as de 2ª categoria, as que excediam esse valor mensal.

Pertenciam à fábrica da matriz todos os bens móveis ou imóveis, adquiridos por doação ou compra, os títulos de rendas, as esmolas e doações feitas pelos fiéis; também as

<sup>220</sup> LIVRO de Registros n. 1, 1909-1921, p. 5, **ACMRP-SP**. Ribeirão Preto-SP

<sup>221</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Regulamento sobre Fábricas e Patrimônios das Igrejas do Bispado do Ribeirão Preto. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto 1908-1918**, p. 51-57

<sup>222</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Instruções sobre Fabricas. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto**. 1908-1918, p.53.

esmolas, que podiam ser recolhidas durante as missas ou nas festas, as doações de casas, terrenos, fazendas, ou objetos de culto como imagens, caracterizavam parte das doações para o santo padroeiro da matriz. As alfaias do templo, como toalhas para os altares, cálices, patenas, crucifixos e outros objetos também eram doados. Os devotos acreditavam que esse gesto trazia proteção para a família, e a doação compunha parte do agradecimento.

Uma parte dos pré-requisitos para formar uma capela e depois transformá-la em matriz tem por foco a formação do patrimônio, capaz de sustentar o culto com o devido decoro. Para controlar e dirigir os negócios financeiros da capela ou das matrizes, os párocos indicavam e os bispos nomeavam os fabriqueiros, pessoas a quem cabia arrecadar todos os utensílios, dinheiro, esmolas, oblações, bens e rendas das Igrejas.<sup>223</sup> Em algumas paróquias, os próprios párocos exerciam essa função. Uma provisão, permitindo o exercício do cargo de fabriqueiros para párocos ou leigos, era requisitada na cúria e precisava ser renovada anualmente pelo bispo.

As atribuições do fabriqueiro se concentravam em administrar os bens da fábrica da Igreja e prestar contas à autoridade diocesana. Havia um limite de duzentos mil réis de que os fabriqueiros podiam dispor, com autorização prévia do pároco. As quantias superiores a esta requeriam uma licença, concedida somente pela autoridade diocesana.

Os fabriqueiros não trabalhavam gratuitamente cuidando do patrimônio. Por essa razão, o cargo era muito cobiçado. Recebiam um percentual de 10% das fábricas de 1ª categoria e 5% das fábricas de 2ª categoria, quantia retirada dos rendimentos anuais, mas não incidia sobre as doações definitivas. Tudo indica que os fabriqueiros eram incentivados a trabalhar para passar a fábrica da matriz para 2ª categoria, no seu interesse, e aumentando ainda mais os rendimentos da Igreja. Cabia-lhes o controle sobre os bens patrimoniais da Igreja, fosse das matrizes ou das capelas filiais. Também cabia registrar e prestar contas para a cúria diocesana da receita e despesa das matrizes e capelas que estavam sob sua guarda. O bispo nomeava comissões especiais para determinados fins, como a construção ou reforma dos templos.

Logo no início, com a instalação da diocese e a chegada de d. Alberto, os contratos e recibos de aforamento e de laudêmio foram padronizados, numa tentativa de regularizar a situação, com o envio, pela cúria, de modelos das cartas de aforamento, recibos dos foros e do laudêmio para os párocos e fabriqueiros. A Igreja possuía o foro, isto é, o domínio útil sobre os terrenos que a ela pertenciam e cabia à fábrica da matriz cuidar do

---

<sup>223</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Instruções sobre Fabricas. In: **Archivo da Diocese do Ribeirão Preto**. 1908-1918, p. 18

patrimônio. Assim, os terrenos das fábricas eram aforados e pagava-se para usá-los, porque estavam sob a jurisdição da Igreja. Os pagamentos de foros eram anuais e variavam de acordo com o tamanho do terreno. O laudêmio consistia num pagamento de dois e meio por cento sobre o valor das transações de domínio útil do terreno nas vendas ou trocas. O valor podia variar se fosse estipulado no contrato, num acordo entre as partes.

A *Pastoral Coletiva* de 1915 especificava, seguindo a prescrição do *Concílio Plenário Latino Americano*, que cabia aos párocos o direito de usufruto das casas paroquiais, móveis e dependências, mas cabia-lhes o dever de realizar os reparos sem exigir indenização do prelado diocesano.<sup>224</sup>

Para as matrizes, a colaboração das associações leigas nas festas, para obter fundos para a construção e embelezamento dos templos, foi uma das fontes de recursos ao lado das doações de particulares. Os membros das associações participavam das comissões das matrizes e foram eles que, sustentaram financeiramente as obras, com doações ou com o trabalho nas promoções como quermesses, leilões e tômbolas, ao lado das contribuições mais humildes de todos os fiéis.

A documentação pesquisada mostrou os desacertos entre os fabriqueiros, párocos e a cúria de Ribeirão Preto. O problema estava na forma de uso do dinheiro arrecadado pelas fábricas, na quantidade e na forma de arrecadação. Padres queixaram-se a d. Alberto de que os fabriqueiros não cumpriam as obrigações e não prestavam contas à fábrica da matriz. Por sua vez, os fabriqueiros não cobravam os foros, ou cobravam e não conseguiam receber, ou não prestavam contas. A situação era no mínimo confusa. Uma outra queixa comum entre os prelados era de que as pessoas pagavam os impostos para as municipalidades e recusavam-se a pagar pelo uso dos bens da Igreja. Novamente pesava o costume da Igreja pré-republicana de que os dízimos eclesiásticos eram cobrados pelo Estado.<sup>225</sup>

Tendo em vista tal problemática, em 19 de março de 1910, d. Alberto expediu um novo documento: o *Mandamento sobre as Fábricas*<sup>226</sup>, tentando regulamentar, por meio de uma legislação, o patrimônio da diocese. O texto abordava questões como administração dos bens, definindo os direitos da Igreja perante a Constituição e a administração pública, e também abordava os deveres dos foreiros e explicava com detalhes a cobrança do laudêmio. Convocava os padres e fiéis a protestar contra a usurpação ou ocupação indevida, por parte

<sup>224</sup> EPISCOPADO Brasileiro. *Pastoral Coletiva de 1915*. Canon. 1183, p. 298-299.

<sup>225</sup> OLIVEIRA, Dom Oscar de. *Os dízimos eclesiásticos do Brasil*. Nos períodos da colônia e do Império. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1964.

<sup>226</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Mandamento sobre as Fábricas da Diocese do Ribeirão Preto. In: *Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto*. 1908-1918, p.95-102

das Câmaras Municipais ou de particulares, dos terrenos pertencentes à Igreja. Ela se encontrava respaldada pelas leis republicanas para proteger seu patrimônio e até mesmo ameaçava com penas eclesiásticas aqueles que burlassem as regras estabelecidas. “Queremos que se considere este Nosso Mandamento como um público e solenne protesto contra a ilegal e injusta ocupação dos terrenos das Igrejas feita por quem quer que seja.”<sup>227</sup>

Apesar dos protestos do bispo, as penas eclesiásticas já não surtiam o efeito desejado, e muitas pessoas, bem como as municipalidades, alheias a prováveis penas, cobiçavam o patrimônio que pertencia à Igreja. Ao longo do governo de d. Alberto, ocorreram inúmeras disputas entre a Igreja e as municipalidades ou particulares. Em tese, o poder público republicano respeitou o patrimônio das Igrejas, mas houve casos, nos anos que se seguiram à Proclamação da República, com as municipalidades em expansão, que ocupavam os terrenos das igrejas. Para mostrar uma das contendas, analisamos a luta do pároco da cidade de Batatais, Lafayette de Godoy.

Antes de d. Alberto assumir a diocese e lançar o *Mandamento sobre as fábricas*, na cidade de Batatais, o padre Lafayette de Godoy, entrou em uma contenda que se estendeu por anos. A disputa surgiu quando a municipalidade resolveu construir um coreto ao lado da igreja matriz. Em reação, o padre Lafayette escreveu ao núncio apostólico, Alessandro Bavona, dizendo que havia consultado grandes juristas, como Rui Barbosa, Basílio Machado, conde Afonso Celso, visconde de Ouro Preto e frei Júlio Maria, o que teve grande repercussão. O padre encaminhou para o núncio as respostas desses cidadãos, exigindo que a Igreja tomasse uma atitude, uma vez que considerava que a causa podia ser ganha. Os pareceres de alguns dos juristas consultados apontavam para a legitimidade da Igreja, enquanto outros decidiam pela municipalidade na posse do território.

Um desses pareceres, encontrado nos arquivos do Vaticano, a carta do sr. Basílio Machado ao padre Lafayette<sup>228</sup>, defendia os direitos da fábrica das matrizes, quando as municipalidades incorriam no erro de obstruir o bom andamento do culto. No verso dessa carta, o padre Lafayette fez um longo comentário sobre o fato de que o terreno havia se desincorporado gratuitamente da fábrica da matriz, que, segundo ele, isso havia acontecido em Roma, com a Porta Pia, alegando que o foreiro nunca fora o proprietário, apenas tinha permissão de uso. Para o padre, as Câmaras Municipais tinham direitos restritos de uso.

---

<sup>227</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Mandamento sobre as Fábricas da Diocese do Ribeirão Preto. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto**. 1908-1918, p. 96

<sup>228</sup> MACHADO, Basílio. Correspondência ao padre. José L. de Godoy. 29/8/1907. **ASgV-NAB**, fasc. 626.

Padre Lafayette tentou mostrar que, se a causa não triunfasse, a maçonaria e o regalismo é que sairiam vitoriosos.<sup>229</sup> O padre justificava que o parecer de Rui Barbosa, concordava com o do conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, do visconde de Ouro Preto e de Olegário de Almeida, na questão entre a Câmara e a fábrica da matriz de Batatais. A consulta aos grandes juristas significava uma tentativa do padre de fazer justa a causa que reivindicava.

A carta do padre Lafayette foi enviada ao núncio Alessandro Bavona, que escreveu para a cúria episcopal de São Paulo para saber da postura de d. Duarte. De São Paulo, em nome de D. Duarte, respondeu monsenhor Francisco de Paula Rodrigues, escrevendo que o referido padre não estava sendo apoiado pelo arcebispo e que o núncio poderia contribuir para a situação. No livro de Tombo da matriz do Senhor Bom Jesus da Cana Verde de Batatais, o padre Lafayette deixou um depoimento sobre o tema: “Assim, pois, espero que não seja lavrada a conta da minha inércia ou indiferença a consumação d’este attentado contra a liberdade da consciência cathólica.”<sup>230</sup>

O padre esclareceu que não conhecia os critérios da administração, “[...] se estava nos moldes católicos ou se nos moldes do livre pensamento, da maçonaria e de outros elementos que formam o bloco contra os direitos seculares da Santa Igreja Cathólica.”<sup>231</sup>

O coreto foi construído, apesar do posicionamento de adesão de juristas e de alguns fiéis ao lado do padre, que refutaram a construção, alegando que o local não era adequado. As disputas entre o padre Lafayette e a municipalidade, decorrentes de questões patrimoniais, representaram um problema mais abrangente para a hierarquia da Igreja. Em várias cidades brasileiras, as fábricas das matrizes e, ou párocos envolveram-se em contendas, algumas judiciais, numa polêmica sobre a posse de terrenos.

O caso do padre Lafayette envolvia uma disputa com a hierarquia da Igreja (padre e arcebispo), uma vez que ele havia enviado, em 1903, o projeto de criação da diocese de Batatais, tentando fazer de sua paróquia sede de bispado. O projeto do padre Lafayette foi preterido, com a escolha de Ribeirão Preto para sede da diocese. A mais alta hierarquia da Igreja no estado de São Paulo cansou-se do que chamava “as maluquices do padre” e d. Duarte queixou-se a d. Alberto: “[...] não posso, não vou dar explicações a esse maluco. Finalmente o celeberrimo curato de Batataes ainda acaba por me tirar a paciência, se esse padre continuar a lançar tanto desaforo[...].”<sup>232</sup>

---

<sup>229</sup> MACHADO, Basílio. Correspondência ao padre. José L. de Godoy. 29/8/1907. **ASgV-NAB**. fasc. 626

<sup>230</sup> LIVRO de Tombo **Paróquia do Senhor Bom Jesus da Cana Verde**, n. 4, 8/3/1907. Batatais.

<sup>231</sup> LIVRO de Tombo da **Paróquia do Senhor Bom Jesus da Cana Verde**, n. 4, 8/3/1907. Batatais.

<sup>232</sup> SILVA, D. Duarte Leopoldo e Silva. Correspondência a d. Alberto. 9/5/1910. **ACMSP. São Paulo**. (Pasta Ribeirão Preto).

Quais eram os motivos para que o padre criticasse a hierarquia da Igreja que não se posicionava diante do que ele considerava ser prioridade como a guarda do patrimônio?

Tudo indica que o padre Lafayette, inconformado por não ter conseguido apoio para a criação do projeto de diocese de Batatais, se opôs a d. Duarte e à cúria da arquidiocese. Para isso usou a guarda do patrimônio das fábricas das matrizes, instigando bispos, padres e fabriqueiros a adotarem um critério definitivo a respeito das matrizes e fábrica<sup>233</sup> e criticando o arcebispo.

A situação era no mínimo contraditória. A Igreja lançava documentos, recomendando a guarda do patrimônio e, por outro, quando um padre assumia a defesa dos interesses da Igreja diante da municipalidade, a hierarquia recusava-se a apoiar. Em Batatais e em outras cidades, a municipalidade saiu vitoriosa da contenda, e a Igreja saiu perdendo. Haveria motivos políticos? O que ou quem estava errado? Evocando os princípios do liberalismo, algumas Câmaras Municipais usaram os terrenos da Igreja de acordo com suas necessidades e sequer consultavam os padres para tanto. De outro lado, padres e fabriqueiros mal preparados não sabiam administrar com eficiência os bens da fábrica e acabavam perdendo a sua posse.

Em Ribeirão Preto, a matriz havia se deslocado a pedido da Câmara e, em 1905, o velho templo foi destruído em razão da reurbanização da Praça XV. O novo templo que, em 1905, estava nos alicerces, situava-se a poucos quarteirões de distância do antigo. Situações semelhantes ocorreram em outras cidades brasileiras. O crescimento urbano levou as municipalidades de algumas localidades a adquirir os terrenos da fábrica da matriz. Em alguns lugares, a Igreja cedeu gratuitamente seus terrenos para a construção de escolas<sup>234</sup>, usinas de luz<sup>235</sup>, entre outras. A contribuição da Igreja para a expansão das vilas e cidades permitiu que ela ganhasse espaço.

Após a proclamação da República, as Câmaras Municipais passaram a cobrar impostos das igrejas e paróquias. Algumas, sem recursos, contraíam dívidas com as municipalidades. Algumas dívidas foram negociadas pelos párocos, outras foram executadas. O vigário coadjutor de São Simão, padre Lafayette de Godoy, alegou não ter recursos para

---

<sup>233</sup> GODOY, Padre José Lafayette. Correspondência ao núncio. 5/10/1909. ASgV-NAB. fasc 626. D. Alberto removeu o padre Lafayette de Godoy para a cidade de São Simão.

<sup>234</sup> LIVRO de Registro n. 1, 1909- 1929, p.34. Ribeirão Preto, ACMRP-SP. Despacho concedendo a doação de terreno para a Câmara de Vargem Grande para construção das Escolas Reunidas.

<sup>235</sup> LIVRO de Registro n. 1, 1909- 1929, p.34. Ribeirão Preto, ACMRP-SP. p. 28. Despacho concedendo a doação de terreno da cachoeira para construção de usina para instalar luz e energia em Mato Grosso do Batatais (hoje Altinópolis), em 5/11/1913.

pagar a dívida de cerca de 150\$000 mil réis, com impostos, água e esgoto, da fábrica da matriz com a Câmara Municipal.<sup>236</sup>

Em Santa Rita dos Coqueiros (hoje Cássia dos Coqueiros), a matriz entrou em litígio com a Câmara Municipal de Cajuru, reivindicando a posse de um terreno do cemitério antigo. A vila de Santa Rita dos Coqueiros pertencia à comarca de Cajuru. O barão Ribeiro Barboza, prefeito de Cajuru, afirmou que “[...] não acreditava que a Igreja fosse oprimir uma Câmara que sempre mostrou condescendente com os assuntos da religião.”<sup>237</sup> A Câmara acusou a Igreja pelo uso do terreno sem devida posse. Dessa forma, se havia dívida, esta devia ser paga pela Igreja.<sup>238</sup> Na realidade era a população que contribuía para a construção das obras, seja com seus impostos para a municipalidade, ou com os dízimos e doações para a Igreja.

No relatório apresentado à Secretaria de Estado do Vaticano, em 1914, por ocasião da visita *Ad Limina*, d. Alberto afirmou que os emolumentos paroquiais eram pobres, confirmando o estado de penúria e as dificuldades econômicas que encontrou para formar o patrimônio do bispado.<sup>239</sup>

As disputas entre as municipalidades e a Igreja foram inúmeras e nem sempre foi possível conhecer o desfecho de todas elas. Para a Igreja, outro ponto ainda era mais grave: o desvio de dinheiro dentro da própria instituição, envolvendo padres, fabriqueiros ou os fiéis.

---

<sup>236</sup> GODOY, José Lafayette de. Correspondência a d. Alberto José Gonçalves. 16/5/1909. **Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto-SP, Fundo José Pedro de Miranda (APHRP-FJPM-SP)**. Ribeirão Preto-SP

<sup>237</sup> BARBOZA, Barão Ribeiro. Correspondência ao padre Nicolau Paraggio. Cajuru, 16/9/1910. **APHRP-FJPM-SP** Ribeirão Preto-SP.

<sup>238</sup> Ibid.

<sup>239</sup> RELAZIONE della diocese di Ribeirão Preto Vaticano, **ASgV-NAB**. Fasc. 687

### 2.3.2 Os desvios envolvendo os fabriqueiros

Um dos desacertos envolvendo um fabriqueiro ocorreu no final de 1920 para 1930, envolvendo a capela de Nossa Senhora Aparecida, hoje matriz da cidade de Itirapuã. A capela pertencia à paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio, em Patrocínio Paulista. A paróquia estava com os padres agostinianos, que ficaram envolvidos com o sumiço do fabriqueiro e desvio de dinheiro. O pároco, Frei Alexandre Gonçalves<sup>240</sup>, escreveu ao monsenhor Lauriano que o fabriqueiro da capela de Itirapuã desaparecera e que achava importante nomear outro, para evitar irregularidades no patrimônio.

As irregularidades já existiam: uma dívida de 8:673\$000 (oito contos e setecentos e setenta e três mil reis), dinheiro que fora desviado da construção da capela Nossa Senhora Aparecida de Itirapuã.<sup>241</sup> Frei Alexandre foi ameaçado de execução dessa dívida pelo advogado José de Giovani, de São Paulo, o qual não possuía nenhum documento que a provasse. O padre consultou a comissão de obras da capela, a respeito da dívida, e juntos resolveram não autorizar o pagamento sem a devida licença dos superiores. Era preciso o aval de d. Alberto e do superior dos Agostinianos, uma vez que a paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio, localizada na cidade de Patrocínio Paulista, à qual pertencia a capela de Nossa Senhora Aparecida, de Itirapuã, estava confiada aos padres Agostinianos.

O advogado José de Giovani alegou executar judicialmente a dívida se ela não fosse liquidada com o sr. Antonio Miglioranza. Acusou os padres de serem maus pagadores e, por meio de monsenhor Lauriano, pediu ao bispo para interferir para não precisar recorrer às vias judiciais, visto que “[...] dois sacerdotes de uma ordem religiosa, vigário e provincial insistem em negar uma dívida.”<sup>242</sup>

A respeito dessa dívida, encontramos uma única referência no livro de Tombo da matriz de Nossa Senhora do Patrocínio, feita pelo padre Innocente Oses e que fala das reformas da matriz, e não da capela de Itirapuã, mas o nome do empreiteiro corresponde ao da execução da dívida.

A princípio de junho de novecentos e vinte e oito, esta matriz de Patrocínio do Sapucahy passou por uma grande reforma exterior, foi pintada a óleo pelo

<sup>240</sup> GONÇALVES, Frei Alexandre. Correspondência a Monsenhor Lauriano. 8/4/1935. **ACMRP-SP**, Ribeirão Preto. (Pasta Monsenhor Lauriano).

<sup>241</sup> GONÇALVES, Frei Alexandre. Correspondência a d. Alberto José Gonçalves. 7/6/1936. **ACMRP-SP**, Ribeirão Preto-SP. (Pasta Monsenhor Lauriano).

<sup>242</sup> GIOVANNI, José Di. Correspondência a monsenhor Lauriano. São Paulo, 19/06/1936. **ACMRP-SP**, Ribeirão Preto-SP. (Caixa Monsenhor Lauriano).

empreiteiro Antonio Miglioranza, pela quantia de 15 contos de réis, dinheiro este, que consegui com algumas festas feitas ad hod pagando essa importância logo de concluído o serviço, como consta do recibo guardado na Fábrica. Patrocínio do Sapucahy, 19 de agosto de 1928.<sup>243</sup>

A solução do caso não apareceu na documentação pesquisada e a dívida em questão representou apenas uma das inúmeras situações em que o patrimônio da Igreja foi desviado para outros fins, seja por fabriqueiros leigos ou ainda por parte de alguns padres.

O crescimento urbano, no início do século XX, requereu um cuidado especial por parte da Igreja, com relação ao seu patrimônio, uma vez que em torno de muitas capelas, depois matrizes, surgiu a urbe, em terreno invariavelmente pertencente à Igreja. A ocupação por parte das Câmaras Municipais e ou particulares, trouxeram problemas, usurpando da autoridade jurídica da Igreja a posse dos terrenos.

O aforamento e o laudêmio dos terrenos pertenciam à fábrica da matriz e ao fabriqueiro cabia realizar a sua cobrança. As fábricas das matrizes tinham problemas em cobrar o que lhes era devido, com os fabriqueiros queixando-se de que para as Câmaras Municipais os foreiros pagavam sem nenhuma dificuldade e para a fábrica das matrizes mostravam relutância. Pagar para a municipalidade representava um ponto, outro era pagar para a Igreja, num país que reconhecia na Constituição a liberdade de culto.

A fábrica das matrizes cedia terrenos aos foreiros, ou seja, aos arrendatários, sob a condição de cobrar um determinado preço. O número de foreiros variava de acordo com o patrimônio das fábricas, em alguns locais chegou a ser considerável. Parte dessa história na região da diocese de Ribeirão Preto está ainda para ser pesquisada e analisada.

Artigos foram escritos e publicados em jornais da época, referindo-se ao problema da ocupação dos terrenos pertencentes à Igreja. A separação entre Estado e Igreja no Brasil, em 1889, foi tranqüila e segura, uma vez que a Igreja não teve seu patrimônio seqüestrado, como em outros países da América Latina, como o México e a Colômbia. No caso brasileiro<sup>244</sup>, a separação foi um acordo amigável entre d. Macedo Costa, representando a Igreja, e seu aluno Rui Barbosa, representando o Estado. A posse dos terrenos das fábricas das matrizes estava assegurada através do artigo 119 A da Constituição de 1891, que separava o Estado da Igreja e estabelecia a liberdade de culto, mas assegurava à Igreja o direito de manter suas posses.

---

<sup>243</sup> LIVRO de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio. n. 1, p. 102. **ACDFr-SP**. Franca-SP.

<sup>244</sup> MANOEL, Ivan Aparecido. Dom Macedo Costa e Rui Barbosa: a Igreja Católica na Ordem Republicana Brasileira. **Pós- História**, Assis, v. 5, 67-81, 1997.

Nas décadas seguintes, em meio a uma urbanização no interior do estado de São Paulo, os terrenos da fábrica das matrizes foram vendidos ou doados às municipalidades.

D. Alberto ou seus procuradores negociaram com as municipalidades os terrenos que pertenciam à Igreja. Em algumas paróquias, ao realizar sua visita pastoral, o bispo aproveitava para fechar negócios, como na cidade de Patrocínio do Sapucahy (Patrocínio Paulista). O registro do livro de Tombo da matriz de Nossa Senhora do Patrocínio revelou que o município comprara alguns terrenos, pela quantia de trinta contos de réis, com juros anuais de seis por cento ao ano.<sup>245</sup> “O patrimônio da matriz foi por nós vendido a Câmara Municipal, que conforme a escriptura, paga os juros annualmente, devendo pagar a importância da venda no prazo determinado na data da escriptura.”<sup>246</sup> O detalhe do contrato, assinado em 14 de junho de 1924, permitia que a municipalidade pagasse a dívida em trinta anos, com juros de seis por cento ao ano. A municipalidade se comprometeu a pagar dez contos de réis por ano, podendo ser renovado no caso de ambas as partes concordarem. Não há elementos que permitam afirmar ou refutar que a quantia foi paga à Igreja.

D. Alberto foi um bispo preocupado com as questões administrativas, tanto quanto com as espirituais. Uma regulamentação enviada a toda a diocese padronizava a ação das fábricas, na compra e venda de alguns dos bens patrimoniais da diocese. Por duas ocasiões pediu o parecer dos consultores diocesanos<sup>247</sup>: em 23 de novembro de 1926, ao vender o prédio do Colégio Diocesano de Batatais, e a segunda vez, em 10 de março de 1937, ao vender casas do patrimônio diocesano por cem contos de réis.

Outro episódio ocorreu quando o padre Euclides deixou a cidade de Ribeirão Preto em 1915 e, portanto, a administração do Centro Operário São Benedito. Este Centro criado por padre Euclides, era uma escola profissional, com maquinário de carpintaria e mecânica, que fora incorporada ao patrimônio do bispado após disputa com a Câmara Municipal. A escola fora construída com a mensalidade dos associados do Centro Operário e outros donativos. Padre Euclides, em 1915, propôs para a Câmara assumir o passivo de 20 contos de réis do Centro Operário. O bispo interferiu, assumindo o Centro Operário e a dívida. O local em que estava construído o Centro fora doado por João Baptista Nogueira Borges e sua esposa, que doaram o terreno para a capela de São Benedito, conforme escritura

<sup>245</sup> LIVRO de Tombo da matriz de Nossa Senhora do Patrocínio, n. 1, p. 140 . **ACDFr-SP**, Franca-SP.

<sup>246</sup> LIVRO de Tombo da Matriz de Nossa Senhora do Patrocínio. n. 1, p. 140. **ACDFr-SP**, Franca-SP.

<sup>247</sup> LIVRO de Atas dos Consultores Diocesanos, 1º. de março de 1924, p. **ACMRP-SP**, Ribeirão Preto-SP. O grupo de consultores em 1924 compunha-se de Monsenhor Joaquim Antonio de Siqueira, Cônego Carlos Cerqueira, Pe. Dr. João Lauriano, Pe. Manuel Vinheta, Pe. Joaquim Alves Ferreira.

Os consultores eclesiásticos eram reconhecidos pelo saber e virtudes, que auxiliavam o bispo com conselhos oportunos no governo da diocese e nos negócios de maior importância. **Pastoral Colectiva de 1915**. Can 1039 p. 270

passada em cartório, no dia 6 de maio de 1907. D. Alberto decidiu reinstalar a irmandade que havia sido afastada por padre Euclides. Registrou em cartório o terreno da irmandade de São Benedito, assegurando a posse do patrimônio. A disposição dada pelo bispo foi a de construir a capela de São Benedito, inaugurada com bênção em 8 de abril de 1920.<sup>248</sup>

Desde 1909, d. Alberto tentava regularizar as fábricas das matrizes. Em abril de 1924, viu-se obrigado a expedir novo documento: *Mandamento sobre o Patrimônio*, e o bispo foi taxativo ao escrever: “Queremos que se considere este Nosso mandamento como um público e solenne protesto contra a ilegal e injusta ocupação dos terrenos das igrejas feita por quem quer que seja.”<sup>249</sup>

O teor do texto é elucidativo, os terrenos da Igreja estavam sendo ocupados por particulares ou pelas municipalidades, sem a devida autorização. O novo documento, apoiava-se no Código Civil, do dr. Teixeira de Freitas.

A Nunciatura Apostólica revelava a preocupação com a manutenção do patrimônio e das condições de vida do clero, na tentativa de realizar um balanço sobre as condições financeiras das dioceses. Para isso questionava a respeito das condições econômicas das mitras e do clero, se existiam nas dioceses conventos, igrejas de propriedade de ordens religiosas abandonadas ou mal administradas.<sup>250</sup> A posse de um bom patrimônio era fundamental para a ação missionária e caritativa da Igreja e ainda permitia a construção de templos em locais onde as igrejas protestantes estavam sendo erguidas.

Apesar dos percalços políticos financeiros enfrentados pela administração da diocese, houve desde o início uma preocupação construtiva por parte de d. Alberto. O balanço financeiro do primeiro ano de seu governo, na diocese de Ribeirão Preto, mostrou um bispo capaz de em pouco tempo levantar a quantia de mais de cem contos de réis, adquiridos principalmente com as esmolas do crisma.

Desde a nossa chegada a Diocese até o dia 31 de dezembro último, recebemos de esmolas, por ocasião da administração do Sacramento da Confirmação, a quantia de 126:925\$000 e foi dispendida a de 9:729\$ [...]. Resultou, portanto, um saldo de 117:196\$000, que dividimos em três partes iguaes; uma que está sendo empregada na Cathedral, outra destinada ao

<sup>248</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Sobre a Capella de S. Benedicto. In: **Archivo da Diocese do Ribeirão Preto**. 1918-1923, p. 31-33.

<sup>249</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Mandamento sobre Patrimônios. In: **Archivo da Diocese do Ribeirão Preto**. 1924-1928. Ribeirão Preto: Typ. Guimarães, 1924, p.6; **Archivo da Diocese do Ribeirão Preto**. 1918-1923. Ribeirão Preto: Typ. Livro Verde, 1924, p. 31-33.

<sup>250</sup> CIRCULAR da Nunciatura Apostólica Brasil, Petrópolis, 18 de março de 1909. ACMSP, São Paulo. (Pasta D. Duarte Leopoldo e Silva).

Seminário e a educação dos candidatos ao sacerdócio e á ultima á compra do terreno e á construcção do Palácio Episcopal. Além do déficit que apresenta o Seminário, temos ainda que solver alguns compromissos assumidos por motivo da aquisição do edificio na Cidade de Batataes para o funcionamento d'aquelle estabelecimento que, esperamos, em breve será installado.<sup>251</sup>

A construcção do palácio episcopal, obra de relevância, foi realizada graças à contribuição financeira do bispo. A inauguração do palacete, em 13 de abril de 1912, contou com a presença de vários membros da elite eclesiástica, dentre eles, o arcebispo d. Duarte Leopoldo e Silva. Os jornais noticiaram a inauguração e a grande festa dos moradores.

O arcebispo d. Duarte e sua comitiva, nessa ocasião, visitaram, entre outros lugares, a Santa Casa e a Câmara Municipal. Na Câmara, o prefeito Joaquim Macedo Bittencourt<sup>252</sup> ressaltou que: “[...] não estava quebrando as normas democráticas da Câmara Municipal [...]”<sup>253</sup> Para o prefeito a Igreja sempre exercera um papel importante na sociedade. A separação entre a Igreja e o Estado não tirou o seu prestígio e manteve sua soberania.

Como receber na Câmara Municipal um arcebispo e outros bispos da Igreja católica sem ferir os sentimentos dos membros anticlericais ou que professavam outras crenças? O discurso do prefeito mostrou que era possível.

Os católicos representavam uma parcela importante da população brasileira, mas era preciso atenção com outras crenças e ao mesmo tempo a autoridade eclesiástica perdia espaço diante das autoridades civis.

A visita do arcebispo de São Paulo era providencial para reafirmar que, ao lado da inauguração do palácio episcopal e do avanço da construcção da catedral, a Igreja católica em Ribeirão Preto era atuante, a ponto de ter suas autoridades recebidas pela municipalidade.

A construcção da catedral drenou por décadas vultuosos recursos e foi iniciada antes da instalação do bispado. Em 1919, d. Alberto declarou ter destinado à catedral sessenta contos de réis de seu bolso, e sessenta e dois contos teriam vindo da fábrica da paróquia. D. Alberto prosseguiu com as obras e acabou contraindo uma dívida pessoal de 100:262\$620 réis (cem contos, duzentos e sessenta e dois mil e seiscentos e vinte réis). O bispo afirmou que

<sup>251</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Carta Pastoral do Bispo de Ribeirão Preto sobre a 1ª visita feita a Diocese. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto**. 1918-1923, p 116.

<sup>252</sup> PAZIANI, R. R. **Construindo a Petit Paris**: Joaquim Macedo Bittencourt e a Belle Epoque em Ribeirão Preto 1911-1920. 2004. Tese (Doutorado em História). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca-SP, 2004. A obra traz uma análise sobre a cidade de Ribeirão Preto e o governo do prefeito Joaquim M. Bittencourt.

<sup>253</sup> OS NOSSOS hospedes. **A CIDADE**, Ribeirão Preto, 16/abril/1912, p. 1

fizera as dívidas confiando em promessas de doações. D. Alberto, não citou os que se comprometeram, mas listou benfeitores, como o cel. Francisco Schmidt, que se comprometeu a doar o órgão para a catedral. A comissão das senhoras contribuiu com 3:273\$000 (três contos, duzentos e setenta e três mil réis) e junto com outros donativos avulsos das senhoras Carolina Maciel, Josephina de Freitas e Ilydia Uchoa, foi possível comprar dois confessionários, os genuflexórios da capela do Santíssimo Sacramento, bancos e mobílias.<sup>254</sup>

Testemunho de sua contribuição financeira, d. Alberto deixa, em 1938, em uma Carta Pastoral: “[...] quantia superior a duzentos contos de réis, como se pode verificar da escripturação no livro próprio [...]”<sup>255</sup> Declara ainda que a procedência desse dinheiro, “os anos em que serviu a Nação e dos negócios que dissolveu em Curitiba”, foram empregados nas obras da diocese de Ribeirão Preto.

O pintor Benedito Calixto foi contratado por d. Alberto para executar uma parte da pintura decorativa da catedral. Benedito Calixto, amigo de d. Duarte, havia trabalhado em São Paulo, na matriz de Santa Cecília e no Seminário Central. A pedido do bispo d. Duarte, realizou o quadro *naufrágio do navio Sírio* (a morte do bispo d. José). A contratação de um pintor especialista em arte sacra para as obras na catedral de Ribeirão Preto poderia ter por trás a sugestão do arcebispo, uma vez que ele realizou trabalhos em muitas cidades da Província Eclesiástica de São Paulo, como na diocese de São Carlos.

D. Alberto preocupava-se com o embelezamento do interior da catedral. O trabalho de Benedito Calixto estendeu-se de 1916 a 1922 e custou aos cofres da diocese trinta e um contos e quinhentos mil réis. A quantia, considerável para a época, foi paga para o artista pintar as seis telas da vida de São Sebastião, o padroeiro da diocese. Os painéis compreendem: Restituição da fala ao Neofita Zoe, Seras defensor da Igreja de Jesus Cristo, A comunhão sobre os mártires nas prisões de Coliseu, O Interrogatório de Dioclesiano, Primeiro martírio de São Sebastião, Segunda condenação de São Sebastião.<sup>256</sup> Maria E. Borges aponta Benedito Calixto com um lugar de destaque na pintura do início do século XX e identifica que, além de Calixto, outros pintores contribuíram para decorar a catedral, como Rodolfo Mosselo, Caetano Abate e Romolo Borzi.<sup>257</sup>

Outro pintor que trabalhou na decoração interna da catedral foi Joaquim

<sup>254</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Sobre as Obras da Cathedral. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto**. 1918-1923, p. 22

<sup>255</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Carta Pastoral do Bispo de Ribeirão Preto sobre a sua Administração da Diocese. **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto, ano 9, n.99, p. 1-5, abril 1938.

<sup>256</sup> BORGES, Maria Elizia. **A pintura na “Capital do Café” sua história e evolução no período da Primeira República**. Franca-SP: Unesp, 1999, p. 49

<sup>257</sup> BORGES, M. E., 1999, p. 50.

Gonçalves Netto D'Athaide. De sua obra temos a seguinte referência:

A conclusão da decoração interna da mesma ficou sob a responsabilidade do pintor português, autodidata, Joaquim Gonçalves Netto D'Athaide (1891-1948), que veio de São Paulo em 1924 com a incumbência de decorar as naves laterais da Catedral, contando com ajuda de Armando Battaglia e Caetano Somma.<sup>258</sup>

A pintura decorativa da catedral tem por temas a sagrada família e os santos da Igreja católica. Retrata cenas da vida cotidiana de Maria, José e Jesus na sua infância. As cenas contribuíam para a evangelização, inspirando os fiéis devotos a estabelecer uma relação mais íntima com Deus, copiando o modelo da família de Jesus ou dos santos. A linguagem da evangelização transmitida pela pintura era fundamental, pois a população da cidade era em grande parte analfabeta.

Os altares laterais da catedral, erguidos com os santos de devoção da comunidade, completam a decoração. Os autores (pintores, escultores) colocaram sua marca pessoal tanto nas pinturas como nas esculturas dos santos que não seguem um padrão. As imagens revelam as diferentes épocas em que foram confeccionadas, ao longo do século XX, pois apresentam estilos artísticos diferenciados.

A catedral era o ponto chave de todas as manifestações dirigidas pelo bispo e seus padres. As principais reuniões religiosas, tais como a festa do Congresso Eucarístico Diocesano, as missas da festa do santo padroeiro, a posse de d. Manuel, celebrações das missões, concentrações das associações religiosas, ordenação de presbíteros, entre outras, foram celebradas na catedral.

D. Alberto, ao mesmo tempo que se dedicou à ação do apostolado, buscou meios para angariar fundos para a construção da catedral e outras obras, orientando os párocos na tentativa de regularizar o patrimônio das fábricas das matrizes, tarefa que a documentação revela que nem sempre foi realizada a contento.

Mas nem todas as paróquias possuíam um rico patrimônio e como não havia cobrança de dízimos organizada, a Igreja precisava criar outros dispositivos para sua manutenção. As irmandades leigas, em diferentes ocasiões, fizeram as vezes de um banco para as matrizes, emprestando dinheiro, mesmo irregularmente, para que os vigários e

---

<sup>258</sup> BORGES, M.E., 1999, p. 63.

coadjuvantes realizassem obras, tais como reformas e ou construção de templos.<sup>259</sup> Monsenhor Lauriano alertou o fabricante da matriz de São Simão<sup>260</sup> que a reforma da casa paroquial e as despesas com a chegada e posse de novo pároco não entravam no rol das despesas da fábrica e para esses fins precisavam arrumar dinheiro em outras fontes. As outras fontes, certamente, eram as contribuições dos fiéis devotos. O exemplo da matriz de São Simão serve para explicar o fato de que as casas paroquiais não entravam na conta da fábrica, porque muitas delas pertenciam ao patrimônio particular dos párocos. No entanto, aqueles que não possuíam capitais suficientes para adquirir um imóvel viviam em casas que, mesmo pertencendo ao patrimônio da Igreja, eram reformadas e aparelhadas com o dinheiro procedente de doações da comunidade, da família, etc. Por esse motivo é que também encontramos párocos residindo em casas mais simples e outros em residências suntuosas.

A colaboração dos membros das associações, das elites políticas e econômicas, ao lado de doações espontâneas de particulares e contribuições dos mais humildes dos fiéis, representou uma das principais fontes de recursos para a construção e embelezamento dos templos.

Uma preocupação do arcebispo e dos bispos da Província Eclesiástica de São Paulo era a situação dos colonos italianos e dos padres que vieram para dar assistência a eles. No estado de São Paulo estava concentrado um grupo importante de imigrantes. A região de Ribeirão Preto recebeu muitos deles, e os italianos representavam, de longe, o maior número.<sup>261</sup>

Os colonos italianos católicos freqüentavam a Associação de Santo Antônio. Para d. Alberto, o caso da Associação de Santo Antonio, freqüentada por colonos italianos, era grave.<sup>262</sup> Era preciso explicar à Santa Sé qual era a real situação dos colonos. Muitos deles moravam próximo às cidades e nas fazendas havia capelas visitadas periodicamente pelos padres. A assistência espiritual e a administração dos sacramentos não eram descuradas como se noticiava na Itália. A percepção do bispo era clara, o desejo do enriquecimento e da

<sup>259</sup> DECLARAÇÃO do vigário de São Simão sobre empréstimo contraído entre a Irmandade de São Sebastião com a fábrica da matriz. 6/4/1930. APHRP-FJPM-SP, Ribeirão Preto-SP.

<sup>260</sup> LAURIANO, Mons. João. Correspondência a Octaviano Pinto Ribeiro. 15/6/1937. APHRP-FJPM-SP, Ribeirão Preto.

<sup>261</sup> A obra de Thomas Walker e Agnaldo Barbosa, *Dos Coronéis a Metrópole*, traz uma tabela sobre a imigração para o Estado de São Paulo por nacionalidade. WALKER, W. T. & BARBOSA, A de S. *Dos coronéis a metrópole. Fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX*. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000, p. 24/25

<sup>262</sup> Uma pesquisa mais acurada sobre a Associação de Santo Antônio pode revelar qual o percentual dos colonos italianos nos quadros da associação. Apenas referências foram encontradas nas correspondências trocadas entre a cúria de São Paulo, Ribeirão Preto e o Vaticano. Outros documentos mais pontuais da associação não foram encontrados nos arquivos pesquisados. Outras dioceses da Província Eclesiástica de São Paulo também estavam envolvidas na discussão sobre o tratamento recebido pelos colonos italianos no Brasil.

melhoria da condição de vida era o sonho de muitos imigrantes que cruzaram o Atlântico. As acusações foram encontradas de ambos os lados.

D. Alberto acusou a irmandade de Santo Antônio, sobre a qual ele alertava o arcebispo de que tinha dúvidas se ela não era a responsável pela causa da escassez de dinheiro, pois remetia “[...] contos e contos de réis para a Itália e desconfio que não são celebradas essas missas [...]”<sup>263</sup>

A irmandade de Santo Antônio preocupava também o arcebispo d. Duarte, que sabia da necessidade de coibir os abusos praticados, de disciplinar as zeladoras, que ele considerava muito independentes, pois recolhiam as intenções de missas às escondidas, fugindo dos bispos e párocos, e que, apesar dos esforços, essa associação existia em várias dioceses, como as de Curitiba, Campinas e Ribeirão Preto.

As cartas retratando o sofrimento dos colonos no Brasil chegaram a sugerir a criação de uma diocese italiana no estado de São Paulo. A Santa Sé não aceitou a sugestão.<sup>264</sup>

Em 1918, d. Alberto tomou uma medida mais drástica na diocese de Ribeirão Preto, para acabar com os abusos de cobrança de dinheiro nas intenções de missas, fechou a Associação de Santo Antônio de Pádua. No entanto, fundou uma nova associação, a Pia União Diocesana de Santo Antônio de Pádua, sob a direção do padre Carlos Pedrazzani.<sup>265</sup> A manobra de d. Alberto tinha em vista não só coibir os abusos, mas controlar os bens da associação, que era proprietária de um terreno, mantinha um Boletim mensal e, de acordo com o bispo, estava construindo um hospital. A nova associação possuía estatuto jurídico, uma diretoria e era proprietária da capela Santo Antônio. Em 1920, d. Alberto a confiou aos padres Beneditinos Olivetanos<sup>266</sup>, estendendo, em 1923, os poderes de percorrer as fazendas da região, para celebrar, confessar e angariar donativos, conseguir novos associados, apenas comunicando os párocos da localidade.<sup>267</sup> Para a Igreja de Roma, era importante tirar das mãos das zeladoras (es) o controle da associação para que este ficasse exclusivamente nas mãos dos padres e do bispo. O bispo de Ribeirão Preto cumpria as determinações recomendadas por Roma e pediu aos padres Beneditinos Olivetanos ajuda para disciplinar os abusos que ocorriam.

<sup>263</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Correspondência a d. Duarte Leopoldo e Silva. 8/7/1909. **ACMSP**, São Paulo. (Pasta Ribeirão Preto).

<sup>264</sup> Cf: **ASgV-NAB**. Fasc. 116, n. 125.

<sup>265</sup> GONÇALVES, D. Alberto Jose. Sobre a Associação de Santo Antonio. 26/8/1918. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto**. 1918-1923. Ribeirão Preto: Typ. Livro Verde, 1924, p.11-12

<sup>266</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Sobre a Associação de Santo Antonio. 2/7/1920. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto**. 1918-1923, p. 35.

<sup>267</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Sobre a Associação de Santo Antonio. 30/4/1923. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto**. 1918-1923. Ribeirão Preto; Typ. Livro Verde, 1924, p. 63.

## 2.4 Visita ad limina

Como forma de obediência à Santa Sé, em abril de 1914, d. Alberto partiu para Roma, para fazer sua primeira visita *Ad Limina*, acompanhado do arcebispo de São Paulo, d. Duarte, e do bispo eleito de Florianópolis.<sup>268</sup> Enviou uma carta de despedida ao povo de sua diocese em 4 de abril de 1914. Em seu lugar, assumiram a diocese monsenhor Joaquim Antonio de Siqueira, padre Euclides Gomes Carneiro e padre Luis Góez de Conrado. Na carta em que se despediu da comunidade, o bispo anunciou que: “Vou ver em Roma a Mãe e Mestra de todas as Igrejas, sempre firme e inabalável, resistindo a todos os assaltos das potestades infernaes, columna e firmamento da verdade, sede indefectível, onde o erro jamais teve assento.”<sup>269</sup>

A visita *Ad Limina*, considerada de suma importância dentro da política vaticana, representava a possibilidade de estar com a suprema autoridade da Igreja, o papa, como realizar uma peregrinação ao centro da vitalidade do culto católico, ou seja, o Vaticano. A visita *Ad Limina* deveria ser realizada pelos bispos a cada cinco anos.

A viagem de d. Alberto, em 1914, era a primeira vez que o bispo saía do Brasil. O núncio apostólico, d. José Aversa, escreveu para a Secretaria de Estado do Vaticano<sup>270</sup>, apresentando d. Alberto e elogiando seu trabalho na tentativa de melhorar a vida dos imigrantes italianos que chegavam às fazendas de café e eram maltratados por seus patrões. Esse voto de louvor do núncio era importante para d. Alberto, pois, no Vaticano, chegavam cartas com queixas a respeito da situação dos imigrantes italianos no Brasil, considerada calamitosa. Uma carta do núncio, referindo-se aos bons serviços do bispo, representava uma pérola no *curriculum* de d. Alberto.

A carta do núncio relata a construção do palácio episcopal, inaugurado em 1913, e a catedral quase finalizada. Os elogios continuaram alegando que o bispo estava prestando bons serviços à Igreja e que atuava nos bastidores da política. Para o núncio, uma das intervenções de d. Alberto, barrando a candidatura de um maçom, Rodolfo Miranda, ao governo de São Paulo, mostrava seu fiel serviço a causa da Igreja.

<sup>268</sup> Arcebispo Metropolitano. Jornal São Carlos, n. 200, 22 de abril de 1914.

D. Joaquim Domingues Oliveira, bispo de Florianópolis de 1914 a 1967. Desde 1927 a diocese de Florianópolis passou a Arquidiocese, sendo d. Joaquim o primeiro arcebispo.

<sup>269</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Carta de despedida. Ribeirão Preto, 4 de abril de 1914. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Typ. Guimarães, 1918, p. 147-148.

<sup>270</sup> AVERSA, D. G. Correspondência a Rafaelle Merry Du Val. 20/4/1914. **ASgV-NAB**. Fasc 733, n. 146.

D. Alberto levou também um relatório que foi apresentado ao papa e à Secretaria de Estado do Vaticano, com informações sobre a diocese após cinco anos de trabalho.<sup>271</sup> Descrevia o aumento do número de paróquias, de trinta e seis, no início de seu governo, a quarenta e duas, e que mais três paróquias estavam sendo preparadas. Outros temas abordados foram a construção do palácio episcopal e da catedral; sobre esta afirmou que a construção estava em estágio adiantado. Relatava sobre a organização do patrimônio da diocese, a vinda de religiosos para atender a instrução e a assistência aos enfermos e lamentava que o clero ainda era pouco numeroso, com 53 padres seculares e 10 seminaristas. Mostrava que, nesse intervalo de tempo, havia conseguido dar andamento em algumas obras. Nas palavras do núncio, o bispo de Ribeirão Preto havia feito muito, mas os dados apontavam para uma situação geral precária.

Quanto aos religiosos, o relatório apontou a presença de 6 sacerdotes Agostinianos e 2 irmãos; 3 Maristas; 2 sacerdotes dos Missionários de La Salette; 3 sacerdotes, missionários de São Carlos. As religiosas estavam representadas pelas Filhas de Maria Auxiliadora, com 4 damas e 28 irmãs; Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus, com 5 damas e 15 irmãs; Pia União Jesus Maria José, com 4 casas e 30 irmãs; Missionárias Franciscanas do Egito, com um colégio e 4 irmãs; Irmãs de São José, com um colégio e 13 religiosas. Os religiosos ajudavam e assumiam algumas paróquias, como os Agostinianos, mas o número de padres diocesanos e religiosos era pequeno para atender o crescimento da população, que estava na casa de 750 mil pessoas.

Não temos nenhuma indicação sobre a conversa, em audiência particular no dia 2 de junho, entre d. Alberto e o papa Pio X, que havia criado a diocese de Ribeirão Preto.

Depois de concretizada a parte oficial da visita, d. Alberto fez algumas peregrinações na Europa antes de retornar ao Brasil. O bispo, quando chegou à Europa, desembarcou em Portugal, de Lisboa, partiu para Paris e depois para Roma. Conheceu Florença, Veneza, Milão, Gênova, na Itália; Suíça, Alemanha, França e Bélgica. Na França, participou do Congresso Eucarístico em Lourdes, local em que permaneceu de 18 a 27 de julho de 1914. Retornou ao Brasil no mês de agosto, depois de quatro meses fora da diocese.

No que seria a segunda visita *Ad Limina* de 1920, d. Alberto enviou o relatório por meio de d. Francisco do Rego Maia, que fez a visita em nome do bispo em 28 de março de 1921. Na ocasião, d. Alberto, enfrentava problemas na diocese com um de seus padres e talvez por isso não tenha sido a Roma, enviando relatório por portador.

---

<sup>271</sup> Cf: ASgV-NAB. Fasc. 687.

Em 1925, d. Alberto fez sua segunda e última visita *Ad Limina*. Saiu de Ribeirão Preto, no dia 13 de abril de 1925, teve audiência com o papa no dia 18 de maio de 1925, retornando a Ribeirão Preto no dia 11 de agosto, conforme nota do *Diário*.<sup>272</sup> Da segunda viagem existem poucas referências, apenas alguns trajetos são conhecidos através de seu *Diário*. A segunda visita durou três meses.

Quanto aos relatórios das visitas seguintes, estes são desconhecidos, pois, nos arquivos do Vaticano, o limite de período da documentação aberta à pesquisa impediu uma consulta a outros anos. Em Ribeirão Preto, nada encontramos para o período pesquisado. Desconhecemos os motivos que d. Alberto teve para não realizar nenhuma outra visita *Ad Limina* a Roma. A documentação civil e eclesiástica consultada mantém um silêncio sobre o tema. De 1930 para 1940, as freqüentes queixas de abalo na saúde do bispo e o avanço da idade podem representar uma justificativa para a ausência nas outras visitas.

Apesar de sempre ter viajado muito entre Curitiba e o Rio de Janeiro, quando estava na política, mais tarde, entre Ribeirão Preto e as cidades da diocese ou para outras, como São Paulo e as estações de águas termais<sup>273</sup>, as duas viagens identificadas para o exterior foram as de visitas *Ad Limina*, de 1914 e 1925.

## 2.5 O culto e as associações leigas

Os bispos da Província Eclesiástica Meridional, reunidos em Aparecida, no estado de São Paulo, de 1º. a 7 de setembro de 1904, deixaram um documento, orientando os passos da Igreja, de conformidade com o Concílio Plenário Latino-Americano, que ocorreu em 1899. O documento orientou para o bom exercício de suas funções e sugeriu como proceder nas mais variadas situações cotidianas. Incentivou os bispos e padres a convidar os membros das associações, como as Conferências de São Vicente de Paulo, Apostolado da Oração, Senhoras da Caridade, para auxiliar em várias obras:

- 1º. O Catecismo dominical para meninos e meninas nas paróquias e nas fazendas ou sítios;
- 2º. promover os batizados dos adultos, deixados sem batismo por descuido de seus Paes;
- 3º. a preparação dos meninos para a 1ª Comunhão e Crisma;
- 4º. a legitimação das uniões civis e o casamento dos concubinários;

<sup>272</sup> GONÇALVES, A J. **Notas** de vários fatos de minha vida e das viagens que fiz dentro e fora da diocese (1908-1944). Manuscrito.

<sup>273</sup> D. Alberto visitou anualmente as estações termais de Sônia, em Valinhos, e a de Poços de Caldas.

5º. a obra das vocações eclesiais.<sup>274</sup>

As diretrizes citadas abordavam todos os aspectos da vida cotidiana, inserindo o fiel na Igreja por meio dos sacramentos e da doutrinação do catecismo. Era preciso arregimentar braços para a obra sacrossanta da realizar na terra o reinado de Cristo e para isso a fundação das associações dirigidas pelos padres representava um elo importante entre a hierarquia da Igreja e os fiéis.

Na primeira *Carta Pastoral* dirigida aos fiéis, d. Alberto sugeriu aos padres que fundassem em suas paróquias a Conferência de São Vicente, uma vez que, para o prelado, os vicentinos representavam um apoio imprescindível na evangelização e na ação social. Foi o início do incentivo, por parte de d. Alberto, para uma ação dos leigos nas atividades sociais e de evangelização.<sup>275</sup>

O programa proposto pelos bispos da Província, em 1904, envolvia os leigos na ajuda para bom o êxito das obras e administração dos sacramentos. Era o começo da tentativa, ainda tímida, de atribuir algumas tarefas para os leigos, que, excluídos de interpretar a Bíblia como os protestantes, vivendo no Brasil um catolicismo de fachada, ignorantes das coisas da Igreja, precisavam de uma melhor instrução para exercerem a tarefa de cooperadores dos padres num mundo em que a sociedade urbana e industrial se contrapunha às coisas de Deus. Os novos bispos da Província de São Paulo seguiram a cartilha, buscando atuar, seja diretamente ou nos bastidores, para implantar a ação romanizadora, contando com a ajuda dos leigos dirigidos pelos padres.

### 2.5.1 As festas sagradas

A criação da diocese e a chegada do bispo em Ribeirão Preto, em 1909, impulsionaram e movimentaram os fiéis nas cerimônias religiosas da região, aumentou o número de associações laicas e de confrades agremiados, o que resultou em uma participação mais intensa na vida religiosa, estendendo-se em alguns aspectos a uma ação social, ainda que caritativa.

Um dos problemas que a Igreja enfrentou foi o fato de que o povo praticava manifestações de religiosidade, mas a fé era pouco consistente, “[...] o povo ignorava os

<sup>274</sup> EPISCOPADO Brasileiro. *Pastoral Collectiva* dos Bispos da Província Ecclesiastica Meridional do Brasil. Rio de Janeiro, Leuzinger, 1904, p. 24.

<sup>275</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Carta Pastoral. In: *Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: Typ. Guimarães, 1918, p. 25-36.

ensinamentos da religião [...]”<sup>276</sup> Essa constatação, por parte das lideranças da Igreja, contribuiu para fazer pressão, o que, para uma parcela dos membros da hierarquia da Igreja, significava voltar os olhos para a vida pública.

A inserção do catolicismo entre as camadas populares era pouco consistente, pois era pequeno o conhecimento que os fiéis possuíam da fé que professavam. A Bíblia, livro sagrado para os católicos, pertencia ao universo do clero. Poucos fiéis adentravam no conhecimento profundo das verdades da fé. A situação foi lentamente mudando com a implantação da Ação Católica nos anos 1930, mas, mesmo assim, somente após o Concílio Vaticano II houve uma maior inserção dos leigos na Igreja.

A articulação pregada por padres, como Desidério Deschand, Leonel Franca, entre outros, anunciava como solução um maior engajamento da Igreja e dos leigos numa ampla participação na vida pública, inclusive política, ocupando espaços na sociedade para que cada vez mais os chamados inimigos da cristandade ficassem à margem deles. Mas essa articulação ainda não se fazia presente integralmente no seio da Igreja no início do século XX.

Por ocasião da instalação da diocese de Ribeirão Preto, um dos suportes com que os padres contavam eram as associações e as festas, que consistiam num pequeno retalho num tecido maior, usando as festas para catequese.

As celebrações festivas, realizadas ao longo do ano litúrgico, contribuíram para aumentar o prestígio da Igreja na sociedade local e serviram de forma de arregimentação e pregação da palavra de Deus. As festas principais, estavam centradas nas celebrações da Semana Santa e do santo padroeiro.

As cerimônias da Semana Santa contavam com inúmeros rituais, que preparavam a festa considerada pelos católicos a mais importante: a Páscoa. O início da quaresma era marcado pela quarta-feira de cinzas, iniciada com jejum. Os rituais da via-sacra eram celebrados todas as sextas-feiras, que também eram dias de jejum, lembrando aos fiéis o sofrimento do Cristo e incentivando a seguir seus passos. O ápice da quaresma se estendia do domingo de ramos até sábado de aleluia, com as procissões, vias-sacras e outros rituais próprios do período. Várias procissões eram celebradas nas paróquias, como a de ramos, do encontro, da via dolorosa; o sermão das sete palavras antes da procissão do Senhor morto e outras cerimônias de acordo com a presença do pároco ou não. As celebrações, feitas em latim, pouco exigiam dos fiéis, que assistiam passivos ao culto e ouviam os sermões, que representavam o ponto alto de uma celebração. Os programas das celebrações eram

---

<sup>276</sup> BRUNEAU, 1974, p. 74.

publicados nos jornais, convidando a população para as cerimônias. Os padres esmeravam-se no preparo, sabendo que um grande número de fiéis freqüentava os templos nessas datas para cumprir os mandamentos. De acordo com eles, eram obrigatórias para os fiéis, durante a quaresma, a confissão e a comunhão na Páscoa. A obrigação da comunhão pela Páscoa levava o fiel a se confessar. A insistência dos padres para com os fiéis na prática dos sacramentos era maior com aqueles que freqüentavam as associações laicas e que estavam mais próximos de um controle por parte do clero. A Semana Santa representou o ápice da participação dos fiéis nas cerimônias, seguida das festas do santo padroeiro.

Os santos, como intercessores, são valorizados por seus poderes mágicos, às vezes mais do que por sua moral.<sup>277</sup> As festas realizadas aos santos intercessores permitiam uma mobilização das comunidades nas matrizes e capelas para a parte sacra e a parte profana.

O santo padroeiro era celebrado com missa cantada, novena, terço, tríduo, sermão, para o qual convidavam padres oradores de outras paróquias. A festa era acompanhada de quermesse, leilões, entre outras atividades consideradas profanas mas necessárias para arrecadar fundos, que eram empregados nas construções e ou reformas das igrejas.

Em 1910, na cidade de Ribeirão Preto, quase um ano depois da posse de d. Alberto, a festa de São Sebastião, o padroeiro da diocese, não contou com a presença do bispo, uma vez que ele estava em Curitiba<sup>278</sup>, mas a ausência, de acordo com os jornais da época, não afetou o brilhantismo da festa.

O culto a São Sebastião era bastante difundido na região, e as paróquias que pertenciam à diocese celebravam a devoção com festas.<sup>279</sup>

Apesar do intenso processo de urbanização, as festas sacras constituíam um acontecimento esperado pelas gentes que habitavam a cidade de Ribeirão Preto, que afluíam das cidades e vilas vizinhas, bem como da zona rural, habitada por boa parte da população.

As encíclicas papais incentivavam o culto à Virgem, ao Sagrado Coração e a Cristo Rei, recomendando a prática dos exercícios espirituais como um auxílio para a salvação eterna.<sup>280</sup>

<sup>277</sup> FRANCO JUNIOR, H. A **Eva Barbada**. Ensaio de Mitologia Medieval. São Paulo: Edusp, 1996.

<sup>278</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. **Notas** de vários fatos da minha vida e das viagens que fiz dentro e fora da diocese (1908-1944). (Manuscrito)

<sup>279</sup> FREITAS, N. M. B. de. A devoção a São Sebastião em Ribeirão Preto. In: SAMPAIO, J. H. (Org.). **Saúde, dinheiro e amor: estudo da vivência religiosa a partir dos seus sujeitos**. Piracicaba: UNIMEP/CEHILA, 2004, p. 165-171.

<sup>280</sup> As Encíclicas “E supremi Apostolatus” ( Sobre a Restauração de tudo em Cristo) do Papa Pio X; “Mens Nostra” (Sobre os Exercícios Espirituais) , “Miserentissimus Redemptor” ( Sobre o Sagrado Coração de Jesus) e “Quas Primas” (Sobre Cristo Rei), do Papa Pio XI, são alguns dos documentos da Igreja que incentivavam a prática de exercícios espirituais.

A participação dos membros das associações nas festividades programadas pela Igreja envolvia a relação do fiel com o santo padroeiro, com a Virgem Maria e com o criador. Os pedidos estavam inseridos numa concepção que envolvia a trilogia: saúde, dinheiro e amor.<sup>281</sup> As práticas de religiosidade, revelavam que o povo acreditava na mágica vinda da parte do sagrado que amenizava as agruras da vida e enchia de esperança os corações ao participarem de eventos que envolviam as emoções no seu aspecto lúdico. São Sebastião, um santo do período colonial, um santo ligado às forças da agricultura, começava a perder espaço para outros cultos mais próximos da identidade urbana, como Imaculado Coração de Maria, Sagrado Coração de Jesus, introduzidos na liturgia pela Igreja romanizada.

A Igreja, por sua vez, aproveitava essas ocasiões festivas para mostrar sua força e arregimentar um número maior de fiéis, começando com as crianças e chegando até os mais velhos, que, agremiados nas associações leigas, recebiam orientação dos sacerdotes e eram controlados pelo binômio: confissão/comunhão, que funcionava como palavras mágicas para esse tipo de controle e chegava mais facilmente por meio das mulheres nas questões familiares e morais.

A importância das festas pode ser atestada quando o lançamento de uma pedra fundamental para a construção de uma capela se transformava num motivo de grandes comemorações, como ocorreu com a capela<sup>282</sup> de Nossa Senhora da Consolação, da Arquiconfraria de Nossa Senhora da Consolação, localizada na igreja de São José, em Ribeirão Preto, pertencente aos padres Agostinianos Recoletos. O culto, sob a invocação da Virgem da Consolação<sup>283</sup>, padroeira da ordem dos Agostinianos Recoletos, foi introduzido na região de Ribeirão Preto pelos padres dessa ordem, revelando parte da espiritualidade dos frades, pois, até por volta de 1870, o Brasil, possuía apenas três paróquias<sup>284</sup> com essa invocação. Uma grande festa foi organizada para a construção da capela de Nossa Senhora, da Consolação, em maio de 1916, que contou com a presença do bispo d. Alberto, das autoridades religiosas e civis, da elite local e dos membros do Colégio Santa Úrsula,

---

<sup>281</sup> SALINAS, Maximiliano. Salud, Dinero y Amor: Una inspiración festiva y popular para la historiografía Del cuerpo. In: SAMPIO, Jorge H. **Saúde, Dinheiro e Amor**: estudo da vivência religiosa a partir dos seus sujeitos. Piracicaba: CEHILA/UNIMEP, 2004.

<sup>282</sup> LIVRO de Obras Notáveis da Residência de Ribeirão Preto dos padres Agostinianos, 21/2/1912. **Arquivo da Paróquia São José**. Ribeirão Preto-SP.

<sup>283</sup> LIVRO de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio. n. 2, p. 138-139. **ACDFr-SP**, Franca-SP. Traz o relato da correspondência entre o bispo e o vigário sobre a irmandade de Nossa Senhora da Consolação.

<sup>284</sup> BEOZZO, J. O & MARQUES, L. C. L. Oragos de Paróquias, na primeira evangelização do Brasil. In: SAMPAIO, J. H. **Saúde, dinheiro, amor**: estudo da vivência religiosa a partir de seus sujeitos. Piracicaba: Unimep/Cehila, 2004, p. 120.

Apostolado da Oração, Rosário Perpétuo, Filhas de Maria, Corte de São José, entre outras escolas e associações leigas.

A presença dos membros das associações nas procissões e festividades permitia que estes se destacassem diante do restante da população, que não fazia parte das agremiações. O uso da vestimenta, dos símbolos, como fitas e medalhas, bem como o local ocupado nas procissões e nos templos, junto aos estandartes de cada associação e muitas vezes carregando o andor do santo padroeiro, fazia a diferença.

O programa festivo da Arquiconfraria de Nossa Senhora da Consolação era similar a outras festividades, mas a presença de d. Alberto abrilhantou a festa e ele aproveitou para discursar. Homem público, político nato, carregava em seu *curriculum* o dom da oratória, que sempre rendeu elogios por onde discursou.

Em todas as festas religiosas, os sermões e discursos do clero davam ênfase ao projeto da Igreja de transformar a sociedade em um lugar onde Cristo reinasse. O que chamou a atenção especial para esta cerimônia foi que, no final da celebração, o padre Agostinho, representando os Agostinianos Recoletos, ordem proprietária da capela de São José, nos deu uma pista de que as relações entre o poder religioso e o civil não eram inamistosas e que a separação entre o Estado e Igreja estava mais no papel do que nas ações cotidianas; o citado padre encerrou a cerimônia de lançamento da pedra fundamental dando vivas ao Brasil católico, ao presidente da República, ao bispo d. Alberto, à religião católica e à cidade de Ribeirão Preto. Os séculos de ligação do Estado com a Igreja, por meio do *Padroado Régio*, não foram esquecidos tão facilmente pela população, que, muitas vezes alheia à posição mais intransigente em relação à Igreja dos republicanos que advogavam a separação total do Estado com a Igreja, não se sentia constrangida em participar de uma cerimônia festiva em que o padre louvava a pátria e a Igreja ao mesmo tempo.

Em outra ocasião, em agosto de 1932, ao relatar a cerimônia de bênção e entrega das fitas às primeiras aspirantes da associação Filhas de Maria, na matriz de Nossa Senhora da Piedade, na cidade de Altinópolis, o padre José Murillo registrou no Tombo: “[...] A cerimônia foi comovente a Igreja estava ricamente enfeitada e cheia de fiéis desejosos de contemplar o espetáculo até então novo na matriz [...]”<sup>285</sup> Os padres, reconheciam que as cerimônias consistiam um verdadeiro espetáculo, uma festa conduzida pela hierarquia da Igreja, que demonstrava sua força e poder nessas ocasiões. É importante lembrar que, em 1932, eram dias difíceis na região por causa da Revolução paulista, e uma festividade

---

<sup>285</sup> LIVRO de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, n. 2, **Arquivo da paróquia de Nossa Senhora da Piedade – Altinópolis-SP.**

revestida dos elementos sacros servia para amenizar as agruras dos tempos em que o estado de São Paulo estava envolvido na luta constitucionalista.

As ocasiões citadas representam uma amostra do que ocorria nas cidades pertencentes ao bispado, igual a outras dioceses do Brasil, em que as festividades significavam um momento propício para o clero seguir o que era determinado pela hierarquia da Igreja na orientação dos fiéis católicos.

Alguns meses do ano possuíam celebrações específicas com grandes festas e rituais. No mês de março, a festa de São José; de maio, Nossa Senhora; junho era dedicado ao Sagrado Coração de Jesus; em outubro, o Rosário; em novembro, as almas do Purgatório, e em dezembro, a festa da Imaculada Conceição. De maneira geral, todas as paróquias da diocese realizavam, em maior ou menor escala, essas festas específicas. Durante as festas, as pregações, ao lado dos inúmeros rituais, contribuía para enquadrar os fiéis na manutenção do culto divino. Apesar dos esforços de muitos padres, o povo seguia à margem de uma evangelização mais profunda.

Na década de 1930, a pedido de d. Alberto, a cúria diocesana iniciou um levantamento da situação das capelas na diocese, com o intuito de identificar e regularizar o patrimônio e dirigir as festas. Cada paróquia enviou um relatório para a cúria, discriminando as capelas que existiam e a situação delas.

Muitas capelas funcionavam em terreno doado para a Igreja, enquanto outras, em terreno particular. Identificou-se que havia capelas com a escritura pública irregular, outras sem escritura. Para a Igreja o problema estava com aquelas que funcionavam em terreno particular fora de seu controle.

Numa das capelas, localizada na cidade de Jardinópolis, num terreno pertencente a d. Pequena do Nascimento, era realizada uma das maiores festas da diocese: a festa do Senhor Bom Jesus da Lapa.

A festa do Bom Jesus, de devoção popular, criou durante o governo de d. Alberto, uma polêmica que foi parar no fórum. O culto ao Bom Jesus da Lapa, introduzido por uma devota num terreno particular, abriu um precedente importante que obrigou o bispo a tentar interditar a festa, sem, contudo, chegar ao bom êxito. Uma festa popular concorrida, que mobilizava milhares de pessoas, obviamente gerava lucros que não chegavam aos cofres da Igreja.

Nos primeiros tempos da festa, os padres da cidade de Jardinópolis, local em que esta se realizava, eram convidados para celebrar, mas depois foram impedidos e lançaram, a pedido do bispo, um interdito sobre ela.

Essa festa ficou temporariamente proibida para os fiéis católicos da diocese. Encontramos notícias a respeito dela na seção policial dos jornais da época. Tumultos, brigas e outras arruaças, eram considerados comuns naquela que foi a festa mais combatida durante alguns anos pela Igreja. A capela e a festa foram idealizadas a partir de uma promessa feita por uma senhora e, como eram de propriedade particular, estavam à revelia da autoridade eclesiástica.

Inicialmente, monsenhor Lauriano, pároco da paróquia de Nossa Senhora Aparecida, de Jardinópolis, era convidado e realizava a parte religiosa da festa, e eram requeridas as devidas licenças na cúria diocesana.<sup>286</sup> Como a “dona” da festa não quis se submeter à autoridade eclesiástica, a Igreja passou a conclamar os fiéis a não comparecerem à festa.

Durante o período em que a Igreja viveu o regime do padroado régio, na colônia e no Império, os festeiros possuíam autonomia, e os padres eram contratados para a parte religiosa das festas dos santos padroeiros e das irmandades. Esse costume permaneceu durante os primeiros anos da República.

Regulamentando esse costume, d. Alberto lançou, em 1918, um “Regulamento para as Festas”, seguindo as regras estipuladas na *Pastoral Coletiva dos Bispos*. Essa *Pastoral* coibia as ações particulares de festeiros que não se submetessem às diretrizes da Igreja sobre os procedimentos referentes às festividades religiosas. O “Regulamento para as festas” tentava disciplinar, por meio da autoridade dos padres, as festas. Para a Igreja, ao evitar os abusos, as bebedeiras, jogatinas e imoralidades que vinham acompanhadas de crimes hediondos, ela restaurava o sentido sacro das festas, de interiorização, conversão e piedade filial ao santo devoto ou à Virgem. As esmolas arrecadadas, outro ponto a ser destacado no “Mandamento”, deviam ser impedidas de ficar em mãos alheias, e o balancete da festa deveria ser lido nas missas e publicado na imprensa local, discriminando a receita e a despesa, e os documentos comprobatórios ficariam na sacristia à disposição de quem quisesse verificar as contas.

Em Jardinópolis, os responsáveis pela festa do Bom Jesus da Lapa não quiseram passar a escritura pública de doação do terreno da capela para a paróquia e também não prestavam contas da festa, uma das exigências feitas pelo vigário e confirmada pelo bispo.<sup>287</sup> Esses episódios fizeram com que a festa ficasse à revelia da autoridade eclesiástica e

---

<sup>286</sup> LIVRO de Registros, n. 1, 1909-1921, p. 157. **ACMRP-SP**, Ribeirão Preto-SP. (Despacho para procissão em louvor do Senhor Bom Jesus da Lapa, Jardinópolis com data de 2 de agosto de 1917).

<sup>287</sup> CORREIA, F. de Assis. **A pequena do Nascimento e o Bom Jesus da Lapa de Jardinópolis**. (1913-1950). Brodowski-SP, 2005, p. 70 et seq.

constituíram pontos de discórdia, levando o vigário a protestar e tentar impedir a sua realização. O litígio continuou com o novo vigário, padre Jayme Noguera, que acabou criando uma nova festa na matriz, freqüentada pela elite local, enquanto a festa da Lapa constituía o lugar dos pobres, esquecidos, negros, mestiços e mulatos, enfim, a população marginalizada da sociedade.

Em diferentes ocasiões, monsenhor Lauriano exortou os fiéis devotos da cidade de Jardinópolis e região para não freqüentar, classificando a festa “[...] como uma afronta ostensiva à Auctoridade Ecclesiástica [...]”<sup>288</sup>

A questão envolvendo as autoridades eclesiásticas e os organizadores da festa durou alguns anos. Em 26 de julho de 1934, poucos dias antes da data prevista para a realização da festa, d. Alberto lançou um novo apelo a respeito da presença dos católicos:

[...] declaramos incursas em gravissimas penas as pessoas que tomarem parte em taes actos, ou aos mesmos prestarem quaisquer auxilio directo ou indirecto, devendo ser consideradas excluídas da comunhão cathólica, perdendo, em consequência, o direito as graças espirituaes, e ficando privadas dos suffragios da igreja, depois da sua morte.<sup>289</sup>

A autoridade eclesiástica tomou medidas drásticas para coibir a participação dos fiéis na festa e chegou ao extremo de expulsar 49 congregados marianos, dos 85 que compunham a Congregação na cidade de Jardinópolis.<sup>290</sup> Uma irmã do Apostolado da Oração pediu ajuda a monsenhor Lauriano, justificando a situação e a promessa que havia feito ao Senhor Bom Jesus. A resposta do monsenhor foi que ela estava errada, pois os católicos sabiam da proibição, explicou que a festa estava proibida por não ser oficializada pela autoridade eclesiástica e que o bispo não queria proibir o culto, mas, sim, regularizar.

D. Alberto almejava que a capela e o culto, que funcionavam alheios à autoridade do clero, passassem a ser controlados pela Igreja. A ausência do controle da Igreja sobre o patrimônio e a festa incomodava o bispo e o clero, isso requeria cuidados e medidas que o bispo tomou, como proibindo o culto e a freqüência dos fiéis católicos devotos do Senhor Bom Jesus; quem incorria no erro era punido com expulsão de associações leigas, impedido

<sup>288</sup> LAURIANO, Monsenhor. Appello aos Catholicos de Jardinópolis. 20/06/1931 **Boletim Diocesano**. Ribeirão Preto-SP, n. 54, p.1-2, jun. 1934.

<sup>289</sup> GONÇALVES, D. Alberto. Capella do Senhor Bom Jesus da Lapa de Jardinópolis. 26/07/1934. **Boletim Diocesano**. Ribeirão Preto-SP, n. 55, p. 1-2, jun. 1934.

<sup>290</sup> CORREIA, F. de A **A Pequena do Nascimento e o Bom Jesus da Lapa de Jardinópolis**. (1913-1950). Brdowski, 2005, p. 76

de ser padrinho de batismo ou ainda marginalizado. As autoridades eclesiásticas deixaram claro que aqueles que a freqüentavam estavam desprezando as determinações emanadas da autoridade religiosa. A Igreja acusava a festa de ser lugar seguro para “[...] alcovitar ladrões, batedores de carteira dos pobres romeiros, é um verdadeiro descalabro e escândalo pois não tem nenhum fim religioso.”<sup>291</sup>

Os tempos em que os fiéis dirigiam as festas dos santos ficaram para trás. O novo modelo de Igreja exigia que somente os padres poderiam dirigir as festas e as associações. Medidas repressivas foram tomadas por ela em toda parte para coibir os abusos dos fiéis que insistiam na desobediência às regras.

A festa da Lapa confirmava que a Igreja não estava preparada para lidar com as situações que envolviam o povo, com as grandes manifestações populares de fé, a posse de patrimônio e relação com as autoridades eclesiásticas. A atitude do bispo e seus representantes revela o caráter autoritário dos representantes da Igreja. O objetivo era ter o controle sobre a festa, colocar em prática as diretrizes emanadas pela hierarquia, seguindo as *Cartas Pastorais*, em que a direção do culto deveria estar nas mãos dos padres. Na Igreja romanizada não havia espaço para as antigas práticas devocionais e populares que estavam nas mãos dos leigos; estes eram apenas colaboradores da hierarquia. O bispo chegou a procurar o poder civil, tentando interditar a festa, mas em tempos de República, com a liberdade de culto, nada conseguiu, uma vez que a festa era realizada em uma propriedade particular.

A insubordinação dos fiéis às regras estabelecidas pela Igreja revelou que a chegada do bispo e a implantação do bispado em 1909 nem sempre foram o motivo suficiente para resolver as questões dos fiéis e estes não acatavam as ordens emanadas da autoridade eclesiástica, mantendo seus cultos originais, independentes da presença do clero.

Depois de muita pressão, em 1935, a Igreja recebeu, da Sra. Pequena do Nascimento, o terreno e a capela, com doação passada com escritura pública, regularizando a situação da festa e ordenando o culto nos moldes eclesiásticos. Era uma pequena vitória da Igreja romanizada que centralizava na hierarquia e no clero todas as atividades religiosas e devocionais. No entanto, a festa do Senhor Bom Jesus continua a ser uma das mais populares na diocese de Ribeirão Preto, reunindo todos os anos multidões, que continuam a celebrar nos moldes tradicionais suas devoções, independentemente de a festa ser dirigida pelos padres.

---

<sup>291</sup> Com vistas do sr. Dr. Delegado Regional de polícia os jogos de azar estão sendo obancados francamente em Jardinópolis na Festa da Lapa, **Diário de Notícias**. Ribeirão Preto-SP, 3/ago/1933 .p. 2

### 2.5.2 *A catequese*

A primeira comunhão foi outra celebração que passou a se revestir de importância desde que fora instituída para crianças por Pio X. Era uma comemoração capaz de reunir pais e crianças e inserir os(as) meninos(as) no seio mais íntimo da relação com Deus ao receberem o Cristo sacramentado sob a forma simbólica de pão e vinho. Os agentes eclesiais, no afã da regeneração do catolicismo, incentivavam a primeira comunhão, preparando as crianças com a catequese. O catecismo era o ensino da religião cristã, em que as crianças e adultos eram instruídos e educados metodicamente nas verdades da fé para a vida cristã.

A catequese, antes ministrada somente pelos padres, passou a contar com a ajuda de leigos, e Semanas de Catequese foram introduzidas tentando melhorar a qualidade e o aprofundamento de temas ligados aos problemas enfrentados com a evangelização.

Os temas discutidos nas Semanas de Catequese eram variados. Tomando por base a Semana realizada na paróquia de São João da Boa Vista<sup>292</sup>, identificamos alguns temas como: papel da catequista; por que as crianças em idade escolar não frequentam o catecismo; emprego de material didático; como dar o catecismo; será suficiente o ensino do catecismo nas escolas públicas para a formação da mocidade?; a professora católica, entre outros. Uma reflexão sobre os temas discutidos mostra uma preocupação em como abordar as crianças de forma a conseguir a adesão à catequese. Outro aspecto era a formação dos catequistas.

As semanas catequéticas, ao instruírem as catequistas, passaram a constituir um dos elementos que integravam o projeto de consolidação da ação da Igreja sobre a sociedade. O incentivo do bispo era de que todas as paróquias realizassem semanas catequéticas, no entanto, a documentação consultada permite dizer que elas foram realizadas em apenas algumas paróquias da diocese.<sup>293</sup>

O funcionamento das festas e outras atividades paroquiais contaram com a ajuda dos membros das associações religiosas leigas, sob a direção dos padres. O papel exercido por essas associações contribuiu para o processo de evangelização das comunidades, pois, por meio delas, os padres exerceram um domínio e encetaram um controle sobre as famílias. O papel de dirigente espiritual dos padres permite dizer que as mulheres acolhiam a sua fala como uma ordem a ser cumprida. Os livros de atas das diferentes associações, na primeira

---

<sup>292</sup> LIVRO de Tombo da matriz São João. n. 1, p. 97 São João da Boa Vista. **Arquivo do Museu de Arte Sacra**. Os temas identificados constaram da Semana catequética da paróquia de São João, realizada entre os dias 22 a 29 de outubro de 1939, na sede da Congregação Mariana. Museu de Arte Sacra de São João da Boa Vista-SP.

<sup>293</sup> LIVRO de Tombo n. 4 matriz de Nossa Sra da Conceição, Franca, p. 88. Em Franca o pároco José de Ganhi instituiu a “Congregação do catecismo” que teve por padroeiro especial São José. **ACDFr-SP**, Franca-SP.

metade do século XX, trazem a fala dos dirigentes espirituais, deixando de lado as premissas das mulheres.<sup>294</sup> As preces e demais ações empreendidas pelos membros das associações não refletem suas necessidades particulares como grupos, mas a ação empreendedora ditada pela hierarquia da Igreja.

A fundação e a instalação de associações leigas, dirigidas pelos padres, para moças, senhoras, homens, crianças, consistiam num dos meios pelos quais a Igreja buscava direcionar seus fiéis para seu seio, controlando a vida cotidiana e principalmente a moral das pessoas. Em substituição ao modelo de catolicismo da cristandade colonial, a romanização entrava lentamente no Brasil a partir de fins do século XIX. A criação da Província Eclesiástica de São Paulo, em 1908, contribuiu para que o modelo de cristandade romanizada chegasse ao interior do estado de São Paulo com a presença dos bispos da Província Eclesiástica.

### *2.5.3 Associações leigas*

Ao longo do período colonial e imperial, as irmandades leigas exerceram o papel principal junto às praticas religiosas no país. Irmandades, como do Santíssimo Sacramento, presentes nas matrizes; ordens terceiras, como a ordem terceira do Carmo ou de São Francisco; irmandades específicas que acolhiam negros, mulatos, pardos, tais como Rosário, São Benedito, Santa Efigênia, Cordão Seráfico de São Francisco, entre outras, comandavam a vida dos fiéis e eram pelos leigos dirigidas, sendo o padre um capelão contratado para atender as necessidades de cada uma delas.<sup>295</sup>

Na segunda metade do século XIX, novas associações leigas chegaram, com outras invocações. Algumas delas eram oriundas da Europa, cujos padres seculares ou missionários traziam o culto para o Brasil e, ao lado de milhares de imigrantes católicos, contribuíram para implantar o projeto de romanização e moralização do catolicismo brasileiro.<sup>296</sup> Diferentemente das associações religiosas leigas do período colonial, que

<sup>294</sup> ARAUJO, C. R. Práticas religiosas de mulheres na Igreja católica das décadas de 20 a 60: a experiência religiosa feminina e a devoção Mariana. In: HAMILTON, J. **Saúde, dinheiro e amor**. Op. Cit, p. 251 et seq.

<sup>295</sup> A respeito das irmandades no período colonial e imperial uma vasta produção historiográfica foi publicada. No entanto, a consulta à obra de Boschi permite identificar uma vasta bibliografia sobre o tema. BOSCHI, C.C. **Os leigos e o poder**. Irmandades leigas e Política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

<sup>296</sup> SOUZA, W. D. de. **Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante. Das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem**: o caso Idalina. São Paulo: Edunesp, 2000, p. 14-15.

possuíam vínculos tênues com os sacerdotes<sup>297</sup>, as novas tinham nos padres seus mentores e dirigentes espirituais.

Corte de São José, Pia União do Rosário Perpétuo, Pia União das Filhas de Maria, Apostolado da Oração, Cruzada Eucarística, Liga Católica Jesus, Maria e José, Liga do Menino Jesus, Conferência de São Vicente de Paula, Congregados Marianos, Damas da Caridade, Damas Cristãs, Congregação da Doutrina Cristã, Confraria do Coração de Maria, Irmandade do Santíssimo Sacramento, Irmandade do Rosário, Irmandade de Nossa Senhora da Consolação, Irmandade de Santo Antônio, Irmandade de São Benedito, Terceiras Franciscanas, Infantes do Coração de Maria, Santa Therezinha, São Geraldo, Nossa Senhora do Desterro, Liga de São Luiz, Santos Anjos, São José, Nossa Senhora Aparecida, Santa Rita, Propagação da Fé, são as associações identificadas que já funcionavam ou foram fundadas nas matrizes e capelas, durante os 36 anos do governo de d. Alberto na diocese de Ribeirão Preto.

Como as associações funcionavam nas matrizes e capelas que pertenciam à diocese, as informações sobre elas nem sempre são completas. É difícil apresentar uma tabela ou gráficos confiáveis sobre o número de fiéis ligados a essas diversas associações, porque os vigários não se preocupavam muito em manter registros sobre elas e, posteriormente, nem sempre as paróquias fizeram a guarda desses registros.

Por volta de 1930, monsenhor Lauriano, a pedido de d. Alberto, pediu aos padres que enviassem relatórios identificando quantos associados pertenciam a cada irmandade presente na paróquia. O cômputo do número de pessoas agremiadas foi realizado com base nos poucos dados disponíveis nos relatórios anuais do Boletim Diocesano. A partir do Boletim, elaboramos os gráficos, que, embora limitados a um período muito curto de nove anos, podem dar uma idéia do número de associados e suas oscilações.

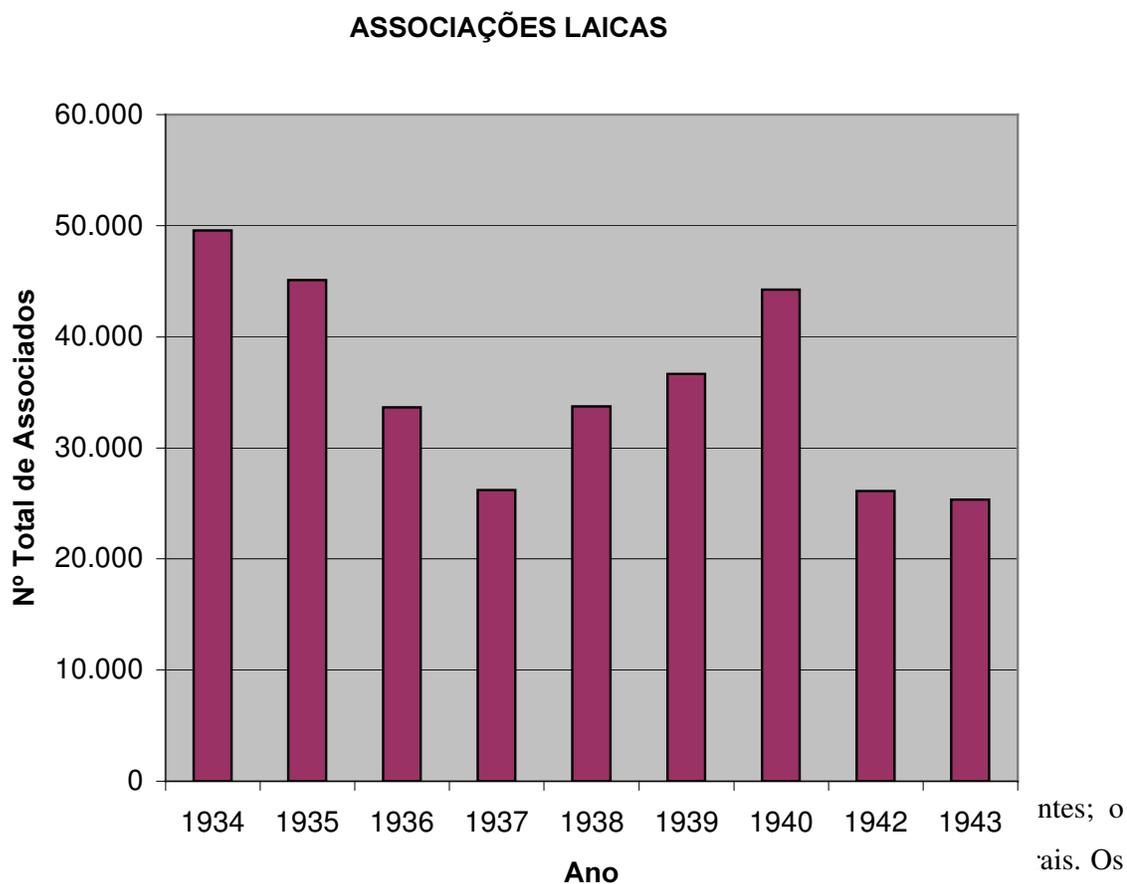
Com base nas pesquisas, podemos afirmar que a oscilação ocorreu, em parte, pela ausência dos dados enviados pelos padres das paróquias. Tudo indica que os números podem ser maiores, em alguns momentos identificados pelos gráficos e quadros. Na década de 1940 caiu o número de associados. Os motivos que encontramos como resposta para essa baixa sugerem que muitos padres continuaram sem enviar os relatórios, ou enviavam-nos incompletos, e surgiram outros movimentos, as pessoas deixaram de frequentar as associações, com as transformações na sociedade decorrentes da guerra e das mudanças na Igreja. A pesquisa aponta para um problema que requer um estudo aprofundado, buscando uma maior abrangência de tempo para explicar os números levantados. No entanto, podemos

---

<sup>297</sup> FREITAS, N.M. B. de. **O Rosário de Mariana e suas irmandades** (segunda metade do século XVIII). 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca-SP, 1991.

afirmar que a Igreja mantinha em seus quadros fiéis que, como agremiados, tentavam seguir as regras. Alguns episódios, como aquele em que os agremiados foram expulsos da Congregação Mariana por terem freqüentado a interdita festa da Lapa, na cidade de Jardinópolis, revelam que nem sempre os membros das associações seguiam estritamente as diretrizes e normas emanadas da Igreja.

O gráfico a seguir mostra o número de fiéis agremiados nas diferentes associações que identificamos na diocese de Ribeirão Preto.



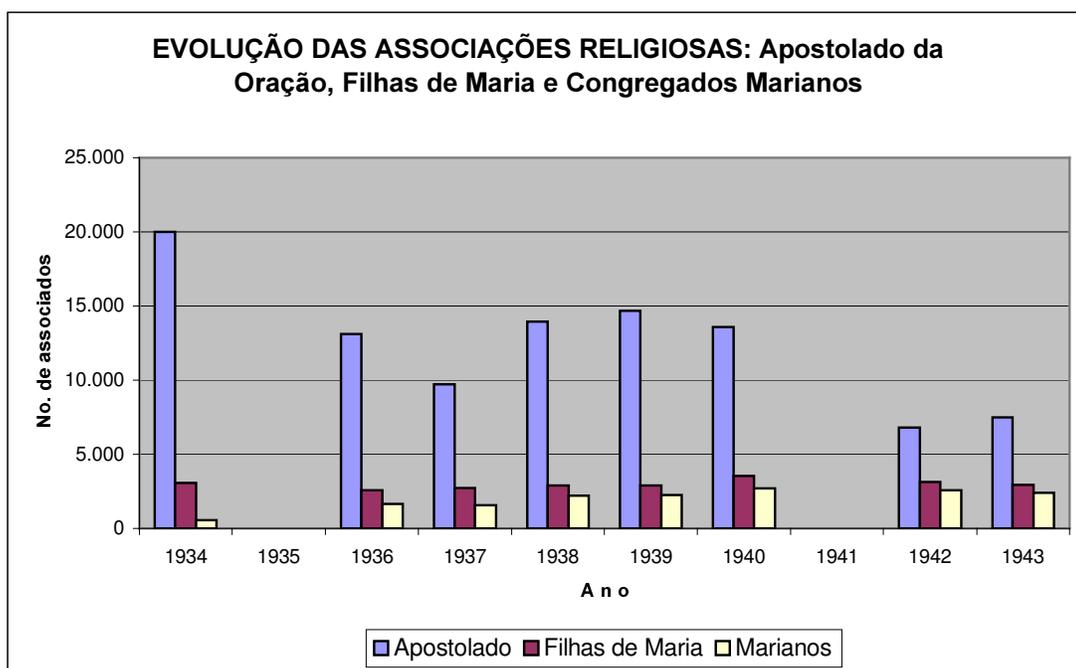
ntes; o  
ais. Os  
... que prepararam o Congresso Eucarístico Diocesano, realizado em setembro de 1940. Certamente esses acontecimentos trouxeram um fervor para os padres e fiéis da diocese.

A fundação das diferentes associações estava ligada à devoção e ao conhecimento e direção dos padres. Alguns padres, ao notarem que as associações poderiam renovar o espírito religioso e dar um impulso às atividades da Igreja, buscavam arregimentar as pessoas para aderir aos projetos das associações. Dentro delas, os padres dirigiam suas práticas aos fiéis, orientados por manuais específicos das associações ou por outras obras que eram

publicadas com o “Nihil Obstat”, ou seja, aprovados pela hierarquia da igreja sem nenhum obstáculo.

Para ilustrar a importância das associações e o número de agremiados, vamos nos valer de dados estatísticos dos relatórios do Boletim Diocesano. Escolhemos o Apostolado da Oração, a Pia União das Filhas de Maria e os Congregados Marianos, para mostrar a expansão das associações dirigidas pelos padres. As antigas associações, como a Irmandade do Santíssimo Sacramento ou do Rosário, ainda funcionavam em algumas paróquias da diocese. A escolha das três (Apostolado, Filhas de Maria e Marianos) teve por critérios principais os números mais altos de participantes dentre as associações da diocese no período estudado e a presença delas em quase todas as paróquias da diocese.

Gráfico das associações Apostolado da Oração, Filhas de Maria e Congregados Marianos.



Fonte: Boletim Diocesano de 1934 a 1943.

Outras associações desempenharam papel de relevância em algumas paróquias. A fundação da Liga Católica Jesus Maria e José, em 1934, fundada pelo pároco da igreja de Nossa Senhora do Rosário, da Vila Tibério, em Ribeirão Preto, corresponde ao anseio que muitos vigários possuíam de renovar o fervor e as devoções entre os fiéis de suas paróquias. O secretário da Liga registrou em ata os motivos para a fundação da associação: “Logo que o vigário padre Victor tomou posse desta paróquia notou uma grande indiferença religiosa da maior parte dos homens desta Villa e desejando ardentemente reavivar o fervor e o espírito religioso, notou que um dos meios mais poderosos e eficazes da renovação espiritual seria fundar a Liga Cathólica Jesus Maria e José [...]”<sup>298</sup> O exemplo desta associação pode ser usado para as demais, uma vez que a sua finalidade principal era arregimentar os fiéis para a causa da Igreja. A ata afirma que depois de distribuir mais de oitocentos folhetos para divulgar a obra, no dia previsto, em torno de duzentos homens compareceram ao templo e juraram, ao receber as insígnias da associação, defender a causa da Igreja e praticar o catolicismo.

Em qualquer das associações religiosas laicas, o objetivo estava centrado em fazer valer a disciplina e uma ampla participação dos leigos sob a égide dos padres. Ao se filiarem a uma das associações, os confrades seguiam regras de conduta, estabelecidas nos manuais.

Para os Congregados Marianos, agremiação presente em quase todas as cidades da diocese, a orientação do manual direcionava as ações cotidianas, do levantar ao deitar-se, com exercícios e orações, recomendações de práticas diárias aconselhadas, tais como: ao se passar em frente a uma igreja, deveria ser feita uma saudação ao Santíssimo Sacramento e, se possível, uma pequena visita.<sup>299</sup> As reuniões semanais ou mensais representavam um momento em que, dirigidos pelo líder espiritual, os fiéis (homens, mulheres e crianças) recebiam a doutrina e eram instruídos sobre os documentos da Igreja.

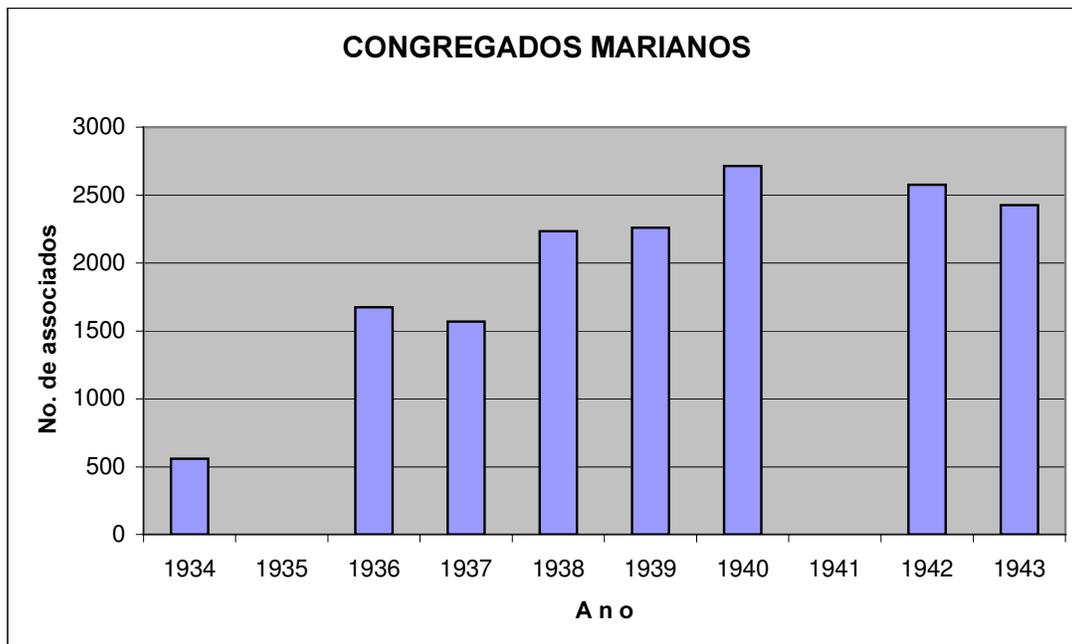
Como exemplo, o capítulo da “*Pastoral Coletiva dos Bispos*”, a respeito da santificação dos domingos e dias festivos, foi lido pelo diretor espiritual do Apostolado na tentativa de melhor instruir os agremiados.<sup>300</sup> Essa prática era comum entre os diretores espirituais das associações.

---

<sup>298</sup> 1º. Livro de Atas da Liga Catholica Jesus Maria e José. 1934, p. 1. **Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário**. Ribeirão Preto-SP.

<sup>299</sup> **Manual** dos Congregados de Nossa Senhora (Congregados Marianos). 6ª ed. São Paulo: Siqueira, 1944. As Congregações Marianas receberam as primeiras regras no século XVI. No Brasil, no século XX, atingiram seu apogeu na primeira metade, com a formação das Federações Marianas presentes em todo o país.

<sup>300</sup> 1º LIVRO de Atas do Apostolado da Oração, novembro de 1927, p. 27. **Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário**. Ribeirão Preto-SP



Fonte: Boletim Diocesano 1934 - 1943

Os Congregados Marianos, nos anos 1940, ganharam impulso com a chegada de d. Manuel e com a inauguração da Federação das Associações.<sup>301</sup>

Para os agremiados de qualquer associação, a Igreja fazia suas recomendações a respeito do cotidiano e de como os fiéis deveriam se portar. Havia um distanciamento entre os que estavam agremiados e os fiéis que não freqüentavam as associações. Estes últimos manifestavam a fé com um catolicismo de fachada, consistindo na prática de alguns sacramentos, como o batismo das crianças. Por esse motivo os padres consideravam de extrema importância conseguir o maior número possível de adeptos para as associações.

As notícias nos jornais ou nos livros das associações contavam sobre as aquisições que as irmandades faziam, tais como: inauguração de sede própria, indício de que a associação dispunha de recursos próprios ou que, dentre os seus membros, contava com pessoas abastadas que poderiam ter feito doações de terrenos ou de prédios para aquisição de sede própria. Algumas associações freqüentadas por um número menor de confrades e com recursos financeiros limitados não contavam com sede própria e realizavam suas reuniões e encontros nas salas pertencentes à matriz ou capela, tais como a sacristia ou mesmo ainda dentro da matriz.

Outras aquisições das associações, de significativo valor simbólico para os agremiados, estavam representadas por estandartes e imagens do santo padroeiro, que eram

<sup>301</sup> No final do 3º. capítulo ao falar da obra de D. Manoel mostramos a força das concentrações marianas na diocese.

doados para as matrizes, capelas ou altares laterais nos templos. Os estandartes das associações, com papéis definidos, representavam iconograficamente uma articulação da agremiação com seu lema e seus princípios. A figura central dos estandartes tinha estampado o santo padroeiro e vinha acompanhada de uma simbologia própria que ia além do nome da associação e do lema que a acompanhava. A confecção dos estandartes foi um dos elementos que representaram no conjunto das associações, a consolidação de um grupo, que se reunia periodicamente em torno de ideais comuns, sob a supervisão de um membro do clero. As atas revelam o quanto a simbologia do estandarte como um sinal da agremiação era importante para o grupo que se mobilizava para a sua aquisição.

As notícias dessas aquisições deixaram a imagem de futilidade por parte dos membros, mostrando uma preocupação com a exteriorização da fé, com o templo e seus adornos, que permeava a sociedade da época. D. Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo, mostrou preocupação com a liturgia e as alfaias do templo e as manifestações visíveis.<sup>302</sup> Para muitos padres e bispos, as alfaias, os adornos, como vasos de flores e outros enfeites das igrejas e capelas, compunham o zelo e o amor ao culto e às coisas sagradas.

O zelo e a simbologia que esses adornos representavam no conjunto das associações explicam em parte a sua própria vitalidade. Numa roupagem diferente do apelo das associações do período colonial, sob a orientação dos padres, que faziam o papel de diretores espirituais, as associações exerceram um catolicismo diferenciado do colonial e imperial. A prática do binômio confissão/comunhão, por parte dos fiéis, evidencia uma mudança, mas não provocou uma profunda e concreta evangelização dos católicos.

Para a Igreja, a frequência a uma associação e o cumprimento das regras constituíam uma das garantias de prática do catolicismo. Em seus estudos sobre a mulher e a educação, Ivan Manoel afirma que as mulheres formavam um grupo de adesão, e aquelas que frequentavam as escolas católicas tinham maiores possibilidades de estar integradas no esquema que, acima de tudo, exigia da moça-esposa, um rígido comportamento moral e social “[...] difundindo na família e na sociedade os valores do catolicismo conservador.”<sup>303</sup> Dentro da casa, a mulher exercia seu papel de promotora dos valores católicos a serem transmitidos para sua família.

O principal foco de muitas dessas associações, controladas pelo clero, estava centrado em lemas como o da Cruzada Eucarística, destinada às crianças, cuja divisa era:

---

<sup>302</sup> SOUZA, Nei (Org.). **Catolicismo em São Paulo**. 450 anos da presença da Igreja católica em São Paulo. 1554-2004. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 431

<sup>303</sup> MANOEL, I. A. **Igreja e Educação feminina**. 1859-1919. Uma face do conservadorismo. São Paulo: Unesp, 1996, p. 76.

Orar, Lutar, Comungar, Conquistar. Ao reunir uma “elite”, formando um exército cristão<sup>304</sup>, era capaz de estabelecer o que os papas: Pio X, Bento XV e Pio XI chamaram, no início do século XX, de reinado de Cristo nos corações, nas famílias, na pátria e no mundo inteiro. Começava com as crianças para chegar aos adultos. Como a Cruzada Eucarística estava destinada às crianças, em algumas paróquias as associações dos adultos ficavam responsáveis por ela.

Obedecendo ao modelo pregado pelos párocos, as crianças da Cruzada Eucarística eram incentivadas a praticar a caridade cristã. Mesas de doces e outros quitutes, pequenos objetos de agrado, como cigarros, eram distribuídos aos idosos dos asilos em ocasiões especiais pelos cruzadinhos e representavam uma forma de demonstrarem como se exercia a caridade fraterna e, ao mesmo tempo, constituíam numa prática considerada pela Igreja como agradável aos olhos do Cristo.

Os cruzadinhos reuniam-se sob a supervisão dos adultos que dirigiam as atividades religiosas. Encontros semanais eram promovidos para orientar as crianças com uma metodologia dirigida por manuais que eram publicados com a finalidade de facilitar o trabalho dos agentes pastorais. O objetivo era inserir a criança em práticas que traduzissem as diretrizes da Igreja. Na Cruzada Eucarística, a criança começava com uma fita mais fina e depois adquiria em definitivo a fita mais grossa da cor amarela, que simbolizava sua adesão aos cruzadinhos.

Um episódio envolvendo a Cruzada Eucarística revela como os dirigentes tentavam converter as crianças por meio de métodos usados nos tempos da Inquisição, em que obras consideradas nefastas ao espírito católico eram queimadas. Em agosto de 1943, a Cruzada Eucarística da catedral, junto com as outras seções da cruzadinha de Ribeirão Preto, queimou cerca de 240 livros infantis no pátio do Externato do Sagrado Coração de Jesus, que era anexo à capela São Benedito.<sup>305</sup> Os livros chamados de pseudo-literatura infantil, identificados como *Gibi*, *Guri*, *Mirim*, *X9*, foram considerados como deturpadores da moral das crianças. As crianças, em substituição aos livros queimados, receberam jornais, revistas e livros, como *Avante Cruzados*, *Pequeno Missionário*, *O Domingo*, etc., obras de divulgação da Cruzada Eucarística. O fato revela o método usado pelos dirigentes da cruzadinha para alertar as crianças a respeito de uma literatura considerada nociva. Era preciso estimular as crianças a ler somente a literatura capaz de dirigir a presença mais engajada na Igreja de acordo com os valores do catolicismo.

---

<sup>304</sup> **MANUAL** e Pequeno Missal do Cruzado. Secretariado da Cruzada Eucarística. São Paulo: Siqueira, s/d.

<sup>305</sup> **LIVRO** de Tombo n. 2, p. 3, Ribeirão Preto-SP. **ACRP-SP**, Ribeirão Preto-SP.

A preocupação com as publicações “maléficas” levou a Igreja a instituir o dia da Boa Imprensa. Na cidade de Petrópolis foi fundado o Centro da Boa Imprensa em 29 de janeiro de 1910, que serviu “[...] de fonte de informação e consulta a respeito de questões de atualidade; incumbe-se da refutação de calúnias assacadas contra a Igreja e seus ministros; promove a edição e propaganda de bons livros; contribui para a manutenção de bibliotecas populares e círculos de leitura [...]”<sup>306</sup>

Em Ribeirão Preto, d. Alberto, escreveu um “*Mandamento estabelecendo o dia da Boa Imprensa*” em fevereiro de 1919.<sup>307</sup> A festa deveria ser celebrada em toda a diocese no dia 2 de fevereiro e, posteriormente, foi alterada para o mês de agosto. O bispo autorizou a realização de uma coleta especial destinada às obras da boa imprensa, e os vigários poderiam realizar em suas paróquias outras formas de arrecadar dinheiro em prol dela. Uma celebração especial era realizada na data e acompanhada de conferências ou outras atividades programadas pelos vigários. Nas décadas seguintes, a festa foi celebrada nas paróquias, e padres empenharam-se para que os católicos assinassem os boletins e revistas das associações ou outros jornais católicos.

Alguns jornais católicos ganharam destaque na região, como o *Aviso da Franca*, que pertenceu aos padres agostinianos. O semanário foi considerado pelo pároco da matriz como “[...] paladino itimorato e corajoso nos combates em prol da Igreja e da Pátria, destacando-se pela sua firmeza inteprida do preclaro Dr. Mario S. de Vilhena, illustre redactor chefe do jornal.”<sup>308</sup>

Com a participação das crianças, os padres procuravam conquistar os pais, atraindo-os para o seio da Igreja. Um dos objetivos era chegar até as famílias. A Igreja disputava áreas de influência, estimulando, pela prática caritativa, a entrada de seus valores no seio das classes urbanas, uma vez que perdia terreno, nessa área, para outras crenças e para as associações ligadas ao Estado ou ainda a sindicatos. Ganhar espaço no seio da sociedade civil, por meio das associações religiosas laicas, era uma das formas de garantia de manutenção dos valores do catolicismo. Perder esse espaço era deixar que as novas crenças, o comunismo, o anarquismo, o ateísmo, entre outros adeptos do anticlericalismo, ampliassem o raio de ação na sociedade brasileira.

<sup>306</sup> MATOS, Henrique C. J. **Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas, 1922-1936**. Belo Horizonte: O Lutador, 1990, p. 121

<sup>307</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. *Mandamento. Estabelecendo o dia da Boa Imprensa*. Ribeirão preto. 2 de fevereiro de 1919. In: **Archivo da Diocese do Ribeirão Preto**. 1908-1918. Ribeirão Preto: Typ. Guimarães, 1918.

<sup>308</sup> LIVRO de Tombo n. 4 matriz de Nossa Sra. da Conceição, Franca, p. 90. **ACDFr-SP**. Franca-SP.

Outra associação de destaque na diocese de Ribeirão Preto foi o grupo das Filhas de Maria. Elas estiveram presentes em quase todas as paróquias. Em algumas cidades ganharam força, formando um grupo de evangelização que mobilizava as diferentes atividades de uma paróquia. A obra das Filhas de Maria tem por objetivo fomentar entre seus membros a devoção filial à Virgem Maria, dando exemplos com uma vida de santificação a fim de ganhar almas para Deus.<sup>309</sup>

A Pia União das Filhas de Maria, destinada às moças, possuía um programa centrado em três departamentos principais: o de piedade, o de estudo e o de ação. A partir dos três, ficavam centrados os pontos que faziam a interligação com a Ação Católica. O departamento de piedade se subdividia em ação eucarística, ação de retiro, *schola cantorum*, ação de adoração. O departamento de estudo, em aula e formação das aspirantes, curso para catequistas, biblioteca, aula de religião. O departamento de ação, em obra das vocações, obra dos tabernáculos, postura para os pobres, sessão lítero-musical, imprensa. Por intermédio de cada uma dessas sessões, a Igreja tentava se infiltrar no mundo feminino e, por ele, nas famílias com uma sólida formação mariana e doutrinária.

Em algumas paróquias, as Filhas de Maria certamente tiveram maior êxito, conforme os registros dos livros das atas.<sup>310</sup> O relatório das Filhas de Maria da cidade de São João da Boa Vista deixou um registro da intensa atividade que elas possuíam naquela paróquia, que ia desde a confecção de alfaias para os altares, até angariar donativos para sustentar meninos pobres no seminário. Os pobres e excluídos ganharam um olhar diferenciado das Filhas de Maria, que chegaram a montar um curso de alfabetização para as moças empregadas. Outra obra era o trabalho na confecção de roupas, que eram distribuídas aos pobres, por ocasião do Natal. As Filhas de Maria da cidade de São João, copiando modelos que vinham do exterior, principalmente da França, mantiveram uma verdadeira indústria artesanal, confeccionando santinhos, bentinhos, lembranças para festas religiosas, como verdadeiras obras de arte sacra.<sup>311</sup>

A matriz da Vila Tibério de Ribeirão Preto abrigava um dos grupos das Filhas de Maria. Como a vila era um bairro operário, boa parte das moças trabalhava durante o dia e estudava à noite. O papel desempenhado por elas na obra do apostolado, preparando a Páscoa das moças e das crianças, ensinando o catecismo na paróquia, no bairro e nas fazendas,

<sup>309</sup> TRABALHO. *Boletim Diocesano. Órgão da Federação Mariana Feminina*. Ano 2, n.21, p. 3, janeiro 1945.

<sup>310</sup> LIVRO de Atas das Filhas de Maria. *Arquivo do Museu de Arte Sacra. São João da Boa Vista-SP*.

<sup>311</sup> O Museu de Arte Sacra da cidade de São João da Boa Vista guarda, em seu acervo, exemplares de bentinhos, santinhos e outros objetos de lembrança das festas religiosas.

cuidando da Cruzada Eucarística, participando do coro da matriz e da obra das missões e das vocações, mereceu os elogios do redator do Boletim Diocesano da Federação Mariana feminina.<sup>312</sup>

A Igreja, para marcar seu espaço, fazia de pequenas cerimônias um momento inesquecível, como a entrada e aceitação da pessoa numa associação. A passagem pelos rituais, como o recebimento das fitas, representava a entrada em um novo universo, definido pelo seguimento das práticas necessárias a cada uma das associações, sob pena de banimento a quem deixasse de seguir as normas estabelecidas.

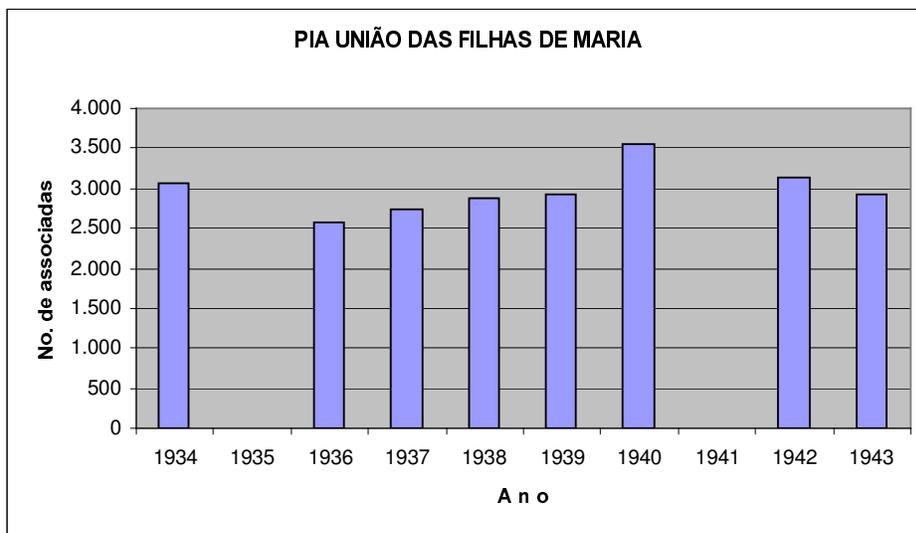
Algumas peculiaridades permitiam identificar as Filhas de Maria na sociedade, o uso das fitas com medalhas e o uniforme. Com essa indumentária, as moças deveriam comparecer às inúmeras atividades oficiais da Igreja e outras festas, como a mudança de estado, ou seja, o casamento de alguma companheira. Entre as Filhas de Maria, as aspirantes recebiam pequenas fitas verdes, depois passavam para as azuis. Entre uma fita e outra, os confrades passavam pelo estágio de verificação, se eram ou não merecedoras de ingressar oficialmente na associação. No “Salão d. Alberto”, inaugurado em maio de 1942, localizava-se a sede da Pia União das Filhas de Maria da catedral.<sup>313</sup>

O número de agremiadas das Filhas de Maria permitiu, em maior ou menor escala, a participação nas diferentes atividades atribuídas a uma Filha de Maria. Apesar das discrepâncias entre alguns dados, os números mostram que a presença das Filhas de Maria na diocese não pode passar em branco.

---

<sup>312</sup> FUNDAÇÃO e Histórico da Pia União das Filhas de Maria na Igreja Matriz de Vila Tibério. **Boletim Diocesano. Órgão da Federação Diocesana das Congregações Marianas.** Ribeirão Preto, ano 2, n.15, p.4, jun. 1944.

<sup>313</sup> O “Salão d. Alberto” tornou-se, um ponto de reunião das associações e outros encontros da diocese, bem como abrigava a sede das Federações das associações inauguradas na década de 1940.



**Fonte:** Boletim Diocesano de 1934 a 1943

No gráfico acima visualizamos alguns números sobre a presença da Pia União das Filhas de Maria na diocese de Ribeirão Preto.

Uma das obras notáveis das Filhas de Maria foi a organização de bibliotecas. Em 1944, com 147 membros, que freqüentavam a catedral de Ribeirão Preto, possuíam uma biblioteca com 600 volumes.<sup>314</sup> Em São João da Boa Vista, a biblioteca contava com 341 volumes, incentivando não só a propaganda da boa leitura, como também trabalhando para o conjunto da boa imprensa<sup>315</sup>. A associação das Filhas de Maria nessa cidade era um grupo pequeno, se comparado com o número das agremiadas do Apostolado da Oração. Enquanto o Apostolado da Oração contava com 652 membros em 1944, as Filhas de Maria possuíam cento e nove membros.<sup>316</sup>

O pároco de Franca fez constar no Livro Tombo as dificuldades para construir o prédio da biblioteca das Filhas de Maria devido à falta de recursos.<sup>317</sup>

Paralelamente ao incentivo para a prática da boa imprensa, os padres passaram a alertar os católicos a respeito da ameaça que chegava às casas pelos catálogos especializados, como “Cultura Moderna”, entre outros, que ofereciam livros com a suposta facilidade de serem entregues por via postal. Esses catálogos eram considerados:

<sup>314</sup> FUNDAÇÃO da Pia União das Filhas de Maria da Catedral. **Boletim Diocesano. Órgão da Federação Mariana Feminina**, Ribeirão Preto, ano 1, n. 10, p. 4, fev. 1944.

<sup>315</sup> **RELATÓRIO** da Pia União das Filhas de Maria, março de 1943. **Arquivo do Museu de Arte Sacra de São João da Boa Vista-SP**.

<sup>316</sup> **RELATÓRIO** do Movimento religioso das Paróquias. **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto, ano 13, n. 155 março de 1943.

<sup>317</sup> **LIVRO** de Tombo da matriz de Nossa Senhora da Conceição, n. 4, p. 66. ACDFr-SP, Franca-SP. (Resumo do Relatório apresentado a S. Excia Revmda. 10/1/1918).

[...] verdadeira quinta coluna da pregação do reino de Satanáz, faz seguir secções inteiras de livros que, todos eles, especulam com a sensualidade do leitor constituído portanto, leitura vedada pelo Índice Romano de livros proibidos. É o caso da secção Sexualismo, que dá os títulos de cinco livros, entre os quais títulos sugestivos: A canalha sexual e para evitar a gravidez.<sup>318</sup>

A hierarquia da Igreja, que considerava a propaganda dessas obras uma afronta às famílias católicas, passou a adotar uma política na tentativa de impedir que essa publicação chegasse às casas das famílias católicas e que esses catálogos, considerados nefastos, fossem destruídos e substituídos pelas revistas, jornais, boletins e livros católicos. Para facilitar a aquisição do Novo Testamento, a editora Vozes, dos padres franciscanos da província de Petrópolis, fez uma edição a um preço acessível de 6\$000 réis como um incentivo para os católicos adquirirem a obra. O Secretariado Nacional de Defesa da Fé agia para anular a entrada das obras protestantes e espíritas. Para isso o Secretariado “[...] recomenda insistentemente que se divulgue o mais possível o Novo Testamento. É um dos melhores antídotos contra a propaganda sectária.”<sup>319</sup>

Tudo indica que o incentivo a uma leitura específica, destinada aos católicos, funcionou entre as Filhas de Maria na diocese de Ribeirão Preto, uma vez que encontramos indícios de pequenas bibliotecas nas associações das paróquias da diocese. Listas de livros eram organizadas pelos padres e sugeridas como aquisição para as bibliotecas, organizadas para as moças e senhoras ou para os homens e até mesmo para os párocos, como forma de inspiração para a prática religiosa, incentivo às virtudes cristãs, como a castidade das moças e moços, etc.

Algumas listas de livros foram publicadas no Boletim Diocesano; a divulgação dessas obras era parte do projeto da Igreja para a Boa Imprensa, o que incluiu o incentivo para a assinatura de boletins, revistas e jornais católicos. Se considerarmos que o número de pessoas alfabetizadas e com condições financeiras de adquirir livros no Brasil era pequeno, pode-se afirmar que a existência dessas bibliotecas especializadas era um luxo e constituía uma conquista da Igreja em prol da defesa da fé.

A participação dos agremiados das associações não se restringia a um único quadro. Algumas pessoas pertenciam aos quadros de todas as associações de uma paróquia. A

<sup>318</sup> OLHO VIVO. **COR Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis, Vozes, Ano 2, fasc 7, v. 4, jul. 1940, p. 411. (O artigo vem assinado por “Um velho vigário do Rio”).

<sup>319</sup> O NOVO TESTAMENTO a 6\$000, **COR Revista Eclesiástica Católica**. Petrópolis, Vozes, ano 2, fasc. 5, p. 378, maio 1940.

sra. Mariana Custódia do Nascimento, agremiada da Pia União das Filhas de Maria de São João da Boa Vista, deixou um registro especificando:

Eu Mariana Custódia do Nascimento fui admitida na Pia União das Filhas de Maria no dia 8 de dezembro de 1928, pertencço a Pia União de Santa Therezinha, O apostolado da oração da irmandade de Nossa Senhora do Carmo, A irmandade da Terra Santa, A hora diurna e noturna, A propagação da Fé, Sou terceira Dominicana. Confraria do Santíssimo Imaculado Coração de Maria, O Trânsito de São José, A cruzada Eucarística.<sup>320</sup>

Uma busca primorosa nos livros das associações revelaria se a presença da sra. Mariana era constante, obedecendo às regras e normas exigidas para cada uma delas, ou se privilegiava as reuniões de alguma associação. O caso de d. Mariana não foi único e representava uma realidade comum entre os fiéis que se agremiavam a mais de uma associação, nas paróquias.

Um dos indícios de que os fiéis participavam de mais de uma associação pode ser mostrado também por ocasião da tentativa da cúria de instituir uma cobrança para os membros das associações, para auxiliar na criação de um programa de rádio. Alguns padres foram contra, afirmando que os fiéis participavam de mais de uma associação, ficando oneroso contribuir em todas elas. Consagrando a vida a Deus, por meio das de práticas exigidas pelas associações, os membros trabalhavam nas diferentes atividades da Igreja, seja na catequese, no campo social no qual algumas delas estavam diretamente empenhadas, seja ainda nas promoções para arrecadar fundos para diversos fins, tais como construção e reforma das matrizes e capelas, aquisição de ornamentos, entre outros projetos dirigidos pelos padres.

As Filhas de Maria, em conjunto com as senhoras do Apostolado e os membros da Conferência de São Vicente de Paulo, as senhoras do Roupeiro de Santa Rita, entre outros membros das associações, trabalhavam em prol da caridade fraterna, atendendo os pobres com alimentos, roupas e remédios.

O cuidado com as alfaias do templo era tarefa da Obra dos Tabernáculos, cujos membros estavam encarregados de produzir os paramentos e outros objetos necessários ao culto. A Igreja incentivava a criação da Obra dos Tabernáculos nas paróquias para que, por meio delas, as igrejas mais pobres fossem aparelhadas. As mulheres do Apostolado e as Filhas de Maria foram as principais colaboradoras da Obra na diocese.

---

<sup>320</sup> **PIA União** das Filhas de Maria São João da Boa Vista. AMDSJBV-SP, São João da Boa Vista-SP. (Documentos Avulsos).

Durante o período em que uma paróquia recebia as missões, os membros das associações eram convidados a um trabalho mais intenso. Uma das atividades era visitar os doentes e preparar o caminho para a visita do missionário, que oferecia os sacramentos da confissão e eucaristia. Para a Igreja, o ato de visitar doentes e pobres consistiu uma verdadeira missão, bom exemplo das moças e rapazes que se entregavam a essa tarefa, considerada por muitos padres como o verdadeiro exercício do amor a Cristo e à Igreja.

Os padres agostinianos foram grandes responsáveis na diocese de Ribeirão Preto pelo incentivo à fundação de diversas atividades de cunho social, como as Conferências de São Vicente de Paulo<sup>321</sup>, Roupeiro de Santa Rita, presentes, nas paróquias pelas quais eles passaram.

As paróquias revestiam-se de importância no conjunto de formação cristã da família, e o padre exercia seu poder como administrador, diretor espiritual, dirigente das atividades paroquiais, enfim, conselheiro da vida social.

Um dos principais problemas enfrentados pelo clero em relação aos leigos era o momento do carnaval, quando grandes admoestações eram feitas, proibindo os fiéis e principalmente os agremiados das associações laicas de frequentarem os folguedos. Nas atas de diferentes associações constam expulsões dos membros e, em algumas, os padres, como diretores espirituais, descreveram sua tristeza por saberem das moças e moços que não se comportaram como acreditavam que deveriam agir os bons cristãos.

A opção contrária oferecida aos católicos para se afastarem dos bailes carnavalescos eram os retiros abertos, destinados aos fiéis, e os fechados, para os agremiados das associações. Nos retiros abertos, realizados nas matrizes e/ou capelas, havia práticas diárias, às vezes em números de duas, sendo mais usual uma pela manhã e outra pela tarde, hora santa de guarda com o Santíssimo exposto, tudo em prol da expiação dos pecados cometidos pelos que frequentavam os festejos.

Os retiros fechados podiam terminar na matriz, e os participantes, para manifestar a glória de Cristo, desfilavam pelas ruas cantando louvores até chegar ao templo.<sup>322</sup> A representação simbólica das manifestações católicas, com os fiéis carregando os estandartes das associações, entoando hinos religiosos pelas ruas, com procissões, servia para mostrar a força do catolicismo e as glórias de Deus.

---

<sup>321</sup> PETERSON, Simone. **Os cem anos da Sociedade de São Vicente de Paulo em Franca-SP (1995-1995)**. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca-SP, 1999; BELMONTE, Frei Agostinho. **100 anos da presença dos Agostinianos Recoletos no Brasil 1899-1999**. Rio de Janeiro: Gávea, 2000.

<sup>322</sup> LIVRO de Tombo da matriz de São João, n. 1, p. 92, 1911. **Arquivo do Museu de Arte Sacra de São João da Boa Vista**, São João da Boa Vista-SP

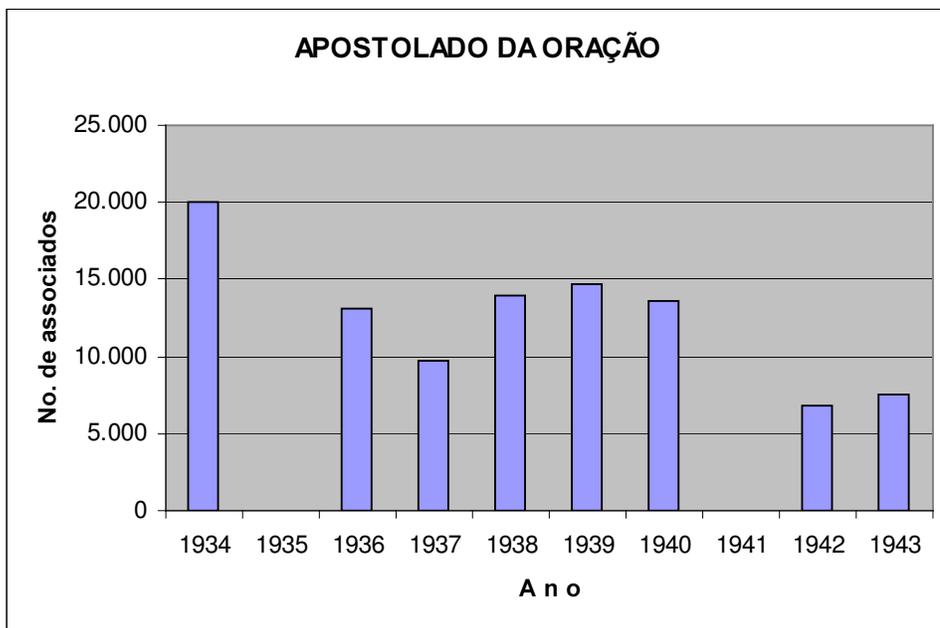
As atas das associações revelam que o número de fiéis que freqüentaram os retiros foi desigual de uma cidade para outra e dependeu de uma inserção em maior ou menor escala dos agremiados nas atividades da Igreja. O papel desempenhado pelos párocos também contribuiu para a integração dos fiéis. Alguns padres souberam organizar os leigos em suas paróquias nas diferentes associações e contaram com o engajamento dos fiéis nas atividades paroquiais durante o carnaval e fora dele.

Seguindo o modelo pregado pela hierarquia da Igreja, afastando-se dos prazeres mundanos do carnaval, dedicando-se às coisas de Deus, com a promessa da salvação eterna, esses desfiles faziam um contraponto com a crescente urbanização e a introdução de novos costumes da modernidade. Uma modernidade que saía do recôndito mais íntimo do seio das famílias, para agregar outros valores mundanos para os quais a Igreja perdia espaço.

A freqüência aos clubes esportivos, aos bailes carnavalescos, às festas consideradas profanas, pois não representavam uma extensão da festa cristã, revelava a inserção de um universo que irradiava um distanciamento dos valores pregados pela Igreja.

O Apostolado da Oração foi o grupo que teve o maior número de agremiados nas associações da diocese para o período estudado. Presente em quase todas as cidades, sua obra levava os fiéis a jejuar e a praticar a devoção às primeiras sextas-feiras de cada mês, com confissão e comunhão, demonstrando o amor pelo Cristo eucarístico.

Assim como as outras associações, os agremiados portavam fitas que os distinguiam dos demais fiéis. O Apostolado publicava um boletim, “Mensageiro do Coração de Jesus”, em que difundia a obra e exortava os participantes a seguirem no oferecimento diário a Cristo, em consagração a Deus e em oração pelas intenções da Igreja.



**Fonte:** Boletim Diocesano de 1934 a 1943.

Uma associação possuía diferentes momentos, primeiramente quando era fundada, e depois quando alçava a maioria, passando a agregada àquela que era considerada primária, que poderia estar em Roma ou ainda funcionar em São Paulo, sede da arquidiocese. Os pedidos para regularizar a situação das delas constam entre os documentos consultados nos arquivos. Muitas associações funcionaram por décadas, sem estar com as devidas licenças regulamentadas. Foi o caso, por exemplo, da arquiconfraria da Consolação, da matriz Nossa Senhora do Patrocínio, em Patrocínio do Sapucahy (Patrocínio Paulista), que foi instalada em 1907, passando a funcionar mais abertamente depois de 1925, filiada a igreja São José, de Ribeirão Preto, ligada aos padres agostinianos recoletos e que, em 1939, ainda não possuía licença de funcionamento por parte da autoridade diocesana. Ao requerer a licença para celebrar a devoção com procissão, o pároco recebeu do bispo a resposta de que a confraria não possuía licença para funcionar. Ao ver os agremiados consternados com a notícia, o padre escreveu ao bispo pedindo despacho para regularizar a situação da confraria. D. Alberto despachou uma provisão com as devidas licenças para a festa e para o seu funcionamento da mesma.<sup>323</sup>

A criação da arquidiocese de São Paulo intensificou a presença da Igreja no interior do Estado, contribuindo para um aumento na participação mais engajada de alguns leigos, mas o avanço das outras crenças, os católicos não conseguiram evitar.

Dentre os missionários que pregaram na diocese de Ribeirão Preto, destacamos os padres redentoristas, que não possuíam casas na diocese, mas representaram um grupo sempre presente nas missões. As missões significavam um momento de reavivamento da fé, quando muitas pessoas, depois das pregações, procuravam os padres para se confessarem e receber a eucaristia, reafirmando a fé católica.

A Igreja via-se às voltas com inúmeras questões, algumas, à primeira vista, de menor impacto, mas que representavam no universo simbólico de domínio cotidiano um problema cada vez maior, que precisava deter ou conter os avanços das novas idéias que permeavam na sociedade. Um deles, aparentemente corriqueiro, dizia respeito às vestimentas das mulheres usadas nos cultos. Do Vaticano, chegavam orientações pedindo aos bispos e padres que coibissem o uso de roupas transparentes, sem mangas, decotadas ou indecorosas que atentassem ao pudor, sob pena de expulsão do templo, das associações leigas e de recusa na aceitação de serem madrinhas de batismo ou ainda na confirmação e os padres poderiam se

---

<sup>323</sup> LIVRO de Tombo da matriz de Nossa Senhora do Patrocínio n. 2, p. 137-139. **ACDFr-SP**, Franca-SP. (Patrocínio Paulista).

recusar a dar a comunhão àquelas que não se apresentassem discretamente.<sup>324</sup> A Igreja recomendava que os bispos e padres usassem as festas da Virgem Maria para incentivar bom exemplo e coibir os abusos.

A Virgem representava o exemplo da pureza, mansidão e retidão que as mulheres de todas as idades deveriam seguir. Nas festas dedicadas aos santos padroeiros ou à Virgem, a reza do terço, ou seja, a terça parte do Rosário, vinha acompanhada das ladainhas de Nossa Senhora e da oração de São José. Encerrava-se o culto delegando-se à sagrada família uma importância a ser seguida como modelo para a sociedade. A Sagrada Congregação do Concílio, no Vaticano, exigia que fossem enviados relatórios sobre as condições na maneira de trajar, sobre o lazer e outras atividades na comunidade e as medidas que foram tomadas atendendo às recomendações. Os relatórios serviam para garantir, que os padres estavam cumprindo as resoluções emanadas dos órgãos superiores da Igreja e que os fiéis cumpriam as ordens dos padres. Dentro das associações, as recomendações para as moças eram freqüentes, e aquelas que fugissem à regra podiam ser expulsas. Os fiéis, agremiados nas associações, eram convocados, e não apenas convidados, para combater os costumes estranhos a moral e aos valores da doutrina cristã.

Como prática dessas recomendações, o padre Manuel Joaquim Fernandes convidou as Filhas de Maria de Patrocínio do Sapucahy a protestarem contra o tango e outras danças semelhantes, sob pena de expulsão do grupo as que não acatassem as regras, e incentivando ainda que os trajes usados no dia-a-dia fossem modestos e com decoro.<sup>325</sup>

O tango, considerado uma dança sensual (ou permissiva), constava no rol daquelas que eram consideradas nocivas para a prática dos católicos. Outra recomendação da Igreja para os pais era para afastarem as filhas dos exercícios e dos concursos de ginástica considerados inconvenientes para a prática das mulheres católicas. A partir do Vaticano e na Itália, chegou-se a criar uma campanha de moralização dos costumes e dos trajes, com apoio da rainha Helena e do governo fascista de Mussolini<sup>326</sup>, e este exemplo do que acontecia na capital dos católicos deveria ser seguido por toda a Igreja.

Os exercícios físicos, os cuidados com a vestimenta, entretenimento como festas e bailes, a literatura, eram controlados pela Igreja como sinal de regulamentação de conduta, com práticas prescritas para o cristão na sociedade.

<sup>324</sup> SBARRETTI, Cardeal. A Repressão da Immodestia. **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto-SP. ano 1, n. 8, 1930, p. 4-6.

<sup>325</sup> FREITAS, N. M. B. de. Condição feminina e práticas religiosas. **Revista Regional de História**, Franca, Arpam, 1990, p. 123-131.

<sup>326</sup> OS EXCESSOS da Moda Feminina e as preocupações das autoridades Ecclesiasticas. **Boletim Diocesano** ano 1, n. 3, p. 6, mar. 1930.

No ano de 1930, em que o Vaticano enviou recomendações expressas sobre a questão dos trajés, foram realizados 60 despachos para procissões<sup>327</sup>, sob as mais diferentes invocações de Nossa Senhora, sem contar as de outros santos. Na Encíclica do papa Pio XI, *Mens Nostra*<sup>328</sup>, escrita com a finalidade de promover e fomentar a prática dos exercícios espirituais, apontava que os grandes males da sociedade eram a falta de reflexão, a frivolidade contínua e febril, o amor à riqueza e aos prazeres, que debilitavam o coração afastavam o homem das verdades eternas. A moralização dos costumes não era tarefa fácil, e toda a Igreja, clero e fiéis deviam estar empenhados na empreitada.

Os fiéis, quando adotavam o espírito mariano, incluíam uma proposta de vida de serem católicos exemplares e fervorosos, com uma vida espiritual marcada pelos ensinamentos da Igreja, orientada pelos diretores espirituais.

A Igreja, por meio das inúmeras cerimônias religiosas, ligadas às associações ou não, tentou introduzir os valores católicos na sociedade, enfrentando a modernidade.

---

<sup>327</sup> **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto-SP ano 1, n. 1 ao n.12, 1930.

<sup>328</sup> “Encíclica Mens Nostra”, Pio XI. Publicada nos números de 3 a 6 do Boletim Diocesano de 1930.

## CAPÍTULO III

### 3. RIBEIRÃO PRETO: O ALINHAMENTO AO PROJETO DO VATICANO

Na década de 1930, inúmeros acontecimentos políticos e econômicos no mundo que vivia o período entre guerras repercutiram no seio da Igreja. De Roma, a hierarquia lançava um apelo para que a obra de Deus ganhasse força por meio da Ação Católica.

No Brasil, o final da primeira República com a Revolução de 1930, a deposição do presidente Washington Luís e a ascensão de Getúlio Vargas trouxeram mudanças no cenário político que também acenaram com um novo tempo nas relações do Estado com a Igreja.

Os primeiros anos do governo de Vargas foram marcados por intensa agitação política e problemas econômicos advindos da repercussão da queda da Bolsa de Nova York e a crise do sistema cafeeiro no Brasil. A região de Ribeirão Preto, embasada na produção cafeeira, sentiu de perto os reveses da oscilação econômica. Foram anos difíceis para a população que, assolada pela situação, ficou envolvida num conflito armado que alterou a vida cotidiana e atingia a Igreja e as manifestações religiosas do povo.

Para a Igreja, a morte do cardeal d. Joaquim Arcoverde, em 1930, fechou um momento e abriu outro com a nomeação do cardeal d. Sebastião da Silveira Leme. Este passou a manter uma relação mais estreita com o governo de Getúlio Vargas, o que permitiu o estabelecimento de uma situação melhor para a implantação de alguns projetos por parte da Igreja.

O incentivo a uma participação mais intensa dos leigos na vida da Igreja, a criação de novas dioceses e paróquias, entre outras atividades, ocupavam o pensamento dos bispos. A preocupação com a extensa diocese levou d. Alberto, no início de 1930, à tentativa de criação de uma diocese, com sede na cidade de Franca, desmembrada de Ribeirão Preto.

D. Alberto, considerou os tempos difíceis, com a crise no Estado e a movimentação política do início da década de 1930, como um suposto obstáculo a obra.

Ao que parece o projeto não encontrou eco entre os francanos. Artigos elogiando ou denegrindo a idéia do bispo começaram a circular. Em 1930, ao ser questionado sobre o assunto, d. Alberto esclareceu: “[...] que o bem das almas exigia a divisão, resolvi tratar de

fazê-la, e, sem solicitação de quem quer que fosse, pensei que a cidade de Franca, pela sua posição e importância, deveria ser escolhida para a sede do Bispado a ser criado.”<sup>329</sup>

Inúmeros motivos impediram a concretização do projeto, entre eles, o bispo assinalou o desinteresse dos fiéis, a crise no Estado e a movimentação política como um suposto obstáculo à obra.<sup>330</sup> A segunda tentativa para criar o bispado de Franca, ocorreu em 1942, no fim do governo de d. Alberto, e fora estimulada por d. Manuel D’Elboux mas também fracassou. O limite territorial foi um dos impedimentos para a concretização do projeto.

Enquanto, do Vaticano, com a Encíclica *Mens Nostra*, o papa Pio XI, convidava os fiéis à prática de exercícios espirituais para combater o que chamou de mal gravíssimo a frivolidade que deixava a sociedade da época doente, afastada de Deus, no interior do estado de São Paulo, com o agravamento da situação política, o vigário-geral do bispado de Ribeirão Preto, monsenhor dr. João Lauriano, manifestava-se, a pedido do bispo, d. Alberto, diante dos acontecimentos com a revolução de 1930, enviando um comunicado que dizia:

[...] no momento de inquietação para a Pátria recomendo ao clero e aos católicos, orações pedindo a Deus que se restabeleça a paz e a tranquilidade no seio do povo brasileiro. [...] enquanto durar a perturbação dêem na missa a Coleta pro pace e dirijam ao povo depois das Aves Marias e preces finais a jaculatória: Senhora D’Aparecida, rainha do Brasil dae-lhe a paz.<sup>331</sup>

A participação da Igreja nos acontecimentos políticos e sociais da década de 1930 não se limitou às preces, pois a Igreja esteve envolvida com inúmeras atividades.

### 3.1 A Igreja de Ribeirão Preto e a Revolução Constitucionalista de 1932

A fermentação política em São Paulo foi grande, e a insatisfação de diferentes grupos culminou com os acontecimentos de 1932. A situação no estado de São Paulo fez com que os prelados se dirigissem ao povo pedindo a paz e orações. O cardeal Leme, em março de 1932, fez um pronunciamento sobre as necessidades de paz e de Deus no Brasil. Para o

<sup>329</sup> O BISPADO DE FRANCA. **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto-SP, n. 6, p. 3, jun. 1930.

<sup>330</sup> O BISPADO de Franca. **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto-SP, n. 6, p.3-4, jun 1930.

A diocese de Franca foi criada décadas depois, em 1970 e instalada em 1971. O primeiro bispo d. Diógenes da Silva Matthes, por coincidência, fez parte da primeira turma de alunos do Seminário Maria Imaculada, da diocese de Ribeirão Preto, inaugurado por d. Alberto e d. Manuel, em março de 1945.

<sup>331</sup> LAURIANO, Mons. Dr. João. Preces Pro Pace.15/10/1930. **Boletim Diocesano**. Ribeirão Preto-SP, ano 1, n. 10, p. 5, 1930.

cardeal, com a oração dos fiéis, seriam atraídas as graças divinas, os dirigentes seriam despertados com as súplicas a Cristo Rei. A ligação com o patriotismo apareceu na exortação, quando o cardeal pediu uma cruzada de orações pela pátria mostrando aos fiéis que participar dela passava a ser dever de todo cristão.<sup>332</sup>

A Revolução Constitucionalista de 1932 teve uma participação do clero direta e indiretamente na região de Ribeirão Preto. O tema da Revolução Constitucionalista e a relação desta com a Igreja carece de pesquisas mais pontuais sobre o envolvimento dos padres e da hierarquia na diocese de Ribeirão Preto.

Em Ribeirão Preto, em fevereiro de 1932, um grande comício foi preparado contando com um grupo de vinte e dois clubes e associações da cidade, como a Associação Comercial, Loja Maçônica Estrela D'Oeste, Legião Brasileira, entre outras, aparecem militando pela causa dos paulistas. Esta militância encontrou eco no seio da Igreja em Ribeirão Preto e, entre os organizadores do comício cívico, estavam os Congregados Marianos. No dia 24 de fevereiro de 1932, a Praça XV recebeu os visitantes de cidades vizinhas, discursaram Onésio Mota Cortez<sup>333</sup>, Francisco Junqueira, d. Elza Pompeu de Camargo, representando a ala feminina, entre outros, que denunciaram o regime político do presidente Getúlio Vargas e pediram mudanças na condução dos rumos do país, e a principal delas era uma nova Constituição.

Outras manifestações foram realizadas na sede do bispado, nos meses seguintes. Em 25 de maio de 1932, encontramos, num comício cívico discursando ao lado dos políticos em prol da causa paulista, o cônego Assis Barros. Rubem Cione afirmou que o cônego Barros escrevia inúmeros artigos cheios de civismo, sem contudo assiná-los.<sup>334</sup>

Os paulistas lutavam por uma nova ordem, uma Constituição e, principalmente, pelo direito de escolher seus governantes.<sup>335</sup> A revolução teve a adesão das cidades da região de Ribeirão Preto, através do envolvimento dos políticos e da organização de batalhões de voluntários, que se alistaram, cuidaram de alojamentos, alimentos, uniforme, transporte, organizaram a Cruz Vermelha e a Casa do Soldado. Padres, participaram dos comícios cívicos

<sup>332</sup> LEME, D. Sebastião. Brasil precisa de Deus em suas leis e seus homens. **Boletim Diocesano**. Ribeirão Preto-SP, ano 3, n. 30, p.3, jun 1932.

<sup>333</sup> Sr. Onésio Motta Cortez, dirigiu o jornal **Diário de Notícias** na década 1930.

<sup>334</sup> CIONE, R. **História de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1995, p. 137 v. 4.

<sup>335</sup> CIONE, R. **História de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1995, p. 122 v. 4. Sobre o movimento Constitucionalista na região, sugerimos a leitura das obras: SERRAZES, K.E. **As faces da memória: A Revolução Constitucionalista de 1932 na cidade paulista de Batatais**. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca-SP, 2000; LEITE, Luis F. Dias. **O clero francano na revolução Constitucionalista de 1932: seu papel na cooptação popular**. 2004. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca-SP, 2004.

que foram realizados na Praça XV de Novembro e Vias-Sacras foram rezadas nas matrizes e na catedral.<sup>336</sup>

D. Alberto recomendava e mons. Lauriano exortava pelo Boletim Diocesano, os padres e os fiéis a pedir orações pelo país, mas algumas associações laicas continuaram a dirigir suas preces para a Rússia, cuja ameaça do comunismo incomodava a elite eclesial, que do Vaticano pedia incessantes orações.<sup>337</sup> Será que a situação interna não preocupava os diretores espirituais? Tudo indica que a coordenação dos movimentos que preparavam os Boletins mensais, como do Apostolado da Oração, seguia as diretrizes da hierarquia sem pensar em outras questões, como a situação política e social da região. As preces para o restabelecimento da paz no Brasil aparecem em algumas atas, mas seguir as diretrizes da cúria romana orando pelos cristãos no México, pela Rússia, China e Japão constituiu uma prioridade e fez parte das orações dos associados ao longo do ano de 1932.

O rádio, que perdia o caráter elitista e amador na passagem da década de 1920/30<sup>338</sup>, serviu ao bispo d. Alberto para se dirigir para a população, fazendo um pronunciamento na rádio PRA 7, em 21 de agosto de 1932<sup>339</sup>. De acordo com Cione, esse pronunciamento teve ampla repercussão em todo o interior paulista, inclusive no estado do Paraná, local de nascimento do prelado. D. Alberto, como bom político, apelou para o término da luta:

[...] Bispo que sou, rogo e espero que Nosso Senhor e sua Mãe Santíssima, atendendo às orações, aos sacrifícios e à abnegação de tantas almas, farão com que em breve termine esta luta deplorável e concedam a paz desejada e necessária para prosperidade da nossa Pátria.<sup>340</sup>

Em seu pronunciamento o bispo assegurou que ninguém estava pensando em um retalhamento da pátria e que empenhava seus cabelos brancos, pois o tempo se incumbiria de fazer valer a verdade.

<sup>336</sup> CIONE, R. **História de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1995, p. 110. v. 4.

<sup>337</sup> LIVRO de Atas do Apostolado da Oração, p. 60 et seq. **Ribeirão Preto, Arquivo da Paróquia Nossa Senhora do Rosário**; Primeiro Livro de Atas do Apostolado da Oração de São João da Boa Vista. **Museu de Arte Sacra – São João da Boa Vista SP**

<sup>338</sup> MORAES, J. Geraldo V. de. **Cidade e cultura urbana na Primeira República**. São Paulo: Atual, 1994, p. 104.

<sup>339</sup> CIONE, R. **História de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1996. v. IV, p. 132.

<sup>340</sup> Idem, *ibidem*, p.133.

Em 24 de agosto de 1932, três dias após o pronunciamento na rádio PRA 7 de Ribeirão Preto, d. Alberto<sup>341</sup> escreveu ao arcebispo de São Paulo, d. Duarte Leopoldo e Silva, a respeito de sua festa de jubileu de ordenação sacerdotal e que, por causa da luta armada, muitos bispos estavam impedidos de viajar e talvez fosse conveniente adiar a comemoração do jubileu, com as solenidades próprias, para outra ocasião. A festa maior só ocorreu em 1934.

O envolvimento do bispo de Ribeirão Preto com a política permitiu que a Comissão Agrícola de São Paulo pedisse sua interferência junto aos padres para tentar melhorar a situação da agricultura no Estado. Os padres deveriam fazer um apelo em suas paróquias, incentivando os agricultores a retomar o crescimento agrícola. A grave crise que se abateu sobre o país afetou diretamente a produção agrícola do Estado, e o governo apelou para a Igreja na tentativa de tentar reverter a situação e, em agosto de 1932, d. Alberto enviou um comunicado destinado aos padres, atendendo ao apelo do governo. O momento era de crise, a luta dos constitucionalistas prosseguia e o clero paulista se manifestou dando seu apoio e oferecendo suas preces. Em meio à luta política, a hierarquia da Igreja conclamava os católicos a aderir ao Apostolado da Oração e, partindo da oração, chegar ao apostolado das obras.

A luta armada da Revolução alterou a vida cotidiana das pessoas, as reuniões das associações laicas foram canceladas e as festas religiosas também sofreram as consequências dos acontecimentos. A comemoração do jubileu de d. Alberto foi adiada; as festas dos santos padroeiros, canceladas. Padres procuraram o bispo e ao monsenhor Lauriano, explicando sobre a difícil situação que se abateria na região e as dificuldades com o povo, que deixava suas casas<sup>342</sup> com pavor, e os problemas econômicos que enfrentavam em suas paróquias. Da paróquia de Mogi Guassú, o vigário<sup>343</sup> escreveu que o programa da festa do bispo havia sido muito prejudicado pela Revolução, do ponto de vista material e espiritual. Em Patrocínio do Sapucahy (Patrocínio Paulista), o pároco deixou registrado no livro de Tombo que a festa da padroeira não ocorreu por “[...] conta dos dias tristes da revolução paulista.”<sup>344</sup>

---

<sup>341</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Correspondência a d. Duarte Leopoldo e Silva. 24/agosto/1932. **ACMSP**, São Paulo. (Pasta Ribeirão Preto).

<sup>342</sup> SILVA, Padre Raymundo da. Correspondência ao mons. João Lauriano. Guará, 18/nov./1932. **ACRP-SP**, Ribeirão Preto (caixa monsenhor Lauriano).

<sup>343</sup> VIEIRA, Padre Antonio Maria. Correspondência a mons. João Lauriano. Mogi Guassú, 4/nov./1932. **ACRP-SP**, Ribeirão Preto-SP. (caixa Monsenhor Lauriano).

<sup>344</sup> LIVRO de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio, n. 1, p. 108. **ACDFr-SP**, Franca-SP.

Algumas cartas descreveram complicadas situações, como a do padre José Mendes<sup>345</sup>, relatando que a cidade de Pinhal caíra nas mãos dos federais, tornando a vida um verdadeiro cativo, ele relata ainda que, com a destruição e a população apavorada, ele pedira clemência às tropas para que nada ocorresse com as pessoas; contava que mais de 250 famílias haviam se retirado para a capital e cidades vizinhas, que as casas da cidade e das fazendas foram saqueadas e que outros atos ocorreram, causando verdadeira revolta, e que aos poucos, tudo estava sendo superado. A carta serviu para justificar porque ainda não havia reunido o ramallete espiritual para as bodas do bispo por causa das dificuldades causadas pela “debandada do povo”.

Na mesma situação, foi a carta do padre da cidade de São Sebastião da Grama, dizendo:

[...] a tomada da cidade pela grande e desenfreada força mineira, a longa parada dessas forças aqui e nenhuma liberdade quer tínhamos mais o pouco que aqui ficamos não permitiam que se fizessem outras festividades em honra do bondoso prelado. As pequenas quantias que estavam com a comissão e deveriam constituir o óbulo a ser oferecido ao seminário desapareceu com o saque que sofreram as casas, mas este testemunho de respeitosa homenagem ao Bispo será formado logo que as condições deste povo melhorarem.<sup>346</sup>

Apesar de alguns prelados afirmarem que estavam alheios à política, o envolvimento com o movimento constitucionalista ocorreu em maior ou menor escala. O relato do pároco da matriz Nossa Senhora da Conceição, da cidade de Franca, permite uma avaliação de alguns aspectos desse envolvimento.

Nós estivemos sempre alheios a toda a política. Pregamos a paz como é de nossa obrigação. Apenas trabalhamos pela causa de São Paulo, a exemplo de outros vigários e com aprovação do exmo. Sr. Bispo na Campanha do Ouro da qual fomos nomeados presidente, e na Campanha Pró Lavoura. Foi para estes fins que fallamos uma noite do microphone do rádio, enaltecendo os ideaes constitucionalistas, mas sem ferir nem de longe o prestigio das

<sup>345</sup> MENDES, Padre José. Correspondência ao mons. João Lauriano. Pinhal, 11/out./1932. **ACMRP-SP**, Ribeirão Preto-SP. (caixa Monsenhor Lauriano).

<sup>346</sup> Correspondência de São Sebastião da Grama a monsenhor Lauriano. 12/out/1932. **ACMRP-SP**, Ribeirão Preto-SP (caixa Monsenhor Lauriano). (sem assinatura)

auctoridades constituídas [...] mandamos de capellão as trincheiras de Rifaina ao Pe. Innocente Oses, que esteve quarenta e dous dias com os soldados da linha de combate.<sup>347</sup>

Para quem afirmou, no início do relatório, que esteve alheio à política, a participação do padre foi bastante incisiva, apoiando publicamente, por discurso no rádio, o movimento constitucionalista. O padre finalizou o relatório afirmando que o clero deveria estar acima de todo partidarismo. Ao enviar o vigário coadjutor como capelão para o *front*, mais do que a mensagem de Deus, dava total e irrestrito apoio, tomando partido do movimento constitucionalista de São Paulo.

O pároco de Franca não foi o único, identificamos os mesmos princípios com o padre Argílio Malatesta, de Mococa, que considerou a luta como uma causa sacrossanta e por isso conclamou os fiéis a enviar preces ao Sagrado Coração, pedindo proteção. O prelado considerava que um povo sem lei não poderia nem mesmo progredir. Ao dirigir a reunião da Associação do Apostolado da Oração, intimou as zeladoras e zeladas a “[...] trabalharem pelo aumento do Apostolado procurando ingressar no mesmo almas boas e piedosas que generosamente consolem o Sagrado Coração de Jesus, tão ultrajado e esquecido dos homens ingratos.”<sup>348</sup>

A solução pregada pelo padre Malatesta e por outros vigários era conseguir, por intermédio de preces ao Sagrado Coração de Jesus e ao Imaculado Coração de Maria, as graças necessárias para reverter a situação que se abatera com a luta dos paulistas. As entronizações seguiam um curso comum em meio à luta constitucionalista.

As cartas dos padres retrataram com clareza a situação comum a inúmeras cidades e vilas do estado de São Paulo durante o período da Revolução: o medo, a fuga para outros lugares, considerados mais seguros, a preocupação dos padres para com seus paroquianos que sofreram as agruras da guerra, a escassez gerada pela levante armado.

A luta na região de Ribeirão Preto foi intensa e o próprio d. Alberto viu-se envolvido. Muitas famílias foram consultá-lo se deveriam sair de suas casas com a aproximação das tropas federais. O chefe das forças militares federais esteve com o bispo, pedindo apoio para tranquilizar as famílias.<sup>349</sup> Este respondeu que fazia parte de suas funções, como prelado, dar uma assistência tranquilizando e instruindo as famílias a permanecerem

<sup>347</sup> LIVRO de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, n. 4, p. 106. Franca, **ACDFr** – SP Franca SP.

<sup>348</sup> LIVRO de Atas do Apostolado da Oração. 4/nov./1932, p. 99. Arquivo da Paróquia de São Sebastião (**APSS-Mo-SP**), Mococa-SP.

<sup>349</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. **Carta ao Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 12/out./1932.

como ele em suas casas, independentemente de uma comissão formada na cidade, em que seu nome fora inserido a sua revelia.

Mas nem todas as associações rezavam somente em prol da causa dos paulistas, pois atendiam aos pedidos da hierarquia da Igreja. Na matriz de Nossa Senhora do Rosário<sup>350</sup> de Ribeirão Preto, os agremiados do Apostolado da Oração, que durante os meses de julho a setembro fizeram preces em prol da causa dos paulistas, no mês de outubro, quando a Revolução caminhava para o final, a causa dos paulistas não aparece nas intenções das orações. Seguindo o pedido do papa, as preces estavam direcionadas para aumentar o número de católicos na China e no Japão, e a questão interna vivida pelo retorno de muitas famílias a suas casas em várias cidades da região passava longe das preces naquele momento. Algumas associações eram dirigidas por padres estrangeiros, acredito que, pelo menos oficialmente, se preocupavam mais em seguir os pedidos de oração do papa do que na crise interna que a população do interior de São Paulo vivia.

Em algumas cidades da diocese em que as atividades da Igreja foram canceladas, após o término do conflito, foram celebradas missas de ação de graças para pagar promessa pelo retorno de todos os voluntários e por não haver nenhuma propriedade saqueada ou atacada durante os enfrentamentos.<sup>351</sup>

O fim da Revolução permitiu o retorno à normalidade na região, e a situação política instalada possibilitou que a Igreja, em seguida, lançasse sua campanha de participação mais intensa na vida cotidiana brasileira e principalmente na política por meio da Ação Católica e da Liga Eleitoral Católica. A festa das bodas de d. Alberto foi um dos acontecimentos que a Igreja celebrou após o término da Revolução.

### *3.2 Bodas de ouro de d. Alberto*

Em 1932, durante a complicada situação política no estado de São Paulo, com a crise econômica e a Revolução constitucionalista, d. Alberto completou 50 anos de sacerdócio. A situação impediu a realização de uma grande festa na data certa. A festa, que vinha sendo preparada por mons. Lauriano, ficou adiada para um “tempo oportuno”. A

---

<sup>350</sup> 1º LIVRO de Atas do Apostolado da Oração, p. 69. **Arquivo da Paróquia Nossa Senhora do Rosário.** Ribeirão Preto-SP.

<sup>351</sup> LIVRO de Atas do Apostolado da Oração. **Arquivo Paróquia Santa Rita de Cássia.** 30/10/1932, p. 20 e 21. Santa Rita do Passa Quatro. Monsenhor Manuel Vinheta era o pároco de Santa Rita, celebrou missas de ação de graças pelo fim da revolução.

recomendação de mons. Lauriano<sup>352</sup> era de que nas paróquias da diocese, na medida do possível, a data fosse comemorada.

Monsenhor Lauriano deu início aos preparativos, pedindo aos padres que enviassem os ramalhetes espirituais na intenção do bispo. Os ramalhetes espirituais eram comuns e podiam ser realizados por meio de missas, recitação de jaculatórias, jejuns, orações, terços, visitas ao santíssimo sacramento, leitura espiritual, mortificações, entre outras preces realizadas pelos padres e fiéis. Simbolizavam ofertas especiais pedidas pela Igreja para uma boa causa, no caso, as bodas do bispo, ou em outras ocasiões, quando encontramos o papa pedindo aos fiéis e ao clero a oferta de ramalhetes espirituais pela paz mundial. Os pedidos das bodas foram encaminhados aos padres no mês de maio de 1932.

Em Ribeirão Preto, monsenhor Lauriano preparou um programa simples, para o dia 17 de setembro de 1932, na catedral: missa, às sete e trinta, celebrada pelo bispo, com comunhão geral dos fiéis e associações religiosas. Às 10 horas missa cantada, com assistência pontifical, com a presença do clero secular e regular, associações com estandartes e distintivos, autoridades civis e militares, representações das paróquias e dos colégios católicos. Depois da missa, o bispo recebeu o óbolo pró-seminário e os ramalhetes espirituais.

O empenho de monsenhor Lauriano, ao pedir para os padres que não deixassem passar em branco, data considerada importante, mostrava a preocupação com o brilho das bodas de d. Alberto, a quem monsenhor servia lealmente.

Ainda em 17 de setembro de 1932, muitas homenagens foram feitas a d. Alberto José Gonçalves. O Boletim Diocesano, órgão oficial da igreja de Ribeirão Preto, trouxe a notícia completa das festividades, que, nesse ano, fora reduzido às festividades religiosas por causa da situação adversa da região e do estado de São Paulo. Os jornais locais, da capital e do estado do Paraná publicaram matérias sobre a festa.

Um dos pontos altos ficou expresso na resposta ao apelo de monsenhor pelo brilho da festa, o qual após a missa, subiu ao púlpito para saudar o bispo e entregou-lhe o ramalhete espiritual da diocese, com 2.037.650 atos de piedade, e o Livro de Ouro, com a importância de 33:842\$000.<sup>353</sup> Os números explicam o apreço da comunidade para com seu bispo, que, mesmo em tempos de penúria, enviaram, das diferentes partes da diocese, sua contribuição. O relato do Boletim Diocesano explicou que a festa poderia ter sido maior, não

---

<sup>352</sup> LAURIANO, Mons. João. As Bodas de Ouro da Ordenação Sacerdotal no nosso Amado Bispo Diocesano D. Alberto José Gonçalves. **Boletim Diocesano**. Ribeirão Preto-SP, ano 3, n. 32, p. 1-2, agost 1932.

<sup>353</sup> LAURIANO, Mons. João. As Bodas de Ouro Sacerdotes de D. Alberto José Gonçalves. **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto-SP, ano 3, n. 33, p.1-10, set. 1932.

fossem as dificuldades, já que muitos padres não conseguiram enviar a contribuição por falta de recursos.

Para coroar o brilho da festa, apesar das ausências e do programa restrito, o cardeal enviou um telegrama com a notícia de que o papa Pio XI concedera a d. Alberto a honra de Assistente ao Sólido Pontifício.<sup>354</sup> O papa Pio XI escreveu a d. Alberto, parabenizando-o e concedendo-lhe ainda um título de nobreza, o de conde, e outras benesses.

A grande comemoração, com inúmeros prelados e convidados ilustres, foi celebrada, dois anos depois, nos dias 1º e 2 de fevereiro de 1934, quando foi publicado um balanço exaltando o governo de d. Alberto e o progresso material e espiritual da diocese. O jornal *Diário de Notícias*<sup>355</sup> mostrou que o crescimento do patrimônio da diocese, insignificante no momento de sua criação em 1909, passava a mais de mil contos de réis, contando com a catedral, palácio episcopal e seminário diocesano. Quanto ao crescimento espiritual, as comunhões, em 1915, em número de 267.446, em 1934, alcançava a cifra de mais de um milhão, na diocese. Os dados revelavam que a Igreja, ao publicar esses números, mostrava que era a crença que possuía o maior número de adeptos, mesmo com a liberdade de culto introduzida com a República.

A contribuição das paróquias da diocese para o jubileu do bispo foi publicada num balancete assinado pelos dois membros responsáveis pela comissão da festa: monsenhor João Lauriano e cônego Assis Barros. A cifra de 72:535\$000 como contribuição das paróquias, tiradas as despesas, foi entregue ao Bispo num saldo de 50:774\$500. Não foi especificado no balancete se nesse número estavam inclusas as contribuições enviadas em 1932.<sup>356</sup>

Apesar dos ataques sofridos em muitos momentos por parte de seus inimigos na imprensa local, esta sabia reconhecer d. Alberto como chefe religioso, com influência e prestígio no seio da sociedade, justificativa simples para não se omitir homenagens.

A presença do núncio apostólico d. Bento Aluizi Marsala, do arcebispo de São Paulo, d. Duarte Leopoldo e Silva, abrilhantaram a festa e mostraram o prestígio de d. Alberto. Outros prelados também participaram, tais como: d. Francisco de Aquino Correa, arcebispo de Cuiabá, d. José Marcondes Homem de Melo, bispo de São Carlos, d. João de Almeida Ferrão, bispo de Campanha.

<sup>354</sup> O TÍTULO DE ASSISTENTE ao Sólido Pontifício, ou seja, assistente da cadeira papal representava um título honorífico importante no curriculum de d. Alberto.

<sup>355</sup> O BISPO Diocesano, D. Alberto José Gonçalves. *Diário de Notícias*. Ribeirão Preto, 1/ fev/1934, p. 1

<sup>356</sup> BALANCETE das festas jubilares de S. Excía. Rvma. O Sr. Bispo Diocesano, D. Alberto José Gonçalves, realizadas nesta cidade de Ribeirão Preto, no dia 2 de fevereiro do corrente anno. *Boletim Diocesano*, Ribeirão Preto-SP, ano 5, n.55, p. 4, julho 1934.

É importante destacar que a Câmara Municipal de Ribeirão Preto decretou feriado em homenagem ao jubileu sacerdotal do bispo, o que contribuiu para que a população pudesse comparecer às festividades. As décadas em que d. Alberto viveu em Ribeirão Preto e o impulso dado ao catolicismo permitiram ter seu trabalho reconhecido pelos políticos, que decretaram feriado no município apesar da separação do Estado com a Igreja.

Monsenhor Lauriano organizou a publicação de uma *Poliantéia*, com os feitos de d. Alberto, que foi distribuída entre os convidados mais importantes da festa. Nela encontramos artigos assinados por: Valois de Castro (“D. Alberto, aluno e professor do pequeno Seminário”); D. João, arcebispo de Curitiba (“O Padre Alberto”); Altino Arantes (“D. Alberto Político”); o programa da festa, cópia dos documentos enviados por Roma para o bispo e os discursos proferidos nas sessões de homenagens. Completavam a obra dirigida por mons. Lauriano fotografias dos pais do homenageado, dos locais que passou em Curitiba, Ribeirão Preto, como a catedral, palácio episcopal e cenas das homenagens.

Os jornais de Curitiba e da região da diocese publicaram artigos sobre a festa e prestaram homenagens ao bispo.

No início dos anos 1930, no momento do jubileu de d. Alberto, visualizamos uma articulação da Igreja com uma maior inserção no seio da sociedade com a volta do ensino religioso nas escolas públicas, participando nos bastidores da política com a Liga Eleitoral Católica e a chegada da Ação Católica.

Em Ribeirão Preto, para facilitar a organização dos comunicados realizados pela cúria diocesana, mons. Lauriano, apoiado por d. Alberto, fundou o Boletim Diocesano. A diocese não possuía um jornal que fosse porta-voz dos comunicados ao clero e aos fiéis.

No primeiro número, um comunicado explicativo determinava as diretrizes do Boletim. Estava escrito que:

Na falta de um jornal nesta cidade, que represente os interesses da Diocese, e atendendo as repetidas solicitações do clero, ficou resolvido dar publicidade a este BOLETIM que, publicado mensalmente, irá dando aos rvmos. Vigários e demais sacerdotes as notícias que lhes serão de utilidade, podendo assim acompanhar o movimento que for se operando na Diocese.<sup>357</sup>

---

<sup>357</sup> EDITORIAL **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto-SP, ano 1 , n. 1. p.1, janeiro 1930.

Acompanhamos, por meio da fala do jornal da diocese, durante as décadas de 1930 a 1940, os informes sobre temas variados, tais como a Liga Eleitoral Católica, a implantação do ensino religioso nas escolas públicas, a Ação Católica, comunicados e cartas pastorais de d. Alberto, Bulas e Encíclicas dos papas, informes sobre a Igreja no mundo, avisos gerais ao clero e os despachos do expediente do bispado. Nas décadas seguintes, o Boletim revelou-se um dos principais meios de comunicação entre a cúria diocesana e os padres.

### *3.3 Igreja e política – A Liga Eleitoral Católica, LEC.*

Com o fim da Revolução de 1932, a Igreja buscou aplicar uma resposta mais atuante com a aproximação das eleições para a Assembléia Constitucionalista. A necessidade de eleger candidatos sensíveis aos temas católicos ganhou forma mais concreta, fruto do que vinha ocorrendo ao longo dos anos 1920, quando uma articulação dos leigos católicos com a hierarquia, incentivados pelo cardeal Joaquim Arcoverde, permitiu que fosse fundada a revista *A Ordem*, em 1922, uma das mais representativas revistas dos católicos articulados. Junto com a revista, estava o Centro D. Vital, ambos no Rio de Janeiro, tendo à frente, entre outros, Jackson de Figueiredo e, depois, Alceu de Amoroso Lima, que assinava com o pseudônimo de Tristão de Ataíde. A articulação era uma resposta à busca da Igreja de continuar a ser a monopolizadora do sagrado, a guardiã da moral e da vida pública, através da via de melhor entendimento com o Estado.

Desde 1889, a relação oficial da Igreja com os partidos políticos e a política ocorria principalmente nos bastidores. Muitos padres continuaram a exercer cargos políticos e a atuar, defendendo a causa da Igreja. D. Alberto foi um desses padres que, conforme vimos no capítulo primeiro, ocupou os cargos de deputado e depois senador da República. Da tribuna, o então padre Alberto tinha o suporte necessário para lutar de acordo com as determinações de Roma. Por sua postura política, acabou recebendo o título de “paladino da Igreja”, dado a ele pelo arcebispo emérito de Curitiba, d. Pedro Fedalto.<sup>358</sup>

A atividade política de d. Alberto ainda como padre, em Curitiba, permitiu que, depois de deixar oficialmente a política partidária para exercer o cargo de bispo, ele continuasse a se relacionar com o poder político de outra instância. Como bispo, passou formalmente a criticar a criação de um partido político católico. A discussão a respeito da

---

<sup>358</sup> FEDALTO, D. Pedro. *A Arquidiocese de Curitiba na sua História*. Curitiba: Cúria Metropolitana, 1958.

criação de um partido político católico ocorria desde o fim do século XIX<sup>359</sup>, quando padres e bispos se pronunciavam a favor ou contra.<sup>360</sup>

A necessidade de defender os interesses da Igreja no campo político era premente, e a melhor solução para muitos membros do clero estava na fundação de um partido em que os católicos pudessem eleger candidatos capazes de seguir uma orientação fiel aos princípios da Igreja. A discussão envolveu questões como o nome do partido e, até mesmo, se era viável a Igreja estar à frente de um partido político.

A opinião do clero estava dividida: d. Alberto, por exemplo, político hábil, considerava inconveniente qualquer manifestação do episcopado que fosse de caráter político, formando partido inimigo da religião. Ele fez referências a outros prelados que, de alguma maneira haviam se manifestado quanto à política, como o arcebispo de Mariana, d. Silvério, que serviu para manejos eleitorais. O arcebispo de Mariana havia indicado um candidato ao governo que fora derrotado, revelando a desobediência dos mineiros, ficando o prelado de acordo com d. Alberto, bastante embaraçado com a história.<sup>361</sup> No entanto, d. Alberto atuou politicamente nos bastidores políticos até sua morte, em 1945. A questão é saber como ele atuou.

O trânsito político de d. Alberto permitia com que ele recebesse a visita de presidentes, como a do marechal Hermes da Fonseca<sup>362</sup>, durante sua estada no Rio de Janeiro. Na referida visita, tudo indica que eles conversaram sobre a possibilidade de os católicos obedecerem à hierarquia na indicação dos candidatos; mas d. Alberto considerava que qualquer manifestação pública do clero seria explorada para fins políticos. A posição da Igreja, no início da República, foi vulnerável, e alguns prelados não queriam se expor e estar novamente sob o jugo da política.

A discussão sobre a formação de um partido político católico, a serviço da Igreja e nos moldes dos que existiam em outros países, era uma tese discutível.

Na reunião dos bispos da província eclesiástica meridional do Brasil, em 1910, seguindo o modelo adotado em outros países, ordenava-se que os fiéis católicos escolhessem candidatos católicos para ocupar os cargos públicos.

---

<sup>359</sup> LUSTOSA, Oscar de F. **Igreja e Política no Brasil**. Do partido católico à LEC (1874-1945). São Paulo: Loyola/CEPEHIB, 1983. A obra compila alguns documentos a respeito da Igreja e o partido católico.

<sup>360</sup> LUSTOSA, O de F. **Igreja e política no Brasil. Do Partido católico à LEC (1874-1945)**. São Paulo: Loyola, 1983; LUSTOSA, O de F. **A Igreja Católica no Brasil e o Regime Republicano. Um aprendizado de liberdade**. São Paulo: Loyola, 1990.

<sup>361</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Correspondência a D. Duarte Leopoldo e Silva. 1/2/1910. **ACMSP**, São Paulo. (Pasta Ribeirão Preto).

<sup>362</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Correspondência a D. Duarte Leopoldo e Silva. 1/2/1910. **ACMSP**, São Paulo. (Pasta Ribeirão Preto).

Em meio à discussão sobre a criação de um partido católico surgiu, em 1912, fruto do encontro dos bispos em 1910, a Liga Eleitoral Católica de Campinas, elaborada inicialmente por d. João Baptista Nery, bispo de Campinas, que lançou uma *Carta Pastoral* orientando o clero e os fiéis católicos para uma ação política.<sup>363</sup> Para d. Nery, na formação da LEC era incontestável a “[...] urgente necessidade de estender a Ação Católica ao terreno político [...] era considerada uma empresa arrojada.”<sup>364</sup> Para o bispo, o importante era encarar os assuntos políticos sob o ponto de vista católico. Quais razões levaram o bispo de Campinas a entender a importância da entrada dos católicos no campo político?

A separação do Estado com a Igreja ocorrida no fim do século XIX era, em 1913, uma ferida muito viva para alguns prelados que enxergavam de perto as reais necessidades de ganhar espaço no campo político, atingindo a sociedade a partir de outros parâmetros, revertendo as leis que emperravam uma maior atuação da Igreja. A eleição de candidatos sensíveis às questões pertinentes à Igreja católica era urgente, e partilhavam da mesma opinião outros prelados da época, que pregavam abertamente uma maior inserção dos católicos na vida pública.

A defesa da participação ativa dos leigos, e até da fundação de um partido católico, estava expressa na obra de Desidério Deschand, amigo pessoal de d. Alberto. Deschand escreveu, na primeira década do século XX, que os católicos estavam não apenas indiferentes, mas “[...] nunca cumpriram conscienciosamente seu dever de eleitores, nunca trataram seriamente de se organizar em partido político para fazer respeitar a vontade soberana do povo.”<sup>365</sup>

O padre Deschand afirmava que uma República precisava respeitar a crença da grande maioria da população; ora, isso era advogar a causa dos católicos, que representavam o maior número de adeptos, uma vez que, até 1889, a religião oficial no Brasil era a católica. A ameaça, vinda com a República, da laicização da sociedade com a entrada do ensino laico, da secularização da sociedade, do positivismo e da influência da maçonaria, presentes na Constituição, representavam, para o padre Deschand, motivos suficientes para a desconfiança do governo republicano. A desconfiança, em fins do século XIX e início do XX, era mais da Igreja e seus prelados, visto que a grande maioria da população continuava analfabeta,

<sup>363</sup> BENCOSTA, Marcus L. **A Igreja e Poder em São Paulo: D. João Baptista Nery e a Romanização do Catolicismo Brasileiro (1908-1920)**. 1999. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 1999. O autor trabalha o governo de D. Nery e o item 4 do capítulo 5º. trata sobre a LEC.

<sup>364</sup> NERY, D. João Baptista. Carta Pastoral In: LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **Igreja e Política no Brasil**. Do partido católico à LEC (1874-1945). São Paulo: Loyola, 1983, p. 87

<sup>365</sup> DESCHAND, D. **A situação actual da religião no Brazil**. Rio de Janeiro, Guanier, 1910, p. 23.

residindo no campo, distante das discussões, entre outras coisas, sobre o ateísmo da República.

Em meio à modernização do país, a expansão urbanística ganhava espaço com uma população que lentamente saía do campo e se dirigia para as cidades e aderira aos poucos às mudanças institucionais, às novas crenças e costumes.

A Igreja católica considerava explicitamente as outras crenças como inferiores. Como a grande maioria da população ainda freqüentemente recebia os sacramentos como o batismo, houve prelados, como Deschand, entre outros, que no início do século XX consideravam uma afronta a Deus e aos fiéis católicos os artigos da Constituição brasileira que feriam a herança da grande contribuição que a Igreja católica deu ao Brasil, ao longo dos quatro séculos de sua presença no país.

Poucos anos depois da publicação da obra de Desidério Deschand, em 1915, o bispo de Ribeirão Preto expressou, por meio da imprensa, sua opinião sobre a fundação de um Partido Católico: “[...] os cathólicos não devem apresentar seus candidatos diretamente, mas concorrer às urnas votando nos candidatos escolhidos sem distincção de partidos, e que merecem nosso apoio [...]”<sup>366</sup>

Para d. Alberto, a Igreja não deveria tratar de partidos, mas, sim, de candidatos; estes é que mereciam sua real preocupação, por suas posturas, à partir deles é que os fiéis deveriam ser aconselhados a dar o seu voto. A crença e as formas pelas quais o candidato se reportava a respeito da Igreja é que o qualificava para a indicação. Ao citar o bispo d. Nery e o trabalho desenvolvido em Campinas, d. Alberto, afirmava que estava tentando fazer a mesma coisa em sua diocese, mas em 1913, não apuramos nenhuma medida mais concreta, como as que foram tomadas por parte do bispo de Campinas na década de 1910.

Duas décadas depois, em 1931, o cardeal Leme enviou um comunicado em que esclarecia que o clero deveria ficar afastado das lutas partidárias, mas que não fossem indiferentes às justas aspirações da consciência. A declaração de d. Leme esclarecia o papel do clero: “[...] o clero continue na sua missão exclusivamente pastoral, alheio de toda a questão de política partidária que não impliquem assumptos de religião ou moral.”<sup>367</sup>

No entanto, os acontecimentos após a Revolução constitucionalista de 1932 e as eleições para a Assembléia Constituinte trouxeram um novo olhar em que a Igreja se envolveu no alistamento eleitoral, criando a LEC.

---

<sup>366</sup> D. ALBERTO e o Partido Cathólico, *A Cidade*, Ribeirão Preto, 10/ jan /1915, p.1.

<sup>367</sup> O CLERO e os Partidos políticos. *Boletim Diocesano*, Ribeirão Preto, Ano 2, n. 22, p. 3-4 , 1931.

Em 1932, quando o cardeal d. Sebastião Leme criou a Liga Eleitoral Católica, a articulação de grupos católicos a serviço da doutrina da Igreja contribuiu para que a LEC. viesse a se constituir numa das principais obras de apoio à Igreja, na arregimentação e eleição de candidatos a serviço da doutrina católica e do patrimônio da família cristã. Alceu de Amoroso Lima, que representava uma importante liderança leiga católica, um dos responsáveis pela revista *A Ordem*, assumiu o cargo de secretário-geral da Liga Eleitoral Católica.

O objetivo da Liga era orientar os fiéis católicos na escolha dos representantes políticos nas eleições. A LEC. exerceu um papel imprescindível em algumas campanhas. Ela não representava uma organização piedosa ou de caráter eclesiástico, ou seja, era orientada por padres, mas sua organização era laica. Sua finalidade da LEC. estava estruturada em alguns princípios como instruir, congregar, alistar o eleitorado católico, assegurando aos candidatos, dos diferentes partidos, a aprovação pela Igreja, o apoio dos fiéis, desde que estes defendessem os princípios sociais e morais católicos na Assembléia Constituinte e, conseqüentemente, na vida pública brasileira.<sup>368</sup>

Para Bencosta<sup>369</sup>, a Liga de Campinas, de 1912, não deve ser confundida com a Liga criada por d. Leme, que teve por objetivo apoiar os candidatos às Assembléias Constituintes. Certamente os tempos eram outros, mas, refutando as palavras do autor, afirmamos que um dos objetivos era o mesmo: impedir a entrada de candidatos que não fossem sensíveis aos ensinamentos e às diretrizes da Igreja católica.

Na prática, o papel dessas ligas seria não apenas organizar o eleitorado católico, mas também fazer uma incisiva frente cristã, diante da idéias anti-clericais, que desafiavam cada vez mais a Igreja e seus seguidores. As manifestações públicas da Igreja católica, com suas procissões, festas de santos padroeiros e outras mais populares que faziam parte da cultura religiosa do Brasil, permitiram que a Igreja ainda considerasse que era a dona da vez, com larga influência em toda a sociedade brasileira. O advento do século XX, com suas inúmeras transformações sócio-culturais e econômicas, bem como de novos tempos no domínio político, vislumbrados após o término da primeira guerra mundial, deixava dúvidas do papel representado pela Igreja diante das massas urbanas. Aumentava o número de adeptos de outras crenças, com a liberdade de culto, o que foi motivo de preocupação para a hierarquia da Igreja, que conclamou os fiéis a saírem da indiferença e a lutarem contra os que abertamente a criticavam e à doutrina pregada por Cristo.

---

<sup>368</sup> BEOZZO, J. O. **Cristãos na Universidade e na política**. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 31-32

<sup>369</sup> BENCOSTA, M. L. 1999. p. 199.

Os *Estatutos da Liga Eleitoral Católica*<sup>370</sup>, no seu artigo 15º estabeleciam que os candidatos que queriam o aval se comprometiam por escrito a defender, no decorrer do mandato, o programa da Liga. Era uma condição e por trás dela estavam os prelados.

Aos padres coube a tarefa de incentivar os fiéis a ingressarem na LEC. usando o argumento de que não era um partido católico: “[...] *mas para a defesa mais perto das causas da pátria e da família* [...]”<sup>371</sup> Para o cardeal d. Leme e boa parte do alto clero, inclusive d. Alberto, a LEC representou uma solução bastante viável para a inserção dos valores da Igreja no campo político por meio do voto dos fiéis.

Um dos argumentos usados para convencer os católicos era de que o vínculo entre a família e a pátria colocava a presença da Igreja no seio de muitas casas e advogava uma causa centrada nos valores do cristianismo. Uma pátria, para vivenciar a ordem e a harmonia, requeria também a existência da família. A harmonia da pátria contribuía para a estabilidade da família que, no pensamento da hierarquia da Igreja, devia ser essencialmente a família católica, seguidora dos princípios dessa Igreja.

A LEC incentivava o voto, alegando que votar era ato cívico e representava um ato de amor a Jesus. Em carta dirigida aos diocesanos, d. Alberto<sup>372</sup> ressaltou a importância do voto, como uma arma que a justiça havia colocado nas mãos dos cidadãos. O bispo aconselhava aos católicos que se alistassem e escolhessem os candidatos que “[...] melhores garantias ofereçam de defenderem os direitos sagrados da sua consciencia, seja qual for o partido político ao qual pertençam. E se os leitores cathólicos assim procederem, teremos certamente uma Constituição que não offenda os sentimentos da maioria do povo brasileiro.”<sup>373</sup>

D. Alberto manifestou-se sobre os partidos políticos e o alistamento eleitoral, foi bastante enfático em dizer que era contra a fundação de um partido político católico. Afirmou que o voto, mais que um direito, era um dever do cristão, mas que a Igreja podia condenar o procedimento dos católicos que davam seu voto para os candidatos que fossem contrários às suas convicções religiosas. D. Alberto alertou que a atitude da Igreja foi considerada por muitos como intransigente, anti- republicana e antipatriótica.

<sup>370</sup> ESTATUTOS da Liga Eleitoral Católica. **O Cravinhense**. Cravinhos, 13/nov./1932. p.1a 2

<sup>371</sup> VIDA RELIGIOSA, **Diário de Notícias**. Ribeirão Preto, 11/jan./1933, p. 2.

<sup>372</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Carta do Bispo de Ribeirão Preto aos seus diocesanos sobre o alistamento eleitoral. **Boletim Diocesano**. Ribeirão Preto-SP, ano 3, n. 36, p. 1-2, dez. 1932.

<sup>373</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Carta do Bispo de Ribeirão Preto aos seus diocesanos sobre o alistamento eleitoral. **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto-SP, ano 3, n. 36, p. 1-2, dez. 1932.

### 3.4 A LEC em Ribeirão Preto

A direção da LEC era composta por quatro Juntas: nacional, estadual, regional e local. As Juntas possuíam o papel de orientação, promovendo os trabalhos de alistamento de acordo com as instruções baixadas pelas Juntas superiores.<sup>374</sup>

Em Ribeirão Preto, a vinda da LEC seguiu o caminho trilhado em outras dioceses. D. Alberto instalou as Juntas, que trabalharam em prol do alistamento de eleitores masculinos e incentivaram a inovação introduzida nos tempos de Vargas: o voto feminino.

Por meio da cúria, a cobrança de uma atitude por parte dos vigários não ficou somente com a carta do bispo enviada a eles. O vigário-geral, em *Circular* dirigida aos vigários<sup>375</sup>, orientou e admoestou que aqueles que ainda não haviam formado a Junta eleitoral nas suas paróquias deveriam envidar todos os esforços para as constituírem, enviando à cúria os nomes dos membros da Junta. Como a circular tem data de fins do mês de janeiro de 1933, o padre incentivava a realizarem um trabalho rápido, antes das eleições de maio, para que o maior número de homens e mulheres pudessem estar aptos na escolha dos candidatos.

Muitas paróquias da diocese de Ribeirão Preto responderam prontamente ao apelo do bispo e de seu vigário geral, instituindo a LEC para o alistamento dos eleitores.

As associações leigas foram mobilizadas para fazer o trabalho. A propaganda para o alistamento dos fiéis era feita pelos jornais, em reuniões das associações, e advogava a causa da LEC e do alistamento, alegando que qualquer outra associação contrária seria considerada cismática, uma vez que a Liga fora instituída sob orientação da cúria metropolitana.<sup>376</sup>

A pressão da cúria sobre os padres para trabalharem em prol da LEC foi grande, e o empenho de d. Alberto de seguir o caminho traçado por outras dioceses revela seu alinhamento, como bispo, com a proposta da hierarquia da Igreja no Brasil.

O bispo determinou três pontos a serem seguidos nas paróquias da diocese a respeito do alistamento eleitoral:

1º. Que esta nossa Carta seja lida e explicada mais de uma vez por ocasião das missas ou reuniões à tarde;

<sup>374</sup> LUSTOSA, Oscar de F. **Igreja e Política no Brasil. Do Partido Católico à LEC. (1874-1945)**. São Paulo: Loyola/CEPEHIB, 1983.

<sup>375</sup> LAURIANO, Mons. João. Liga Eleitoral Catholica. **Boletim Diocesano**. Ribeirão Preto-SP, ano 4, n.37, p.2, jan 1933.

<sup>376</sup> DEFININDO situações a LEC e os Partidos. **Diário de Notícias**. Ribeirão Preto, 31/janeiro/1933. p. 1.

2º. Que seja nomeada pelos Revds. Vigários uma comissão de três membros que se incumbam de promover ou auxiliar o alistamento eleitoral das pessoas de ambos os sexos que foram hábeis por lei;

3º. Que esta comissão se corresponda com a comissão Regional da sede da Diocese sobre os trabalhos realizados de acordo com o respectivo regulamento.<sup>377</sup>

A posição da Igreja, mais do que contribuir com o Estado, era salvaguardar seus direitos. As orientações serviam para assegurar que os fiéis votariam de acordo com as disposições da Igreja. Para explicar essa posição, d. Alberto buscou nas idéias do papa Pio X a defesa dos católicos ao recusar o voto para os candidatos considerados adversários às convicções religiosas que atentassem contra os dogmas do catolicismo. O momento era propício para buscar na política uma melhor posição para a Igreja e suas necessidades, por meio de candidatos sensíveis aos interesses do catolicismo.

Acreditamos que, como d. Alberto havia atuado diretamente na política e conhecia de perto as artimanhas dos bastidores, ele tinha feito a sugestão de organizar o eleitorado católico fundando ligas eleitorais.<sup>378</sup>

O incentivo para o voto das mulheres consistia uma novidade; elas eram chamadas para o alistamento, sob a propaganda de que a mulher católica não podia se negar a dar o seu voto, que seria como negar a amar o Cristo.<sup>379</sup> Em Ribeirão Preto, as mulheres, sob a direção de d. Elza Pompeu de Camargo e do cônego Barros, formaram o Posto Feminino de Qualificação Eleitoral.<sup>380</sup>

D. Alberto, ao visitar a Junta de Ribeirão Preto da LEC<sup>381</sup>, afirmou que a Liga não apresentaria candidatos e que a escolha era independente de partido. Num momento importante para definir aqueles que redigiriam as leis do país, o bispo ressaltou que era importante escolher candidatos que se comprometessem a votar em favor das reivindicações

<sup>377</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Carta do Bispo de Ribeirão Preto aos seus Diocesanos Sobre o Alistamento Eleitoral. **Boletim Diocesano**. Ribeirão Preto-SP, ano 3, n. 36, p. 1-2, dez 1932.

<sup>378</sup> D. ALBERTO e o Partido Católico, **A Cidade**. Ribeirão Preto, 10/out./1915.

<sup>379</sup> AS CATHOLICAS refratárias ao voto. **Diário de Notícias**. Ribeirão Preto, 18/jan./1933, p. 1.

<sup>380</sup> Não disponho de dados de quantas mulheres se inscreveram nas Juntas da diocese de Ribeirão Preto, mas tudo indica que no Estado de São Paulo o trabalho da Igreja não foi em vão, uma vez que as mulheres participaram com candidatas e uma delas, da cidade de São Paulo, foi eleita para a Assembléia Constituinte, a médica Carlota Pereira de Queiróz, que intensificou a luta pelos direitos das mulheres na sociedade brasileira.

<sup>381</sup> LIGA Eleitoral Católica. **Boletim Diocesano**. Ribeirão Preto-SP, n. 38, p.1-2, fev. 1933.

católicas, como o ensino facultativo religioso nas escolas, os efeitos civis do casamento realizados de acordo com a crença dos nubentes e a rejeição do divórcio.<sup>382</sup>

A prática sobre os candidatos revelou ser diferente. A correspondência dos candidatos enviada à cúria nos permite fazer uma afirmação contrária à fala de d. Alberto. A Liga pode não ter abertamente apoiado, mas ocorreu a distribuição de cédulas de candidatos apoiados pela Igreja, como demonstra um trecho de uma carta enviada a monsenhor Lauriano que dizia:

[...] recebendo attendi com satisfação o pedido que enviou-me V. Rvma. para que eu mandasse cédulas com o meu nome em primeiro turno, para a votação nas eleições do próximo dia quatorze. Isto em virtude da resolução da Liga Eleitoral Cathólica de recomendar aos cathólicos a sufragarem-me nas urnas.<sup>383</sup>

Da cidade de Franca, outra indicação de que o envio de cédulas era comum: o dr. Maciel de Castro enviou carta<sup>384</sup> dirigida ao vigário de Pedregulho, alegando que teve autorização de mons. Lauriano para distribuir cédulas do Partido Constitucionalista para o primeiro turno das eleições junto ao eleitorado católico. De São João da Boa Vista, outra carta<sup>385</sup>, agradecendo à LEC da diocese o apoio no primeiro turno. Sobre o mesmo teor encontramos outras correspondências que corroboravam o fato de que candidatos à Assembléia Constituinte foram apoiados por prelados que distribuía as cédulas entre os fiéis, portanto, não estavam isentos de tomar partido.

Mas houve reações contrárias, e as dificuldades foram muitas para que a LEC fosse aceita e assumida por parte do clero. Uma disputa entre o presidente da Liga e o vigário de Mogy-Guassú destaca como as contendas estiveram presentes. O presidente da Junta, em carta a mons. Lauriano, acusou o padre Luís Vieira, que não se colocou do lado do clero paulista, não apoiou a Junta, alegando que “[...] *não tinha obrigação de gastar dinheiro para levar os brasileiros as urnas* [...]”<sup>386</sup> Próximo à eleição, o padre tentou impedir os católicos de

<sup>382</sup> LIGA Eleitoral Cathólica. **Boletim Diocesano**. Ribeirão Preto-SP, n.38, p.1-2, fev. 1933.

<sup>383</sup> JUNQUEIRA, Celso Torquato. Correspondência ao mons. João Lauriano. Orlandia, 10/10/1934. **ACMRP-SP**, Ribeirão Preto-SP. (Caixa Monsenhor Lauriano).

<sup>384</sup> CASTRO, Dr. Maciel de. Correspondência ao vigário de Pedregulho. 9/11/1934. **ACMRP-SP**, Ribeirão Preto-SP. (Caixa Monsenhor Lauriano).

<sup>385</sup> ANDRADE, Teophilo. Correspondência a monsenhor Lauriano. 17/11/1934. **ACMRP-SP**, Ribeirão Preto-SP. (Caixa Monsenhor Lauriano).

<sup>386</sup> VIEIRA, Luis. Correspondência ao monsenhor Lauriano. 29/4/1933. **APHRP-FJPM-SP**, Ribeirão Preto-SP

votar na chapa única, em que estavam inscritos os candidatos indicados pela Junta Estadual. Em Mogy, havia 206 eleitores inscritos na LEC.

Outra indicação das fontes pesquisadas diz respeito aos partidos. O discurso da Igreja era de que não importava o Partido, desde que o candidato preenchesse as exigências necessárias. Na diocese de Ribeirão Preto, um candidato à Assembléia Constituinte procurou o bispo, denunciando a presença de padre de fora<sup>387</sup> que estava realizando campanha contrária ao Partido Constitucionalista e a favor do Partido Republicano Paulista. Agremiações da Igreja, como os Congregados Marianos, participaram abertamente de comícios ligados ao Partido Constitucionalista, e a carta de Celso Torquato Junqueira, candidato do Partido Constitucionalista, representa um indicativo de que a postura dos dirigentes da Igreja, pelo menos em Ribeirão Preto não foi tão isenta quanto o discurso.

Uma pesquisa mais apurada indicaria a atuação da LEC no pleito de 1933, bem como os seguintes. A Igreja, como instituição, saiu vitoriosa, quando conseguiu aprovar algumas de suas principais exigências na Constituição de 1934.

“[...] incluindo apoio financeiro do Estado à Igreja, a proibição do divórcio e o reconhecimento do casamento religioso, a educação religiosa durante o período escolar e os subsídios do Estado para as escolas católicas.”<sup>388</sup>

Em agosto de 1934, d. Alberto enviou um “*Mandamento*” destinados aos diocesanos, com uma orientação para as eleições. Nele, o bispo deixa claro qual o papel do cristão: “o catholico que vota em inimigo da sua fé, é mais traidor do que um partidário que vota em um partido contrário ao seu.”<sup>389</sup>

O bispo enumera os princípios pelos quais era importante escolher os candidatos adequados, uma vez que para ele os inimigos da fé não davam trégua atacando os católicos de estarem sendo protegidos pela Constituição. d. Alberto explica que: “Os postulados, chamados religiosos, não foram incluídos na Constituição pelos padres, que eram apenas três na Constituinte, como affirmam, mas sim por uma maioria considerável dos legisladores, e não aproveitam à religião catholica exclusivamente, como se vae ver.”<sup>390</sup>

Tudo indica que candidatos apoiados pela LEC foram eleitos, mostrando a força da arregimentação dos católicos em torno de uma causa. Uma pesquisa sobre o papel da LEC

<sup>387</sup> TORQUATO, Celso. Correspondência a d. Alberto. 26/9/1934. ACMRP-SP, Ribeirão Preto-SP. (Caixa Monsenhor Lauriano).

<sup>388</sup> MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil. 1916-1985**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 48

<sup>389</sup> D. Alberto José Gonçalves. Mandamento. **Boletim Diocesano**. Ribeirão Preto, ano 5, n. 56, p. 2-4, agosto 1934.

<sup>390</sup> D. Alberto José Gonçalves. Mandamento. **Boletim Diocesano**. Ribeirão Preto, ano 5, n. 56, p. 2-4, agosto 1934

em cada cidade da diocese e os candidatos regionais eleitos pode indicar o êxito da força da Igreja.

Concomitante à LEC, a luta pelo ensino religioso ganhou fôlego com a brecha aberta pelo governo do retorno do ensino religioso às escolas. A tarefa de d. Alberto e dos padres era instituir o ensino religioso nas escolas públicas das cidades pertencentes à diocese.

### *3.5 O ensino religioso nas escolas católicas e públicas*

A educação representa no conjunto da história da Igreja um ponto imprescindível de apoio à permanência da doutrina e das práticas pregadas pela hierarquia eclesiástica.

No século XX, a Igreja ainda exercia poder sobre a vida cotidiana das pessoas. Os censos realizados pelo governo republicano apontam para uma permanência do catolicismo, a religião praticada pela maioria dos brasileiros. Um dos fatores que contribuíram para a permanência do catolicismo na vida cotidiana estava embasado nas escolas católicas e no ensino religioso nas escolas. Com a proclamação da República e a separação entre o Estado e a Igreja, veio a proibição do ensino religioso nas escolas públicas. D. Alberto, como padre no Paraná, ocupou cargo de professor de escola pública<sup>391</sup> e, como deputado, fez parte da Comissão de Instrução, Educação, Catequese e Civilização dos índios, entre outros trabalhos que desempenhou em prol da educação. Quando chegou a Ribeirão Preto, logo tomou providências para instalar escolas católicas na sede da diocese.

A escola pública estava presente em Ribeirão Preto antes da fundação dos colégios confessionais. Os Metodistas anteciparam-se aos católicos, fundando um colégio em 1898<sup>392</sup>; estes tiveram sua primeira escola no início do século XX.

#### *3.5.1 Escolas católicas em Ribeirão Preto*

As escolas católicas constituíam um dos pontos importantes de guarda da fé e da moral católica. Uma das primeiras escolas católicas em Ribeirão Preto, fundada em 1903, foi o Externato Agostiniano, dos padres dessa ordem. A escola, gratuita, apesar de pequena, revestiu-se de importância, pois funcionou até mesmo com ensino noturno, aberto em 1912, destinado aos operários, numa época em que estudar ainda era privilégio de poucos. O

<sup>391</sup> D. Alberto como deputado escreveu Projeto de lei sobre Ensino Público. BALDIN, 2006.

<sup>392</sup> ALMEIDA, V. de. **Ensinar e converter**: a ação Educacional Metodista em Ribeirão Preto, 1889-1950. Estudos de História, Franca, v.5, n.1, p. 57-70.

Externato era o único estabelecimento de ensino particular que aceitava alunos gratuitamente. Pouco se sabe sobre o Externato Agostiniano, no entanto, a cidade de Ribeirão Preto do início do século XX recebeu, com ele, o impulso inicial para o estabelecimento de outras escolas católicas.

Em 1912, incentivadas por d. Alberto, as irmãs Ursulinas estabeleceram colégio para atender a população feminina. Era o primeiro colégio católico feminino de Ribeirão Preto. O projeto educacional fazia parte da reforma iniciada no século XIX, em que as escolas católicas desempenharam um papel diante da sociedade laica. Nas palavras do prof. Ivan Manoel: “[...] da mãe cristã para filhos cristãos; de filhos cristãos para famílias cristãs; das famílias cristãs para a sociedade cristã. Com isso, esperava-se, em breve tempo, recristianizar toda a sociedade moderna.”<sup>393</sup>

O ensino religioso constituía um meio para a Igreja chegar às classes média e alta da sociedade, meninos e meninas recebiam uma educação pautada nos ensinamentos e valores cristãos, no desapego das coisas mundanas.

Em 1918, convidadas e apoiadas por D. Alberto, chegaram as Irmãs Salesianas, da Congregação das Religiosas Filhas de Maria Auxiliadora, fundando o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.<sup>394</sup>

Em 1938, os religiosos Maristas estabeleceram um colégio para os meninos, procedentes da cidade de Franca, local em que haviam estabelecido seu colégio em 1902.<sup>395</sup> Os Maristas contribuíram para fechar um ciclo de escolas católicas que funcionaram durante o governo de d. Alberto, na sede do bispado. A tardia fundação do colégio para meninos explica-se pela proximidade da cidade de Batatais, local que possuía um colégio católico para meninos, que funcionou também como colégio diocesano.

O colégio fundado em 1905 pelo padre Salesiano Atílio Cosi, como Escola Agrícola de Batatais, passou a ser parte da diocese de Ribeirão Preto, em 1910, quando d. Alberto o adquiriu por vinte contos de réis. Em 1912, esse colégio passou para a orientação dos Padres do Verbo Divino, conhecidos como padres alemães, e recebeu o nome de Colégio São José de Batatais.<sup>396</sup>

---

<sup>393</sup> MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e Educação feminina**. (1859-1919). Uma face do conservadorismo. São Paulo: Unesp, 1996, p. 49

<sup>394</sup> FURTADO, Alessandra C. **Mulheres cultas e devotas: o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto (1918-1960)**. Franca: Unesp, 2001. (dissertação de mestrado).

<sup>395</sup> SAADI, Lamia J. **Educação Marista: O Colégio Champagnat de Franca. (1902-1971)**. Franca, 2002.

<sup>396</sup> CORREIA, Padre Francisco de **A História do Seminário Arquidiocesano Maria Imaculada de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: 2005, p. 22 et seq.

Nas cidades maiores do bispado, atendendo a pedidos do bispo, religiosos fundaram suas escolas para meninos e meninas, sob a forma de internato ou externato. Dentro das escolas católicas funcionavam associações como Filhas de Maria, para as moças, e Congregados Marianos, para os rapazes. Os relatórios apontavam as diferentes atividades em que a juventude estudantil era envolvida, como retiros, missas seguidas de saraus e outras apresentações musicais e teatrais, passeios nas cidades vizinhas, entre outras atividades. A presença do bispo ou de monsenhor Lauriano abrilhantando as festividades das escolas católicas foi constante e contribuiu para reafirmar a importância das escolas católicas na permanência dos valores morais e éticos pregados pela Igreja.

### *3.5.2 O ensino religioso nas escolas públicas*

A Igreja, que perdera espaço com a separação do Estado em 1889, já nas primeiras décadas, obteve trânsito dentro das escolas. Entre 1920 e 1930, foi grande o avanço do ensino religioso. Uma ampla correspondência foi trocada entre padres, bispos, leigos discutindo o assunto e as formas de ação.

O Partido Político Regenerador de Minas Gerais, que teve à sua frente o leigo Dr. Joaquim Furtado de Menezes, no Manifesto do Partido, expressava que o governo não podia embarçar o ensino religioso<sup>397</sup> precisava, sim, impulsionar a instrução do povo e levar em conta suas crenças. Considerando que a maioria da população brasileira em 1909, época em que foi lançado o Manifesto, constituía-se de católicos, o autor afirmava que o governo não podia impedir os católicos de ministrar uma instrução religiosa ao povo. Para Menezes, se outras crenças advogassem a mesma causa, os católicos precisavam reagir, pois o objetivo da instrução religiosa era rebater a crescente secularização da sociedade.

Na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, a discussão sobre o ensino religioso nas escolas públicas ganhou espaço. Os jornais publicavam artigos defendendo a liberdade de pensar e escolher sua própria crença. A oficialização do ensino religioso era considerada como um crime, o fim da liberdade, o fim do que a República e a laicização haviam conseguido a duras penas.

A Igreja era acusada de prejudicar o progresso e de ser um empecilho à evolução natural do homem.<sup>398</sup> Enquanto para alguns essas acusações pareciam banais, para outros,

---

<sup>397</sup> LUSTOSA, O de F. **Igreja e Política no Brasil. Do partido católico à LEC. (1874-1945)**. São Paulo: Loyola/CEPEHIB, 1983, p. 60.

<sup>398</sup> BAPTISTA, Luiz Antonio. Religiões. **Diário de Notícias**. Ribeirão Preto. 25/nov./1933, p. 5

conforme publicava o jornal *Diário de Notícias*, o retorno do ensino religioso constituía sério entrave. A Igreja, que buscava ocupar seu espaço na sociedade, considerava o retorno como um significativo ganho. Apesar dos protestos de alguns, houve empenho da instituição em ter a seu lado nas discussões a elite política, capaz de assegurar que novamente ela estaria dentro das escolas.

Em 30 de abril de 1931, pelo Decreto n. 19.941, os católicos conseguiram do governo de Getúlio Vargas a aprovação para o ensino religioso; embora inicialmente facultativo, foi um triunfo da causa da Igreja na tentativa de cristianizar a sociedade.

A vitória do catolicismo veio com o Decreto n. 6.766, de 11 de outubro de 1934. Nele, ficavam especificados os procedimentos a respeito do que competia ao Estado e às autoridades do culto. O artigo 2º. do Decreto estabelecia que:

O pedido de matrícula dos alunos que tenham de receber ensino religioso nesses estabelecimentos deve vir acompanhado de documento assignado pelo pae ou responsável, declarando qual a confissão religiosa e cujos princípios deseja sejam ministrados a seu filho e tutelado.<sup>399</sup>

O Decreto proibia nas escolas oficiais a presença de símbolos, distribuição de folhetos ou impressos de propaganda religiosa de qualquer culto durante as aulas comuns.

A igreja aproveitou a oportunidade e deu impulso à organização do ensino religioso nas escolas públicas. Com a novidade, os padres escreveram à cúria pedindo esclarecimentos, empenharam-se junto aos fiéis e às escolas para estabelecer o ensino religioso. Era preciso esclarecer qual o papel da Igreja diante da permissão do retorno do ensino religioso nas escolas públicas, sobre o que Ivan Manoel esclarece:

Requerer o direito de ensinar nas escolas mantidas pelo Estado, ou, mais ainda, requerer o controle de todo o processo educacional não era, conforme o pensamento da hierarquia católica, um ato político destinado a se limitar à finitude do tempo humano, porque do tempo secular quem deve cuidar é o Estado.

À igreja cabe cuidar do tempo eterno, destino natural da alma, que depende da sua orientação, de sua educação para realizar esse plano divino.<sup>400</sup>

<sup>399</sup> O ENSINO religioso nas escolas. **Boletim Diocesano**. Ribeirão Preto., ano 2, n. 16, p. 9-10, abr 1931.

<sup>400</sup> MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina** 1859-1919. Uma face do conservadorismo. São Paulo: Unesp, 1996, p. 58.

Internamente, os dirigentes religiosos enfrentariam uma intensa luta para colocar em prática o ensino religioso. Era preciso cuidar do plano divino, ou seja, cuidar para que os alunos recebessem a adequada e única orientação capaz de instruí-los na fé católica. Orientar os padres, professores e ganhar a adesão dos diretores e dos pais dos alunos e da comunidade em geral tornou-se o desafio da Igreja naquele momento.

Coube a monsenhor Lauriano escrever ao clero, falando da importância do projeto e dos resultados que, para ele, poderiam ser alcançados nos corações e nas inteligências das crianças, dos professores e dos próprios chefes de família. Ele expôs a cada categoria as vantagens morais e espirituais que o ensino religioso poderia proporcionar, com um “surto consolador de progresso moral no meio da sociedade.”

Com o Decreto aprovado, a hierarquia da Igreja começou a articular a prática. Por meio da cúria de Ribeirão Preto, no afã de facilitar, monsenhor Lauriano providenciou um compêndio da doutrina católica a ser distribuído entre as paróquias para orientação dos professores, sugerindo que cada paróquia formasse uma comissão para angariar fundos para as despesas, e caberia aos padres fazer propaganda das vantagens do ensino religioso no púlpito e na imprensa. O compêndio foi a obra de George Schreiner: *Horas catequéticas*, que era completado com outra obra: *Explicação do pequeno catecismo*, do padre Jacob Huddleston Slater. Certamente outras obras foram usadas pelos professores pois, em 1940, a arquidiocese de São Paulo resolveu unificar esse ensino e adotou o *Catecismo*, do padre C. Guinet, em três volumes, obrigatórios para a arquidiocese a partir de 1941.

Com os livros indicados, o ensino religioso transmitia a doutrina e seus dogmas. A tarefa dos professores era ensinar os valores da fé cristã, procedimentos de conduta moral, explicações sobre a fé católica, como a Santíssima Trindade, os sacramentos, bem como alertar as crianças e os jovens para os perigos das outras crenças. Em aula semanal, cada turma de alunos era instruída sobre as verdades da fé e o que se esperava de um cristão no dia-a-dia.

O ensino religioso foi organizado com um diretor arquidiocesano, um diretor diocesano e um diretor paroquial, nomeado pela autoridade eclesiástica de cada diocese. O diretor paroquial estava representado pelo pároco, a quem cabia nomear os professores indicados pelo inspetor. Inicialmente, alguns padres ministraram as aulas. Os padres estrangeiros foram proibidos de assumir o cargo, e eram muitos os padres nascidos fora do Brasil. Foi preciso destinar aulas aos leigos, e aos padres, a supervisão e orientação. Como os

vigários não podiam exercer o cargo de inspetores do ensino religioso, eram nomeados leigos. Aos inspetores cabia a tarefa de zelar pela execução do programa sob a orientação do vigário.

A cúria propôs que os padres organizassem a catequese preparando os professores.

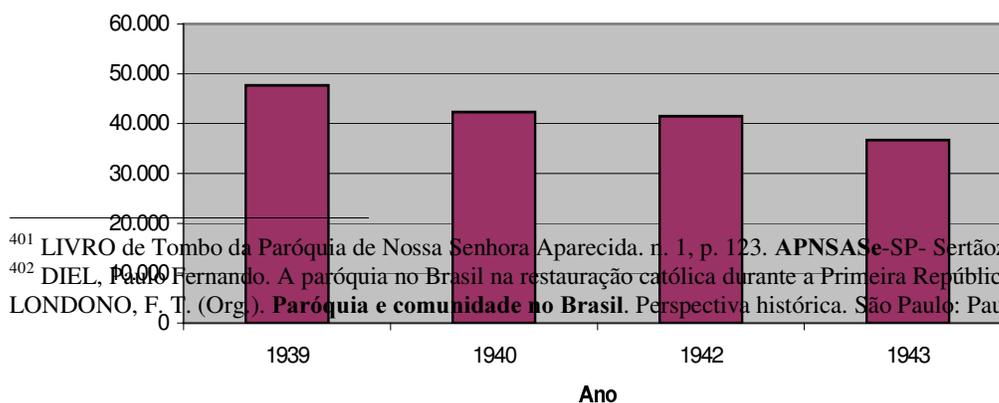
O livro de Tombo da matriz Nossa Senhora Aparecida de Sertãozinho<sup>401</sup> descreve que a aula inaugural do ensino religioso tinha início com o Hino Nacional e encerrava-se com o hino “Queremos Deus.” Os católicos acreditavam que a Igreja e a pátria estavam unidas por uma causa comum. A ação pedagógica estava revestida das bênçãos divinas, que seriam estendidas à pátria no entender da Igreja.

Mas os relatórios enviados à cúria de Ribeirão Preto apontam irregularidades. Inúmeras foram as causas levantadas por monsenhor Lauriano que, no seu parecer, impediam o avanço do projeto: a má vontade de diretores ao não orientarem os alunos no momento da matrícula, dificultando o trabalho dos sacerdotes; irregularidade no horário, já que era utilizada a última hora com prejuízo da atenção; acanhamento de exigir dos diretores o cumprimento da lei; alguns diretores anulavam as nomeações de professores não eleitores, como muitos vigários, ficando os grupos sem aulas; diretores de outras crenças não facilitavam a aplicação do decreto, etc.

O processo de aprendizado dependia do laicato, mas poucos padres reconheciam sua importância como uma liderança autônoma. Os padres, a partir das paróquias, deveriam trabalhar para que a boa leitura chegasse até a escola pública, neutralizando ações da sociedade laica e ou dos grupos contrários à postura da Igreja.<sup>402</sup>

A correspondência trocada entre padres e a cúria e os comunicados publicados no Boletim Diocesano demonstram que a Igreja vislumbrava que por meio do ensino religioso nas escolas poderia atingir as massas. Em alguns anos, o número de alunos foi bem representativo, conforme podemos ver seguinte no gráfico.

**Alunos no Ensino Religioso**



<sup>401</sup> LIVRO de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora Aparecida. n. 1, p. 123. APNSAS-SP- Sertãozinho.

<sup>402</sup> DIEL, Paulo Fernando. A paróquia no Brasil na restauração católica durante a Primeira República. In. LONDONO, F. T. (Org). **Paróquia e comunidade no Brasil**. Perspectiva histórica. São Paulo: Paulus, 1997.

**Fonte:** Boletim Diocesano: 1939/1943.

Os números oscilam também em outros dados quantitativos enviados à cúria. Os padres não enviavam os dados todos os meses e os relatórios ficavam em branco. Outra hipótese para explicar a ausência dos dados é que estes podiam não ser enviados à cúria com tempo de sair no relatório anual organizado pelo vigário-geral e publicado no Boletim Diocesano.

Citamos como exemplo a paróquia de Santa Rita de Cássia, em Santa Rita do Passa Quatro, em que os dados apontam uma adesão de 97%<sup>403</sup> dos alunos matriculados no Grupo Escolar e de 100%<sup>404</sup> na Escola Normal do Município.

Na cidade de Santa Rita do Passa Quatro não havia pessoas que professavam outras crenças? Seria possível que somente os católicos estivessem matriculados nas escolas?

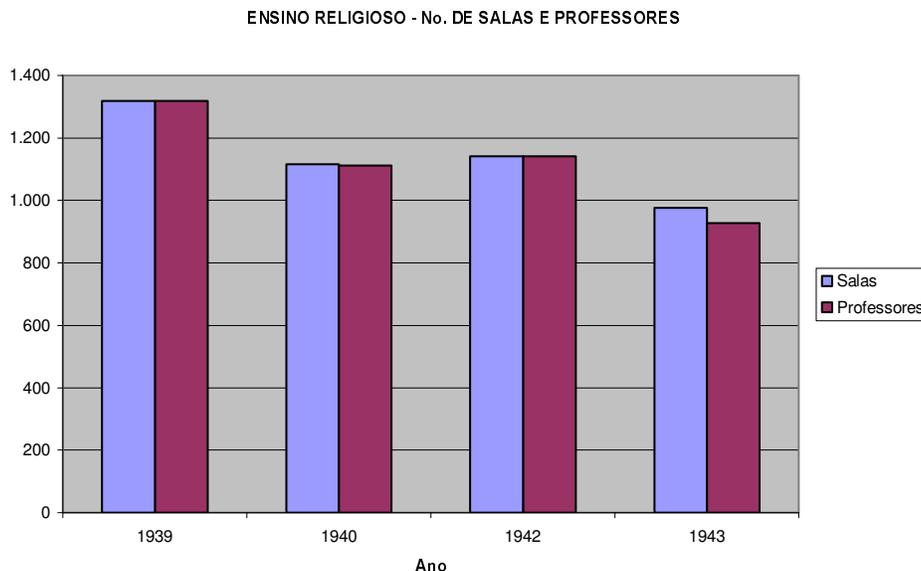
Uma pesquisa aprofundada sobre os relatórios enviados à cúria e confrontados com outros documentos das diretorias de ensino e dos arquivos das escolas de cada cidade da diocese, como o número de classes e alunos matriculados nas escolas, pode revelar como o ensino religioso foi ministrado em cada uma das paróquias da diocese em salas de aula na zona urbana e rural.

Nos gráficos a seguir, podemos visualizar o número total de salas de aula e de professores entre os anos de 1939 e 1943, conforme dados do Boletim Diocesano.

---

<sup>403</sup> TOLEDO, Gabriel Pompeu de Campos. Correspondência ao monsenhor Manuel Vinheta. 20/5/1934. Santa Rita do Passa Quatro. **Arquivo da Paróquia de Santa Rita de Cássia.**

<sup>404</sup> SARMENTO, Augusto de Vasconcelos. Correspondência ao monsenhor Manuel Vinheta. 20/5/1934. Santa Rita do Passa Quatro. **Arquivo da Paróquia de Santa Rita de Cássia.**



**Fonte:** Boletim Diocesano de Ribeirão Preto de 1939 a 1943.

Apesar dos depoimentos citados, a Igreja estava longe de alcançar a adesão de cem por cento, uma vez que os problemas eram estruturais e, nas palavras de Mainwaring: “A educação religiosa deveria ser contínua, ao invés de orientada somente às crianças que estavam se preparando para a primeira comunhão.”<sup>405</sup>

Mas não se pode negar o empenho do bispo d. Alberto, do vigário geral, monsenhor Lauriano, e de outros padres para executar a obra, o que pode ser atestado pelos esforços de orientar, contribuindo que materiais e compêndios chegassem até os padres e por meio deles, aos professores.

Os relatórios enviados à cúria revelam que o ensino religioso esteve presente em todas as paróquias da diocese. Os problemas foram inúmeros e de toda ordem, conforme vimos anteriormente. A Igreja implantou o ensino religioso nas escolas e podemos afirmar que teve seus méritos na diocese de Ribeirão Preto, tentando anular as forças dos colégios protestantes, que eram considerados nefastos. As aulas foram ministradas em escolas, nas cidades e na zona rural. Todas as cidades da diocese, em maior ou menor número, tiveram aulas de ensino religioso, o que revela, em parte, o êxito do projeto.

O momento era fecundo para a Igreja, que avançava com suas propostas de um maior engajamento dos leigos em suas obras, por intermédio da Ação Católica.

<sup>405</sup> MAINWARING, S. *Igreja Católica e Política e Política no Brasil. 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 50.

### 3.6 Ação católica

A participação ativa dos leigos na Igreja teve seu impulso depois de o papa Pio X ter publicado em 1905, em italiano, a Encíclica *Il fermo propósito*. A obra é considerada por Casella como “la prima meditazione organica sulla teologia del laicato.”<sup>406</sup> O autor considera essa Encíclica precursora da chamada teologia do laicato, elaborada por Pio XI e os papas seguintes.

A Ação Católica nasceu na Itália, firmando-se no pontificado de Pio XI. Concomitante ao que ocorria na Itália, na Bélgica, por iniciativa do padre Joseph Cardijn, surgia a Juventude Operária Católica, a JOC, que deu impulso à formação do apostolado leigo com o método “ver, julgar e agir.” A Encíclica *Ubi arcano*, do papa Pio XI, em 1922, referia-se à necessidade de formar um exército de militantes cristãos. Foi nesse contexto de igreja que a Ação Católica surgiu difundindo o papel do apostolado laico em auxílio ao clero.<sup>407</sup>

Os objetivos e métodos para a Ação Católica eram claros e precisos “[...] levar à frente a grande ‘cruzada’: ‘sacralizar’ a sociedade paganizada.”<sup>408</sup> Uma das propostas da Igreja era renovar a vida do cristão por meio de várias frentes, tais como o ensino religioso nas escolas públicas e a eleição de candidatos que apoiassem as demandas e interesses católicos em todas as circunstâncias, tirando os católicos de sua letargia, para fazer oposição ao modernismo, numa militância católica que foi se intensificando após a década de 1920.

Somente na década de 1930 é que a Ação Católica chegou ao Brasil, no momento em que um dos principais expoentes do episcopado era d. Sebastião Leme da Silveira Cintra. Ele acreditava que a mobilização dos fiéis católicos permitiria à Igreja recuperar seu espaço na sociedade brasileira. A Ação Católica era um campo vasto, missionário, que apontava em direção a uma Igreja mais participativa da vida cotidiana dos operários, da juventude, imprensa, entre outros campos de atuação.

A Igreja contava, no Rio de Janeiro, desde a década de 1920, com o apoio da revista *A Ordem* e do Centro D. Vital, fundados por Jackson de Figueiredo.<sup>409</sup> Após a morte

<sup>406</sup> CASELLA, Mario. *L’Azione Cattolica Del Novecento*. Aspetti, momenti, interpretazioni, personaggi. Roma: Veritas, 2003, p. 12.

<sup>407</sup> MATOS, Henrique C. J. *Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas, entre 1922 e 1936*. Belo Horizonte: O Lutador, 1990, p. 196 e s.

<sup>408</sup> LUSTOSA, O. de Figueiredo. *Catequese Católica no Brasil. para uma história da evangelização*. São Paulo: Paulinas, 1992, p. 103.

<sup>409</sup> Jackson de Figueiredo nasceu em Aracaju em 1891, exerceu intensa atividade como professor, jornalista, ensaísta, crítico. Convertido ao catolicismo, é considerado um dos principais expoentes do laicato católico do início do século XX, agente de transformação a partir das obras por ele fundadas, que representavam a irradiação

prematura de Jackson, tem destaque a liderança de Alceu de Amoroso Lima<sup>410</sup> à frente do laicato brasileiro. A revista “*A Ordem*” tinha por objetivo a recristianização da inteligência brasileira. A igreja não queria que os intelectuais brasileiros se aproximassem do comunismo e, para isso, a Ação Católica era o contraponto necessário para fazer valer suas idéias e a doutrina.

O papel da Ação Católica era impulsionar o lugar dos leigos na vida apostólica da Igreja. Dirigidos pela hierarquia, os leigos seguiam um programa de aperfeiçoamento espiritual e desenvolvimento da ação social, com o objetivo de instalar o reinado de Cristo na sociedade. Com um discurso de estar acima dos partidos políticos, a Ação Católica atuava indiretamente na sociedade e na política, com os adultos e as crianças para consolidar o reino de Cristo na terra. A afirmação de Amoroso Lima de que os católicos deveriam participar ativamente da vida pública fica expressa na afirmação: “Os católicos não podem conservar-se indiferentes no debate político.[...] A participação dos católicos na vida publica do seu país se faz pela Ação Católica, pela ação social ou pela ação política.”<sup>411</sup>

Em 1935, os bispos brasileiros lançaram um documento esclarecendo a posição dos leigos e da Ação Católica: “é a participação organizada do laicato catholico do Brasil no apostolado hierarchico, para a difusão e actuação dos princípios catholicos na vida individual, familiar e social.”<sup>412</sup>

A tarefa das dioceses e paróquias era implantar a Ação Católica e nas paróquias cabia ao sacerdote: a) estimular o apostolado do laicato coordenando as atividades das diversas associações, b)urgir e executar, através das respectivas associações, os planos e diretrizes dos órgãos superiores da Ação Católica.<sup>413</sup>

A finalidade da Ação Católica, constava no documento dos bispos:

[...] dilatar e consolidar as actividades catholicas, propugnando pela formação e o apostolado dos catholicos leigos no território nacional; reunir em organizações próprias de caráter nacional, diocesano e parochial,

---

da ação social e espiritual dos católicos e suas idéias uma reação contra os socialistas. Faleceu em 1928, aos 37 anos de idade.

BEOZZO, J. Oscar. **Cristãos na Universidade e na Política**. Petrópolis: Vozes, 1984. p.23 et seq.

<sup>410</sup> Alceu de Amoroso Lima nasceu em Petrópolis em 11 de dezembro de 1893, converteu-se ao catolicismo por influência de Jackson de Figueiredo, assumiu a direção do Centro D. Vital, publicou inúmeras obras na defesa do catolicismo e foi um dos principais expoentes da Ação Católica no Brasil.

<sup>411</sup> LIMA, Alceu de Amoroso. Recapitulando. **A Ordem**, p. 16 a 18, jul. 1937.

<sup>412</sup> ESTATUTOS da Ação Católica. **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto-SP, ano 6, n. 66, p. 2, jun 1935.

<sup>413</sup> LAURIANO, Monsenhor João. Ação Catholica. **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto-SP, ano 6, n. 68, p. 1-3, agos 1935.

homens, senhoras e a juventude, coordenando, ao mesmo tempo, todas as associações e obras catholicas existentes.<sup>414</sup>

Impossibilitada de realizar um levantamento em cada paróquia do antigo território da diocese de Ribeirão Preto, acompanhamos os passos da Ação Católica no período estudado, a partir do Boletim Diocesano e das correspondências que pertencem ao Fundo José Pedro de Miranda, do Arquivo Público de Ribeirão Preto e do Arquivo da Cúria de Ribeirão Preto, com a pasta de monsenhor dr. João Lauriano, entre outras fontes.

Depois de 1935, o Boletim Diocesano publicou vários artigos a respeito da Ação Católica, os quais abordam temas como: os comunicados do vigário-geral do bispado, transcrição de documentos dos bispos brasileiros sobre a Ação Católica Brasileira, carta de Pio XI ao cardeal Leme e ao episcopado brasileiro sobre a importância da Ação Católica Brasileira, estatutos, instruções, pedidos de relatórios aos párocos, admoestações para os padres que não implantaram a Ação Católica ou não enviavam relatórios sobre o movimento nas paróquias, entre outros assuntos.

Os artigos explicavam que os padres, em cada paróquia, deveriam organizar um metódico e regular curso doutrinário, destinado a tirar os leigos da ignorância religiosa em que se encontravam e engajá-los na obra missionária da Igreja. A tarefa dos padres era enfatizar que a base principal da Ação Católica era a instrução religiosa, que deveria ser desenvolvida ao lado de outras práticas, como a frequência aos sacramentos, santificação dos domingos e dias santos de guarda, santificação da família, educação dos filhos.

Monsenhor Lauriano insistia em seus artigos que as bases da Ação Católica eram a instrução religiosa e a prática fiel da doutrina, com a finalidade de conhecer, amar e servir a Deus em todas as manifestações particulares e sociais dos homens. Segundo ele, os católicos necessitavam conhecer Jesus Cristo, o evangelho e a Igreja. Para isso, monsenhor Lauriano sugeriu que se organizasse em cada paróquia um metódico e regular curso ordinário, instruindo os fiéis e combatendo a ignorância sobre as coisas da Igreja.<sup>415</sup> Para o monsenhor, os padres deveriam dar essa orientação e, pelo menos uma vez por mês, frequentar as reuniões. Cada membro da Ação Católica recebia uma folha contendo a ação do mês e nela escrevia o que tinha feito; a folha seria devolvida na reunião seguinte, e o resultado dessas ações seria enviado à cúria a cada três meses. O sistema sugerido por monsenhor representava

---

<sup>414</sup> O MANDAMENTO promulgatório. **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto-SP, ano 6, n. 66, p. 1-2, jun 1935.

<sup>415</sup> LAURIANO, Monsenhor João. Ação cathólica. **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto-SP., ano 6, . 68, p. 1-2, agosto 1935.

uma tentativa de controle das ações dos fiéis em executarem a obra, a pedido de d. Alberto, alegando que era vontade do papa e de Deus.

A Ação Católica foi organizada para atingir toda a população católica masculina e feminina, dos oito anos até a vida adulta e estava dividida por seções: religiosa, cívica e social.

A inscrição na Ação Católica estava condicionada a quatro pontos: vida exemplar, prática dos sacramentos, aceitação dos programas propostos por ela, pagamento de taxa anual. As diretorias eram compostas de assistente eclesiástico, presidente, secretário e tesoureiro. A diretoria diocesana era nomeada pelo bispo, e a paroquial, pelo pároco. A Ação Católica Brasileira permitia que seus membros fossem filiados a partidos políticos, desde que seus programas encontrassem fórmulas de manter afastada alguma atividade nociva aos princípios da Igreja. A organização contava com: Comissão episcopal, Junta nacional, Conselho nacional, Juntas e Conselhos diocesanos, Conselhos provinciais e paroquiais.

Uma das questões importantes presentes na Ação Católica era a subordinação à hierarquia eclesiástica. Pio XI chegou a afirmar que esta estava acima da política de partidos e que cabia a ela restaurar as coisas em Cristo, difundir seu reino nas famílias e na sociedade. Para o papa Pio XI, o ideal da Ação Católica era o advento do reino de Cristo, portanto, a festa de Cristo Rei era a festa da Ação Católica.<sup>416</sup>

Nas palavras de monsenhor Lauriano, a Ação Católica havia chegado para tirar os cristãos da letargia e do egoísmo em que viviam, “[...] freqüentando os sacramentos quase exclusivamente para proveito próprio...” e que “[...] os católicos que não seguiam o proposto pela Ação Católica ficavam impedidos de viver na santificação do indivíduo, da família e da sociedade”. Esse método, no pensamento da Igreja, permitiria que o fiel leigo se tornasse o principal colaborador dos vigários nas paróquias.

A função da Ação Católica era clara: organizar e coordenar, sob a direção dos padres, as diferentes associações que já existiam, inserindo o indivíduo e sua família no conjunto das atividades religiosas e sociais do seu programa.

Pio XI dirigiu uma carta ao cardeal Sebastião Leme e ao episcopado, sobre a Ação Católica brasileira, em 27 de outubro de 1935, que o Boletim Diocesano publicou a partir do número 74, de fevereiro de 1936. Na carta, Pio XI escreveu sobre a imensidão do Brasil, que requeria um maior número de sacerdotes e que, por isso, o engajamento dos leigos podia contribuir para a obra da Ação Católica. Ele reconhecia o esforço da hierarquia da Igreja para

---

<sup>416</sup> LAURIANO, Monsenhor João. Ação cathólica. **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto-SP, ano 6, n. 69, p. 1-2, agosto 1935.

as vocações, até mesmo com a fundação de um colégio em Roma, mas a contribuição dos leigos com ordem e método, como em todas as batalhas, era fundamental, insistindo que, era necessário uma formação religiosa, moral e social “[...] em grupos bem adestrados na teoria e na prática [...] para ser o fermento evangélico que fará levantar a massa.”<sup>417</sup> O termo “adestrado”, usado por Pio XI, combinava com a realidade do que a Igreja, a partir de seus padres, fazia no controle dos leigos. Outro destaque na carta foi o incentivo para a formação de batalhões de valorosos soldados que atuariam defendendo o reinado de Cristo.

Em 1935, era diretor da Ação Católica na diocese de Ribeirão Preto, bem como dos Congregados Marianos, o cônego dr. Francisco de Assis Barros, pároco da catedral e secretário do bispado. O cônego Barros incluiu nas reuniões dos congregados, palestras, com temas gerais abordando a Ação Católica.

Em 1937, o relatório do pároco da cidade de Mococa, padre Virgílio Malatesta, discorreu sobre a ação das associações na cidade e da Ação Católica. A respeito dos Congregados Marianos, escreveu que promoveram com bons resultados a Páscoa dos homens. As Filhas de Maria executaram suas benéficas atividades e realizaram o retiro. Os elogios maiores do pároco foram para o Apostolado da Oração, que lutou pela santificação das famílias, levando um bom número de mães e empregadas do comércio para as conferências morais religiosas. O fruto foi a legalização canônica dos casais amancebados, que haviam realizado somente o casamento civil. Quanto ao ensino religioso, diz o padre, houve um esforço dos padres Capuchinhos para a realização da Semana do Ensino Religioso, com conferências diárias explicativas, mas que os adultos desertaram de muitas delas. Nas escolas que prevaleceram, os frutos foram bons. O último trecho do relatório transcrito a seguir deixou uma visão mais ampla dos resultados:

[...] a maioria dos catholicos, mostra-se refractaria, ao menos indifferente para uma organização mais realistica e própria da Ação Catholica. A actuação da Junta Parochial da Ação Catholica não passou além d’uma representação puramente decorativa, limitando sua acção a intervir a umas reuniões de carácter orgânico e directivo para organização preliminar, para arregimentação própria, dicta dos catholicos em geral. Mas, quando se tratou de por em execução o programma traçado, a excepção de uns bem intencionados, a maioria desertou, faltando a seus compromissos.<sup>418</sup>

<sup>417</sup> PIO X. Ação Catholica Brasileira. **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto-SP, n. 74, p. 1-3, fev. 1936.

<sup>418</sup> LIVRO de Tombo da Paróquia de São Sebastião, p. 49 (1937). **APSSMo-SP**. Mococa-SP.

Acredito que, assim como Mococa, outras paróquias da diocese de Ribeirão Preto pouco ou quase nada fizeram em prol da Ação Católica antes da década de 1940. No conjunto, as atividades acabavam sendo restritas a algumas ações caritativas e devocionais, não atingindo o campo das formações consideradas como teóricas ou doutrinárias. Os párocos queixavam-se de que membros atuantes dentro das associações nada ou quase nada faziam para o trabalho da Ação Católica e consideravam que isso era fruto da falta de compreensão da importância do seu verdadeiro apostolado ou da falta de preparo dos membros da Junta.<sup>419</sup>

Tudo indica que na diocese de Ribeirão Preto, no início dos anos 1940, os leigos estavam como os italianos das décadas de 1920 e 1930, que o pesquisador Cassela considerou como passivos, inertes, imaturos, sem iniciativa.<sup>420</sup> A Ação Católica exigia um envolvimento com a doutrina, a ação social e pastoral por parte do laicato em união com o clero.

Na prática, a implantação da Ação Católica ocorreu lentamente em algumas paróquias, a partir das associações religiosas laicas. Da publicação das primeiras orientações no Boletim, até meados de 1940, pouco foi feito. D. Alberto pedia maior empenho dos padres e dos leigos. Monsenhor Lauriano exigia uma resposta dos grupos citados sobre a implantação da Ação Católica e o ensino religioso. A exigência dos relatórios, discriminando com detalhes o que estava sendo feito, era uma resposta aos incessantes pedidos da hierarquia da Igreja.

### *3.6.1 O projeto do rádio*

Em Ribeirão Preto, esforços foram envidados por d. Alberto para implantar a Ação Católica. Na segunda metade da década de 1930, monsenhor Lauriano, um aficionado por rádio, seguindo os passos do que ocorria no restante da Igreja e em especial na arquidiocese de São Paulo, tentou introduzir na diocese de Ribeirão Preto os programas radiofônicos da Ação Católica. Contava para isso com o pioneirismo do rádio nessa cidade, cuja estação PRA7 era a primeira rádio do interior do Brasil.<sup>421</sup>

O objetivo era atingir a população a partir do principal meio de comunicação de massa. Bispo e vigário-geral conseguiram visualizar que era preciso usar os melhores meios disponíveis para chegar a toda parte. Para isso, d. Alberto dirigiu-se à cúria da arquidiocese em São Paulo para obter informações sobre o contrato realizado entre o arcebispo de São

<sup>419</sup> LIVRO de Tombo da Paróquia de São Sebastião, p. 49 (1937). APSSMo-SP. Mococa-SP

<sup>420</sup> CASELLA, M. *L'Azione Cattolica Del Novecento*, p. 17

<sup>421</sup> REZENDE, André L. & SANTIGO, Gil. *PRA7 A Primeira Rádio do Interior do Brasil*. Ribeirão Preto, 2005, p. 28.

Paulo e a Rádio Excelsior, com o programa “Voz de Anchieta”, que ia ao ar todos os dias às 20 horas.

O uso do rádio como instrumento de transmissão da mensagem da Igreja aos católicos era utilizado pelo chefe máximo da cristandade, o papa Pio XI, que, ao referir-se à ação missionária, reportava-se ao rádio como um dos instrumentos para a propaganda missionária.<sup>422</sup> Para a hierarquia da Igreja, o rádio foi considerado como uma arma poderosa para espalhar a fé. A mensagem do papa Pio XII, ao inaugurar as novas instalações da Rádio Vaticana, reporta-se ao progresso e aos aparelhos maravilhosos que permitiam vencer as distâncias e que os padres e fiéis deveriam usar os benefícios do progresso a serviço da Igreja.<sup>423</sup>

Na tentativa de implantar o projeto semelhante, monsenhor Lauriano escreveu aos padres da diocese a respeito dos programas católicos, mas os padres colocaram vários empecilhos. D. Alberto reportou-se a d. José Gaspar de Affonseca e Silva, bispo auxiliar de São Paulo, enumerando negativas dos padres “[...] impossibilidade de arranjamem assinantes, pelo preço da assinatura e serem em pequeno o número os possuidores de aparelho”<sup>424</sup> e suas dúvidas quanto ao sucesso da proposta em Ribeirão Preto.

Apesar das dificuldades, foi criado um departamento de rádio para realizar a propaganda da Ação Católica e alcançar toda a diocese através do importante veículo de comunicação daquele momento. A diocese assinou um contrato com a Rádio Club, conhecida por PRA7, atual Rádio Club de Ribeirão Preto.

A programação levava, em dois horários diferentes, pela manhã e à tarde, a mensagem católica para Ribeirão Preto e região. Cada apresentação durava 15 minutos, que poderiam ser usados de forma seguida ou espaçada, dependendo da programação da rádio. Constavam no contrato a irradiação de músicas, notícias do bispado, avisos, literatura e propaganda religiosa de interesse do bispado e da Igreja católica. Pelo contrato, a Rádio Club se comprometia em irradiar as principais festividades dos católicos.

Em um dos pontos do contrato, a rádio também se comprometia, em sua programação diária, na propaganda comercial e política, a não contrariar os interesses da Igreja católica. Era um meio de controle que não permitia opiniões que ofendessem ou fossem contra os dogmas da Igreja. As idéias consideradas nefastas foram banidas dos programas da

---

<sup>422</sup> PIO XI, Da Imprensa diária e no Radio. **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto-SP, ano 6, n.81, p. 4, set 1936.

<sup>423</sup> PIO XII, Mensagem de Pio XII ao inaugurar as novas instalações da Rádio Vaticana. **R.E.B.** vol.18, fasc 1, p. 210 – 213, mar 1958.

<sup>424</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Correspondência a d. José Gaspar, 18/12/935. **ACMSP**, São Paulo. (Pasta Ribeirão Preto).

Rádio através de campanhas, em parceria com outras instituições e a Igreja, a qual se considerava dona da verdade e, por isso, era exigente nas questões morais e éticas que pudessem ferir seus princípios.

A primeira irradiação do programa católico ocorreu em 1º. de janeiro de 1936, entre as 12 horas e 15 min e 12 horas e 30 min, à tarde, no horário das 17 horas e 45 min até as 18 horas. Tudo indica que, nos primeiros tempos, o programa foi produzido e apresentado por monsenhor Lauriano. Num depoimento aos autores do livro sobre a rádio PRA7, o cônego Arnaldo Padovani afirma que: “Depois houve uma fase em que o programa era feito por jovens da Congregação Mariana, posteriormente Filhos de Maria, da Catedral e outras pessoas. Em 1946, o Monsenhor Lauriano achou que eu deveria assumir o programa ” Caminho, Verdade e Vida.<sup>425</sup>

Em Ribeirão Preto, algumas atividades da “Semana de Ação Missionária”, de 12 a 18 de outubro de 1936, foram transmitidas pela PRA7.

Inúmeras questões perpassam o programa e o contrato entre a Igreja e a rádio. A cúria reconheceu a importância do programa para conquistar o povo e aumentar seu alcance principalmente na população urbana? Isso justificava a forte pressão feita pela cúria para que os párocos abraçassem a causa da rádio católica? Ou o fato de monsenhor Lauriano, idealizador do projeto, ser um aficionado por rádio pesou mais na tentativa de imposição? Ou, ainda, foram as recomendações da arquidiocese e da direção da Ação Católica para a implantação do programa? Diante da documentação analisada, d. Alberto e monsenhor Lauriano não queriam perder a oportunidade de evangelizar através do rádio. Sabiam o que significava, diante de uma sociedade a cada dia mais exigente, ter nas mãos o meio de comunicação de massa, o rádio. Ambos tentaram várias formas de colocar em prática o projeto do rádio, que passou a funcionar nos anos seguintes com programas diários irradiados às 12 horas, na PRA7.

É preciso lembrar que durante décadas monsenhor Lauriano, um aficionado pelo rádio, fez parte da direção da Rádio Club - PRA7, emissora beneficiária do projeto.

Para angariar fundos, o departamento de rádio da Ação Católica criou uma associação cujos sócios pagavam anuidades, em cotas mensais de 2\$000 (dois mil réis), o que totalizaria a quantia mínima de 24\$000. A renda dessas anuidades, deduzidas as despesas, era dividida em partes iguais, entre a cúria e a PRA7. Na nota explicativa, publicada no Boletim

---

<sup>425</sup> REZENDE, A. & SANTIAGO, Gil. 2005, p. 105. Desde a primeira apresentação de 1946, o cônego Arnaldo Padovani apresenta diariamente um programa católico, veiculado atualmente na rádio CMN/ Jovem Pan.

Diocesano<sup>426</sup>, o vigário-geral do Bispado não informa sobre esta divisão da renda; dizia apenas que a cúria daria um apoio moral à Rádio Club. Monsenhor Lauriano sugeriu aos vigários e paroquianos que contribuíssem com o projeto pagando mensalidades. De acordo com o contrato, o controle dessas mensalidades seria realizado pelo bispado. Não foi possível apurar quanto e em que lugar estava sendo aplicado o dinheiro recolhido, uma vez que parte dele ficava para a cúria.

Em 22 de agosto de 1936, oito meses depois de iniciadas as irradiações, um artigo no Boletim Diocesano analisava a situação das dificuldades para arrecadar fundos, acusando que muitas paróquias que poderiam dar uma contribuição maior em virtude de sua condição financeira não o fizeram.

A cúria considerava que a rádio cumpria fielmente sua parte do acordo, pois, conforme os vigários, os frutos eram satisfatórios. Sendo assim, fez um apelo para as contribuições a fim de cumprir também ela a sua parte. A contribuição para o cumprimento do acordo entre a cúria e párocos deveria ser realizada pelas das diferentes associações religiosas, mas nem todos os vigários a cumpriram. A nova proposta, de agosto de 1936, era de que 10% da receita bruta, arrecadada em festas religiosas, na matriz ou capelas, seriam destinados a essa finalidade.

Cartas foram dirigidas a todos os párocos, pedindo a adesão ao programa como forma de incentivo à evangelização. Das respostas identificadas no arquivo da cúria de Ribeirão Preto, em número de vinte e uma cartas<sup>427</sup>, enviadas ao monsenhor Lauriano, os padres louvavam a iniciativa, mas se desculparam por não contribuir. Dentre as dificuldades apresentadas, estava a de que poucas famílias possuíam aparelhos transmissores e que o sinal da rádio não chegava bem às cidades, principalmente pela ausência de instalações elétricas adequadas. O padre Manuel Vinheta, pároco de São João da Boa Vista, escreveu que considerava a iniciativa muito louvável, mas para ser aplicada na cidade de Ribeirão Preto, pois o sinal da rádio era limitado e com interferências e sua paróquia possuía só quatro aparelhos de rádio; portanto, como ele poderia pedir ou ainda exigir de seus fiéis recursos para a manutenção do projeto? A carta do Padre Manoel Vinheta chamou a atenção pela clareza como questionava a validade da evangelização através do rádio:

---

<sup>426</sup> LAURIANO, Monsenhor João. Departamento de Rádio da Acção Catholica. **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto-SP, ano 6, n. 72, p.2, dezembro 1935.

<sup>427</sup> As cartas dos párocos encontram-se na Pasta monsenhor Lauriano no Arquivo da Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto.

E que adianta ensinar um catecismo pelo rádio, se esse ensino não chega aos indivíduos que mais precisam as multidões que devem ser movimentadas, conforme os diversos ensinamentos do Santo Padre [...] segundo as compilações de orientando a ensinar catecismo individual a formar a Ação Católica [...] e que é inútil toda ação enquanto não haver essa formação individual do catecismo em todos os cantos, em todas as camadas, em todas as classes por todos os meios, pondo em movimento as associações masculinas e femininas, o laicato todo, em suma a fim de obter algum resultado?<sup>428</sup>

A carta do padre Vinheta abordava aspectos levantados em maior ou menor escala por outros padres, tais como: o problema dos recursos financeiros de cada paróquia que tinha dificuldades para manter a matriz e suas capelas em funcionamento, junto com os ornamentos necessários para o culto, e que a cobrança da taxa dos 10% seria um abuso. Para o padre Vinheta, a evangelização deveria ser feita, mas de acordo com os recursos de cada paróquia. Essa era voz geral. O problema é que as ordens da cúria recaíam sobre os padres que sofriam uma crescente diminuição de recursos.

Padre Vinheta finalizava sua carta a monsenhor Lauriano, um dos mentores do projeto da rádio, questionando a canalização dos poucos recursos da paróquia à cúria. Argumentava que “[...] a população pode deixar a igreja e partir para o espiritismo ou coisas piores”. O padre apelava para a principal ameaça à Igreja, a fuga de fiéis, para tentar deter a cobrança a que as paróquias estavam sujeitas.

Outros padres consideravam louvável o programa de rádio, mas expuseram com poucas palavras sua recusa em cobrar dos fiéis mais uma taxa. Alguns concordaram em apoiar o projeto integralmente, e outros ainda alegaram que ele, o pároco, poderia e tinha obrigação de contribuir, mas a comunidade ficava alheia, por falta de aparelhos de rádio, o que não justificava a contribuição.

Seria o projeto de um programa católico no rádio tão complicado a ponto de os padres se manifestarem dessa forma ou a cúria realmente extorquia dinheiro das paróquias? Um dos aspectos abordados nas correspondências dizia respeito às taxas a serem pagas; muitos padres alegaram que não podiam pedir mais nenhuma contribuição em suas paróquias. Fica claro que a cúria exigia o cumprimento de suas ordens e do pagamento das taxas, o que onerava as paróquias, principalmente as sem recursos. Ao longo do ano, a cúria cobrava

---

<sup>428</sup> VINHETA, Manoel. Correspondência ao Monsenhor Lauriano, 26/8/1936. ACMRP-SP, Ribeirão Preto-SP, Pasta Monsenhor Lauriano.

várias taxas e contribuições para diferentes projetos, tais como: dinheiro para as missões, para o Colégio Pio-Latino Americano e, depois da década de 1930, para o Colégio Pio Brasileiro; algumas contribuições foram específicas, como para a construção da imagem do Cristo Redentor no Rio de Janeiro, entre outras.

Também ficou evidente que, na época do projeto da rádio, mesmo em cidades da diocese consideradas prósperas, como São João da Boa Vista, cujo pároco padre Manoel Vinheta, que sempre foi considerado dinâmico por onde passou, houve dificuldades para implantar o projeto, assinalando-se a ausência de aparelhos e os custos.

Uma das queixas de d. Alberto, na tentativa de efetivar o projeto, foi que as paróquias dotadas de recursos, que poderiam contribuir, pouco ou nada enviaram à cúria, enquanto outras, com recursos menores, contribuíram com quantia modesta. De um lado, a desigualdade financeira entre as paróquias refletia-se na implantação dos programas de evangelização; por outro, nem sempre foi o indicativo, paróquias mais pobres possuíam associações que militavam em diferentes áreas pastorais e sociais.

Apesar desses inconvenientes, o governo da diocese implantou o programa de rádio, que sofreu modificações, mas, ao longo das décadas seguintes, representou um dos canais de comunicação do qual a igreja de Ribeirão Preto se valeu no processo de evangelização.<sup>429</sup>

É possível entender que os padres reclamavam de cobrança de taxas excessivas, pois, em meio ao problema de angariar recursos para o programa da rádio, d. Alberto emitiu uma *Carta Circular*<sup>430</sup> sobre o Seminário Brasileiro em Roma, em que escreveu sobre a abertura do Colégio Pio Brasileiro e pediu aos cafeicultores que doassem sacas de café para o projeto de atender aos seminaristas brasileiros, alegando que não podia mais pedir auxílios pecuniários aos diocesanos. As sacas de café não foram encaradas pelo bispo como dinheiro sonante, mas ele deixou instruções na casa comercial de que o café doado seria levado para comercialização. Sem dinheiro não era possível tocar os inúmeros projetos de evangelização. A boa vontade do povo é que sustentava as obras da Igreja. Nos anos seguintes continuaram os pedidos de contribuições e orações para o Colégio Pio Brasileiro, entre outros projetos da Igreja diocesana e nacional.

Em 1939, na cidade do Rio de Janeiro, um importante evento marcou a vida da Igreja e passou a dar impulso, entre outros projetos, à Ação Católica, o 1º. Concílio Plenário

---

<sup>429</sup> Atualmente algumas paróquias realizam programas de rádio, independentes de um projeto da cúria arquidiocesana.

<sup>430</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Circular sobre o seminário brasileiro em Roma. **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto-SP, ano 6, n. 80, p. 1, agosto 1936.

Brasileiro, convocado pelo cardeal d. Sebastião Leme. Em 1916, quando fora eleito para o governo da diocese de Olinda e Recife, escreveu sua *Carta Pastoral*, em que visava uma ampla mobilização da Igreja para cristianizar a sociedade brasileira; estava lançada a obra de d. Leme. No Rio de Janeiro, em 1939, ao convocar o Concílio Plenário, ele deixava explícita a tentativa de, a partir do episcopado, lançar as sementes para cristianizar as instituições sociais brasileiras. A aproximação do cardeal Leme e do episcopado brasileiro com o governo de Getúlio Vargas ficou evidente na visita ao Palácio do Catete, no dia 25 de julho de 1939.

O Concílio Plenário Brasileiro ocorreu de 2 a 20 de julho de 1939, reunidos na Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro. O episcopado escreveu uma *Carta Pastoral* destinada ao clero e aos fiéis. Nela, os bispos apontam, entre outros temas, a importância da Ação Católica. Era desejo dos bispos ver a Ação Católica organizada em todo o Brasil. A Igreja aproveitava o bom momento de seu espaço na sociedade, na forma das grandes manifestações por meio dos Congressos Eucarísticos, das concentrações das associações, tais como Congregados Marianos, Filhas de Maria, mobilizando-se para ampliar cada vez sua influência e privilégios junto à vida civil.

Por volta de 1940, algumas mudanças podem ser visualizadas para a Ação Católica, de acordo com o padre Beozzo:

[...] a Ação Católica será marcada pela realização no plano diocesano, regional e nacional, das “Semanas da Ação Católica. Desde 1938, é editada a revista nacional Ação Católica, órgão oficial da Ação Católica Brasileira, sob responsabilidade da ‘Junta Nacional da Ação Católica Brasileira’, no Rio de Janeiro.”<sup>431</sup>

Os acontecimentos, de certa forma, pressionaram o bispo e o vigário-geral do bispado de Ribeirão Preto a tratar a Ação Católica com especial deferência. No entanto, para desgosto de d. Alberto, após o Primeiro Congresso Eucarístico Diocesano, monsenhor Lauriano, em 1940, revela a triste situação da Ação Católica na diocese: “[...] sem que, entretanto, no geral, se tenha verificado, não digo um resultado satisfatório, mas nem ao menos um início de trabalho sobre a verdadeira Ação Católica.”<sup>432</sup>

Nos anos de 1940 é que a Ação Católica lentamente ganhou espaço na diocese de Ribeirão Preto por intermédio das associações, com a implantação de medidas mais concretas,

<sup>431</sup> BEOZZO, José Oscar. **Cristãos na Universidade e na Política**. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 33

<sup>432</sup> Ação Católica. **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto-SP, ano 11, n. 125, p. 3, setembro 1940.

conforme vamos ver adiante. Enquanto a hierarquia se esforçava para o crescimento da Ação Católica, as outras crenças também aumentavam em número, abrindo escolas e templos nas cidades da diocese.

### *3.7 Forças inimigas do catolicismo no seio da diocese*

Para os católicos, desde meados do século XIX, protestantes, positivistas, liberais, comunistas, anarquistas, maçons e outros grupos simbolizavam uma ruptura com a sociedade tradicional católica. Eram considerados anticlericais, portanto, sem levar em conta as particularidades de cada um, sociedades inimigas do catolicismo.<sup>433</sup> Acompanhando o que acontecia nos países europeus, era visível o crescimento gradativo do número de pessoas que abandonavam e atacavam a tradição católica e a obediência incondicional ao papa e aos membros hierárquicos da Igreja e migravam para outras crenças.

A liberdade de culto no Brasil, assumida pelo país após a proclamação da República, permitiu legalmente a presença e o crescimento de outras crenças, com a Igreja católica perdendo sua posição de religião oficial.

No entanto, para as outras crenças a situação não foi fácil. O período inicial após a proclamação da República foi marcado por perseguições dos católicos, por preconceitos que permaneceram nas décadas seguintes e por influência da liderança da Igreja, que continuava a afirmar, em seu discurso, que era a única e a verdadeira religião dos brasileiros.

Em Ribeirão Preto, a criação da diocese teve por objetivo, entre outros, barrar a entrada ou impedir o crescimento das forças contrárias aos ensinamentos católicos.

Uma década antes da criação da Província Eclesiástica de São Paulo, os maçons constituíam o objeto de preocupação da diocese dessa cidade. O relatório sobre o bispado de São Paulo<sup>434</sup>, com data de 23 de julho de 1898, retrata que após a Igreja estar separada oficialmente do Estado tivera vários frutos. O relatório descreve que:

[...] a pregação do Evangelho tornou-se mais assídua e o povo tem se esforçado em sustentar com todo o esplendor o culto público”. O relatório prossegue abordando os temas protestantismo e maçonaria: “O protestantismo pouco progresso tem feito nesta diocese. O culto da seita protestante não satisfaz o povo brasileiro, em geral muito devoto da Virgem

<sup>433</sup> BASTIAN, J. P. **Protestantes, liberales y francmasones. Sociedad de ideas y modernidad en America Latina, siglo XIX**. México: Fondo de Cultura Economica/ Cehila, 1990.

<sup>434</sup> RELATÓRIO Diocesano 23/7/1898. **ACMSP**, São Paulo. (Pasta Documentos Avulsos).

Maria. O progresso do positivismo diminui. A Maçonaria faz maiores progressos que o positivismo[...]<sup>435</sup>

A preocupação da Igreja com o avanço de crenças contrárias à fé católica era concreta. Protestantes, positivistas, maçons, atuavam nos mais variados círculos da sociedade e da política. Tudo indica que em Curitiba, e depois em Ribeirão Preto, d. Alberto manteve relações cordiais com os maçons. O bispo sabia distinguir suas amizades das exigências doutrinárias da Igreja. Durante o período em que ocupou cargos políticos, certamente conviveu com maçons. Como bispo de Ribeirão Preto, em nenhuma de suas circulares, cartas pastorais ou em sua conduta ocorreu um ataque de frente à maçonaria. Todavia o bispo não hesitou em cumprir seu dever de pastor todas as vezes em que foi necessário se indispor contra aqueles que feriam os ensinamentos da Igreja.

Em Ribeirão Preto, na criação da diocese, em 1908, funcionava a Loja Maçônica Estrela D'Oeste. Conforme jornais de época, a Loja possuía intensa atividade em meio à sociedade de Ribeirão Preto.

Pesquisadores, como Matos<sup>436</sup>, apontam como reconhecer os inimigos da religião nacional: “O ódio à Eucaristia, o ódio a Maria Santíssima e o ódio ao Papa.” Esses elementos são considerados a base para os ataques frontais aos dogmas e à doutrina da Igreja.

### *3.7.1 Espiritismo*

Apesar dos esforços de d. Alberto, nas décadas seguintes à criação do bispado, o número de espíritas cresceu e incomodou os católicos. Os espíritas fundaram escolas, estavam nos jornais, seja anunciando espetáculos beneficentes para angariar fundos para suas obras, seja nas páginas policiais, ao lado de notícias sobre os chamados macumbeiros, com quem os seguidores de Kardec eram confundidos.

No fim do governo de d. Alberto, na década de 1940, os espíritas é que ameaçavam a hegemonia dos católicos na região de Ribeirão Preto. Para Rubem Cione, as primeiras notícias sobre o espiritismo são de fins de 1892. Em 1907, ao preparar a criação do bispado, monsenhor Joaquim Antonio de Siqueira revelou a presença destes, vindos de Uberaba. Nas décadas de 1920 e 1930 houve um crescimento das atividades espíritas na

<sup>435</sup> RELATÓRIO Diocesano 23/7/1898. ACMSP, São Paulo. (Pasta Documentos Avulsos).

<sup>436</sup> MATOS, Henrique C. J. **Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas, entre 1922 e 1936.** Belo Horizonte: O Lutador, 1922, p. 158

cidade: em 1922, ocorreu a fundação de uma Sociedade Espírita; em 1926, o Centro Espírita Eurípedes Barsanulfo; em 1930, o Centro Espírita Batuira; em 1932, o Centro Espírita União e Caridade<sup>437</sup>, entre outras.

Em outras cidades da diocese, o movimento espírita também cresceu. No ano de 1909, quando d. Alberto tomou posse em Ribeirão Preto, na cidade de Franca, o Centro Espírita Fé, Esperança e Caridade ganhou estatuto jurídico, com a aprovação de seus Estatutos. A obra transformou-se no ponto de partida para a construção do Asilo Allan Kardec, inaugurado em 1924 e, em 1927, surgiu o jornal *A Nova Era*, o que incomodava os católicos.<sup>438</sup>

Nas décadas seguintes, o crescimento do grupo espírita em Franca permitiu a fundação de uma escola. A Fundação Pestalozzi, inaugurada em 1944 nessa cidade, mobilizou o clero, que se opôs e conclamou os católicos a não matricularem seus filhos, por ser considerada pela Igreja uma escola ímpia. D. Alberto chegou a ameaçar de excomunhão quem frequentasse a escola. As escolas fundadas pelas forças consideradas contrárias à Igreja eram desmoralizadas pelos padres e bispos nos púlpitos, em programas de rádio ou através da imprensa católica.

A Carta Pastoral Coletiva dos Bispos de 1915 classificava o espiritismo como “[...] conjunto de todas as superstições e astúcias da incredulidade moderna, que, negando a eternidade das penas do inferno, o sacerdócio catholico e os direitos da Egreja catholica, destroe todo o christianismo.”<sup>439</sup>

Acompanhando o movimento iniciado pelos bispos da Província, em 2 de fevereiro de 1916, no aniversário de sua posse, d. Alberto, lançou uma “Carta sobre o espiritismo”<sup>440</sup>, em que ressaltava as verdades dogmáticas da fé católica e comparava o espiritismo a uma tentação do demônio, a uma erva daninha, um inimigo a devorar as ovelhas do Senhor. Na “*Carta*”, explicava que muitas pessoas aceitavam participar porque desconheciam as ilusões e a forma como explicam os fenômenos.<sup>441</sup>

Considerado pelos bispos como um dos perigos que ameaçavam a hegemonia da fé católica, a Igreja combateu do púlpito e através dos meios de comunicação o crescimento

<sup>437</sup> CIONE, R. História de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1992, p. 912-916. Batuira: 75 anos no coração da Vila. **Jornal da Vila**. Ribeirão Preto, ano 1, n. 6 p. 8, março 2006.

<sup>438</sup> A respeito do espiritismo na cidade de Franca, sugerimos a dissertação de mestrado de Vera I. Jurkevics, **Crenças e vivências espíritas na cidade de Franca (1904-1980)**. Franca: Unesp, 1998.

<sup>439</sup> PASTORAL Collectiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Ecclesiásticas. n. 61, p. 14.

<sup>440</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Carta sobre o Espiritismo. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto 1908-1918**, p. 155-162.

<sup>441</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Carta sobre o Espiritismo. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto 1908-1918**, p. 155-162

do espiritismo no Brasil. Os livros que pregavam contra o espiritismo faziam parte dos projetos da boa imprensa, que divulgava livros de espiritualidade ao lado daqueles que denegriam a imagem de outras crenças, inferiorizando-as. Um exemplo foi a obra dos padres Pascoal Lacroix e Bueno de Sequeira, *O Espiritismo à Luz da Razão*<sup>442</sup>, revelando os erros do espiritismo e do ocultismo, ressaltando que a Bíblia era o local em que se deveriam buscar os elementos que permitiam realizar a refutação contra as verdades da fé.

Ocorre que as verdades da fé somente eram conhecidas em sua extensão mais ampla pelos padres; por isso, eram eles que dirigiam a doutrinação pregando dos púlpitos e nas associações. A leitura de trechos de obras que combatiam o espiritismo, protestantismo e maçonaria, dentro das associações, era prática comum.<sup>443</sup> Era necessário um conhecimento maior da doutrina para afastar os fiéis das seitas e/ou igrejas consideradas opostas à mensagem do catolicismo. A preocupação com a formação do clero era uma resposta a essas necessidades, entre outras, pelas quais a Igreja precisava marcar seu espaço. Com sacerdotes mais instruídos, a Igreja poderia estender seu conhecimento através da pregação aos fiéis.

Ao analisar a preocupação da Igreja com outras crenças, Mainwaring afirma “[...] somente nas décadas de 20 e 30, quando o espiritismo e o protestantismo começaram a crescer, que a Igreja veio a ter maiores preocupações com as práticas religiosas populares [...]”<sup>444</sup>

A criação da diocese de Ribeirão Preto aponta uma preocupação com o avanço de outras crenças, possibilitando a necessidade de um rápido domínio do espaço, na tentativa de impedir ou pelo menos retardar o avanço de outras manifestações religiosas.

Para a Igreja, não era ela que precisava adequar seu discurso diante da realidade que se apresentava no Brasil republicano, mas os fiéis devotos que necessitavam caminhar ao encontro das diretrizes da Igreja. Era preciso evangelizar por meio das associações, do catecismo e, acima de tudo, não freqüentar os lugares considerados por ela como perniciosos à vida do cristão, como centros espíritas, terreiros de umbanda ou igrejas protestantes. Os leigos militantes, que eram poucos, eram os grandes colaboradores junto com os padres, pois incrementavam a participação nas associações. Seu trabalho contribuía para diluir as notícias e diminuir a freqüência aos cultos considerados seitas.

<sup>442</sup> LACROIX, P. & SEQUEIRA, F.M.B. **O Espiritismo a Luz da Razão**. Rio de Janeiro, S.C.J., 1941.

<sup>443</sup> 1º. LIVRO de Atas do Apostolado da Oração. **Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário**. Ribeirão Preto, p. 4. As mesmas referências foram encontradas nos livros de Atas das associações pesquisadas para este estudo.

<sup>444</sup> MAINWARING, S. 1989, p. 50.

Os padres consideravam a crença espírita uma superstição, porém ela ganhava adeptos e preocupava a hierarquia da Igreja. Do Vaticano e de outros países europeus, chegavam publicações condenando a prática contrária à fé católica.

Em janeiro de 1932, o jornal *Diário de Notícias*, de Ribeirão Preto, publicou uma notícia sobre a organização de um espetáculo beneficente, no teatro Carlos Gomes, com a finalidade de angariar fundos para a construção de uma sede de um grupo de espíritas. O teor do texto confirma o posicionamento das perseguições: “[...] o espiritismo mesmo contra a vontade de seus adversários, dos seus detratores, ganha terreno e conquista novos adeptos colocando-se cada vez maior destaque.”<sup>445</sup> Um dos inimigos ferrenhos a Igreja católica. O espetáculo beneficente, prática comum entre os católicos, era criticado por eles quando adotado por outras crenças.

Uma das acusações dos católicos aos espíritas:

[quando] “[...] sobrevem uma doença ou um luto em uma família e que as almas estão conturbadas pela dor, os espíritas vão se introduzindo sorrateiramente na casa, oferecendo remédios para a doença que os médicos não poderão curar: e sob pretexto de levar a consolação a essas almas, dizem que a pessoa morta quer se comunicar com os parentes [...]”<sup>446</sup>

O discurso da hierarquia católica atacava todos que estavam situados no mundo descristianizado. Os ataques de autores católicos, padres e leigos, dizendo que o espiritismo não era ciência, mas uma falsa religião, e que o protestantismo era a religião do dinheiro, foram comuns nos artigos publicados no Boletim Diocesano de Ribeirão Preto, nos anos de 1930 em diante. Os católicos sentiam-se ameaçados ao perderem terreno diante da secularização da sociedade e da opção das pessoas em frequentarem outras crenças.

A atividade caritativa dos espíritas era outro aspecto que fazia um contraponto com a assistência dada aos idosos e pobres, pelos confrades da Conferência de São Vicente de Paulo, os vicentinos, e outras organizações caritativas dos católicos.<sup>447</sup>

<sup>445</sup> O ESPIRITISMO e a arte dramática. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, 15/jan/1932, p. 1.

<sup>446</sup> O ESPIRITISMO. *Boletim Diocesano*, Ribeirão Preto, ano 2, n. 17, p. 11, maio 1931.

<sup>447</sup> PETERSON, S. *Os cem anos da Sociedade de São Vicente de Paulo em Franca SP (1895-1995)*. Franca, Unesp, 1999. (Dissertação de Mestrado)

A Igreja enfrentava a competição de outras crenças no campo caritativo; elas ofereciam escolas e assistência social aos mais necessitados. Os espíritas colocavam anúncios em jornais, fazendo propaganda de sua ação benemérita, informando que estavam à disposição dos operários uma farmácia homeopática, consultório médico e um gabinete dentário.<sup>448</sup> A assistência às comunidades mais pobres era um gesto que o jornal *Diário de Notícias* noticiava da mesma forma que escrevia sobre as obras de caridade dos católicos.

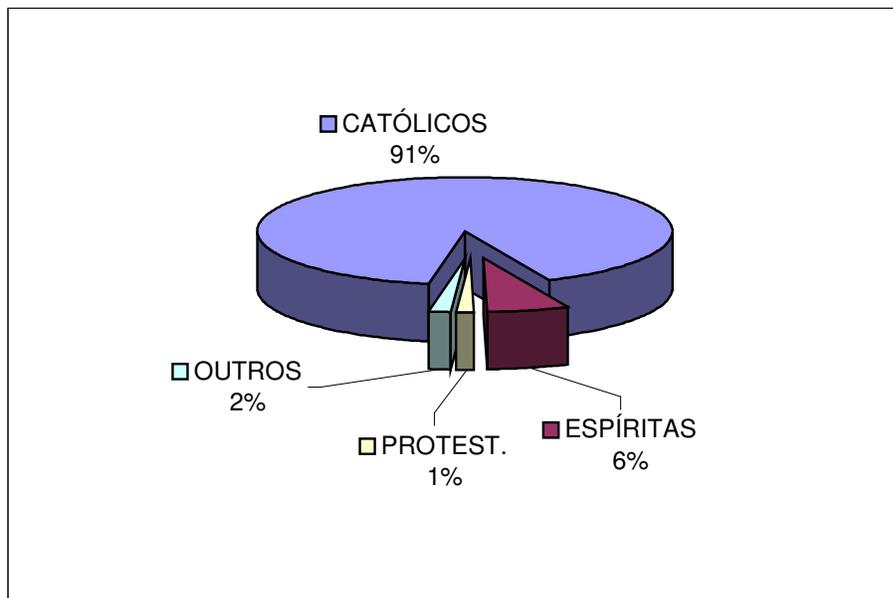
Um estudo mais aprofundado sobre as atividades caritativas dos espíritas no início do século XX, na cidade de Ribeirão Preto, poderia revelar se foram bem sucedidos. Certamente os avanços foram acontecendo e, pelos dados do censo de 1940, pode ser comprovado que o grupo dos espíritas, nas maiores cidades da diocese, era maior que o dos protestantes.

Demonstrativo do percentual religioso das principais cidades da diocese

Cidade	População	Católicos	Espíritas	Protestantes	Outros
Ribeirão Preto	79.783	73.852	3.756	1.300	875
Franca	55.760	51.227	3.261	641	631
Ituverava	32.212	28.581	1.664	209	1.758
Igarapava	27.556	23.270	3.461	388	437
São João da Boa Vista	39.155	35.519	2.693	624	319
<b>TOTAL</b>	<b>234.466</b>	<b>212.449</b>	<b>14.835</b>	<b>3.162</b>	<b>4.020</b>
<b>PERCENTUAL</b>	<b>100%</b>	<b>91%</b>	<b>6%</b>	<b>1%</b>	<b>2%</b>

Fonte: Censo demográfico. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. tomo 2.

<sup>448</sup> UM BELO gesto. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, 1/set/1940, p. 2.



**Fonte:** Censo demográfico. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. tomo 2.

O percentual de espíritas ainda era insignificante perto dos católicos, mas avançava como uma ameaça para os dirigentes da Igreja católica. O censo de 1940 identifica as seguintes religiões: católicos romanos, protestantes, ortodoxos, israelitas, maometanos, budistas, xintoístas, espíritas, positivistas, de outra religião, sem religião, de religião não declarada. Para demonstrar o crescimento dos espíritas, identificamos os percentuais nas maiores cidades da diocese. O quadro demonstrativo que vimos anteriormente seleciona apenas os católicos, protestantes e espíritas. As outras crenças indicavam percentuais baixos e as identificamos como “outros”

O dado total das religiões nas cidades de Ribeirão Preto, Franca, Ituverava, Igarapava e São João da Boa Vista abrangendo o percentual de 9% de pessoas que participavam do protestantismo, espiritismo e outras crenças, ou se manifestavam sem religião, era pouco se comparado com os 91% dos católicos. No entanto, os 6% de espíritas representavam um número significativo para a hierarquia da Igreja. Os dados revelam que a adesão a outras crenças pouco a pouco mudava o perfil religioso da população, visto que retratam um período que tem menos de meio século depois da separação Estado e Igreja e da concessão da liberdade de culto pelo Estado laico.

A preocupação com o avanço do espiritismo por parte da Igreja tinha fundamento. Após a chegada do bispo auxiliar de Ribeirão Preto, d. Manoel da Silveira D'Elboux, foram encontrados na sede da diocese nove centros espíritas em funcionamento. As tentativas de d. Alberto e d. Manoel para barrar o crescimento incluíram, em fevereiro de 1942, a distribuição de um folheto com o título: *Profissão de fé contra o espiritismo*. Os padres deveriam divulgar o folheto nas missas, com a recomendação expressa do bispo d. Alberto de que o folheto e seu conteúdo esclarecendo os fiéis sobre o perigo do espiritismo deveria chegar inclusive à zona rural.

Apesar do esforço da Igreja para tentar diminuir a divulgação do espiritismo no seio da sociedade, os espíritas fortaleciam-se a cada dia e fundaram em 1945 a Confraternização dos Espíritas de Ribeirão Preto.<sup>449</sup>

### 3.7.2 Protestantes

Outro grupo que representava uma ameaça era o dos protestantes, que, ao lado da Maçonaria, dos positivistas e dos liberais, possuíam suas casas e templos na sede do bispado e em outras cidades da diocese.

A defesa da liberdade de culto ganhava espaço nas cidades da diocese de Ribeirão Preto, políticos tentavam obstruir bênçãos de cemitérios, doações para o patrimônio da Igreja católica, isenção de impostos, alegando que o período de domínio da Igreja havia ficado para trás, que a conquista da liberdade espiritual e de culto era uma garantia da Constituição republicana.

Os protestantes, ao longo das primeiras décadas do século XX, instalaram seus templos e escolas com diferentes denominações nas cidades da diocese. Em Ribeirão Preto, os primeiros foram os Metodistas em 1896; em 1927 os Presbiterianos; em 1937, a Assembléia de Deus, seguida por outros grupos protestantes.<sup>450</sup>

Na cidade de Altinópolis (antiga vila de Mato Grosso de Batatais), os presbiterianos instalaram-se na praça ao lado da matriz, concorrendo no espaço físico com os católicos. Representavam uma afronta aos católicos, principalmente porque nessa localidade

<sup>449</sup> [www.userp.org.br](http://www.userp.org.br) acessada em 27/01/2006.

<sup>450</sup> PERBONI, F. *A Água, o Fogo e o Sangue: a Trindade da Salvação*. Igreja Assembléia de Deus em Ribeirão Preto (1987-1997). Franca, Unesp, 1999. (Dissertação de Mestrado). O artigo de PARIZOTO, Roberta. A construção de uma identidade religiosa: o presbiterianismo em Franca (1927-1997). **Ensaio de História**, Franca, v.3, n. ½, p.15-24, 1998. O texto revela que não era regra básica para o estabelecimento das Igrejas protestantes a vinda de missionários. Em Franca, a Igreja Presbiteriana originou-se de uma discórdia da Igreja Metodista local.

um sacerdote havia se unido a uma presbiteriana, dando o que era considerado pela Igreja como um péssimo exemplo.

Em Ribeirão Preto, os Metodistas chegaram em 1896, e em 1899, instalaram um colégio na cidade.<sup>451</sup> Numa prática comum, na sessão da Câmara Municipal, de 15 de janeiro de 1909, a Igreja Metodista pediu isenção de impostos. Houve um debate entre os vereadores Dr. Enéas Ferreira da Silva e o Sr. J. P. da Veiga Miranda. O Sr. Veiga Miranda foi contrário a essa isenção, alegando que “[...] isentar d'elle aquela associação religiosa é um perigoso precedente, capaz de desfalcar em muito as rendas municipais.”<sup>452</sup> O sr. Enéas da Silva acreditava que, se o culto católico havia recebido a isenção, por que não realizar o mesmo procedimento ao culto protestante? A questão para o sr. Enéas da Silva era que a Câmara não poderia privilegiar uma determinada religião, pois ia contra uma das maiores conquistas da República, que era a liberdade de culto, e que a diminuição do imposto não seria tão grande assim, sendo apenas da insignificante quantia de “quatro mil e quinhentos réis ao ano do imposto de viação”. Do embate travado entre os dois vereadores, saiu vitorioso o Sr. Enéas, tendo o Sr. Veiga Miranda retirado seu parecer, abstando-se de votar, enquanto os demais votaram favoráveis ao parecer que dava isenção também à Igreja Metodista.

Pesquisadores como Walker afirmam que “apesar de mais de 90% da população de Ribeirão Preto ser formalmente católica, o controle do catolicismo sobre as pessoas sempre foi ameno e a liberdade de outras religiões co-existirem com o catolicismo sempre foi usualmente respeitada.”<sup>453</sup>

Walker aponta que em Ribeirão Preto houve poucos casos de intolerância religiosa durante a República Velha, mas nem tudo foi ameno, os católicos sempre se sentiram ameaçados por outras crenças. Procuravam denegrir as outras manifestações religiosas para as quais perdiam espaço e conseqüentemente fiéis. Por outro lado, o debate travado entre os vereadores corrobora as palavras de Walker, de que nem sempre prevaleceram a vontade e o pensamento dos católicos. A Igreja católica, sempre que pôde, procurou dar o tom do discurso, menosprezando as outras crenças e tentando impor seus princípios éticos e morais.

Durante a primeira metade do século XX, no Boletim Diocesano de Ribeirão Preto, foram comuns as notícias, criticando o espiritismo, o protestantismo, o Rotary, a Maçonaria, os livres-pensadores, entre outros grupos que representavam a modernidade.

<sup>451</sup> ALMEIDA, V. Ensinar e Converter: a ação educacional metodista em Ribeirão Preto. 1899-1950. In: **Estudos de História**, Franca, v. 5, n.1, p. 57-70, 1998.

<sup>452</sup> LIVRO de Atas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, n. 9, p.50. **ACaMRP-SP** Ribeirão Preto.

<sup>453</sup> WALKER, T. & SILVA, A. 2000, p. 49.

Um problema comum de que tratam as discussões entre católicos, protestantes e espíritas dizia respeito ao dízimo. O Boletim Diocesano, reproduziu alguns artigos de outros jornais, como do *O Aviso*, jornal que se intitulava como Órgão da União Católica da Mocidade Francana, em defesa do catolicismo.<sup>454</sup> Os católicos argumentavam que, como os outros cultos, a Igreja precisava de dinheiro para que seus membros pudessem sobreviver e por isso cobrava taxas. O texto acusa que o ataque dos espíritas e dos protestantes era sem fundamento, uma vez que os padres estavam no seu direito de receber pelos serviços prestados à comunidade.

Os artigos publicados de ambos os lados eram sempre escritos em um tom pejorativo. Os católicos condenavam os protestantes, acusando-os de caminhar para o racionalismo, a descrença e a negação da verdade revelada. Afirmavam que os protestantes eram parasitas do catolicismo, cresceram como divisões e multiplicaram-se em seitas, e ainda são “[...] um estado intermediário entre o catolicismo e o ateísmo.”<sup>455</sup>

O problema é que, na realidade, uns e outros ficavam procurando pequenas questões, para mutuamente se atacarem. Os católicos precisavam encontrar formas de desmoralizar os espíritas, protestantes, maçons e rotarianos, que estavam incluídos entre as categorias consideradas “nefastas” para a convivência; bispos e padres convidavam os fiéis a integrarem as associações laicas para melhor edificação na fé. Inúmeros foram os escritos publicados em defesa do catolicismo e combatendo o espiritismo e o protestantismo.<sup>456</sup>

O jornal *O Aviso* alertava de forma aberta os fiéis a respeito dos perigos das falsas doutrinas de protestantes e espíritas, escrevendo editoriais em que a sociedade aparecia contaminada por “terríveis pragas”. Esse jornal, semanário, fundado pelos padres Agostinianos, constituiu um dos baluartes da Igreja na diocese para combater os protestantes, espíritas e outras crenças consideradas nocivas à ação da Igreja. Os efeitos da orientação dos padres eram visíveis na adesão às associações, no aumento do número de comunhões, na participação das festas e atividades da Igreja, embora os níveis ainda não fossem tão satisfatórios.

Intensificavam-se também, por meio de comunicados e cartas pastorais, desde o fim do século XIX, os conselhos aos fiéis leigos para não matricularem os filhos em escolas

<sup>454</sup> O ESPIRITISMO. **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto-SP, ano 2, n. 16, p. 10-11, abril 1931. No mesmo número, o artigo, com o título “Religião de Dinheiro”, explica as acusações dos protestantes.

<sup>455</sup> DERROCADA Protestante. **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto-SP, ano 2, n. 24, p. 3, dezembro 1931.

<sup>456</sup> Como exemplo indicamos as obras do Pe. Júlio Maria: **O Anjo da Luz; O Anjo das Trevas; Os Segredos do Espiritismo; Luz nas Trevas; Ataques Protestantes**; outras obras do mesmo cunho eram do Pe. Florêncio Dubois: **Os Pentecostais conspira contra a Bíblia; O Ex- Bispo de Maura e o Bom Senso; A intercessão dos Santos na Bíblia**. Algumas delas foram citadas em Atas das associações ou ainda sugeridas no Boletim Diocesano, Ribeirão Preto-SP,.

que não fossem católicas e que não participassem de associações secretas e de seitas consideradas nefastas. As associações serviam de base para os padres insistirem junto aos fiéis no exercício da fé.

D. Alberto, que já havia condenado o espiritismo, publicou uma Carta Pastoral, em 20 de junho de 1921, combatendo os protestantes e a distribuição de bíblias e folhetins. Por trás da distribuição das bíblias consideradas falsas, havia, segundo o bispo, uma propaganda enganosa, cujo fim era a desnacionalização. Acusou os missionários protestantes de estarem a serviço de governos estrangeiros e criticou-os indagando por que eles não se ocupavam dos judeus e mórmons que viviam por lá? Acusava-os de fazerem distinção entre brancos e pretos, separando-os nas igrejas e cemitérios, criando um céu para brancos e outro para os negros, numa clara referência ao racismo presente nos Estados Unidos.<sup>457</sup> As preocupações de d. Alberto com a infiltração que chamou de heresia protestante não ficou no campo espiritual. Os argumentos abordavam também aspectos econômicos, dizendo que os Estados Unidos dominavam o mercado brasileiro, taxando os produtos como a borracha e o café, e que era necessário levantar-se contra as sornateiras incursões que aqui faziam. Num trecho mais incisivo, o bispo relaciona a ameaça ao patriotismo:

“E infelizmente ainda há brasileiros que não querem ver o perigo que corremos e que auxiliam taes empresas antipatrióticas.”<sup>458</sup>

Ao relacionar a noção de patriotismo, de defesa da pátria, com a repulsa aos protestantes e à entrada de seus missionários, d. Alberto certamente esperava ganhar maior número de adeptos e seguidores para a causa da Igreja. Desmoralizando a crença protestante, acusando-a de ir contra os interesses do país, o bispo apelava para o patriotismo dos fiéis. A defesa da pátria estava, nas palavras do bispo, associada à religião da maioria dos brasileiros: o catolicismo. Era a face política do antigo senador da República que, evocando a defesa da nação, combatia os grupos religiosos divergentes. A carta pastoral do bispo e os artigos de jornais alinhados com a Igreja revelam o interesse de uma parcela da sociedade pelo tema, apesar da liberdade de culto. Os protestantes representavam para muitos a idéia de modernidade, para o bispo era a idéia do antipatriotismo.

As mudanças que ocorriam na política e na economia do país na primeira metade do século XX contribuíram para intensificar as diferenças sociais, a migração inexorável do

---

<sup>457</sup> No início do século XX, as lutas raciais nos Estados Unidos prosseguiram, meio século depois da Guerra de Secessão. SELLERS, C. et all. **Uma reavaliação da história dos Estados Unidos**. De Colônia a Potência Imperial. Trad. Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

<sup>458</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Carta Pastoral sobre a propaganda protestante. 20 de junho de 1921. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto**. 1918-1923. Ribeirão Preto: Typ. Livro Verde, 1924, p. 39.

campo para a cidade, bem como para aumentar o avanço da aceitação de outras crenças pela sociedade.

### 3.7.3 *Macumbeiros e curandeiros*

O culto ligado às crenças africanas era mais discriminado e localizava-se na periferia das cidades ou no fundo do quintal das casas nos bairros pobres, de forma clandestina. A liberdade de culto não os beneficiou da mesma maneira que aos protestantes. O pesquisador Artur C. Isaia aponta o preconceito em relação aos africanos, seus valores e crenças, por parte de um dos expoentes da hierarquia católica, d. Carlos C. de V. Motta, que dizia que: “[...] a senzala havia invadido o salão”. Para o pesquisador a fala do arcebispo refletia uma tese endossada pela hierarquia católica: “Isto é, os valores da negritude estavam conspurcando um Brasil civilizado, branco e católico.”<sup>459</sup>

Além desses preconceitos, os curandeiros e macumbeiros eram alvo da polícia, acusados de práticas de baixo espiritismo e curandeirismo. Em 2 de abril de 1932, o Jornal Diário de Notícias, publicou artigo sobre o tema. Nele, informava que agiam impunemente e que as casas desses macumbeiros eram freqüentadas por pessoas de destaque social, que “[...] baixam de suas posições na sociedade para se igualarem aos boções homens de macumba.”<sup>460</sup> No dia 3 de abril, uma nova notícia contando a ação da polícia, que fizera uma diligência, prendendo o pai de santo e o material com que fabricava as mezinhas e garrafadas, causando perigo aos incautos que faziam uso de tais remédios.<sup>461</sup>

O fato de que a notícia foi escrita nas páginas policiais revela como a imprensa tratou de manifestações de práticas não cristãs e que conseqüentemente fugiam do controle e conhecimento da maioria da população. A descrição dos objetos de uso do curandeiro mostrou a mescla de valores agregados a práticas de curandeirismo. Entre os objetos de culto encontrados pelos agentes da polícia, estavam diversos tipos de pós, medalhas de anjos, um nicho com Santo Antônio, um dos santos mais populares do Brasil, envolto em velas, amuletos envoltos em panos pretos, cruzeiros diversas feitas em papel, traçadas de forma cabalística. A notícia da prisão do pai de santo levou o jornal *Diário de Notícias* a publicar

<sup>459</sup> ISAIA, Artur C. Catolicismo pré-conciliar e religiões mediúnicas no Brasil. In: MANOEL, I. A & FREITAS, N. M. B de. **História das Religiões**. Desafios, problemas e avanços teóricos, metodológicos e historiográficos. São Paulo: Paulinas, 2006, p. 139.

<sup>460</sup> Com a polícia. Curandeiros e macumbeiros agem impunemente nesta cidade. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, 2/ abril/ 1932. p.1.

<sup>461</sup> Com a polícia. Nos domínios da macumba. Feliz diligência da polícia e apreensão de farto material e correspondência de otários. **Diário de Notícias**. Ribeirão Preto, 3/ abril/ 1932, p. 1.

outras reportagens, alegando que aquele pai de santo não era o único e outros não poderiam ficar impunes. A cidade de Ribeirão Preto era “[...] cheia de macumba, onde se pratica o candomblé, a magia negra, onde se esfolam os otários [...]”<sup>462</sup>

O catolicismo não convivia bem com essas práticas, e os padres pregavam tentando afastar os católicos. Se na sede do bispado, na presença do bispo, as cerimônias de candomblé estavam evidentes, nas outras cidades menores a presença da Igreja não era unânime conforme os católicos acreditavam.

Favorecendo a ação da Igreja, jornais afirmavam a necessidade de policiamento nos locais onde se exercia indevidamente a medicina como nos centros de macumba.<sup>463</sup> As acusações, no entanto, não contribuíram para diminuir o número de freqüentadores e curiosos, inclusive das classes mais altas.

#### 3.7.4 Comunistas

Outra preocupação da Igreja eram os comunistas, que, piores que os protestantes, negavam a existência de Deus, destruindo os fundamentos do catolicismo, significando uma ameaça considerada subversiva.

Em 1937, o Episcopado brasileiro pronunciou-se contra o comunismo com uma Carta Pastoral, alertando para o perigo da doutrina; invocando o papa Pio XI, destacava-se a advertência de que o comunismo era perverso e que, para refutá-lo, os católicos precisavam estudar a doutrina da Igreja e as encíclicas, como a *Quadragesimo Anno* e a *Divini Redemptoris*, pois, nelas, os católicos encontrariam os subsídios para compreender a grandeza da responsabilidade do cristão.<sup>464</sup>

A Carta Pastoral representava uma orientação para os fiéis, capaz de impedir que aderissem ao comunismo. Por meio da Ação Católica, poderiam desempenhar sua missão, invocando Nossa Senhora do Rosário, considerada como aquela que triunfa sobre os erros e a heresia, e na festa de Cristo Rei enfatizavam a realeza de Cristo sobre os indivíduos e a sociedade.

Em Ribeirão Preto, no ano de 1937, a campanha da Igreja ganhou um reforço com a adesão da mídia. A rádio PRA7, que transmitia os programas da Igreja católica, e o jornal

<sup>462</sup> No domínio da macumba e da medicina ilegal. **Diário de Notícias**. Ribeirão Preto, 10/ abril/ 1932, p. 6.

<sup>463</sup> As tiradeiras de sorte. **Diário de Notícias**. Ribeirão Preto, 26/ abril/ 1935, p. 1.

<sup>464</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Carta Pastoral e Mandamento do Episcopado Brasileiro sobre o Comunismo Atheu. **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto-SP, ano 8, n. 92, p. 1 – 5, setembro 1937.

*Diário de Notícias*, junto com o Centro de Imprensa de Ribeirão Preto, ao lado de outras instituições, encetaram uma campanha contra o comunismo.

Os comunistas foram atacados, acusados de atentar contra a integridade da Pátria. Alguns jornais, como o *Correio d'Oeste*, *Diário da Manhã*, *A Cidade*, *Diário de Notícias*, publicaram uma série de reportagens sobre a campanha contra o comunismo<sup>465</sup>, realizada na sede da PRA7, local em que jornalistas e outros membros da sociedade de Ribeirão Preto defenderam suas idéias contra a chamada ideologia vinda de Moscou e os perigos que ela representava contra o nacionalismo.

Os padres faziam pedidos de oração para os membros das associações e para os fiéis durante as missas. A hierarquia da Igreja considerava que a ameaça do comunismo precisava ser barrada.

Os comunistas, em número pequeno se comparados com outros grupos, estavam presentes nas cidades da diocese. Após a campanha da PRA7, com as perseguições empreendidas pelo governo e as perseguições policiais, a militância na região de Ribeirão Preto aparentemente diminuiu.<sup>466</sup>

Os problemas enfrentados pela hierarquia eram inúmeros, de toda ordem e de todo tipo. Como resultado do encontro dos bispos da Província de São Paulo, realizado na cidade de São Carlos, em 1940, foi escrita uma *Circular Reservada do Episcopado ao Clero*. Os bispos de Ribeirão Preto, d. Alberto e seu auxiliar d. Manoel, participaram do encontro. Na *Circular*, os bispos, enumeraram alguns aspectos que mereciam dos padres o cuidado e o zelo redobrados. Entre eles, a preocupação com a grande entrada dos imigrantes japoneses pagãos, que precisavam ser evangelizados de modo intenso.

A região de Ribeirão Preto recebeu uma parcela desses imigrantes, e o censo de 1940 aponta, em algumas cidades, um grupo numeroso de seguidores do budismo. Na cidade de Ituverava, dos 32.212 habitantes, 1.421 declararam ser adeptos dessa crença. O processo migratório de japoneses para a região foi o fator determinante para esses números. Não encontramos nenhuma orientação especial por parte dos bispos d. Alberto e d. Manuel a respeito de evangelização para o grupo dos japoneses na diocese de Ribeirão Preto.

A *Carta Circular Reservada ao Episcopado e ao Clero* também identificou os cismáticos, os católicos húngaros, os rotarianos, protestantes e espíritas, entre as categorias

---

<sup>465</sup> Alguns dos artigos da campanha contra o comunismo foram identificados nos seguintes jornais, com as respectivas datas: *Diário da Manhã*, nos dias 6/10/19/20/25/26 de novembro de 1937; *Correio D'Oeste*, 9/11/1937; *A Cidade*, 7/11/1937; *Diário de Notícias*, 19/11/1937.

<sup>466</sup> ROSA, Lilian R. de O. **Comunistas em Ribeirão Preto. 1922-1947**. Franca: Unesp, 1999, p. 87 et. seq.

que preocupavam o episcopado paulista e requeriam cuidados por parte dos sacerdotes na orientação e conduta.

Em meio a essa pluralidade de crenças e outras manifestações sociais, políticas e religiosas, a Igreja alegava ser a única capaz de dar à nação a estabilidade e a união de que os brasileiros necessitavam. Para Artur Isaia, “[...] a identificação do catolicismo com a nacionalidade é muito importante para entendermos os jogos discursivos com os quais a hierarquia da Igreja tentava desacreditar os demais componentes no campo religioso brasileira.”<sup>467</sup>

Aos católicos, era recomendada distância de uma convivência ou comunicação com os grupos considerados hereges. Os padres aconselhavam que ficassem alerta ao menor sinal de que os princípios dos inimigos pudessem avançar em adentrar suas casas. A tentativa de desacreditar as outras crenças esteve presente em todo o governo de d. Alberto. A chegada do bispo auxiliar concorreu para dar impulso ao catolicismo, num momento em que a saúde de d. Alberto não permitia sua presença mais assídua à frente da diocese.

### *3.8 A chegada do bispo auxiliar: d. Manuel da Silveira d’Elboux e o fim do governo de d. Alberto – 1940-1945*

Ao longo da década de 1930, d. Alberto insistiu em pedir um bispo auxiliar. Seu estado de saúde piorava a cada dia, deixando-o debilitado e preocupado com a situação do bispado.

Em 1934<sup>468</sup>, ele escreveu ao arcebispo d. Duarte, pedindo autorização para tratar do assunto com o núncio apostólico; os motivos, ele deixou claros: , encontrava-se enfraquecido, sem condições para realizar as visitas pastorais e com falhas na memória. O interessante da carta foi a indicação que ele fez do vigário-geral, monsenhor João Lauriano<sup>469</sup>, para ser seu bispo auxiliar ou coadjutor, alegando que o vigário conhecia a situação da diocese e que era estimado pelo povo. D. Alberto lembrou os anos de trabalho a serviço da Igreja, mas pediu uma palavrinha do arcebispo para o caso.

<sup>467</sup> ISAIA, A C. 2006. p. 137.

<sup>468</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Correspondência ao arcebispo D. Duarte Leopoldo e Silva, 13/2/1934. ACMSP, São Paulo. (Pasta Ribeirão Preto).

<sup>469</sup> Monsenhor João Lauriano nasceu na cidade de Mococa em 13 de março de 1882, filho de Domingos Lauriano e Leonarda Russo, estudou no seminário Episcopal de São Paulo e na Pontifícia Gregoriana de Roma, foi ordenado em Roma; em 1908, no ano da criação da diocese de Ribeirão Preto e em 1909 recebeu o grau de doutor em Teologia, regressando ao Brasil, onde passou a exercer o sacerdócio no bispado de Ribeirão Preto. Exerceu o cargo de vigário-geral do bispado de 1927 até a sua morte em 1973.

A longa trajetória de d. Alberto a serviço da Igreja durou mais um tempo depois da carta de 1934. Diferente dos dias atuais, quando, ao completar 75 anos, um bispo pede sua renúncia, d. Alberto ficou à frente da diocese até sua morte, em 1945. Impossibilitado pela idade e saúde, começou a declinar dos convites para comparecer a diferentes cerimônias e comemorações.

Em 1938, quatro anos após pedir um bispo auxiliar, d. Alberto continuou com suas queixas a d. Duarte, escrevendo que estava desanimado e enfraquecido, com dificuldades para celebrar a missa, e confessava que “[...] estava apavorado com os trabalhos da semana santa”. A carta, em tom de desabafo, tinha um pedido ao arcebispo para que, como amigo dele, intercedesse junto ao núncio, pedindo um auxiliar. Apelava para a caridade, afinal ia completar 60 anos de serviço à Igreja e confessou que tinha ímpetos de abandonar seu posto.

“[...] Dê no que der, é uma crueldade que estão fazendo commigo, e a salvação das almas ficará compromettida mas a culpa não é minha, fiz o que estava em minhas forças. O povo reclama meus serviços e eu não lhes posso dar mais, se não em pequena escala. É a minha triste situação.”<sup>470</sup>

O desabafo e a frustração do bispo tinham razão de ser; adoentado, sentia o peso de conduzir a grande diocese, sem contudo dar conta das inúmeras atribuições que cabiam a um bispo. Ao vigário-geral, monsenhor Lauriano, foram confiadas inúmeras atividades, como, por exemplo, a de administrar o patrimônio da diocese.

Monsenhor João Lauriano, vigário-geral do bispado, estava à frente, junto com outros sacerdotes, de inúmeras atividades na diocese. Analisando as notícias do *Boletim Diocesano* verificamos, pelos comunicados, que o monsenhor, a pedido de d. Alberto, conseguiu as informações a respeito do movimento religioso, das paróquias e dos padres, no andamento da administração do bispado, solicitando aos vigários que enviassem relatórios mensais ou anuais.

O monsenhor organizava o registro dos fatos ocorridos na diocese e fora dela, relativos à Igreja, bem como a publicação dos documentos papais.<sup>471</sup> Vários assuntos relativos à administração da diocese passavam por monsenhor Lauriano, que recebia as cartas dos

<sup>470</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Correspondência a d. Duarte Leopoldo e Silva. 8 de fevereiro 1938. ACMSP, São Paulo. (Pasta Ribeirão Preto).

<sup>471</sup> VALE, Manoel Pereira do. **Monsenhor João Lauriano**. Ribeirão Preto: Arquidiocese de Ribeirão Preto, 1976, p. 19.

padres, que recorriam a ele como um intermediário do bispo<sup>472</sup>, que, doente, limitava sua participação às festividades e eventos mais significativos.

Em 1938, d. Alberto não apenas reforçou o pedido de um auxiliar, como escreveu uma *Carta Pastoral*<sup>473</sup> destinada ao clero e aos fiéis, sobre a sua administração da diocese. Sentindo o peso dos anos, a doença, bem como o afastamento das atividades a pedido do médico, fez um balanço da administração antes de se retirar para Curitiba em tratamento. O bispo relatou suas mágoas, dificuldades, calúnias que enfrentou, citando uma visita pastoral do início de seu governo, em que fora recebido com um folheto difamatório que prevenia o povo contra o “explorador”.

Na *Carta Pastoral* explicou como empregou o dinheiro do crisma e outras rendas:

E para maior prova do meu asserto, ahí estão as obras que não se fazem com palavras: o Palácio Episcopal, o Seminário e a chácara destinada ao recreio dos alumnos, a Cúria Diocesana, a Igreja de São Benedicto, o Patrimônio da Diocese e a Cathedral, com cujas obras concorri com quantia superior a duzentos contos de réis [...]<sup>474</sup>

Nos dados apresentados, o bispo afirmou que havia crismado mais de quinhentas mil pessoas, nas sete vezes em que fez suas visitas pastorais, a todas as cidades da diocese. A organização da diocese, de fato, representou um dos aspectos com que d. Alberto teve muito cuidado no seu governo. Nas primeiras décadas, cuidou pessoalmente de cada paróquia por meio das visitas pastorais e das cartas pastorais enviadas ao clero e aos fiéis. O empenho de d. Alberto resultou num movimento importante de vitalidade da Igreja católica na região.

Em 36 anos de governo, d. Alberto escreveu Cartas Pastorais, Mandamentos e avisos diversos, que foram enviados ao clero e aos fiéis católicos sobre os mais variados temas: anunciando e orientando a visita diocesana, pedindo cooperação com a formação do patrimônio, tabela de emolumentos paroquiais, orientação para coleta de esmolas, mandamento sobre os dias santos e festas, sobre a lei do jejum e abstinência, carta estabelecendo o dia da boa imprensa, avisos sobre casamentos e processos matrimoniais, alistamento eleitoral, entre outros temas. A documentação presente em alguns livros Tombo

<sup>472</sup> SAVIO, Luis. Correspondência ao Monsenhor Lauriano. 21/05/1936. **ACMRP-SP**, Ribeirão Preto-SP. (Caixa Monsenhor Lauriano). Na carta, o padre Luis pediu a intercessão de monsenhor junto ao bispo, pois não queria que este ficasse nervoso por sua causa.

<sup>473</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Carta Pastoral do Bispo de Ribeirão Preto sobre a sua administração da diocese. **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto-SP, n. 98, p. 1-5, abril 1938.

<sup>474</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Carta Pastoral do Bispo de Ribeirão Preto sobre a sua administração. **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto-SP, n. 98, p. 2, abril 1938.

ou publicada depois de 1930 no Boletim Diocesano permite olhar os diferentes momentos da Igreja na diocese de Ribeirão Preto, em face de acontecimentos que envolviam aspectos políticos, sociais e econômicos com a instituição, bem como com os projetos dos padres e a vida cotidiana dos fiéis dentro e fora da Igreja durante o governo de d. Alberto.

Em dezembro 1939, ainda desalentado com o caso e sem ter uma luz positiva do Vaticano a respeito da vinda de um auxiliar para ajudar a resolver seus problemas, d. Alberto escreveu ao arcebispo dizendo que:

[...] o Núncio apostólico prometeu que viria e nada [...] conforme disse ao Núncio apostólico não aceito a vinda de qualquer religioso [...] que o plano dele é esperar minha morte para indicar mais um. Estou crendo com D. Benedito que não houve passo algum para o caso [...] Por enquanto desculpe a caceteação.<sup>475</sup>

O Bispo estava cansado? Ou, sentia-se impotente diante da velhice e a doença que o impediam de realizar a ação pastoral?

D. Alberto foi um viajante incansável, seja por suas atividades particulares em São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro, pelas estações de água, ou ainda pela diocese para as atividades pastorais.

O Vaticano resolveu atender aos insistentes apelos do bispo e nomeou um bispo auxiliar para Ribeirão Preto. O eleito, padre Manuel da Silveira D'Elboux, nasceu em Itu, no interior de São Paulo, em 1904, filho de Osório Florêncio D'Elboux e Maria Francisca da Silveira D'Elboux. Foi ordenado presbítero por d. Duarte Leopoldo e Silva, em 15 de agosto de 1931, na igreja de Santa Efigênia, em São Paulo. Foi nomeado bispo auxiliar de Ribeirão Preto em 10 de janeiro de 1940 e sagrado bispo em 31 de março de 1940. A sagração episcopal ocorreu na igreja de Santa Cecília, em São Paulo, pelo arcebispo d. José Gaspar de Afonseca e Silva, tendo por co-sagrantes d. Alberto José Gonçalves, bispo de Ribeirão Preto, e d. Paulo de Tarso Campo, bispo de Santos. Participaram da cerimônia os bispos de Botucatu e de Sorocaba, o abade do Santuário de Santo Antônio de Ribeirão Preto, d. Miguel Ângelo Biondi, entre autoridades civis e eclesiásticas.

O *curriculum* de d. Manuel demonstra uma carreira sacerdotal muito rápida. Ordenado sacerdote em 1931, exerceu o cargo de vigário cooperador da matriz de Santa

---

<sup>475</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Correspondência a d. José G. de A. e Silva. 30/12/1939. ACMSP, São Paulo.

Efigênia<sup>476</sup>, foi secretário particular de d. Duarte, entre os anos de 1932 a 1935. Em 1935, foi nomeado ministro do Seminário Central do Ipiranga, local em que permaneceu exercendo vários cargos, chegando a reitor, até ser eleito bispo. Em menos de uma década como padre, Manuel da Silveira D’Elboux, aos trinta e seis anos, foi sagrado bispo, escolhendo como dístico de seu brasão o lema: “Urge-nos a caridade de Christo.”

D. Alberto, para acolher seu auxiliar, escreveu uma “Carta Pastoral” em que anunciava ao clero e aos fiéis a chegada de d. Manoel, apresentando-o da seguinte forma:

Confio, Caríssimos Irmãos e Filhos, que tereis para com aquele que é constituído também vosso Chefe espiritual, as demonstrações de respeito e obediência que sempre de vós tenho recebido. [ ...] Se eu tiver de me ausentar alguma vez da sede da Diocese, por exigência de minha saúde, tereis, Caros Irmãos e Filhos, na pessoa do meu Auxiliar um Chefe, um distribuidor das graças divinas, um apoio em vossas lutas, um consolador em vossas provações, um guia, um pae a quem podereis recorrer com toda a confiança.<sup>477</sup>

A carta de apresentação mostrou um d. Alberto cheio de zelos para com aquele que veio para ajudá-lo. D. Alberto, antecipadamente, confiou publicamente no trabalho que seu auxiliar ia exercer, dedicando-se ao que o velho bispo já não fazia em razão da idade e da doença. O momento era de alegria para d. Alberto; foi duplamente atendido em seu pedido: veio um auxiliar, e não era religioso, conforme seu desejo.<sup>478</sup> Não foi possível apurar os motivos pelos quais d. Alberto não queria um religioso, uma vez que, ao longo de seu governo, foi ajudado pelos religiosos em suas visitas pastorais.

No dia da chegada de d. Manoel, d. Alberto estava internado na Santa Casa local, o que contribuiu para diminuir o brilho da festa. No trajeto entre Campinas e Ribeirão Preto, após entrar na região da diocese, em cada parada do trem, d. Manoel era recebido com grandes manifestações de alegria. Esperavam-no nas plataformas das estações da estrada de ferro o clero, os membros das associações religiosas, estudantes e o povo. A festa preparada

<sup>476</sup> A matriz de Santa Efigênia funcionava como catedral provisória de São Paulo, na ocasião em que d. Manuel exerceu o cargo de vigário cooperador.

<sup>477</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Carta do Bispo de Ribeirão Preto apresentando o seu auxiliar d. Manoel da Silveira D’ Elboux ao clero e aos diocesanos. **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto-SP, ano 9, n. 118, p.1, fevereiro 1940.

<sup>478</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Correspondência a d. José Gaspar de A. e Silva, 30/12/1939. São Paulo. **ACMSP**, São Paulo. (Pasta Ribeirão Preto).

em Ribeirão Preto foi adiada, e a recepção ao bispo foi silenciosa por causa do estado de saúde de d. Alberto.

O jornal *Diário de Notícias* publicou o discurso<sup>479</sup> que seria pronunciado pelo juiz da primeira vara, dr. Antonio Carlos Pereira da Costa, representando os fiéis católicos e o do monsenhor João Lauriano, vigário-geral da diocese, o representante do clero. Os discursos cujo teor traziam uma saudação a d. Manoel, exaltando seu lema, sua obra como padre e reitor do seminário, não foram pronunciados por causa das mudanças na recepção do bispo. Monsenhor Lauriano reiterou que, a pedido de d. Alberto, todo o clero já se colocava à disposição do novo bispo, prontos para obedecer-lhe e colaborar com a propagação do Evangelho e a defesa da fé. A diocese, em 1940, não dispunha de um jornal diário para publicar as notícias relativas à diocese, mas a imprensa local cobriu os eventos. D. Manoel recebeu a imprensa no Palácio Episcopal, junto com monsenhor Lauriano e o cônego Assis Barros. Os discursos e a “Carta Pastoral” de d. Alberto, de acolhida a d. Manoel, e as festas de recepção foram publicadas no Boletim Diocesano do mês de abril de 1940.

Com a ajuda de d. Manoel, abriu-se um novo momento para a Igreja de Ribeirão Preto, que, igual em outras partes do mundo, se via às voltas com a complexa situação instalada com a segunda guerra mundial. As festas sacras e o Congresso Eucarístico Diocesano de 1940 proporcionaram um momento forte de renovação espiritual para os fiéis católicos.

Nos meses que se seguiram à chegada de d. Manoel, as festas de maio, dedicadas à Virgem Maria, a festa de Corpus Christi, em junho, o mês do Sagrado Coração de Jesus e as missões de agosto de 1940, foram noticiadas pelos jornais locais como grandes manifestações dos católicos que mostravam sua força e crença.

A mobilização dos católicos na diocese, considerada pelo bispo como pequena, era vista pela imprensa de forma diferente. A festa de Corpus Christi, em 1940, reuniu uma pequena multidão, o que fez com que os jornais escrevessem que o fato constituía um indício seguro de que, ao contrário do que muitos apregoavam, a crença nos dogmas da Igreja católica a cada dia aumentava.

---

<sup>479</sup> D. MANUEL da Silveira D’Elboux. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, 21/abril/1940, p. 1.

Muitas pessoas participavam das festas sacras e aos poucos entravam nas searas mais íntimas do catolicismo, ao fazerem sua adesão aos ideais pregados pela Igreja por meio das associações. Mas incomodava a hierarquia o número daquelas que participavam de forma paralela em outros cultos. O fato é que uma verdadeira evangelização era difícil. A pregação da doutrina feita às crianças constituía um elemento efêmero, e atingir os adultos numa verdadeira cruzada de evangelização era uma tarefa mais complexa que exigia da Igreja um maior empenho para chegar à maturidade da adesão ao culto e à prática de valores que enfrentavam outras crenças e a dessacralização da sociedade. Chegar aos pobres, às massas urbanas e rurais era um desafio imenso nem sempre conseguido pela Igreja de forma completa.

A festa de Cristo Rei, implantada na liturgia no ano santo de 1925, a entronização do Sagrado Coração de Jesus e do Imaculado Coração de Maria nas paróquias, nas casas, nas cidades, eram demonstrações de que o mundo católico reagia à secularização da sociedade. No discurso dos padres, os frutos da entronização nos lares revertiam-se em frutos nas famílias, tais como o fortalecimento da união entre seus membros. Para os padres não bastava a entronização das imagens na sala principal, era preciso entronizar o próprio coração numa dedicação à causa da Igreja. O modelo da família de Nazaré era seguido pelas famílias que realizavam a entronização de suas casas e de seus membros.<sup>480</sup>

### *3.8.1 Congressos eucarísticos*

---

<sup>480</sup> 1º LIVRO de Atas do Apostolado da Oração. **Arquivo Paróquia de Nossa Senhora do Rosário**, p. 1. Ribeirão Preto.

Uma das inovações da Igreja eram os Congressos Eucarísticos, exaltando a figura do Cristo sacramentado, cujo culto se irradiava na vida cotidiana. Iniciados na Europa no fim do século XIX, mais precisamente na França, foram abençoados pelo papa Leão XIII. O primeiro Congresso Eucarístico Internacional foi realizado em Lille, na França, com o tema *A eucaristia salva o mundo*. Rapidamente ganharam espaço nos países católicos.<sup>481</sup> Desde o 1º Congresso Eucarístico Nacional, em 1933, em Salvador, Bahia, sede primaz do arcebispado do Brasil, o clero fazia propaganda do evento como um elemento a mais que contribuiria para propagar a fé católica, despertando a fé e o amor a Jesus Cristo sacramentado. Bispos, padres, membros das associações de fiéis, eram convidados a participar dos Congressos Eucarísticos nacionais, diocesanos e paroquiais que passaram a fazer parte do cenário religioso.

A hierarquia da Igreja considerava como um dos objetivos principais dos Congressos eucarísticos renovar a piedade e o espírito católico do povo brasileiro, mostrando a força do catolicismo na vida cotidiana.

Os Congressos Eucarísticos eram celebrados como um triunfo de uma sociedade que se rendia a Cristo Rei, conforme o desejo do papa Pio X. Inúmeras eram as motivações que mobilizavam milhares de pessoas pelo mundo nos Congressos Eucarísticos e, por isso, a alta hierarquia da Igreja comparecia paramentada, emprestando brilho às solenidades.

D. Alberto escreveu uma “Carta”<sup>482</sup> aos fiéis apresentando o Congresso; nela, compara a Europa, que assistia ao desmoronamento das conquistas da civilização cristã, com a tranqüilidade daqueles que podiam desfrutar das bênçãos de proclamar a realeza de Cristo. Um dos objetivos do Congresso Eucarístico diocesano era preparar o Congresso Nacional, que seria celebrado em 1942, na cidade de São Paulo. O bispo enfatizava que “[...] o fim primordial é intensificar entre os fiéis a devoção ao SS. Sacramento e o amparo as Vocações Sacerdotais.”<sup>483</sup>

Em 1939, seguindo as recomendações da cúria diocesana de Ribeirão Preto, os padres organizaram em suas paróquias o Congresso Eucarístico Paroquial, preparando o Congresso Eucarístico Diocesano, realizado em 1940. Tal preparação contou com as missões na sede da diocese. Durante as missões, as pregações se intensificavam, conversões, seguidas de confissão e comunhão, ocorriam em número alto. A força das celebrações pôde ser identificada quando uma procissão dedicada a Nossa Senhora Aparecida reuniu cerca de vinte

<sup>481</sup> Por ocasião da 2ª visita Ad Limina, D. Alberto participou no Santuário de Lourdes na França de um Congresso Eucarístico.

<sup>482</sup> GONÇALVES, D. A. J. Primeiro Congresso Eucarístico Diocesano. **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto-SP, ano 9, n. 124, p. 1, agosto, 1940.

<sup>483</sup> GONÇALVES, D. A. J. Primeiro Congresso Eucarístico Diocesano. **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto-SP, ano 9, n. 124, p. 1, agosto, 1940.

mil pessoas e quando o encerramento das missões contou com trinta mil pessoas em uma missa campal. As manifestações dos católicos indicavam que a presença da Igreja no seio da sociedade, mesmo que considerada pequena pela hierarquia, era descrita pela imprensa como um triunfo do catolicismo.

Preparando o Congresso, foram proferidas conferências nas cidades e na sede da diocese, alertando os católicos para o triunfo da causa do Cristo. Era a contraposição ao avanço do sectarismo, protestantismo, espiritismo e outras crenças consideradas pela Igreja como seitas.

Em algumas paróquias, a preparação foi realizada nas cidades e na zona rural. A primeira providência dos párocos consistiu em conseguir padres para auxiliar nas pregações e nos demais rituais. O programa dependeu do número de padres suficientes para atender as capelas e ajudar nas matrizes. De maneira geral, o programa nas paróquias contou com as seguintes cerimônias: missa cantada votiva ao Espírito Santo, pregações com temas específicos, como a Eucaristia e o Sagrado Coração de Jesus, confissões, festas de primeira comunhão de crianças e adultos, adoração do Santíssimo, hora santa com meditação, exposição do Santíssimo Sacramento. Uma ênfase na Eucaristia era dada pelos padres seculares e missionários, ressaltando o papel do Cristo ressuscitado e eucarístico.

D. Alberto, ao enviar uma carta anunciando o Congresso, ressaltou a importância de que todos os católicos estivessem “[...] irmanados no Reino de Christo [...] reunidos no pé do altar [...] ao grande cortejo triumphal de Jesus Hóstia.”<sup>484</sup>

D. Alberto, contando com seu bispo auxiliar, d. Manoel, e com os diretores do Congresso, monsenhor João Lauriano<sup>485</sup> e cônego Assis Barros, preparou e realizou o 1º Congresso Eucarístico Diocesano, que ocorreu entre os dias 22 e 29 de setembro de 1940, na sede da diocese.

No Congresso Eucarístico Diocesano, ao lado dos bispos de Ribeirão Preto, d. Alberto José Gonçalves e d. Manuel da Silveira D’Elboux, esteve presente o arcebispo metropolitano de São Paulo, d. José Gaspar de Affonseca e Silva, o arcebispo de Cuiabá, d. Francisco de Assis Correa, e os bispos d. Antonio Augusto de Assis, de Jaboticabal, d. Francisco de Campos Barreto, de Campinas, d. Antonio dos Santos, de Assis, d. Gastão

<sup>484</sup> GONÇALVES, Dom Alberto J. Primeiro Congresso Eucarístico Diocesano. **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto-SP, n.124, p. 1, agosto de 1940.

<sup>485</sup> Uma das preocupações de monsenhor Lauriano ao preparar o Congresso Eucarístico não estava relacionada com as questões de fé. O Monsenhor pediu informações para a cúria de São Paulo sobre os lugares em que deviam ficar no altar as autoridades eclesiásticas no evento. Cartas foram identificadas com esse tema, ressaltando a ordem hierárquica da Igreja. Ter no mesmo evento vários bispos e o arcebispo metropolitano deixava o cerimonial em apuros quanto à posição de cada autoridade durante o evento.

Liberal Pinto, de São Carlos, d. Paulo de Tarso Campos, de Santos, d. Luiz Maria de Sant'Ana, de Botucatu, bem como os representantes de outros bispos.

As autoridades civis também estiveram presentes; o interventor Dr. Adhemar de Barros enviou como representante o Secretário da Educação e Saúde Pública, Dr. Mário Lins. As autoridades civis de Ribeirão Preto também compareceram às cerimônias do Congresso. A Igreja caminhava contribuindo para os projetos do Estado e vice-versa, quando interessava a cada uma das partes.

O programa do 1º. Congresso Eucarístico Diocesano de Ribeirão Preto teve como tema principal a “*Eucharistia e as Vocações Sacerdotais*” e os temas das sessões “*Eucharistia – Sacramento, Eucharistia – Sacrifício, Eucharistia – Liturgia*”. As sessões de estudos, missas solenes, sermões, exposição e bênção do Santíssimo Sacramento foram algumas das atividades.

As conferências foram proferidas por padres e leigos, destinadas aos adultos e crianças. Os adultos tiveram sessões separadas para homens e moços, senhoras e moças. Os homens reuniram-se na Vila Tibério e nos Campos Elíseos; os homens e moços do curato da catedral reuniram-se na igreja São Benedito. Para as mulheres, apenas uma opção de lugar, as senhoras e moças fizeram suas reuniões na igreja São José, dos padres agostinianos. Quanto às crianças, as sessões foram realizadas em três lugares: no salão paroquial da Vila Tibério; nos Campos Elíseos, no Instituto Mazzarello e no curato da catedral, no salão Santa Helena.

Durante o Congresso um dos momentos de destaque da manifestação dos católicos foi a procissão solene pelas ruas da cidade. Os jornais e outras notícias da época calculavam em 30 mil pessoas, sem contar as que ficaram na porta de suas casas, que foram enfeitadas, esperando a procissão passar, quando o número pode ter atingido, de acordo com os mais otimistas, 50 mil pessoas. A procissão representava a apoteose do Congresso, nela estavam presentes a hierarquia da Igreja, as autoridades civis e os fiéis católicos de Ribeirão Preto e região. As delegações das cidades da diocese compareceram em massa e, junto com os fiéis de Ribeirão, podiam ser identificadas por suas roupas, distintivos e estandartes com as associações a que pertenciam, o que certamente contribuiu para manifestar a força dos católicos. No dia 29 de setembro, data do encerramento do Congresso, o arcebispo de São Paulo, d. José Gaspar, celebrou em altar montado na porta da catedral uma missa solene, cujo sermão foi proferido pelo bispo auxiliar de Ribeirão Preto, d. Manoel da Silveira D'Elboux.

A emoção que a festa podia proporcionar aos fiéis permitia o fortalecimento da devoção a Cristo e, por extensão, da adesão aos valores propagados pelos padres nas homilias e preces durante a festa.

A importância do Congresso Eucarístico pode ser atestada quando verificamos que a estação de rádio PRA7 de Ribeirão Preto transmitiu todas as solenidades.

O editorial do jornal *Diário de Notícias* afirmou que o Congresso Eucarístico era “[...] uma manifestação religiosa, uma cantante afirmação da imutabilidade da Igreja Católica Apostólica Romana.”<sup>486</sup>

Com uma grande população católica na diocese, uma manifestação que mobilizava os fiéis constituía uma afirmação sem precedentes da força do catolicismo na sociedade. Mas as multidões que compareciam às festas religiosas representavam apenas uma parcela da população, e não o seu conjunto.

### 3.8.2 Pastoral de d. Manoel

Durante os preparativos para o Congresso que vinham ocorrendo desde o ano de 1939, d. Manoel, deu início a uma seqüência de visitas pastorais para conhecer a diocese. Seguindo os passos de d. Alberto, o novo bispo pediu bênçãos ao arcebispo d. José para iniciar sua peregrinação pela diocese, expressando sua gratidão de filho para com o arcebispo.<sup>487</sup>

As impressões de d. Manoel a respeito da situação da diocese foram registradas, numa carta endereçada ao arcebispo d. José Gaspar de Affonseca e Silva, contando os resultados das visitas pastorais:

[...] uma abertura de coração: já visitei quinze paróquias e, mais ou menos, pude tomar o pulso da diocese. a situação no terreno espiritual, pode-se dizer é precária. Sete paróquias não tem vigário, quatorze paróquias possuem vigário, mas são eles tão doentes e velhinhos que absolutamente, não podem acudir as necessidades das almas. O clero, com rara exceção, é estrangeiro e constituído de padres volantes. Quase não existe paróquia em que não haja casos embaraçosos para o Bispo. Algumas cidades poderiam ser verdadeiros celeiros de vida espiritual religiosa vão se tornando deserto ainda onde apenas bruxuleia a luz da fé, porque ainda acalentada pelas mãos de Deus.

<sup>486</sup> CONGRESSO EUCARÍSTICO. *Diário de Notícias*. Ribeirão Preto, 13/9/1940, p. 1-2.

<sup>487</sup> D'ELBOUX, D. Manuel da Silveira. Correspondência ao Arcebispo D. José de Affonseca e Silva 17/jun./1940. *ACMSP*, São Paulo. (Pasta Ribeirão Preto).

Este, Excia, o quadro presente da diocese. O que será do futuro? Resolveremos o problema da falta de clero com 15 alunos nos Seminários Menor e Maior?<sup>488</sup>

A carta prosseguia apresentando ao arcebispo um programa em que d. Manoel pedia aprovação para colocá-lo em prática.

As minhas sugestões seriam para a diocese de Ribeirão Preto. Quero submete-las à apreciação de V. Excia:

1º. Instalação da obra das Vocações Sacerdotais

2º. Reunião do clero a cada três meses

3º. Federação e Confederação das Associações religiosas da diocese

4º. Instalação do secretariado da Cruzada Eucarística Infantil, estendendo esta Associação a todas as Paróquias, colégios, etc... lançando-se neste meio a semente da Ação Católica.<sup>489</sup>

O programa de D. Manoel representava um meio de ter mais de perto o controle de padres e leigos, de incentivar a obra missionária, expandir a ação do catolicismo na diocese. Outro ponto forte era o incentivo às crianças à Cruzada Eucarística, tentando trazer cada vez mais os fiéis para o seio da Igreja, por meio da Ação Católica.

D. Manoel aponta como um grave problema a assolar a diocese, ao lado do casamento apenas no civil, a deserção dos chefes de família da assistência a missa dominical.

Outra preocupação de d. Manoel representava um problema antigo na diocese e sobre o qual d. Alberto havia se manifestado, era o avanço do espiritismo. No início do governo de d. Alberto, o combate contra o espiritismo vinha sendo realizado pelos católicos. Algumas questões podem ser levantadas. O avanço dos espíritas significava que estava terminava a obra de D. Alberto? Teria d. Alberto conseguido atingir seus objetivos durante as décadas de seu governo?

As diretrizes e a metodologia da Igreja nos anos 1940 eram diferentes do momento em que d. Alberto e outros bispos haviam assumido as dioceses da Província Eclesiástica de São Paulo. Alguns problemas permaneceram, outros foram substituídos,

<sup>488</sup> D'ELBOUX, D. Manuel da Silveira. Correspondência ao Arcebispo D. José de Affonseca e Silva, 5/nov./1940. ACMSP, São Paulo. (Pasta Ribeirão Preto).

<sup>489</sup> D'ELBOUX, D. Manuel da Silveira. Correspondência ao Arcebispo D. José de Affonseca e Silva, 5/nov./1940. ACMSP, São Paulo. (Pasta Ribeirão Preto).

apesar dos avanços conseguidos pelos membros da Igreja. Ao longo do governo, d. Alberto combateu as crenças contrárias à Igreja com os recursos e a metodologia de que dispunha. As preocupações da Igreja em 1940 estavam inseridas num contexto diferente do início do século XX, quando a diocese de Ribeirão Preto foi instalada.

A motivação era inserir os fiéis numa proposta engajada na Ação Católica e /ou, outras associações laicas, capazes de capacitar o fiel a assumir um compromisso com os projetos da Igreja. Fazia-se necessário deixar para trás a ignorância religiosa; os fiéis precisavam conhecer a doutrina e os ensinamentos da Igreja para enfrentar as práticas religiosas populares que ainda permaneciam no seio dos católicos.<sup>490</sup>

Acompanhando os relatórios enviados à cúria, apesar das falhas, pois muitas paróquias não enviavam os dados pedidos, os números apontam para um crescimento das associações e dos membros em seus quadros, aumento no número de comunhões e, apesar de participação limitada dos leigos comprometidos em muitas paróquias, a luta da Igreja e seus membros persistiam por meio das associações, dos Congressos Eucarísticos mobilizando multidões e da tentativa de implantar a Ação Católica nas paróquias da diocese.

É certo que se iniciava um novo tempo, em que o vigor, a juventude e a disposição de d. Manoel, deram um impulso ao catolicismo, mas d. Alberto, continuou à frente da diocese.

As consultas a d. Alberto continuaram a ser realizadas pelo arcebispo nos anos de 1940, sobre temas variados, como: a segunda guerra mundial, esquema para encontros dos bispos, divórcio, casamento, educação e a reforma do ensino religioso, Congressos Marianos, Eucarísticos, etc.

A segunda guerra mundial foi tema de inúmeras correspondências entre o arcebispo d. José e o bispo de Ribeirão Preto. A posição de d. Alberto permite afirmar que o bispo, longe de discordar do governo, recomenda ao arcebispo uma postura de apoio e sugere que a Igreja não descuide de sua missão. Na carta a d. José, ele escreve:

Como é sabido, o povo brasileiro é infenso as guerras, e muito mais profundamente são os paulistas que dão de preferência ao comércio, à indústria, e a todo gênero de trabalho útil e remunerador e fora de dúvida, não daria acolhida a nossos conselhos, o que traria desprestígio a nossa missão que é de ordem e de paz [...] Penso ser preferível publicar um

---

<sup>490</sup> MAINWARING, S. **Igreja Católica e Política no Brasil**. 1916 – 1985. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.50.

manifesto aconselhando em geral os nossos diocesanos que aceitem as deliberações de nosso governo.<sup>491</sup>

Fica claro que, para d. Alberto, a Igreja precisava se manifestar. A sugestão dele a d. José era tomar cuidado ao assumir uma postura que permitisse servir como arma de combate ao que chamou a missão de ordem e paz da Igreja. O momento era delicado, no Brasil era grande a presença de padres e fiéis de origem dos países das potências do Eixo, contrários ao bloco democrático, ao qual aderiu o governo de Getúlio Vargas. O tema mereceu discussões no seio do episcopado, e, de acordo com Lustosa<sup>492</sup>, apesar dos contratempos, a Igreja deu seu apoio ao governo brasileiro.

D. Manoel e d. Alberto agiam nos bastidores do cenário político, articulando as candidaturas de interesse da Igreja na região da diocese, na tentativa de impedir que candidatos contrários aos esquemas do catolicismo fossem eleitos. Uma carta de d. Manoel para d. Alberto deixa explícita a articulação: “Estamos trabalhando sorrateiramente, pois, os dois candidatos à presidência da sub-seção de Ribeirão Preto são divorcistas.”<sup>493</sup>

Bispos e padres buscavam influenciar, na medida do possível, para que candidatos a qualquer cargo no governo que militassem nas fileiras contrárias à doutrina católica não fossem eleitos. Por meio das paróquias, os padres contavam com a ajuda dos leigos que atuavam na Ação Católica ou em outros movimentos para atingir o objetivo de obstruir as forças contrárias.

D. Manoel foi, aos poucos, colocando em prática alguns dos pontos em que pedira orientação quando escrevera ao arcebispo de São Paulo em 1940.

Em 1942, realizando um dos projetos que anunciou ao tomar posse como bispo, d. Manuel criou a Federação Diocesana das Congregações Marianas, um órgão que serviu para orientar e formar a juventude mariana, obra em que contou com a ajuda do cônego Francisco Assis Barros. Em 31 de maio de 1942, a primeira diretoria da Federação Diocesana das Congregações Marianas tomou posse, durante uma sessão literário-musical realizada no “Salão d. Alberto.”<sup>494</sup>

<sup>491</sup> GONÇALVES, D. Alberto José. Correspondência a d. José de Affonseca e Silva. 6/8/1943. São Paulo, ACMSP, São Paulo.

<sup>492</sup> LUSTOSA, Oscar de F. **A Igreja Católica no Brasil República**: cem anos de compromisso. 1889-1989. São Paulo: Paulinas, 1991. p.56

<sup>493</sup> D'ELBOUX, D. Manuel da Silveira. Correspondência a d. Alberto José Gonçalves. 15/12/1942. São Paulo, ACMSP. Pasta Ribeirão Preto.

<sup>494</sup> FEDERAÇÃO Diocesana das Congregações Marianas. **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto-SP, n. 146, p. 3. junho de 1942.

Em outubro de 1942, foi lançado o 1º. número do Boletim Diocesano, Órgão da Federação Diocesana das Congregações Marianas, quando havia uma estimativa de que, na diocese, 2.122 agremiados participavam da congregação.<sup>495</sup> D. Manuel, à frente dos congregados, realizou a 1ª. Assembléia Mariana Diocesana em 8 de novembro de 1942, direcionando os objetivos para as Congregações de toda a diocese. Outra atitude de d. Manuel foi dar início à Concentração Mariana na diocese. O encontro mobilizava milhares de jovens que acudiam das cidades que pertenciam à diocese.

A programação constava de missa, assembléia geral e um desfile, que era realizado após a assembléia pelas ruas centrais da cidade. Os congregados compareciam com suas bandeiras, fitas e distintivos. Durante o desfile entoavam cânticos e no final era recitado um ato de Consagração a Nossa Senhora.<sup>496</sup>

O secretário mundial das Congregações Marianas, padre Mariaux, veio a Ribeirão Preto para a 2ª Concentração Mariana. Na carta que enviou aos congregados marianos de Ribeirão Preto, exaltou a cidade, o encontro, o trabalho desenvolvido pelos congregados, afirmando que “[...] até na Europa muitas Congregações Marianas invejariam os Congregados de Ribeirão Preto por esta sede Mariana.”<sup>497</sup> Por trás de todo esse avanço dos congregados e da formação da federação, estavam d. Manoel e os padres diretores espirituais.

Solidificar a Federação das Associações tornou-se uma prioridade de d. Manoel, pois, a partir das associações, os fiéis eram incentivados a participar da Ação Católica. A fundação da Federação Mariana Feminina, em janeiro de 1943, sob a direção de d. Manoel, veio consolidar o trabalho dos bispos, lembrando que este, para realizar qualquer empreendimento, precisava do aval de d. Alberto.

Em outubro de 1943, passou a ser publicado o Boletim Diocesano, órgão da Federação Feminina que era remetido a todos os grupos da diocese. O Boletim, de modelo similar ao dos Congregados Marianos, era formado por avisos gerais, notícias sobre a igreja e seus membros, relatórios sobre a vida espiritual das Pias Uniões das Filhas de Maria e dos Congregados Marianos das paróquias da diocese com os resultados dos tesouros espirituais.

O “Salão d. Alberto” foi inaugurado em 19 de maio de 1942 para servir de sede das associações religiosas da catedral.

<sup>495</sup> ESTATÍSTICA Mariana da Diocese. **Boletim Diocesano. Órgão da Federação Diocesana das Congregações Marianas**, Ribeirão Preto, ano 1, n. 2, p. 9.

<sup>496</sup> CONCENTRAÇÃO Diocesana. **Boletim Diocesano. Órgão da Federação Diocesana das Congregações Marianas**. Ribeirão Preto, ano 2, n. 13, p. 4-5, outubro 1943.

O trajeto do desfile começava pela Rua Visconde de Inhaúma, Duque de Caxias, Álvares Cabral, General Osório, Pça Cel. Schmidt, Av Cel Luiz da Cunha, Pça Nossa Senhora do Rosário (Vila Tibério).

<sup>497</sup> MARIAUX, Padre Walter. Carta aberta aos Congregados Marianos de Ribeirão Preto. **Boletim Diocesano. Órgão da Federação Diocesana das Congregações Marianas**. Ribeirão Preto, ano 2, n. 14, p. 2-4, novembro 1943.

Os bispos recomendavam a leitura dos Boletins nas reuniões para que todos os participantes tivessem acesso à informação e à formação espiritual.

Assumindo as visitas pastorais na diocese, d. Manoel incentivava as associações a participar ativamente, instruindo na formação da fé as pessoas ligadas às associações laicas e, a partir delas, realizar uma catequese que atingisse o restante da população. No ano de 1944, havia, na diocese de Ribeirão Preto, 51 Pias Uniões das Filhas de Maria. Levando-se em conta as 49 paróquias, quase todas tinham sua associação dedicada à Virgem Imaculada Conceição, sendo que a catedral possuía três delas.

A fundação da Federação das Associações deu um impulso a elas, conforme o relato de uma Filha de Maria.<sup>498</sup> Como diretor da Federação Mariana, d. Manoel reuniu as Congregações da diocese na Assembléia Mariana Diocesana, buscando melhorar os programas em execução. O bispo contava com as Congregações para determinar o programa do Apostolado, tais como: catecismo nos centros, nos grupos escolares e na zona rural; assistência vicentina, boa imprensa, programas de rádio, orientação moral dos espetáculos, obra das vocações, etc. O bispo ressaltou que o importante era a qualidade, e não a quantidade, dos católicos nas associações participando nas atividades da Igreja.

Os bispos incentivaram a abertura de uma livraria católica para combater a chamada má imprensa, facilitando a aquisição de livros edificantes para os católicos.

A pedagogia utilizada pela Igreja estava destinada em grande parte à classe média ou alta. Nas escolas confessionais católicas para meninas e meninos, a freqüência nas associações era parte da educação recebida. Associações como Filhas de Maria, Cruzada Eucarística e Congregados Marianos eram formadas dentro das escolas destinadas aos alunos. Prática comum no país, não fugiu à regra na diocese de Ribeirão Preto.

Muitas vezes, distante das classes operárias, a sede da diocese de Ribeirão Preto celebrou o fato de conseguir instalar numa vila operária uma Pia União das Filhas de Maria, levando-se em consideração que as moças trabalhavam durante o dia, e à noite se dedicavam aos estudos. Era a Pia União da Vila Tibério, em Ribeirão Preto, que com incentivo permitiu que se realizassem inúmeras atividades, como: Páscoa para as moças, ensino do catecismo na paróquia, nos bairros e fazendas, trabalho na obra das missões e das vocações, cruzada eucarística e as atividades no coro da matriz.<sup>499</sup> Considerando-se que a Pia União se

---

<sup>498</sup> TRABALHO. Ribeirão Preto. **Boletim Diocesano. Órgão da Federação Feminina Mariana.** Ribeirão Preto, ano 2, n. 21, p. 5, janeiro 1945.

<sup>499</sup> FUNDAÇÃO e história da Pia União das Filhas de Maria na Igreja matriz de Vila Tibério. **Boletim Diocesano. Órgão da Federação Mariana Feminina.** Ribeirão Preto, ano 2, n. 14, p. 4, junho 1944.

localizava numa vila operária, os ganhos eram inquestionáveis e por isso foram tão alardeados.

A Igreja não possuía mais o controle estrito da sociedade, como em outras épocas; mesmo sendo ainda uma minoria, as pessoas declaravam-se abertamente adeptas de outras crenças. De acordo com Thomas Bruneau<sup>500</sup>, as classes médias, as mais visadas, tinham condições de se manter nas associações, de contribuir com as campanhas da Igreja, e os padres eram formados nos seminários segundo os valores pregados e conduzidos pela classe média. Depois de ordenados, muitos deles não sabiam como se relacionar e trabalhar com as classes mais baixas, que constituíam a maioria da população brasileira.

As classes mais baixas, relegadas pelas elites, acabavam freqüentando os espaços mais próximos de sua própria condição, como terreiros de candomblé, centros espíritas, onde eram aceitos sem restrições de cor, raça, nível social. As paróquias nem sempre serviam como centro de acolhida para pessoas das classes baixas. Dessa forma, ficam visíveis a importância da fundação da Pia União das Filhas de Maria e sua atuação, no bairro operário da Vila Tibério, em Ribeirão Preto. Comparada com outras dioceses, a ação social da Igreja em Ribeirão Preto, entre os anos de 1909 a 1945, limitou-se mais a um assistencialismo e foi menos incisiva do que em outras dioceses da antiga Província Eclesiástica de São Paulo.<sup>501</sup>

Nos anos seguintes a 1940, os dois Bispos, d. Alberto e d. Manoel, auxiliados por padres da diocese, empreenderam uma verdadeira cruzada para dar um impulso ao culto. Seguindo os passos da *Carta Pastoral dos Bispos da Província*<sup>502</sup>, iniciaram uma campanha em defesa da fé, da moral e da família, combatendo os maus livros, excessos cometidos na educação física, as roupas que não condiziam com os valores pregados pela Igreja, resgate da autoridade paterna, entre outros temas. A chamada oposição continuava ridicularizando as virtudes cristãs pregadas pela Igreja, como o matrimônio indissolúvel, o papel da mulher como esposa e mãe, a proibição de filmes e livros contrários à moral cristã. A Igreja, por meio do clero, dava continuidade à obra de guardiã da fé e da moral cristã.

A proposta da Igreja era promover um intenso trabalho para combater a ignorância religiosa, levando os fiéis a estudar o catecismo, a alistar-se nas agremiações, a participar da Ação Católica e do apostolado social e religioso.

<sup>500</sup> BRUNEAU, T. C. **O Catolicismo Brasileiro em Época de Transição**. São Paulo: Loyola, 1974. p. 92

<sup>501</sup> BENCOSTA, Marcus. L. A. **Igreja e Poder em São Paulo: D. João Batista Corrêa Nery e a Romanização do Catolicismo Brasileiro. (1908-1920)** - Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 1999. p. 173 et. seq.

<sup>502</sup> **PASTORAL Collectiva** de 1940. Publicada pelo Boletim Diocesano a partir de dezembro de 1940 e nos meses seguintes em 1941.

O trabalho dos dois bispos levou à consagração da diocese ao Coração de Maria. Em 1943, seguindo as recomendações do papa Pio XII, d. Alberto determinou que a diocese fosse consagrada ao puríssimo Coração de Maria. A festa realizou-se em 14 de novembro durante a concentração dos marianos. O bispo auxiliar, d. Manoel, fez uma alocução depois que d. Alberto recitou a prece da consagração, a qual tinha em vista os acontecimentos mundiais. A Igreja orava pelo restabelecimento da paz mundial, implorando àquela que era considerada por excelência a mãe protetora. De acordo com o Boletim Diocesano, “[...] a sede do Bispado transformou-se num largo templo, à cuja sombra se reuniu, para a festa solene de sua Rainha a mocidade piedosa da Diocese.”<sup>503</sup>

A festa da consagração representou o apogeu de um período em que d. Alberto ainda estava à frente do bispado de Ribeirão Preto. Em 1945, depois de um longo período doente, d. Alberto faleceu, encerrando-se a primeira etapa da diocese de Ribeirão Preto.

---

<sup>503</sup> PALAVRAS do exmo. E revmo. Snr. Diretor. **Boletim Diocesano. Órgão da Federação Diocesana das Congregações Marianas.** Ribeirão Preto, ano 2, n.14, p. 1, nov. 1943.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar um longo período da história da diocese de Ribeirão Preto, abrangendo desde a escolha desta cidade para sede de diocese, passando pela formação do patrimônio, bem como o governo do primeiro bispo, algumas considerações se fazem necessárias.

No fim do século XIX, ocorreu a ruptura do Estado com a Igreja no Brasil, em decorrência da proclamação da República, e ela precisou se reestruturar, uma vez que ficou livre da tutela do Estado, é verdade, mas, ao mesmo tempo, sem o amparo financeiro que lhe vinha do tesouro público. Sem o apoio do Estado, viu-se diante da urgente necessidade de reorganizar o patrimônio, a despesa com o culto e o templo, porque não mais contava com os estipêndios estatais que lhe asseguravam a existência e que, muitas vezes, lhe permitiram ampliar o seu patrimônio.

Abria-se um novo tempo eclesiástico, religioso e pastoral no Brasil, cujos agentes procuravam agir de modo uniforme, em consonância com as diretrizes das reformas romanizadoras implementadas pela cúria romana, após o pontificado de Pio IX.

No Brasil pós-república, alinhar-se com Roma significava, para o episcopado, entre outras coisas, assumir o controle das ações da Igreja, criando novas paróquias, bispados, construindo e reformando templos, instituindo associações laicas, dirigidas pelos padres para atender às necessidades do culto e difundir a fé cristã, de acordo com a própria expansão das vilas e cidades, particularmente em São Paulo, acompanhando o próprio avanço da fronteira agrícola em direção ao oeste.

O alinhamento teve como resultado uma presença mais contínua dos padres em regiões em que, até então, a assistência eclesiástica era esporádica, padres que deveriam agir disciplinando o culto, administrando os sacramentos, dirigindo as associações laicas ao lado de outras atividades religiosas e sociais. É nesse contexto de reorganização e expansão da Igreja católica que foi criada a diocese de Ribeirão Preto.

A história da diocese de Ribeirão Preto teve seu início no século XIX, com a criação da paróquia de São Sebastião do Ribeirão Preto, em 16 de julho de 1870. O primeiro vigário foi o pe. Ângelo Philidory Torres. A criação do bispado acompanhou o rápido crescimento da cidade, tendo sido instalado menos de meio século após a oficialização da

Igreja com a paróquia. A preparação para a criação de um bispado na região, no entanto, teve início nos primeiros anos do século XX; o projeto inicial, porém, previa a instalação da sede do bispado em outra cidade, Batatais, e o processo se estendeu até 1908, quando foi criada a Província Eclesiástica de São Paulo e instalada a sede do novo bispado em Ribeirão Preto.

Por volta de 1903, a cidade de Batatais começara a trabalhar para ser a sede de um bispado no interior do Estado de São Paulo. Conforme os dados constantes da documentação consultada, aquela cidade estava economicamente já mais consolidada e possuía os recursos financeiros exigidos pelo Vaticano para sediar uma diocese. O projeto, enviado ao papa e à Secretaria de Estado do Vaticano, argumentava sobre as necessidades espirituais de se manter um bispo no interior de São Paulo, tendo em vista o crescimento da população na região e o abandono em que a população católica se encontrava, ficando às vezes décadas sem receber a visita pastoral do prelado. Alguns passavam a vida toda sem a oportunidade de ao menos ver a pessoa de seu bispo.

Dito de outro modo, o catolicismo no Brasil, naquela quadra da história, se resumia mais a uma prática e um costume do que necessariamente a uma religião plenamente institucionalizada e organicamente estruturada. Por ter conhecimento, senão pleno, mas fortemente fundamentado em dados dessa situação, é que a cúria romana se empenhava de modo decidido pela instalação de novas paróquias e dioceses pelo interior do Brasil.

Comandando o projeto de criação de um bispado em Batatais estavam o pe. José Lafayette de Godoy e políticos como Altino Arantes e Washington Luís. Os dois políticos apoiaram o projeto do padre Lafayette e acreditamos que, dentre os motivos, estava o fato de ambos serem católicos, mas também não se pode esquecer o que significaria em termos eleitorais o apoio irrestrito a uma das principais instituições que controlavam uma parte substancial da vida cotidiana dos brasileiros.

No entanto, a cidade de Batatais não era a única a querer ser sede de diocese, competindo com Campinas e Botucatu. Além das questões estritamente eclesásticas e políticas, é significativo ressaltar o que, do ponto de vista cultural e mesmo ideológico, representava ser a sede de uma diocese na primeira metade do século XX – era uma honra para uma cidade, a comprovação de seu *status* diante de uma instituição multissecular e estruturada em âmbito mundial.

A presença do bispo contribuía para incendiar o imaginário daqueles que sabiam o quanto um bispado podia trazer de prestígio político e poder para uma cidade; por isso, não era incomum o fato de que políticos, mesmo de posição mais alinhada com o liberalismo e com o positivismo, se aliassem aos católicos em busca de condições para a instalação de um

bispado na cidade em que comandavam os processos políticos e sociais. Um exemplo já estudado foi a criação da diocese de Assis, em 1930, quando se aliaram o médico positivista e chefe do PRP regional, dr. Lycurgo de Castro Santos, filho do dr. Lycurgo de Castro, um dos fundadores do positivismo no Brasil, e dr. Vasco Joaquim Smith de Vasconcelos, juiz da Comarca de Assis, este, católico praticante e envolvido com todas as atividades católicas. Para Ivan Manoel, que estudou a criação da diocese de Assis, essa relação é explicada por:

[...] boa parte dos políticos brasileiros, identificados com as doutrinas tributárias do Iluminismo e do liberalismo, que se orgulhavam de deísmo, positivismo ou mesmo materialismo e até se pretendiam anticlericais, aceitavam e apoiavam também as realizações católicas na sua autocompreensão ultramontana e a criação da Diocese de Assis não fugiu a essa tendência.<sup>504</sup>

Quando, em 1906, o bispo de São Paulo, d. José de Camargo Barros, retornava de Roma com o projeto de criação da diocese de Batatais e de Campinas previamente aprovado pela Secretaria de Estado do Vaticano, faleceu durante um naufrágio. Seu sucessor, d. Duarte Leopoldo e Silva, era o antigo pároco da matriz de Santa Cecília e conhecia o projeto de criação de novas dioceses quando assumiu o bispado de São Paulo. Ao assumir, no entanto, d. Duarte Leopoldo e Silva decidiu criar não apenas uma ou duas dioceses pelo interior de São Paulo. Ao contrário, em lugar de uma modesta subdivisão da antiga diocese de São Paulo, fez um projeto dividindo o estado de São Paulo em cinco novas dioceses, possibilitando dessa maneira que o Vaticano institísse a Província Eclesiástica de São Paulo sendo ele mesmo nomeado arcebispo. A cidade de Batatais foi preterida, e a escolhida para ser a sede da nova diocese foi Ribeirão Preto.

A criação da diocese de Ribeirão Preto é um caso *sui generis*. Não houve por parte do líder religioso da cidade, mons. Joaquim Antonio de Siqueira, e de seu vigário, padre Euclides Gomes Carneiro, o encaminhamento de um pedido para a criação de diocese. Tampouco os fiéis ou a elite política e econômica pleitearam do Vaticano que a cidade fosse escolhida para ser a sede de uma diocese.

Partiu da hierarquia da Igreja, representada pelo bispo de São Paulo, d. Duarte Leopoldo e Silva, e do cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, Joaquim Arcoverde, a escolha de Ribeirão Preto no lugar de Batatais para sede de diocese na região nordeste do estado de São

---

<sup>504</sup> MANOEL, Ivan A. Criação da Diocese de Assis: projeto católico e envolvimento da oligarquia. **História**, São Paulo, v. 17/18, p. 230, 1998/1999.

Paulo. Mesmo depois de iniciado o processo de criação do bispado em Ribeirão Preto por parte da hierarquia da Igreja, a elite política da cidade, associada aos cafeicultores, nada fez para que o bispado fosse instalado. A escolha foi inteiramente da elite hierárquica da Igreja no Brasil; o núncio apostólico d. Alessandro Bavona, o cardeal Arcoverde e d. Duarte Leopoldo e Silva, bispo de São Paulo, foram os que trabalharam de comum acordo com os membros da Secretaria de Estado do Vaticano e o papa Pio X.

No Vaticano, os dados sobre a riqueza da região e da cidade de Ribeirão Preto eram conhecidos desde 1903. Os documentos enviados por Batatais pedindo a criação de uma diocese com sede naquela cidade apontavam o avanço demográfico e econômico da cidade de Ribeirão Preto em detrimento de outras cidades da região. Esse fato, juntamente com informações estritamente eclesiais que, por certo, o próprio clero paulista se encarregava de transmitir à cúria romana, permitia à alta hierarquia da Igreja Católica dispor de informações suficientes para criar uma diocese em Ribeirão Preto, não obstante o pouco interesse, ou mesmo oposição, das elites locais.

Como Ribeirão Preto não estava se preparando para sediar uma diocese, a igreja matriz não possuía instrumentos econômicos para gerar recursos financeiros capazes de sustentar o culto e o bispo, bem como seu novo prédio, destinado a ser a futura catedral, que ainda estava em construção. Angariar os recursos financeiros exigidos pelo Vaticano representou um dos desafios para o pároco de Ribeirão Preto, mons. Joaquim Antonio de Siqueira, a quem d. Duarte delegou a tarefa de conseguir o patrimônio.

Apesar da riqueza da região, a elite política e econômica não “abriu os bolsos” para aumentar o que consideravam “o patrimônio da Igreja”. É importante observar que a alegação se fundamentava na seguinte tese: uma vez que o Estado tinha se separado da Igreja e, mais ainda, que as novas bases políticas tinham raízes na liberdade de culto, não caberia nenhum esforço, seja das elites, seja do poder público, para a constituição do patrimônio de uma instituição religiosa em particular. Por isso, encontram-se nos documentos informações de que políticos que votavam contra a doação e benefícios para a Igreja Católica Romana, em Ribeirão Preto, particularmente faziam doações para a constituição do bispado – mas cabe ressaltar também que essas doações eram pequenas e não conseguiram totalizar o valor de patrimônio exigido.

Os esforços de d. Duarte e de mons. Siqueira para formarem comissões nas cidades da futura diocese, destinadas ao trabalho de arrecadação de fundos, também não trouxeram um resultado positivo. Os recursos conseguidos por mons. Siqueira não foram suficientes para integralizar o patrimônio exigido para a instalação da diocese. No entanto,

para o Vaticano a questão primordial não era o patrimônio, e sim a sua condição de existência na região e a assistência eclesiástica à população, particularmente diante do avanço de outras crenças e de projetos políticos de raízes liberais, positivistas e, quase inacreditável, de raízes comunistas, e a diocese foi instalada, mesmo sem os recursos exigidos.

Ficou claro que, ao instituir a diocese de Ribeirão Preto, o papa Pio X, a Secretaria de Estado do Vaticano, d. Duarte e o cardeal Arcoverde deram mais importância à presença do bispo na região para dirigir os padres e leigos do que fazer o bispado em outra cidade apenas tendo em conta a formação do patrimônio. A hierarquia da Igreja sabia que, quando chegasse o bispo, este, aos poucos, numa região bastante rica, como era a região de Ribeirão Preto, poderia acertar o patrimônio, construir a catedral e o palácio episcopal, e foi isso mesmo o que ocorreu.

No local considerado pelos membros da Secretaria de Estado do Vaticano como uma terra de “pessoas malvadas”, pois não quiseram colaborar com o projeto considerado de natureza santificada, mais que em qualquer outro lugar se fazia necessária a presença do bispo. Por esse motivo, os membros da Secretaria de Estado aceitaram implantar a diocese, mesmo em condições um pouco adversas do ponto de vista material. Em seus relatórios sobre a criação da Província Eclesiástica de São Paulo, ressaltava-se a importância da criação das dioceses pelo interior como uma das formas de marcar presença diante do que consideravam como ameaça à permanência da Igreja no centro da sociedade.

O bispo eleito para governar a diocese de Ribeirão Preto foi d. Alberto José Gonçalves, que apresentara todos os pré-requisitos de alguém articulado com a sociedade e a política, bem como de reputação ilibada, capaz de dirigir a diocese com pulso firme conforme as aspirações da hierarquia.

Padre Alberto José Gonçalves, deputado e senador da República, deixou a vida pública civil para dedicar-se a um projeto santificador aos olhos da Igreja: ser bispo, pastor e defensor dos ideais da Igreja Católica Apostólica Romana na região de Ribeirão Preto, fronteira agrícola do Estado de São Paulo, a Eldorado paulista, aquela que, no futuro, seria considerada a Califórnia brasileira, mas também a cidade de muitos protestantes, muitos espíritas e livres-pensadores e, também no futuro, um forte centro de idéias e militância de esquerda, que já se anunciava naquele início do século XX.

O governo de d. Alberto foi marcado por transformações políticas, econômicas, bem como por mudanças na relação entre o Estado e a Igreja. A separação, em 1890, entre o Estado e a Igreja não foi agressiva como em outros países, e a comunicação entre as duas instituições era, de maneira geral, cordial. O primeiro cardinalato da América Latina,

instalado no Rio de Janeiro, em 1905, com d. Joaquim Arcoverde, representava uma prova dessa cordialidade. Esse fato contribuiu para que nas décadas seguintes as relações entre a República e o Vaticano fossem amistosas.

A chegada de d. Alberto, em 1909, a Ribeirão Preto deu impulso à organização administrativa da nova diocese, instalando a cúria diocesana, criando novas paróquias, reformando templos e acima de tudo cuidando do patrimônio. Após a primeira visita pastoral por toda a diocese, o bispo escreveu uma pastoral em que se dizia entristecido com a pobreza dos templos e das alaias. O cuidado com o patrimônio levou d. Alberto a escrever cartas e mandamentos, orientando os procedimentos que os padres e fabriqueiros deveriam ter com o patrimônio.

A tentativa de evangelizar constituiu o ponto alto do governo de d. Alberto. Ele deu início ao trabalho pastoral, empreendendo por toda a diocese as visitas pastorais. Até a década de 1930, d. Alberto visitou sete vezes as paróquias da diocese, promovendo uma verdadeira cruzada para sanear os problemas administrativos dos templos, bem como orientar e disciplinar as questões morais dos padres e fiéis. Em suas visitas, d. Alberto administrou sacramentos, rezou pelos fiéis defuntos, vistoriou os livros administrativos e das associações laicas. Reuniu-se também com membros das associações, participou de inaugurações e incentivou os padres a realizar as reformas nos templos ou ainda a construir novas matrizes. As visitas realizadas, seja pela ferrovia, seja por estradas sem pavimentação, revelam a disposição do bispo de Ribeirão Preto em levar a todas as paróquias da diocese sua mensagem como pastor. Era um bispo romanizado, cuidando de perto de seu rebanho.

Durante seu governo, d. Alberto incentivou a instalação de inúmeras associações leigas. A partir dessas associações, dirigidas pelos padres, que eram os seus diretores espirituais, a Igreja direcionava os leigos a seguir os preceitos e dogmas instituídos. Coube aos padres dirigir a vida familiar e moral por meio de orientações realizadas nos sermões, durante a confissão, bem como nas reuniões das associações e nas festas sacras.

Nessas orientações, o poder da hierarquia da Igreja era ressaltado, e a figura simbólica do papa e suas encíclicas eram apresentadas como paradigmas a serem seguidos preferencialmente por todos, mas obrigatoriamente pelos católicos. A hierarquia da Igreja, adotando uma postura conservadora, condenava as ações da sociedade moderna e secularizada, como o divórcio, as festas consideradas mundanas como o carnaval, as doutrinas contrárias aos dogmas como o liberalismo, o comunismo e tudo o mais que pudesse afastar o povo das diretrizes do centralismo romano.

A diocese de Ribeirão Preto, nas suas paróquias e capelas, por meio dos padres, que, incentivados pelo bispo, procuravam seguir as diretrizes de Roma, se alinhou com o projeto da cúria romana. A simbologia e a tradição que havia por trás das cerimônias religiosas contribuía para envolver uma parte da população católica que continuava alheia a um engajamento mais efetivo.

Dentro das associações, participando de reuniões, os grupos que aos poucos se formaram, por incentivo do Prelado, passavam, pouco a pouco, a conhecer os documentos da Igreja e suas diretrizes. Esse foi um dos motivos do incentivo do bispo para que os fiéis participassem das associações religiosas laicas dirigidas pelos padres. Tal estímulo apresentava esse engajamento como um engajamento da sociedade nas coisas divinas para que fosse fiel aos ensinamentos de Cristo e às leis da Igreja. Em outras palavras, os fiéis foram convencidos, em suas maior parte, de que seriam os auxiliares dos padres na cruzada de transformação do mundo no reinado de Cristo.

As festas sacras constituíram um dos momentos em que o clero buscava envolver os fiéis, excluindo as tradições populares religiosas que eram controladas pelos leigos e instituindo as festas dirigidas pelos padres, como as festas marianas e de Cristo Rei. A festa de consagração a Cristo Rei, realizada nas matrizes, capelas, cidades e casas particulares, estava inserida num projeto da hierarquia da Igreja em que a palavra de ordem era estabelecer a realeza de Cristo na terra e suplantar as novenas e rezas dirigidas pelos beatos e beatas, cujo corolário era a festa mesma, a dança, a bebida e, ainda que de modo disfarçado, o sexo.

O lema do reinado de Cristo era pregado pelo papa e deveria ser seguido por todos os cristãos. Na diocese de Ribeirão Preto, durante a primeira metade do século XX, inúmeras matrizes, capelas e casas foram consagradas a Cristo Rei em cerimônias de que participavam os fiéis, dirigidos e abençoados pelos sacerdotes. Nas festas, os fiéis e os membros das associações laicas compareciam paramentados com fitas e estandartes, cantando hinos de louvor ao Sagrado Coração de Jesus e ao Imaculado Coração de Maria, dando testemunho público da devoção a Deus e a Cristo.

Depois de 1930, o Brasil conheceu novos rumos na relação Igreja e Estado, quando Getúlio Vargas entrou no poder e o cardeal Leme assumiu a cadeira cardinalícia no Rio de Janeiro. O apoio ostensivo dado pelo cardeal do Rio de Janeiro foi correlato ao apoio decisivo do Estado para o retorno do ensino religioso nas escolas públicas, para o reconhecimento do matrimônio eclesiástico, para a não-instituição do divórcio no Brasil, resultando no aprofundamento da cooperação entre as duas instituições.

A presença do clero em inúmeros eventos da sociedade civil e das autoridades civis nas festas e cerimônias religiosas revela o entrosamento amigável entre os dois grupos. O episódio da inauguração da capela lateral na igreja São José, dos padres Agostinianos, em Ribeirão Preto, marcou pela eloquência da saudação ao Brasil e à República, associando a idéia de ser cristão com a idéia de patriotismo. O projeto de construir o cidadão-católico foi um dos pontos mais significativos da romanização do catolicismo brasileiro, para cuja realização todo o sistema educacional da Igreja e suas diversas publicações foram acionados.<sup>505</sup>

Em 1931, a inauguração da estátua do Cristo Redentor no Corcovado, no Rio de Janeiro, naquele momento, a capital do Brasil, representou uma importante manifestação da força da Igreja perante a sociedade brasileira. O evento contou com a presença das autoridades civis ao lado das eclesiásticas.

A Igreja apoiou o governo em diferentes ocasiões, como durante a crise econômica que se abateu no início da década de 1930, orientando a população a retornar as atividades agrícolas, ou, ainda durante a segunda guerra mundial, quando a hierarquia da Igreja foi convidada a cooperar com o país, despertando o ardor cívico e do púlpito, os padres abraçaram a causa da luta pela abolição dos totalitarismos. Os soldados brasileiros foram à guerra para lutar contra os regimes totalitários com as bênçãos da Igreja. Em todos esses eventos, d. Alberto, como bispo de Ribeirão Preto, abençoou e referendou a postura da hierarquia.

No campo político, a atuação do bispo de Ribeirão Preto foi constante mas discreta. O homem político que foi d. Alberto, depois de aclamado bispo, atuou nos bastidores. Fora do palco, d. Alberto recebeu e visitou políticos influentes do país, do estado de São Paulo e da cidade de Ribeirão Preto, entre outros. O conhecimento que possuía da política e da vida pública, com todos os seus meandros, o transformou num homem importante para os projetos dirigidos pela hierarquia da Igreja. O reconhecimento de seu trabalho nos bastidores da política a favor da Igreja veio do núncio apostólico, d. José Aversa, que em carta à Secretaria de Estado do Vaticano anunciou que d. Alberto fora um dos colaboradores para que a Igreja continuasse a buscar espaço no seio da sociedade, fazendo valer em diferentes ocasiões seu conhecimento da política, barrando a candidatura de maçons. Apesar dos elogios, d. Alberto manteve uma atuação discreta, mas ao mesmo tempo uma

---

<sup>505</sup> MANOEL, Ivan A. Cidadãos para a terra e para o céu: o projeto educacional do catolicismo ultramontano (1850-1950). *Fronteiras*, Campo Grande, v.7, n.13, p.109-124, 2003; MANOEL, Ivan A. **Igreja e Educação Feminina (1859-1919)**. Uma face do conservadorismo. São Paulo: Unesp, 1996.

posição firme, rejeitando a idéia de que deveria existir um partido político católico. Para d. Alberto apoiar projetos e candidatos que falassem a língua da Igreja permitia atingir os objetivos sem provocar embaraços desnecessários para o clero e os fiéis.

Alguns projetos que a Igreja possuía de caráter nacional foram implantados na diocese de Ribeirão Preto, como a Liga Eleitoral Católica. Os católicos foram incentivados a se alistar e candidatos foram sugeridos pelas Ligas locais e regionais na tentativa de eleger aqueles que viessem a trabalhar pelos projetos da Igreja. A propaganda pelo alistamento dos católicos em 1933 foi realizada pela imprensa escrita e falada, bem como a hierarquia da Igreja na região de Ribeirão Preto sugeriu que o clero abraçasse a causa santificada, incentivando essa participação política.

A década de 1930, com suas mudanças drásticas na política nacional e, conseqüentemente, no restante do país, coincidiu com a chegada ao Brasil de uma das principais ações da Igreja no período, a Ação Católica. A inserção do leigo nas inúmeras atividades da Igreja e na sociedade ganhou impulso após o lançamento da carta sobre a Ação Católica em 1935. É visível o esforço despendido por d. Alberto e mons. Lauriano para que padres e leigos entendessem a importância da Ação Católica. No entanto, na diocese de Ribeirão Preto, foi somente no fim da década de 1940 que o engajamento dos leigos ocorreu de forma mais incisiva. Tudo indica que a formação das federações marianas deu início timidamente às atividades da Ação Católica antes dos anos 1945.

Outros projetos foram realizados nos anos de 1940, quando a diocese recebeu o bispo auxiliar, Manuel da Silveira D'Elboux, pois d. Alberto, idoso e doente, estava impossibilitado de estar à frente das atividades da diocese. A chegada de d. Manuel contribuiu para dar um novo alento aos católicos. Repetindo as ações administrativas e pastorais realizadas por d. Alberto, o bispo auxiliar percorreu a diocese em visita pastoral, identificando os problemas mais urgentes nas paróquias.

Alguns projetos antigos de d. Alberto foram retomados por d. Manuel, como a tentativa de criar o bispado de Franca, dividindo a diocese de Ribeirão Preto. D. Manoel fracassou nesse projeto, do mesmo modo que d. Alberto, e a diocese de Franca somente foi criada em 1970 – este é um problema que ainda está a merecer seu historiador.

Os cinco anos em que d. Alberto partilhou o governo da diocese com d. Manuel trouxeram motivações para o crescimento do catolicismo na região. D. Manuel incentivou novos projetos de atuação para com os leigos e revitalizou os antigos. Nesse contexto foi criado, em 1943, o Círculo Operário Católico. A história do Círculo está relacionada a uma antiga proposta iniciada pelo padre Euclides Gomes Carneiro. Por volta de 1910, padre

Euclides fez a primeira tentativa de fundar um Centro Operário em Ribeirão Preto, destinado a atender a população operária e que funcionou junto à capela São Benedito, onde foi criada uma escola, conforme vimos no capítulo segundo. Depois de padre Euclides ter deixado a cidade de Ribeirão Preto, a cúria diocesana assumiu a escola e pouco se sabe de seu funcionamento.

Seguindo as orientações do papa Leão XIII, que no fim do século XIX escreveu a encíclica *Rerum Novarum*, lançando um olhar sobre a classe operária, a hierarquia da Igreja em Ribeirão Preto fundou, no início de 1943, o Círculo Operário Ribeirão-pretano. De acordo com o Boletim Diocesano a obra

[...] tem por objetivo promover a união da Classe operária, prestando-lhe todo gênero de benefícios e defesas, isto é, cultural moral, intelectual, social, religiosa, física, pela fundação ou adesão de escolas, pela realização de conferências, pela imprensa, pelo rádio, cinema educativo, teatro, esportes, prestando-lhes ainda assistência jurídica, médica, dentária, farmacêutica e material, pelas várias formas de beneficência e mútuo socorro.<sup>506</sup>

A proposta do Círculo era abranger todos os aspectos da vida cotidiana dos operários e desta maneira incluir a presença da Igreja no seio das famílias operárias. Filiado à Confederação Nacional de Operários Católicos, orientava as atividades sugerindo livros que tinham por finalidade proporcionar uma cultura considerada sadia às classes trabalhadoras. A popularização da publicação em edição popular da encíclica *Rerum Novarum*, do papa Leão XIII, ao lado da Cartilha Circulista, obra de divulgação dos Círculos Operários<sup>507</sup>, revela como a Igreja estava preocupada em ocupar um espaço junto à classe operária.

Com um ano de funcionamento, o Círculo Operário de Ribeirão Preto fundou em 1944 um jornal, denominado *O Circulista*, que funcionou entre os membros como parte de divulgação da Boa Imprensa entre os católicos. A divulgação da obra do Círculo representou um contraponto dos católicos aos sindicatos e partidos políticos, como o Partido Comunista Brasileiro. Em menos de dois anos, o Círculo contava com a adesão de cerca de 2.000 membros.<sup>508</sup>

<sup>506</sup> CÍRCULO Operário ribeirãopretano. **Boletim Diocesano**. Ribeirão Preto, ano 13, n. 154, p. 4, fev. 1943.

<sup>507</sup> CÍRCULO Operário. **Boletim Diocesano**. Ribeirão Preto, ano 13, n. 163, p. 6-7, nov. 1943.

<sup>508</sup> CÍRCULO Operário ribeirãopretano. **Diário de Notícias**. Ribeirão Preto, 14/set./1945, p. 2.

A obra do Círculo Operário revelava o alinhamento com as diretrizes da Igreja e caminhava ao lado dos projetos nacionais e dos empreendimentos da Igreja diocesana de Ribeirão Preto.

Com a doença de d. Alberto, as atividades na diocese eram encaminhadas por d. Manuel. Apesar do esforço de d. Alberto em implantar os projetos sugeridos pela cúria romana, inúmeras foram as dificuldades encontradas, o que nos permite afirmar que ele teve êxito em apenas alguns desses projetos. Enquanto o patrimônio da Igreja crescia, outras dificuldades não foram superadas, como aumentar o número do clero. As dificuldades para a instalação do seminário diocesano, e conseqüentemente do pequeno clero, acabaram se refletindo na superficialidade do catolicismo na diocese, registrada na pouca adesão ao projeto da Ação Católica entre os anos de 1935 e 1945. O empenho do bispo não foi suficiente para uma ampla adesão por parte dos fiéis aos projetos da Igreja. Enquanto a imprensa afirmava que o catolicismo estava forte por causa de manifestações como as procissões e concentrações dos congregados marianos, nos bastidores, os padres registravam nos Livros Tombo suas dificuldades em implantar os projetos da Igreja como a os leigos engajados na catequese e na Ação Católica.

Os últimos anos de d. Alberto foram de luta contra a velhice e a doença. Entre 1943 e 1945, o bispo por diversas vezes esteve internado na Santa Casa local. Em uma delas, o arcebispo de São Paulo, d. José Gaspar de Afonseca e Silva, em deferência ao bispo de Ribeirão Preto, veio visitá-lo.<sup>509</sup> Poucos dias depois o arcebispo faleceu num acidente de avião. A doença e a idade avançada o deixavam debilitado e impossibilitado de acompanhar o serviço religioso em algumas ocasiões. Em outubro de 1943, d. Alberto deixou Ribeirão Preto com destino a Curitiba, retornando em março de 1944. De acordo com o *Diário*, foi a última visita do bispo à cidade de Curitiba. Permaneceu quase todo o ano de 1944 em Ribeirão Preto e, em maio de 1945, faleceu no Palácio Episcopal, encerrando um período da história da Igreja de Ribeirão Preto.

Poucos meses após a morte de d. Alberto, em 7 de setembro de 1945, o jornal *Diário de Notícias* passou a circular como órgão oficial da cúria de Ribeirão Preto. No editorial, com o título *Nova Fase*, foi anunciada a sua aquisição por parte da diocese. O momento representava o fim do que consideramos a primeira etapa da história da diocese de

---

<sup>509</sup> NOTICIÁRIO. Arcebispo Metropolitano de São Paulo. **Boletim Diocesano**. Ribeirão Preto, ano 13, n. 160, p. 4, agosto 1943. Três dias depois da visita a Ribeirão Preto, o arcebispo de São Paulo, veio a falecer num acidente de avião no dia 27 de agosto de 1943.

Ribeirão Preto e o início de uma nova, com a confirmação por parte do Vaticano do nome de d. Manuel, para bispo titular da diocese.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### *OBRAS GERAIS*

**A IGREJA nos quatro séculos de São Paulo. 1554-1954.** São Paulo: Documentários Nacionais, 1955.

ALBERIGO, Giuseppe. (Org.). **História dos Concílios Ecumênicos.** Trad. José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1995.

ALMEIDA, Cláudio A. **Cultura e sociedade no Brasil: 1940-1968.** São Paulo: Atual, 1996.

ALMEIDA, V. Ensinar e Converter: a ação educacional metodista em Ribeirão Preto. 1899-1950. **Estudos de História**, Franca-SP, v. 5, n.1, p. 57-70, 1998.

AMORIM, Galeno (Org.). **Os Desbravadores.** Personalidades que fizeram história no interior paulista. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2001.

ARANTES, A. D. Alberto Político. In: LAURIANO, Mons. J. **A diocese de Ribeirão Preto em homenagem grata e festiva a seu amado Bispo D. Alberto José Gonçalves na feliz ocorrência das datas jubilares de seu sacerdócio e Episcopado.** Ribeirão Preto-SP, [s.n.], 1934.

ARAÚJO, Claudete R. Práticas religiosas de mulheres na Igreja católica das décadas de 20 a 60: a experiência religiosa feminina e a devoção Mariana. In: HAMILTON, J. **Saúde, dinheiro e amor: estudo da vivência religiosa a partir de seus sujeitos.** Piracicaba: Unimep/Cehila, 2004.

ARAÚJO, José Carlos S. **Igreja Católica no Brasil.** Um estudo de mentalidade ideológica. São Paulo: Paulinas, 1986.

- AZZI, R. **A neocrisandade. Um projeto restaurador.** São Paulo: Paulus, 1994.
- AZZI, R. **O Estado Leigo e o Projeto Ultramontano.** São Paulo: Paulus, 1994.
- BALHANA, Carlos A. de F. **Idéias em confronto.** Curitiba: Grafipar, 1981.
- BARROS, José D'Assunção. **O campo da História.** Especialidades e Abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BASTIAN, Jean P. **Protestantes, liberais y francmasones. Sociedad de ideas y modernidad en America Latina, siglo XIX.** México: Fondo de Cultura Economica/ Cehila, 1990.
- BELMONTE, Frei Agostinho. **100 anos da presença dos Agostinianos Recoletos no Brasil 1899-1999.** Rio de Janeiro: Gávea, 2000.
- BENCOSTTA, Marcos L. A . Cultura escolar e história eclesiástica: reflexões sobre a ação romanizadora pedagógica na formação de sacerdotes católicos e o Seminário Diocesano de Santa Maria. (1915-1919). **Cadernos Cedex,** Campinas-SP, v. 20, n. 52, novembro 2000.
- BEOZZO, José O & MARQUES, Luiz Carlos L. Oragos de Paróquias, na primeira evangelização do Brasil. In: SAMPAIO, J. H. **Saúde, dinheiro, amor:** estudo da vivência religiosa a partir de seus sujeitos. Piracicaba: Unimep/Cehila, 2004.
- BEOZZO, José O. (Org.). **História da Igreja no Brasil.** Tomo II /2. Petrópolis: Vozes, 1980.
- BEOZZO, José O. **Cristãos na Universidade e na política.** Petrópolis: Vozes, 1984.
- BEOZZO, José O. A Igreja frente aos Estados Liberais 1880-1930. In: DUSSEL, E. (Org.). **Historia Liberationes:** 500 anos de História da Igreja na América Latina. São Paulo: Paulinas, 1992.
- BORGES, Maria E. **A pintura na “Capital do Café” sua história e evolução no período da Primeira República.** Franca: Unesp, 1999.
- BOSCHI, Caio C. **Os leigos e o poder.** Irmandades leigas e Política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

BRUNEAU, T. C. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da História. Novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Edunesp, 1992.

CARRATO, José F. **Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais**. São Paulo: Nacional, 1968.

CASELLA, Mario. **L’Azione Cattolica Del Novecento. Aspetti, momenti, interpretazioni, personaggi**. Roma: Veritas, 2003.

CIONE, R. **História de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1992. v. 3.

CIONE, R. **História de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1996. v. 4.

CIONE, R. **História de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1997. v. 5.

CIPOLINI, Pedro C. & FREITAS, Irmã Terezinha. **A Diocese de Franca. 1971-1978**. Franca, 1978.

CORREIA, Francisco de A. **A Pequena do Nascimento e o Bom Jesus da Lapa de Jardínópolis. (1913-1950)**. Brodowski-SP, 2005.

CORREIA, Francisco de A. **História do Seminário Arquidiocesano Maria Imaculada de Ribeirão Preto**. 2005.

CORREIA, Francisco de Assis. **História da Arquidiocese de Ribeirão Preto**. Franca-SP: Santa Rita, 1983.

DESCHAND, D. **A situação actual da religião no Brazil**. Rio de Janeiro: Garnier, 1910.

DIEL, Paulo Fernando. A paróquia no Brasil na restauração católica durante a Primeira República. In: LONDONO, F. T. (Org.). **Paróquia e comunidade no Brasil. Perspectiva histórica**. São Paulo: Paulus, 1997.

DREHER, Martin. Protestantismos na América Meridional. In: SIEPIERSKI, P & GIL, B.M. **Religiões no Brasil. Enfoques, dinâmicas e abordagens**. São Paulo: Paulinas, 2003.

DUSSEL, Enrique. (Org.). **História Liberationes**. 500 anos de História da Igreja na América Latina. São Paulo: Paulinas, 1992.

FEDALTO, D. Pedro. **A Arquidiocese de Curitiba na sua História**. Curitiba: Cúria Metropolitana, 1958.

FLICHE, A & MARTIN, V. **História de La Iglesia**. El mundo secularizado. v. 25 (2). Valencia: Edicep, 1991.

FRANCA, Padre Leonel. **A Psicologia da Fé**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1958.

FRANCO JUNIOR, H. **A Eva Barbada**. Ensaios de Mitologia Medieval. São Paulo: Edusp, 1996.

FREITAS, N. M. B. de. A devoção a São Sebastião em Ribeirão Preto. In: SAMPAIO, J. H. (Org.). **Saúde, dinheiro e amor**: estudo da vivência religiosa a partir os seus sujeitos. Piracicaba: UNIMEP/CEHILA, 2004. p. 165-171

FREITAS, N. M. B. de. Condição feminina e práticas religiosas. **Revista Regional de História**, Franca-SP, Arpam, p. 123-131.1990.

GAMA, Affonso D. **Esboço biográfico de Dom Alberto J. Gonçalves**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1911.

GARCIA, Maria A. M. **Trabalhadores rurais em Ribeirão Preto: trabalho e resistência nas fazendas de café 1890-1920**. Franca-SP: Unesp, 1997.

GUERRIERO, Silas (Org.). **O estudo das religiões: desafios contemporâneos**. São Paulo: Paulinas, 2003.

GUIÃO, J. R. (Org.). **O Município e a cidade de Ribeirão Preto na comemoração do 1º Centenário da Independência Nacional (1822-1922)**. Ribeirão Preto: Câmara Municipal, 1923.

HOONAERT, E. (Org.). **História da Igreja no Brasil**. São Paulo: Paulinas/Vozes. 1983. tomo II/1.

HOONAERT, E. A Igreja no Brasil. In: DUSSEL, E. **História Liberationes**. 500 anos de História da Igreja na América Latina. Trad. Rezende Costa. São Paulo: Paulinas, 1992.

- ISAIA, Artur C. Catolicismo pré-conciliar e religiões mediúnicas no Brasil. In: MANOEL, I. A & FREITAS, N. M. B de. **História das Religiões**. Desafios, problemas e avanços teóricos, metodológicos e historiográficos. São Paulo: Paulinas, 2006.
- JANOTI, Maria de L. M. **Sociedade e Política na Primeira República**. São Paulo: Atual, 1999.
- JOHNSON, Paul. **O Livro de Ouro dos Papas**. A vida e Obra dos principais Líderes da Igreja. Trad. Cristiana Serra. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- JURKEVICS, Vera I. **Crenças e vivências espíritas na cidade de Franca (1904-1980)**. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca-SP, 1998.
- KNOWLTON, R. J. **Los Bienes Del Clero Y La Reforma Mexicana. 1856-1910**. México: Fondo de Cultura Economica, 1985.
- LACROIX, P. & SEQUEIRA, F.M.B. **O Espiritismo a Luz da Razão**. Rio de Janeiro, S.C.J., 1941.
- LAGES, José. A. **Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro**. O povoamento a região pelos entrantes mineiros na primeira metade do século XIX. Ribeirão Preto: VGA, 1996.
- LAURIANO, Monsenhor Dr. João. (Org.). **A Diocese de Ribeirão Preto em homenagem grata e festiva a seu amado Bispo D. Alberto José Gonçalves na feliz occurencia das datas jubilares de seu sacerdócio e Episcopado**. Ribeirão Preto, 1934.
- LAURIANO, Monsenhor Dr. João. **Apontamentos sobre a Fundação de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Cúria Metropolitana. s/d.
- LAURIANO, Monsenhor Dr. João. **Bispos e Arcebispos de Ribeirão Preto. (1909-1972)**. Ribeirão Preto: Cúria Metropolitana. s/d.
- LAURIANO, Monsenhor Dr. João. **Fundação e Instalação do Bispado de Ribeirão Preto. (1906-1909)**. Ribeirão Preto: Cúria diocesana, s/d.
- LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LEITE, Felipe de F. D. A construção de um templo na formação de um bairro: a história da Abadia de Santo Antonio em face da ocupação do bairro dos Campos Elíseos em Ribeirão Preto SP 1922-1956. **Revista Eletrônica**, Franca-SP, 2006. Disponível em: <www>. Acesso em: 22 mar. 2006.

LIMA, Alceu de A. Recapitulando. **A Ordem**. Rio de Janeiro, p. 16 a 18, jul.1937.

LIMA, Luiz G. de S. **Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LOPES, Luciana S. A formação do município de Ribeirão Preto e o surgimento do comércio e da indústria. In: **Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto**. 1904-2004. Um espelho de 100 anos. Ribeirão Preto: São Francisco, 2004.

LOVE, Joseph L. A República Brasileira: Federalismo e Regionalismo (1889-1937) In: MOTA, C. G. (Org.). **Viagem Incompleta**. A experiência brasileira 1500-2000. A grande transação. São Paulo: Senac, 2000.

LUSTOSA, O de F. **Igreja e política no Brasil. Do Partido católico à LEC (1874-1945)**. São Paulo: Loyola/ CEPEHIB, 1983

LUSTOSA, O de F. **A igreja católica no Brasil e o Regime Republicano**. Um aprendizado de liberdade. São Paulo: Loyola, 1990.

LUSTOSA, O F. **A Igreja Católica no Brasil República**. São Paulo: Paulinas, 1991.

LUSTOSA, O. de Figueiredo. **Catequese Católica no Brasil**. Para uma história da evangelização. São Paulo: Paulinas, 1992. p. 103.

LUSTOSA, Oscar de F. **A Igreja Católica no Brasil República: cem anos de compromisso**. 1889-1989. São Paulo: Paulinas, 1991.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil. 1916-1985**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MALUF, Marina e MOTT, Maria L. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil. República: da Belle Epoque a Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. vol 3.

MANOEL, I. A. Ação Católica Brasileira: marco na periodização da Igreja Católica no Brasil (um projeto de pesquisa) In: COUTINHO, S. R. (Org.). **Religiosidades, Misticismo e História no Brasil Central**. Brasília, CEHILA, 2001.

MANOEL, Ivan A. Cidadãos para a terra e para o céu: o projeto educacional do catolicismo ultramontano (1850-1950). **Fronteiras**, Campo Grande, MS, v. 7, n. 13, p. 109-124, 2003.

MANOEL, Ivan A. D. Antonio Macedo Costa e Rui Barbosa: a Igreja Católica na ordem republicana brasileira. **Pós História**, Assis-SP, v. 5, p. 67-81, 1997.

MANOEL, Ivan A. Dom Antonio José dos Santos: Primeiro Bispo de Assis. **Estudos de História**. Franca-SP, v. 5, n.1, p. 21-39, 1998.

MANOEL, Ivan A. **Igreja e Educação feminina. (1859-1919)**. Uma face do conservadorismo. São Paulo: Unesp, 1996.

MANOEL, Ivan A. Igreja e Laicismo Educacional: as bases do conflito. **Didática**, São Paulo, 21: 1-10, 1985.

MANOEL, Ivan A. **O Pêndulo da História**: tempo e eternidade no pensamento Católico (1850-1960). Maringá-PR: Eduem, 2004.

MANOEL, Ivan. A. & FREITAS, Nainôra M. B. de. (Org.). **História das Religiões**. Desafios, Problemas e Avanços Teóricos, Metodológicos e Historiográficos. São Paulo: Paulinas, 2006.

**MANUAL dos Congregados de Nossa Senhora** (Congregados Marianos). 6ª ed. São Paulo: Siqueira, 1944.

**MANUAL e Pequeno Missal do Cruzado**. Secretariado da Cruzada Eucarística. São Paulo: Siqueira, s/d.

MARIA, Padre Júlio. **Commentario moral. Do Evangelho Dominical, para Homilias, Sermões e Conferências**. Manhumirim: O Lutador, 1939.

MARTINA, G. **História da Igreja**. De Lutero a nossos dias. O Período da reforma. Trad. Orlando Soares Moreira. São Paulo: Loyola, 1995.

MATOS, Henrique C. J. **Caminhando pela História da Igreja**: uma orientação para iniciantes. Belo Horizonte: O Lutador, 1996. v. 3.

MATOS, Henrique C. J. **Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas, entre 1922 e 1936**. Belo Horizonte: O Lutador, 1990.

MATOS, Odilon N. de. **Café e ferrovias**. São Paulo: Alfa Omega, 1974.

MATOS, Odilon N. de. Os primórdios de Campinas e desenvolvimento da vida religiosa (1774-1908). **Notícia Bibliográfica e Histórica**, Campinas-SP, n. 198, p. 211-234, julho/setembro, 2005.

MEDRANO, Lilia I. Z. de. & GODOY, João M. T. de. A Igreja em Campinas no século XX. **Notícia Bibliográfica e Histórica**, Campinas, n. 198, p. 211-234, julho/setembro, 2005.

MICELI, Paulo. **A Elite Eclesiástica Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MIRANDA, José P. de. **Padre Euclides Gomes Carneiro**. (vida e obra). Edição comemorativa do centenário de seu nascimento. 1879-1979. s/e, 1979.

MIRANDA, José P. de. **Ribeirão Preto de ontem e de hoje**. Ribeirão Preto: Livraria El Dorado, 1971.

MORAES, J. Geraldo V. de. **Cidade e cultura urbana na Primeira República**. São Paulo: Atual, 1994. p. 104

MORATO, Agnelo. **Subsídios para a História do espiritismo em Franca**. Franca: Gráfico da F.E. A.K., 1986.

MUNHOZ, Alcides. **Discurso pronunciado na Academia de Letras do Paraná por ocasião da recepção do Acadêmico, Bispo, D. Alberto José Gonçalves**. Curityba: Typ. I. G. & Cia, 1924

O NOVO testamento a 6\$000. **COR Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis, Vozes, Ano 2, fasc 5, vol. III, Maio 1940. p. 378

OLHO VIVO. **COR Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis, Vozes, ano 2, fasc 7, v. IV, julho 1940. p. 411.

- OLIVEIRA, D. Oscar de . **Os dízimos eclesiásticos do Brasil**. Nos períodos da colônia e do Império. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1964.
- PARIZOTO, Roberta. A construção de uma identidade religiosa: o presbiterianismo em Franca (1927-1997). **Ensaio de História**, Franca, v. 3, n. 1/2, p.15-24, 1998.
- PETROSILLO, Piero. **O cristianismo de A a Z**. São Paulo: Paulus, 1996.
- PIVA, Frei Elói. Transição republicana: desafio e chance para a Igreja (I). **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis, n.49, fasc. 195, 1989, p. 620-639
- PIVA, Frei Elói. Transição republicana: desafio e chance para a Igreja (II). **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis. n.50, fasc. 198, 1990. p. 415-432.
- PINHÃO, Tavares. **Vultos Eminentes do Clero Brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1943.
- POULAT, Emile. Compreensão histórica da Igreja e compreensão eclesiástica da História. **Concilium** (67): 811-824, 1971.
- REZENDE, André L. & SANTIGO, Gil. **PRA7 A Primeira Rádio do Interior do Brasil**. Ribeirão Preto, 2005. p.28
- ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979.
- ROSA, Lilian R. de O. **Comunistas em Ribeirão Preto. 1922-1947**. Franca: Unesp, 1999.
- SAADI, Lamia J. **Educação Marista: O Colégio Champagnat de Franca. (1902-1971)**. Franca, 2002.
- SALINAS, Maximiliano. Salud, Dinero y Amor: Uma inspiración festiva y popular para la historiografía del cuerpo. In: SAMPIO, Jorge H. **Saúde, Dinheiro e Amor: estudo da vivência religiosa a partir dos seus sujeitos**. Piracicaba: CEHILA/UNIMEP, 2004.
- SELLERS, C. et all. **Uma reavaliação da história dos Estados Unidos. De Colônia a Potência Imperial**. Trad. Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- SIEPIERSKI, Paulo D. & GIL, Benedito M. **Religiões no Brasil. Enfoques, Dinâmicas e Abordagens**. São Paulo: Paulinas, 2003.

SILVA, Maria Aparecida C. Os Agostinianos Recoletos em Franca. **Estudos de História**, Franca, 3(2): 63-79, 1996.

SOUZA, Nei (Org.). **Catolicismo em São Paulo. 450 anos da presença da Igreja Católica em São Paulo. 1554-2004**. São Paulo: Paulinas, 2004.

SOUZA, Wlaumir D. de. **Anarquismo, Estado e pastoral imigrante. Das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o caso Idalina**. São Paulo: Unesp 2000.

VALE, Manoel P. do. **Monsenhor Dr. João Lauriano**. Ribeirão Preto: Arquidiocese de Ribeirão Preto, 1976. p. 19

VASCONCELOS, V. S. **História da Província Eclesiástica de São Paulo**. São Paulo: Saraiva, 1957.

WALKER, Thomas. W. & BARBOSA, Agnaldo de S. **Dos Coronéis a Metrópole. Fios e tramas da sociedade e política em Ribeirão Preto no século XX**. Trad. Mariana C. Magri. Ribeirão Preto: Palavra Mágica: 2000.

WEILER, Anton. História Eclesiástica e autocompreensão da Igreja. **Concilium** (67): 806-810, 1971.

WERNET, A. **A Igreja Paulista no século XIX**. A reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861). São Paulo: Ática, 1987.

WILL, Padre José. **Os Problemas da Ação Católica**. Trad. Padre José Trombert. Petrópolis: Vozes, 1945.

ZAGHENI, G. **A Idade Contemporânea**. Curso de História da Igreja. São Paulo: Paulus, 1999.

### ***Teses, Dissertações e Monografias***

ALMEIDA, Vasni. **Converter, ensinar e reformar: a missão protestante em Ribeirão Preto (1896-1950)**. Franca: Unesp, 1997. Dissertação (Mestrado em História). - Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca, 1991.

BALDIN, Marco Antonio. **Pacificador Beligerante: Alberto José Gonçalves – um Padre na política paranaense na 1ª República. (1892-1896)** - Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca, 2006. no prelo.

BENCOSTA, Marcus. L. A. **Igreja e Poder em São Paulo: D. João Batista Corrêa Nery e a Romanização do Catolicismo Brasileiro. (1908-1920)** - Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 1999.

FADEL, Victor S. **A Construção da Matriz de Santa Rita do Passa Quatro.** Ribeirão Preto. Monografia (Especialização História) - Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto, 2005.

FREITAS, N. M. B. de. **O Rosário de Mariana e suas irmandades Segunda metade do século XVIII.** Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca, 1991.

FURTADO, Alessandra C. **Mulheres cultas e devotas: o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto (1918-1960).** Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca, 2001

GAETA, Maria A. J. V. **Os percursos do ultramontanismo em São Paulo no episcopado de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (1873-1894).** Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – São Paulo, 1991.

LEITE, Luis F. Dias. **O clero francano na revolução Constitucionalista de 1932: seu papel na cooptação popular.** 2004. TCC (TCC em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca-SP, 2004.

PAZIANI, Rodrigo R. **Construindo a Petit Paris: Joaquim Macedo Bittencourt e a Belle Epoque em Ribeirão Preto 1911-1920.** Tese (Doutorado em História) Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca, 2004.

PERBONI, Fábio. **A Água, o Fogo e o Sangue: a Trindade da Salvação. Igreja Assembléia de Deus em Ribeirão Preto (1987-1997).** Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca, 1999.

PETTERSON, S. **Os cem anos da Sociedade de São Vicente de Paulo em Franca SP (1895-1995)**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca, 1999.

PINHEIRO, Alceste. **O cardeal Arcoverde e a reorganização eclesiástica**. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2003.

SANTOS, Reinaldo. **Construindo uma santidade: os caminhos da reputação santoral do Padre Donizetti Tavares de Lima (1926-1997)**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca, 2000.

SERRAZES, K.E. **As faces da memória: A Revolução Constitucionalista de 1932 na cidade paulista de Batatais**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca, 2000.

SILVA, Benedita L. **O rei da Noite na Eldorado Paulista: François Cassoulet e os entretenimentos noturnos em Ribeirão Preto 1880-1930**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca, 2000.

SOUZA, Wlaumir. **Democracia bandeirante. Distritos eleitorais do Império à Primeira República**. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara-SP, 2003.

TUON, Liamar I. **O cotidiano cultural em Ribeirão Preto 1880-1920**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca, 1997.

VALADÃO, Valéria. **Memória Arquitetônica em Ribeirão Preto; Planejamento Urbano e Política de Preservação**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca, 1997.

### ***OUTROS***

**Entrevista:** PADOVANI, Cônego Arnaldo Álvaro. Ribeirão Preto, 20/3/2003.

### **Sites acessados:**

[www.userp.org.br](http://www.userp.org.br) acessada em 27/01/2006

[www.franca.unesp.br](http://www.franca.unesp.br) acessada em 22/03/2006

## FONTES

### *Documentos impressos de autoria de D. Alberto José Gonçalves*

GONÇALVES, D. Alberto José. Carta Pastoral de D. Alberto José Gonçalves sobre a sua administração. 17/14/1938. **Boletim Diocesano**. Ribeirão Preto, n. 98, p. 1-5, abr 1938.

GONÇALVES, D. Alberto José. Avisos Diocesanos. 2 de março de 1910. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto**. 1908-1918. Ribeirão Preto: Typ. Guimarães, 1918.

GONÇALVES, D. Alberto José. Carta de Despedida. 4 de abril de 1914. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto**. 1908-1918. Ribeirão Preto: Typ. Guimarães, 1918.

GONÇALVES, D. Alberto José. Carta do Bispo de Ribeirão Preto aos seus diocesanos. Sobre a apostasia de sacerdotes. 23 de setembro de 1912. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto**. 1908-1918. Ribeirão Preto: Typ. Guimarães, 1918.

GONÇALVES, D. Alberto José. Carta do Bispo de Ribeirão Preto aos seus diocesanos sobre o alistamento eleitoral. **Boletim Diocesano**. Ribeirão Preto, ano 3, n. 36, p. 1-2, dez 1932.

GONÇALVES, D. Alberto José. Carta do Bispo de Ribeirão Preto apresentando o seu auxiliar D. Manoel da Silveira D' Elboux ao clero e aos diocesanos. **Boletim Diocesano**. Ribeirão Preto, ano 9, n. 118, p.1, fev 1940.

GONÇALVES, D. Alberto José. Carta Pastoral de D. Alberto José Gonçalves. Bispo da Diocese de Ribeirão Preto. 2 de fevereiro de 1909. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto**. 1908-1918. Ribeirão Preto: Typ. Guimarães, 1918.

GONÇALVES, D. Alberto José. Carta Pastoral de D. Alberto José Gonçalves. Bispo da Diocese de Ribeirão Preto. Anunciando a Visita Pastoral. 25 de abril de 1909. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto**. 1908-1918. Ribeirão Preto: Typ. Guimarães, 1918.

GONÇALVES, D. Alberto José. Carta Pastoral de D. Alberto José Gonçalves sobre o Jubileu. 4 de abril de 1926. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Livro Verde, 1928.

GONÇALVES, D. Alberto José. Carta Pastoral do Bispo de Ribeirão Preto sobre a 1ª Visita feita à Diocese, 2 de fevereiro de 1911. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto**. 1908-1918. Ribeirão Preto: Typ. Guimarães, 1918.

GONÇALVES, D. Alberto José. Carta Pastoral sobre a Propaganda Protestante. 20 de Junho de 1921. **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto**. 1918- 1923. Ribeirão Preto: Livro Verde, 1924.

GONÇALVES, D. Alberto José. Carta sobre o Espiritismo. 2 de fevereiro de 1916. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto**. 1908-1918. Ribeirão Preto: Typ. Guimarães, 1918.

GONÇALVES, D. Alberto José. Carta sobre suffragios. 28 de setembro de 1914. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto**. 1908-1918. Ribeirão Preto: Typ. Guimarães, 1918.

GONÇALVES, D. Alberto José. Cerimonial para a recepção do Bispo e o serviço da Visita. 25 de abril de 1909. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto**. 1908-1918. Ribeirão Preto: Typ. Guimarães, 1918.

GONÇALVES, D. Alberto José. Circular. 10 de março de 1909. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto**. 1908-1918. Ribeirão Preto: Typ. Guimarães, 1918.

GONÇALVES, D. Alberto José. Mandamento e Instruções sobre o Patrimônio e Fábricas da diocese de Ribeirão Preto. In: **Arquivo da Diocese de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Livro Verde, 1924.

GONÇALVES, D. Alberto José. Mandamento estabelecendo o Dia da Boa Imprensa. 2 de fevereiro de 1919. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto**. 1918- 1923. Ribeirão Preto: Livro Verde, 1924.

GONÇALVES, D. Alberto José. Mandamento sobre as Fábricas da Diocese de Ribeirão Preto. 19 de março de 1910. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto**. 1908-1918. Ribeirão Preto: Typ. Guimarães, 1918.

GONÇALVES, D. Alberto José. Mandamento. 25 de abril de 1909. **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto**. 1908-1918. Ribeirão Preto: Typ. Guimarães, 1918.

GONÇALVES, D. Alberto José. Regulamento para as festas. 19 de março de 1918. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto**. 1908-1918. Ribeirão Preto: Typ. Guimarães, 1918.

GONÇALVES, D. Alberto José. Sobre a Associação de Santo Antonio. 26 de agosto de 1918. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto**. 1918- 1923. Ribeirão Preto: Livro Verde, 1924.

GONÇALVES, D. Alberto José. Sobre a Capella de S. Benedicto. 9 de maio de 1920. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto**. 1918- 1923. Ribeirão Preto: Livro Verde, 1924.

GONÇALVES, D. Alberto José. Sobre as obras da Cathedral. 5 de fevereiro de 1919. In: **Arquivo da Diocese do Ribeirão Preto**. 1918- 1923. Ribeirão Preto: Livro Verde, 1924.

GONÇALVES, D. Alberto José. Capella do Senhor Bom Jesus da Lapa de Jardinópolis. **Boletim Diocesano**. Ribeirão Preto, ano 5, n. 55, p.1, jul. 1934.

GONÇALVES, D. Alberto José. Mandamento. 13/08/1934. **Boletim Diocesano**, Ribeirão Preto ano 5, n. 56, p. 2-4, agosto 1934.

GONÇALVES, D. Alberto José. Primeiro Congresso Eucarístico Diocesano. **Boletim Diocesano**. Ribeirão Preto, n.124, p.1, agosto1940.

**Jornais**

A Cidade, Ribeirão Preto - 1907 - 1945

A Estrella, Curitiba - 1904 - 1905

Diário da Manhã – Rio de Janeiro - 10/2/1909

Diário de Campinas - Campinas – 12/3/1902

Diário de Notícias - Ribeirão Preto – 1932 - 1945

Jornal da Vila – Ribeirão Preto – março 2006

Lauro Sodré –Campinas- 10/4/1907

O Cravinhense – Cravinhos - 13/11/1932

O Espião – São José do Rio Pardo – 25/06/1919

São Carlos – São Carlos - 22/4/1914

**Revistas Literárias**

A Rolha – Curitiba - 1908

O Olho da Rua – Curitiba - 1908

Ramo da Acácia – Curitiba- 1908 – 1909

**Boletins**

Boletim Diocesano do Ribeirão Preto. Ribeirão Preto. 1930 a 1945

Boletim Diocesano. Órgão da Federação Diocesana das Congregações Marianas. Ribeirão Preto. Outubro 1942 a Dezembro de 1944.

Boletim Diocesano. Órgão da Federação Mariana Feminina. Ribeirão Preto. Julho de 1943 a Outubro de 1945

### *Arquivos Consultados*

#### **1-Archivio Segreto do Vaticano - Vaticano**

1.1.- Archivio della Nunziatura Apostólica in Brasiliae

Mons. TONTI, Giulio (1902-1906)

Fasc. 493, n. 100; 500, n. 101

Mons. BAVONA, Alessandro (1907-1911)

Fasc. 615, n. 124; 617, n.125; 618, n. 125; 626

Mons. SCAPARDINE, Ângelo (1917-1920)

Fasc. 848, n. 165

Mons. AVERSA, Giuseppe

Fasc. 733, n. 146; 687

1.2.- Congregazione Concistoriale

Relationes Diocesium Brasiliae- fasc. 687, 772

#### **2- Archivio Storico – Vaticano**

- Segreteria Di Stato – fasc 111; 116; 129; 141; 143; 711; 500

- Indice delle sezioni – Brasile - v.6; v.60; v. 63

#### **3- Arquivo da Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto**

- Livro de Registros do movimento da administração da diocese Ribeirão Preto, n.1 (1909-1912)

- Livro de Atas dos Consultores Diocesanos –1924

- Pasta Monsenhor Lauriano

- Relatório para o parecer da Comissão de Engenheiros, relativo à escolha dos projetos apresentados para a construção da igreja Matriz de Ribeirão Preto, nomeada pela respectiva Comissão Constructora – 1901 (documentos avulsos)

#### **4- Arquivo da Catedral de Ribeirão Preto**

- Livro de Tombo da Matriz de São Sebastião n. 2, 1890-1904
- Livro de Tombo da Matriz de São Sebastião n. 3 – 1950

#### **5- Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário – Ribeirão Preto**

- 1º. Livro de Atas da Liga Catholica Jesus Maria e José. 1934.
- 1º. Livro de Atas do Apostolado da Oração. 1927

#### **6- Museu de Arte Sacra – São João da Boa Vista**

- Relatório da Pia União das Filhas de Maria. (documentos avulsos)
- Livro de Tombo da matriz de São João, n.1, 1911.
- Livro de Atas das Filhas de Maria. s/d

#### **7- Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto**

- Fundo José Pedro de Miranda (Documentos Avulsos)

#### **8- Arquivo Público do Estado de São Paulo**

- Arquivo Privado do Cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira

#### **9- Arquivo da Cúria Metropolitana de Curitiba**

- Monografia do Seminário de Curitiba – 1895-1896
- Pasta – Correspondência recebida de cidades diversas – 1903-1904
- Livro Copiador n°. 4, 1899-1903
- Processo de Gêneres de Alberto José Gonçalves, 5/3/1888.

**10- Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo**

Pasta Ribeirão Preto I e II

Pasta Cardeal Joaquim Arcoverde

Pasta D. Duarte Leopoldo e Silva

**11- Arquivo da Cúria Diocesana de Franca**

Livro de Tombo da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, n. 4

Livro de Tombo da Matriz de Nossa Senhora do Patrocínio, n. 2

**12- Arquivo da Câmara Municipal de Ribeirão Preto**

Livro de Atas da Câmara Municipal n. 8 – 1903 a 1907

Livro de Atas da Câmara Municipal n. 9 – 1907 a 1912

**13- Arquivo Público Municipal de São Carlos**

Livro de Atas das Sessões Extraordinárias 1900-1913

**14- Arquivo da Paróquia do Senhor Bom Jesus da Cana Verde - Batatais**

Livro de Tombo da Matriz do Senhor Bom Jesus da Cana Verde. n. 4

**15- Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora Aparecida – Sertãozinho**

Livro de Tombo da Matriz de Nossa Senhora Aparecida, n. 1, 1896

**16- Arquivo da Paróquia de São Sebastião – Mococa**

Livro de Atas do Apostolado da Oração. 1932

Livro de Tombo da Matriz de São Sebastião s/n, 1937

**17- Arquivo da Paróquia de Santa Rita de Cássia – Santa Rita do Passa Quatro**

Livro de Atas do Apostolado da Oração da Paróquia Santa Rita de Cássia.

**18- Arquivo da Paróquia São José – Ribeirão Preto**

Livro de Obras Notáveis da Residência dos Padres Agostinianos de Ribeirão Preto, 1913.

**19- Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade. Altinópolis**

Livro de Tombo da Matriz de Nossa Senhora da Piedade, n. 3.

**20- Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição – Palmeira, PR**

Livro de Batismo n. 5, 1855.

**21- Biblioteca Padre Xavier Mácuá Xarlan. Brodowski, Centro de Estudos da Arquidiocese de Ribeirão Preto.**

Coleção Jornal Diário de Notícias

GONÇALVES, A J. *Notas de vários fatos de minha vida e das viagens que fiz dentro e fora da diocese (1908-1944)*. (manuscrito)

**22- Arquivo do Círculo de Estudos Bandeirantes - Curitiba**

Jornal “A Estrella” 1904-1905

**23- Biblioteca Pública do Estado do Paraná - Curitiba**

Coleção de Revistas

A Rolha, O Olho da Rua, Ramo das Acácias.

***Documentos Impressos***

Carta Pastoral e Mandamento do Episcopado Brasileiro sobre o Comunismo Ateu. Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1937. In: *Boletim Diocesano*. Ribeirão Preto, ano 8, n. 92, p.1-5, set 1937.

LAURIANO, Monsenhor João. *A Diocese de Ribeirão Preto em homenagem grata e festiva a seu amado Bispo D. Alberto José Gonçalves na Feliz ocorrência das datas jubilares de seu sacerdócio e Episcopado*. Ribeirão Preto, 1934.

Mensagem de Pio XII ao inaugurar as novas instalações da Rádio Vaticana. *Revista Eclesiástica Brasileira*. vol 23, fasc.1, Março 1958. p. 210 – 213.

Pastoral Collectiva de 1940. Publicada pelo Boletim Diocesano a partir de dezembro de 1940 e nos meses seguintes em 1941.

Pastoral Collectiva dos Bispos da Província Eclesiástica Meridional do Brasil. Rio de Janeiro, Leuzinger, 1904.

Pastoral Collectiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Ecclesiásticas. Rio de Janeiro: Martins de Araújo, 1915.

PIO X. Sobre a Restauração de tudo em Cristo. (E supremi Apostolatus). Petrópolis: Vozes, 1952. (Documentos Pontifícios n. 87)

PIO XI. Sobre o Comunismo Ateu. (Divini Redemptoris). 4<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 1945. (Documentos Pontifícios n. 1)

PIO XI. Sobre o Cristo Rei. (Quas Primas). 2<sup>a</sup>. ed. Petrópolis: Vozes, 1950. (Documentos Pontifícios n. 20)

PIO XI. Sobre o Sagrado Coração de Jesus. (Encíclica “Misericordissimus Redemptor”). 3<sup>a</sup>.ed. Petrópolis: Vozes, 1956. (Documentos Pontifícios n. 21)

PIO XI. Sobre os Exercícios Espirituais. (Mens Nostra). Petrópolis: Vozes, 1946. (Documentos Pontifícios n. 11)

POLYANTHEA. Álbum Comemorativo do 1º. Quinquagenário da Fundação do Seminário Episcopal de São Paulo. 1906.

[ FIM ]